

Ao Acaso
(*Crônicas da Semana*)

Texto-fonte:
Obra Completa, Machado de Assis,
Rio de Janeiro: Edições W. M. Jackson, 1937.

Publicado originalmente no *Diário do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, de 12/06/1864 a 16/05/1865.

12 DE JUNHO DE 1864.

Também o folhetim tem cargo de almas.

É apóstolo e converte.

Fácil apostolado, é certo. Não há terras inóspitas ou áridos desertos, aonde levar a palavra da verdade; nem se corre o risco de ser decapitado, como S. Paulo, ou crucificado, como S. Pedro.

É um apostolado garantido pela polícia, feito em plena sociedade urbana. Em vez de pisar areias ardentes ou subir por montanhas escavadas, tenho debaixo dos pés um assoalho sólido, quatro paredes dos lados e um teto que nos abriga do orvalho da noite e das pedradas dos garotos. E por cúmulo de garantia ouço os passos da ronda que vela pela tranqüilidade do quartelão.

É cômodo, e nem por isso deixa de ser glorioso.

Deste modo o folhetim faz de ânimo alegre o seu apostolado. Entra em todo o lugar, por mais grave e sério que seja. Entra no senado, como S. Paulo entrava no areópago, e aí levanta a voz em nome da verdade, fala em tom ameno e fácil, em frase ligeira e chistosa, e no fim do discurso tem conseguido, também como S. Paulo, uma conversão.

O Sr. Barão de S. Lourenço foi o meu Dionísio.

S. Excia. veio reconciliar-se com as musas.

Foi para isso que ocupou a tribuna terça-feira passada, e tão francamente o fez que se dignou responder indiretamente aos períodos que lhe consagrei no folhetim de domingo.

É verdade que o meio, empregado pelo ilustre senador, foi um meio já sedição no parlamento. S. Excia. explicou-se. Não se deu por vencido; achou que o interpretei mal, e veio explicar o sentido das suas palavras. Seja como for explicar um erro é sempre honroso.

S. Excia. alegou que não desconhece aptidão nas musas para os cargos públicos; e que os reparos feitos tinham por fim somente poupá-las para que elas possam conservar o brilho. Quer que os poetas sejam aproveitados, mas não quer que a circunstância de conversar com as musas seja suficiente para dar-lhes recomendação.

E acrescentou ainda que as musas não podem pensar mal de S. Excia., visto que S. Excia. também possui estro, faltando-lhe somente o talento da rima.

O ilustre senador lamentou também que eu lhe profetizasse a ausência dos poetas na ocasião em que S. Excia. partir desta para a melhor. Enfim (para terminar a parte do discurso que me toca) S. Excia. sentiu que, com o seu discurso, ficassem as musas assanhadas.

Esta última expressão causaria estranheza se não fosse transparente o fim com que o ilustre barão a empregou. Pareceu-lhe engraçada, e S. Excia. não pôde conter-se: soltou-a. S. Excia. adquiriu já uma fama de bom humor e deseja conservá-la a todo o custo.

Mais adiante ei de mostrar o custo desta fama.

Mas, sinceramente ou não, é certo que o ilustre senador veio reconciliar-se com as musas. As musas não são intolerantes e recebem com galhardia as explicações parlamentares. Pode ficar certo o ilustre senador de que há mais alegria no Parnaso por um pecador que se arrepende, do que por um justo que nunca pecou.

O folhetim aplaude-se com a conversão.

O sentimento de contrição do ilustre senador já se havia revelado antes, por meio de uma correçãozinha feita no discurso que se publicou segunda-feira passada.

É o que há de ficar impresso.

Este meio de corrigir — alterando ou suprimindo — é muito do uso de alguns oradores. Será útil que a civilização acabe com esse uso de andar de jaqueta diante dos contemporâneos e aparecer de casaca à posteridade.

Convertido o ilustre barão, ficaria terminado o incidente, se uma das musas assanhadas não me houvesse remetido duas linhas para publicar.

A musa, ignorando se S. Excia. está ou não sinceramente convertido, hesitou se devia escrever em prosa ou em verso. Uma terceira forma, que não fosse nem verso nem prosa, resolvia a questão, mas essa só o ilustre barão ou Mr. Jourdain no-la poderia indicar.

Achei um meio termo. Descosi os versos da referida musa, e arranjei a obra, de modo que pode ser indistintamente verso ou prosa.

Hei de publicá-la depois.

Agora passo a mostrar quanto custa a fama de bom humor e jovialidade.

Expressões ouvidas no parlamento esta semana:

Um Representante da Nação: — Não aceito as proposições que vão de encontro às minhas opiniões... do momento! (*Risadas*).

Outro Representante: — Confesso que se o governo me demitisse, fazia bem. Eu sou, realmente, um mau funcionário; se não fora o chefe do estado-maior tudo iria por água abaixo! (*Hilaridade*).

O mesmo Representante: — Seja franco o nobre ministro; deite uma taboinha para cá e verá como eu passo para lá! (*Hilaridade*).

Há outras expressões, do mesmo jaez, de que me não recordo agora.

O efeito é certo; rompe a hilaridade; adquire-se a fama de jovial e bom humor; mas avalie-se o custo desta fama...

Tenho outra expressão parlamentar desta semana. É de um novo La-Pallisse:

Um Representante (*tom de lente ou diretor de faculdade*): — Não, não há dúvida: a destruição é a antítese da conservação!

*Un quart d'heure avant sa mort
Il était encore en vie.*

N. B. Rogo aos representantes, a quem tenho colhido estes pedacinhos de ouro, hajam de não suprimi-los na publicação dos discursos. Já não se trata de ir à posteridade — de casaca ou de jaqueta; — trata-se de irem nus.

Do parlamento geral ao parlamento provincial é um passo. Vamos ao Maranhão.

Chegou àquela província o corpo de João Francisco Lisboa.

É inútil dizer o que foi João Francisco Lisboa, uma das nossas glórias nacionais, filho de uma das províncias mais ilustradas do império, que nos deu Gonçalves Dias, Sotero dos Reis, Odorico Mendes e tantos outros.

J. F. Lisboa, como se sabe, faleceu em Portugal há um ano, e só agora pôde chegar o seu corpo à terra natal.

Que fez a assembléa provincial? Esqueceu nesse dia as nomeações policiais; não tomou conhecimento das lutas seculares, dos Aquiles e dos Heitores de campanário; levantou-se à altura da perda que o país sofrera e da imortalidade que irradiava daquele nome; e foi em corporação assistir ao funeral do ilustre morto.

Este ato foi praticado por iniciativa do deputado Sotero dos Reis.

Já no dia anterior, a mesma assembléa votara uma quantia destinada à impressão das obras de J. F. Lisboa; e a câmara municipal resolvera abrir uma exceção, dispensando o cadáver da jazida comum e marcando-lhe um templo para ser sepultado.

A assembléia provincial não parou no que fez, elegeu uma comissão para ir dar os pêsames à viúva de J. F. Lisboa.

E para completar a resenha das demonstrações feitas nesse dia, acrescentam os jornais do Maranhão que os donos e consignatários dos navios surtos no porto de S. Luiz, apenas constou a chegada do navio em que ia o cadáver, mandaram cruzar-lhe as vergas em sinal de funeral, desde o dia da chegada até o do desembarque.

Estas demonstrações honram uma província e fazem amá-la, como uma irmã que compreende o valor das glórias nacionais e sabe honrar, como deve, os seus mortos ilustres.

Que os interesses estreitos e mesquinhos dos grupos locais sofressem embora. É um dia que se tomou na longa soma dos dias destinados às lutas estereis. A política nesse dia devia curvar a cabeça a uma das maiores capacidades literárias do país.

Isto vai — ao acaso — e conforme os assuntos me vão ocorrendo, sem curar do efeito que possa causar a contigüidade de um assunto alegre.

Prometi domingo passado dizer o que pensasse da nova companhia lírica. Mas o folhetinista pôe e a empresa dispõe. A semana passou e não houve espetáculo algum. Cantou-se ontem, é verdade, o *Trovador*; mas, à hora em que escrevo, não posso saber ainda do que irei ouvir.

Não desanimeis, porém, ó diletante! Temos assunto lírico e verdadeira novidade.

Alguns cavalheiros e senhoras distintas resolveram cantar. . . o que? Um quarteto? Um sexteto? Um coro? Não, uma ópera!

Era novidade entre nós, e a novidade atraiu a atenção de muita gente. Choveram os pedidos, os empenhos, as solicitações.

Travaram-se relações de momento com quem pudesse interceder e arranjar um bilhete de convite.

Um bilhete de convite, sim! — E a ópera não foi nem podia ser cantada em um salão, como acontece em uma comédia francesa, ultimamente levada à cena em Paris. A ópera foi cantada em um teatro, no teatro de S. Cristóvão, pequeno, mas apropriado para aquilo.

Fora um livro para escrever, supondo eu, aquele que fizesse a história do modo lento por que o teatro penetrou no salão.

Os romanos já tinham por costume terminar as refeições, com a recitação de alguns pedaços de tragédias gregas e latinas.

O teatro entrou propriamente no salão com os pequenos provérbios e charadas. A comédia foi-lhes no encaicho. A ópera vai entrando, e os exemplos mais recentes são dois: um em Paris, em casa de uma condessa, cujo nome não tenho presente, e este de domingo passado, no teatro de S. Cristóvão.

Neste último caso, o teatro não entrou propriamente no salão, se quisermos olhar a feição material do fato. Mas, embora a sociedade procurasse o teatro, no fundo, o teatro é que entrava no salão. Onde estava a sociedade, estava o salão.

Cantou-se o *Ernani*.

O *Ernani!* — É verdade; e a massa de espectadores distintos que lá se achavam não deu só aplausos amigos, deu aplausos de justiça espontâneos e merecidos.

Perfeitamente ensaiados, graças aos esforços do Sr. Jerônimo Martinez, de cuja proficiência musical é inútil dar notícia aos leitores, os artistas-amadores houveram-se melhor do que era de esperar de amadores naquelas circunstâncias especiais.

Ao Sr. J. Martinez se deve em parte a realização daquela idéia, já pela insistência e pelas animações que dava, já pelo zelo e solicitude com que dirigiu os estudos e ensaios da peça.

Acompanhou o Sr. Martinez, na parte relativa aos ensaios de cena, o Sr. Cavedagni, de quem igualmente se deve fazer uma menção honrosa.

O papel de Elvira, coube à Sra. D. M. E. G.; o de Giovanna, à Sra. D. O. D.; Silva, foi desempenhado pelo Sr. comendador C. F.; Ernani, pelo Sr. comendador J. F. S.; Carlos V, pelo Sr. J. A. M.; Ricardo, pelo Sr. F. V.; Iago, pelo Sr. J. da C.

Senhoras distintas e distintos cavalheiros compuseram os coros da peça.

Acompanhou na harpa o duo de Elvira e Carlos V a Sra. D. C., filha do Sr. comendador F. J. S.

Os intervalos foram preenchidos do seguinte modo: Uma ária, pela Sra. M. V.; uma peça no piano, a quatro mãos, pelas Sras. DD. O. D. e M.; outra peça, no piano, a seis mãos, pelas filhas dos Srs. conselheiro J. F. C. e Dr. L., acompanhadas por seu distinto professor J. Martinez.

A orquestra igualmente composta de cavalheiros distintos, foi habilmente regida pelo Sr. Dr. J. J. R.

Tal foi o programa da noite de domingo passado. O auditório era numerosíssimo, e conservou-se até o fim, dando inequívocas e ruidosas manifestações do prazer de que se achava possuído.

Não falo das polcas e das valsas que, entre alguns íntimos deram fim à noite.

Consta-me que se repetirá a festa de domingo passado. É com a mais franca alegria que aplaudo esta determinação.

Antes de concluir, mencionarei a notícia de um livro e de um poeta novo da Bahia.

Não vi ainda o volume do novo poeta, mas ouvi louvá-lo a autoridades competentes. Se o obtiver esta semana, direi alguma coisa no próximo folhetim.

20 DE JUNHO DE 1864.

Quero tratar os meus leitores a vela de libra. Desta vez não lhes dou simples notícias: — dou-lhe um milagre.

— Um milagre! — Qual? Suou sangue algum santo? Reconciliou-se a *Cruz* (papel) com a doçura evangélica? Apareceu alguma ave rara? A Fênix? O cisne preto? O melro branco?

Não, leitores, nada disso aconteceu; aconteceu outra coisa e muito melhor.

Foi um milagre verdadeiro, um milagre que apareceu quando a gente menos esperava, como deve proceder todo o milagre consciencioso; um milagre positivo, autenticado, taquigrafado, impresso, distribuído, lido e relido; um milagre semelhante ao casamento do duque de Lauzun, que a bela Sevigné dizia ser, entre todos os sucessos, o mais miraculoso, o mais incrível, o mais maravilhoso, o mais imprevisível, o mais singular.

Sucedeu isto em pleno parlamento, à luz do sol, no ano da graça de 1864, em presença de cerca de quinhentas pessoas, isto é, mil ouvidos, que se não podiam enganar a um tempo, incluindo nesse número os dois ouvidos de um taquígrafo infalível que recolheu as palavras do milagre, traduziu-as em vulgar, e reproduziu-as no *Correio Mercantil* de terça-feira passada.

Que houve então no parlamento brasileiro, à luz do sol, no ano da graça de 1864?

— A Glorificação da Invasão do México. Este acontecimento não podia deixar de entrar nestas páginas, a título de política amena.

E desde já declaro que o tom de gracejo com que me exprimo resulta da natureza do folhetim e da natureza do milagre. A intenção e a pessoa do representante da nação, autor do discurso pró México, ficam respeitadas.

Estava o México em debate? Não; o que se debatia era a dotação das augustas princesas, cujo casamento se há de efetuar este ano, segundo anunciou Sua Majestade ao parlamento, e que o país espera com a mais simpática ansiedade.

O Sr. Lopes Netto orava contra a elevação do dote e desfiava as razões que tinha para isso. Um aparte anônimo desviou o orador, e deixando de parte a dotação de Suas Altezas, entrou S. Excia. a dizer o que pensava a respeito do México.

Pensa S. Excia:

Que o novo império não é o resultado da invasão francesa, mas apenas uma obra da grande maioria do país;

Que a nova monarquia é uma monarquia constitucional;

Que o império do México é em tudo igual ao império do Brasil;

Que o México vai entrar em uma era de paz e de prosperidade;

Que o século não é de conquistas, — e portanto — o México não é uma conquista francesa.

S. Excia. pensa ainda outras coisinhas que eu não posso reproduzir, a fim de não alongar as proporções do folhetim.

Vejamos agora o que pensa o resto do mundo, exceto a deputação mexicana, os notáveis, os pró-cônsules de Napoleão, o governo francês, o *Monitor Oficial*, as folhas officiosas de Paris e o Sr. Lopes Netto.

Não conto nestas exclusões os tomadores de apólices do empréstimo mexicano, porque esses, com certeza, não pensam nada, arriscam-se em uma empresa, como se arriscariam à banca, entre um valete e um ás.

O que o resto do mundo pensa, é que o México é apenas uma conquista francesa, tanto em vista dos fatos anteriores, como dos fatos atuais, conquista feita pelas armas e apoiada no interior por um partido parricida.

Pensa ainda o resto do mundo:

Que o império mexicano, filho do império francês, traz as mesmíssimas feições do pai; isto é, as leis de exceção, as instituições mancas, o reinado da polícia, o adiamento indefinido do complemento do edifício, adiamento que o próprio discurso de Maximiliano deixa entrever menos claramente que o célebre discurso de Bordeaux;

Que entre aquele império e o império do Brasil, ninguém pode achar afinidades possíveis, nem quanto às origens, nem quanto às esperanças do futuro;

Que, qualquer que seja o estado de um país e qualquer que seja a probabilidade de pronta regeneração, depois de uma nova ordem de coisas, — nenhum outro país pode impôr-lhe um governo estranho, seja república, seja monarquia constitucional ou absoluta, seja governo aristocrático, democrático ou teocrático;

Que tendo o império francês imposto um governo estrangeiro ao México, acontece que o último argumento do Sr. Lopes Netto é um argumento falso e virado do avesso, o qual pode ser virado deste modo: — A expedição francesa foi uma conquista, — portanto, o século é ainda de conquistas;

Que a grande maioria do país é semelhante àquela grande maioria de uma ópera espanhola, onde Astúcio, presidente de um conselho composto de sua mulher unicamente, declara que, em vista da maioria, não pode admitir como cantora a pretendente castelhana;

Que a tranqüilidade do México é coisa problemática, à vista das guerrilhas que ainda correm o país, e das dissensões que já lavram entre os franceses e alguns homens influentes do partido que a França foi ajudar;

Que, em face de tal futuro, é para lamentar que o jovem imperador Maximiliano se metesse em uma aventura tão arriscada, sem reparar que serve aos interesses e aos caprichos de um governo estrangeiro e violador dos princípios que tão alto proclama;

Que, dadas todas estas razões de princípio e de fato, deve ser coisa de espantar ouvir-se um deputado no parlamento brasileiro, à luz do sol, no ano da graça de 1864, glorificar a expedição do México, e tecer loas à generosidade de Napoleão.

É isto o que pensam e sabem todos, menos aqueles que eu excetuei acima, e como nas exceções só há um brasileiro, que é o Sr. Lopes Netto, eis porque julguei dever mencionar antes de tudo este espantosíssimo milagre.

Diria acaso o Sr. Lopes Netto a mesma coisa, se qualquer governo estrangeiro mandasse uma esquadra às nossas águas, rasgas-se as nossas instituições, dissolvesse os poderes constitucionais, derrubasse o trono, e plantasse... o que? — a melhor utopia de governo possível?

Não diria, de certo; e é isto o que eu deploro; é esta alteração dos princípios segundo as regiões, que faz dizer com Pascal: *"Plaisante justice, qu'une rivière ou une montagne borne! Verité au deçà des Pyrénées, erreur au delà!"*

Sem querer, vou dando ao folhetim uns ares de política nova. Mudo de rumo. Por exemplo, faço uma perguntinha à *Cruz*, órgão da sacristia da Candelária.

A *Cruz* parece olhar com bons olhos a expedição francesa, sem dúvida por lembrar-se que ela achou um esteio no partido clerical do México. Sabe acaso a *Cruz* que já as coisas não andam bem entre os generosos estrangeiros e os pastores da igreja mexicana? Sabe que o arcebispo do México declarou em um escrito que a religião e seus ministros eram mais infelizes sob a ditadura francesa do que sob o governo de Juarez?

Dou este aviso à *Cruz* para que ela não esfrie o santo zelo de que anda possuída.

E depois deste assunto, mais ou menos incandescente, leitores, passemos a falar do inverno.

É amanhã o dia designado nas folhinhas de Laemmert e Brandão para a entrada solene e oficial deste hóspede. Quem o dirá? A temperatura tem-se conservado moderada e branda, fresca sempre, mas nunca fria; e isto muito antes do dia assinalado nas folhinhas de Laemmert e Brandão.

É que o nosso inverno difere dos outros invernos e do inverno pagão; é um velho, sim, mas é um velho apertadinho, afivelado, encasacado, bamboleando o corpo para disfarçar o reumatismo, rindo para disfarçar a tosse; calculando as visitas pelas variações do termômetro.

Só de ano a ano temos algum inverno um tanto áspero. De ordinário, o inverno do Rio de Janeiro não passa disto. Todavia, como é forçoso dividir o ano em quatro estações, dão-se sempre três meses ao inverno; e assim resolvem os fluminenses sentir frio desde 21 de junho a 21 de setembro.

Tudo isto não passa de um pretexto para as partidas e para os teatros. Então sucedem-se os bailes solenes e as reuniões íntimas, os teatros procuram melhorar o repertório, e, mal ou bem, há sempre uma companhia italiana.

Desta vez nada nos falta... relativamente.

O mundo elegante pode ir dos salões do *Club* às reuniões particulares, daí ao teatro lírico, onde uma companhia tanto ou quanto regular executa três vezes por semana as obras dos mestres da arte. Aplaudirá aí a voz agradável e a arte mímica de Isabel Alba, cujo talento, sem pretender arcar com as altas capacidades líricas, sabe conquistar um aplauso simpático e justo.

A isto acresce a presença da eminente artista dramática portuguesa Emília das Neves e Souza, que chegou ontem da Europa.

É um dos talentos mais celebrados de Portugal, em cujo teatro ocupa o lugar primeiro. Sua reputação atravessara de há muito o oceano e chegara até nós. A artista, tendo percorrido ultimamente grande parte do reino, lembrou-se de vir até as nossas plagas; é uma ocasião que nos fornece de apreciá-la e aplaudí-la.

Esta semana pôde contar que foi rica em produções dramáticas: duas comédias em um ato!

Dos dois autores, um é estrepante, o Sr. Ataliba Gomensoro, estudante da faculdade de medicina. Não assisti à representação; mas ouvi dizer que a comédia agradou muito, que é cheia de vida e movimento, e semeada de bastante sal cômico. Tem por título: *Comunismo*, e foi representada no Ginásio.

A outra comédia é de autor conhecido e aplaudido, o Sr. Dr. Augusto de Castro; intitula-se *Por um óculo*, e foi representada no teatro de S. Januário.

De todas as produções do autor é a que me parece mais divertida, mais fácil, mais correta. Abundam nela as situações cômicas, o diálogo corre natural, vivo, animado, e o espectador ri e aplaude espontaneamente.

Nenhuma outra produção veio aumentar a lista da semana.

A casa Garnier acaba de receber de Paris os exemplares de uma edição que mandou fazer da comédia do Sr. conselheiro J. de Alencar — *O Demônio Familiar*.

O público fluminense teve já ocasião de aplaudir esta magnífica produção daquela pena culta e delicada, entre as mais delicadas e cultas do nosso país.

A edição do Sr. Garnier é o meio de conservar uma bela comédia sob a forma de um volume. A nitidez e elegância do trabalho convidam a abrir este volume; é inútil dizer que a primeira página convida a lê-lo até o fim.

A casa Garnier vai abrindo deste modo a esfera das publicações literárias e animando os esforços dos escritores. É justo confessar que as suas primeiras edições não vinham expurgadas de erros, e era esse um argumento contra as impressões feitas em Paris. Agora esse inconveniente desapareceu; acha-se em Paris, à testa da revisão das obras portuguesas, por conta da casa Garnier, um dos melhores revisores que a nossa imprensa diária tem possuído.

Já as últimas edições têm revelado um grande melhoramento.

Nada mais natural do que passar de uma casa de livros a uma casa de óculos. É com os óculos que muita gente lê os livros. Se se acrescentar que muita gente há que lê os livros sem óculos, mas que precisa deles para ver ao longe, e finalmente uma classe de homens que vê perfeitamente ao longe e ao perto, mas que julga de rigor forrar os olhos com vidros, como forra as mãos com luvas, ter-se-á definido a importância de uma casa de óculos e a razão por que ela pode entrar neste folhetim.

É ao estabelecimento do Sr. Reis, à Rua do Hospício, que eu me refiro. Como as folhas anunciaram, e eu tive ocasião de ver com meus próprios olhos, acabam de sair das oficinas daquele estabelecimento

excelentes trabalhos em ouro, de lavor perfeito e apurado gosto. Em óculos e lunetas, quaisquer que sejam as formas e as fantasias, não vi ainda nada melhor ou até comparável.

A casa do Sr. Reis é bastante conhecida. Dedicando-se ao aperfeiçoamento dos objetos próprios de um estabelecimento daqueles, o Sr. Reis tem procurado e conseguido reunir os artistas mais aptos, os instrumentos mais capazes, e com eles tem levado a casa ao pé das primeiras da Europa.

Não é só o caráter individual deste fato, que impõe à imprensa uma menção especial, é igualmente porque este fato tende a fazer apreciar a aptidão que há no nosso país, e liberta-nos, como vai acontecendo em outras classes, da exclusiva importação estrangeira.

Acho que se devem agradecer os esforços conscienciosos e felizes do estabelecimento Reis.

Some-se-me o papel debaixo da pena. As poucas linhas que me restam, quero ocupá-las com um pedido aos leitores, e vem a ser: — que se reúnam a mim para rogar a Deus pela vida de quem completa amanhã — dia do inverno — um quarto de século.

3 DE JULHO DE 1864.

Um jornal desta Corte deu, há dias, aos seus leitores uma notícia tão grave quão sucinta. É nada menos que a predição de uma catástrofe universal.

Diz a folha que o professor Newmager, de Melbourne, prediz que em 1865 um cometa passará tão próximo à terra, que esta corre sérios riscos de perecer.

Renovam-se, pois, os sustos causados pela profecia do cometa 13 de junho, sustos que, por felicidade nossa, não foram confirmados pela realidade.

A terra, que tem escapado a tantos cometas — aos celestes, como o de Carlos V - aos terrestres, como o rei dos Hunos — aos marinhos, como os piratas normandos — a terra acha-se de novo ameaçada de ser absorvida por um dos ferozes judeus errantes do espaço.

O vulgo, que não entra na apreciação científica das probabilidades de tais catástrofes, estremece ouvindo esta noticia, reza uma Ave-Maria e trata de preparar a alma para o trânsito solene.

Também eu, apesar de já descreer até dos cometas, não pude ler a frio a notícia deste próximo cataclisma, e fiquei dominado por um sentimento de tristeza e desânimo.

Pois que! — disse eu comigo — dar-se-á caso que o Criador não esteja contente com os homens? Logo, é certo que somos grandemente velhacos, imensamente egoístas, profundamente hipócritas, tristemente ridículos. Logo, é certo que esta comédia que representamos cá em baixo tem desagradado à divindade, e a divindade, usando do princípio de Boileau, lança mão de uma pateada solene e estrondosa?

Estávamos tão contentes, tão tranquilos, tão felizes, — iludiamos-nos uns aos outros com tanta graça e tanto talento, — abríamos cada vez mais o fosso que separa as idéias e os fatos, os nomes e as coisas, — fazíamos da Providência a capa das nossas velhacarias, — adorávamos o talento sem moralidade e deixávamos morrer de fome a moralidade sem talento, — dávamos à vaidade o nome de um justo orgulho, — usávamos o nome de cristãos e levávamos ao juiz de paz o primeiro que nos injuriasse, — dissolvíamos a justiça e o direito para aplicá-los em doses diversas às nossas conveniências, — fazíamos tudo isto, mansa e pacificamente, com a mira nos aplausos finais, e eis que se anuncia uma interrupção do espetáculo com a presença de um Átila cabeludo!

A ser exata a profecia do professor Newmager, percamos as ilusões e estendamos as mãos à palmatória. Fomos mais longe do que nos era lícito, e agravamos as coisas com a mania de dar nomes eufônicos e bonitos às nossas maldades e aos nossos vícios.

Compreende-se que esta notícia, apanhado-nos de supetão, nos deixe profundamente abalados.

Ainda se a profecia fosse para daqui a 20 ou 30 anos, então sim, ira o caso diverso. Se nos fosse impossível arrepiar carreira, procederíamos de modo a conjurar o mal, isto é: — os hipócritas, sem despir dos ombros a capa mentirosa, ensinariam contudo aos filhos que é uma coisa imoral e ridícula fascinar as consciências com virtudes ilusórias e qualidades negativas; os velhacos, continuando a lançar poeira nos olhos dos outros menos velhacos, diriam, todavia, aos filhos que nada dá maior glória ao homem do que a consciência da sua integridade moral; os egoístas, sem abandonar o culto da própria individualidade, aconselhariam contudo aos filhos a observância desta virtude cristã, que é o resumo e a base de todas as virtudes: amemos a nosso próximo; os vaidosos, os intrigantes, os ingratos, e assim por diante.

Que resultava desta tática? É que no prazo fixado aparecia o cometa, lançava os olhos cá para baixo, e vendo no mundo um ensaio de paraíso, tornava a enrolar a cauda e ia passear.

Mas, daqui a um ano, daqui a poucos meses, como escapar ao choque, como evitar o cataclisma, anunciado pelo professor Newmager?

É verdade que o professor Newmager deixa um lugar à esperança e acrescenta que, se não houver cataclismo, haverá uma coisa inteiramente nova e única desde a criação do mundo. Durante três vezes 24 horas não teremos noites, estando a atmosfera banhada por uma luz difusa mais brilhante que os raios do sol.

É o que se chama arriscar tudo para tudo ganhar ou tudo perder — ou morte violenta e universal, ou um dia de 72 horas, mais claro que os dias ordinários.

Diante de tais predições já me lembrei de que em todo este negócio talvez não haja outro cometa senão o próprio professor Newmager, cometa que aparece no céu da curiosidade pública, querendo tudo abalar e sacudir com a longa cauda da sua ciência astronômica. Varri esta idéia do espírito, por ver que esta é a segunda predição recente do mesmo gênero, e que a ciência popular tem um provérbio para estes casos: três vezes cadeia, sinal de força.

Se escaparmos ao cataclismo ficaremos livres por algum tempo, e então naturalmente esquecidos dos cometas vingadores, prosseguiremos na comédia universal, sem coros nem intervalos, assistindo ao mesmo tempo às comédias parciais e políticas, à comédia dinamarquesa, à comédia polaca, à comédia peruana, à comédia francesa, etc., etc. Basta lançar os olhos a qualquer ponto da carta geográfica para achar com que divertir o tempo.

A propósito de carta geográfica, julgo que se deveria mandar uma de presente aos redatores do *Siècle*, folha que se publica em Paris.

Eis o que diz aquela folha em data de 15 de maio: "A terrível tragédia de Santiago quase se renovou ultimamente em Montevidéu, no Brasil. Durante a semana santa, etc."

Não podendo supor nestas palavras uma insinuação de anexação do território oriental ao brasileiro, inclino-me a crer antes que o ilustrado noticiário do *Siècle* conhece tanto a geografia da América como os leitores conhecem a geografia da lua.

Neste caso, uma carta geográfica será um presente de grande valor e digno de ser apreciado pela redação do *Siècle*.

Se em coisas destas que, por mui come-sinhás, todos devem saber, se escreve na Europa tanta barbaridade, o que não sai de falso e de imaginoso quando entram lá na apreciação da vida íntima dos povos desta banda?

Isto veio como "a propósito", e eu não posso terminar a parte relativa às surpresas da semana, sem noticiar outra, muito de passagem.

Retirou-se a fragata "Forte", de gloriosa memória, e veio substituí-la na estação da América do Sul a nau a vapor "Bombay" — uma adiçãozinha de força. Nisto é que está a surpresa, e em outra circunstância mais veio no "Bombay" o almirante Elliot, casado com uma irmã de Lord John Russell, e acha-se com sua esposa a bordo da nau.

Oh!

É o caso de fazer uma pequena correção ao grande cômico: "*Que vient-elle faire dans cette galère?*"

Deve supor-se que o almirante Elliot é um íntimo do Lord John Russell, um eco fiel das suas intenções e dos seus desejos na qualidade de cunhado do ilustre estadista. Ora, esta *última* circunstância provará "*anguis in herba*", ou reproduz simplesmente o passo da epopéia em que a deusa de Cípria faz abrandar, com o gesto gracioso e soberano, as iras dos deuses reunidos?

Esperemos os resultados das negociações pendentes; e vamos fundando a nossa verdadeira independência e soberania.

Foi no dia de ontem que a Bahia festejou a sua independência, naturalmente como de costume, com ardor e entusiasmo.

Também ontem tivemos por cá a nossa festa, festa mais particular, mas de grande alcance, — a festa da inauguração de uma sociedade literária.

É de grande alcance, porque todos estes movimentos, todas essas manifestações da mocidade inteligente e estudiosa, são garantias de futuro e trazem à geração presente a esperança de que a grandeza deste país não será uma utopia vã.

A sociedade a que me refiro é o Instituto dos Bacharéis em Letras; efetuou-se a festa em uma das salas do colégio de D. Pedro II. À hora em que escrevo, nada sei ainda do que se passou; mas estou

certo de que foi uma festa bonita; entre os nomes dos associados há muitos de cujo valor tenho as melhores notícias, e que darão ao Instituto um impulso poderoso e uma iniciativa fecunda.

Tenho agora mesmo diante dos olhos um exemplar da "Revista Mensal dos Ensaios Literários". *Ensaios Literários* é a denominação de uma sociedade brasileira de jovens inteligentes e laboriosos, filhos de si, reunidos há mais de dois anos, com uma perseverança e uma energia dignas de elogio.

Que faz esta sociedade? Discute, estuda, escreve, funda aulas de história, de geografia, de línguas, enfim, publica mensalmente os trabalhos dos seus membros. É uma congregação de vocações legítimas, para o fim de se ajudarem, de se esclarecerem, de se desenvolverem, de realizarem a sua educação intelectual.

Toda a animação é pouca para as jovens inteligências que estréiam deste modo. Se erram às vezes, indique-se-lhes o caminho, mas não se deixe de aplaudir-lhes tamanha perseverança e modéstia tão sincera.

Creio que já tive ocasião de fazer um cômputo das diversões e festas que se prometem ao Rio de Janeiro. Como a nossa capital nem sempre conta destas felicidades, vamos esfregando as mãos e agradecendo a fartura que se nos dá.

"*No hay miel sin hiel*", dizem os espanhóis. A chegada de Emília das Neves coincidiu com a retirada de Gabriela da Cunha, para S. Paulo. Foi na noite de quinta-feira que esta eminente artista, a instâncias, segundo se anunciou, da sua ilustre irmã de arte, representou nesta corte pela última vez.

O teatro escolhido foi o de S. Januário e a peça foi a comédia de V. Sardou, "*Os Íntimos*".

O público sabe com que distinção, com que verdade, com que arte, Gabriela da Cunha desempenha o papel de Cecília naquela comédia. Desde os primeiros sintomas de um amor, que não nasce de súbito que resvala devagar na doce intimidade da conversa e do passeio, até ao lance terrível em que, na luta da paixão e do dever, o dever triunfa e a mulher salva-se roçando pelas arestas do abismo — toda esta escala de sentimentos — amor, arrependimento, ódio do amante, desprezo por si — tudo isto é reproduzido de modo a arrancar da platéia aplausos entusiásticos.

A noite de quinta-feira foi para Gabriela da Cunha uma das suas mais felizes e gloriosas noites, e o público, aplaudindo-a calorosamente, fez plena justiça a um talento, tão celebrado quanto verdadeiro.

Emília das Neves confundiu os seus aplausos com os do público, e tal foi a tocante despedida de Gabriela da Cunha.

À exceção de dois ou três artistas, o pessoal da *última* representação dos "*Íntimos*" foi o mesmo das primeiras representações no antigo Ateneu Dramático. Todos, porém, fizeram convergir os seus esforços para que aquela representação não desmerecesse das anteriores; pede a justiça que se mencione o bom êxito desses esforços e o reconhecimento caloroso do público.

E a justiça pede ainda que se faça menção de outro artista, tão aplaudido sempre no papel que lhe coube, e para quem concorria igualmente a circunstancia de representar em despedida. Foi o Sr. Lopes Cardoso, no papel de Tolosan. Tenho manifestado mais de uma vez a minha opinião sobre este artista, ainda novo, mas dotado de talento e incontestável aptidão. O papel de Tolosan é dos seus melhores e mais brilhantes papéis. Dizer isto é fazer-lhe o melhor elogio, porque desempenhar Tolosan é empregar mil qualidades de artista, das mais difíceis e das mais raras.

Não vejo anunciada nenhuma outra novidade de teatro, a não ser "*Os Ourives*", de Porto-Alegre, ainda em ensaios no teatro de S. Januário; e não é com essa comédia portuguesa em 3 atos, que se representa hoje, no Ginásio.

Falarei domingo a este respeito com os meus leitores.

Já tinha lançado no papel as minhas iniciais, mas sou obrigado a incluir ainda algumas linhas no folhetim.

"— Dize aos teus leitores, escreve-me agora um amigo, que, se querem ver um demoninho louro, — uma figura leve, esbelta, graciosa, uma cabeça meio feminina, meio angélica, uns olhos vivos, — um nariz como o de Safo, — uma boca amorosamente fresca, que parece ter sido formada por duas canções de Ovídio, — enfim a graça parisiense, "*toute puré*", vão....."

Adivinhem os meus leitores aonde quer o meu amigo que eu os mande ver este idílio? "... ao Alcazar: é Mlle. Aimée".

Vejam os leitores até que ponto tem razão o comunicante. Lembro-lhes, ao concluir, que não percam da lembrança a terrível profecia do professor Newmager, de Melbourne.

10 DE JULHO DE 1864.

O folhetim não aparece hoje lépido e vivo; aparece encapotado, encarapuçado e constipado.

Também constipado? Também. O folhetim é homem, e nada do que é humano lhe é desconhecido: *Homo sum et nihil humanum a me alienum*, etc.

Não há organização, nem mesmo a do folhetim, que resista às alternativas do termômetro e aos caprichos do inverno fluminense, podendo, aliás, resistir aos caprichos das damas e às alternativas da política.

Depois de cinco ou seis dias de chuva miúda e vento frio, raiaram dois dias quentes, ontem e anteontem, quentes a fazer supor as proximidades de dezembro.

É um inverno verdadeiramente gamenho, espartilhado e rejuvenescido, alma de rapaz em corpo de velho, um inverno pimpão.

Depois desta amostra de calor, voltará amanhã o tempo chuvoso ou anuviado, e aí nos temos outra vez vítimas dos caprichos da quadra.

Esta razão serve para explicar o tom de fadiga e aborrecimento com que o folhetim aparece hoje.

Dito isto, passo a por a limpo umas contas de domingo passado.

A um amigo, que me observava ontem ter eu sido demasiado severo com os meus semelhantes, quando tratei do cometa Newmager, — respondi:

— “Meu caro, é que eu reduzo a missão do folhetim a isto: — atirar semanalmente aos leitores um punhado de rosas.. . sem quebrar-lhes os espinhos. Tenho eu culpa que o Criador rodeasse de espinhos as rosas, e que elas surjam assim do seio da terra, formosas, mas pungentes?”

Os meus leitores não de lembrar-se do que eu disse no domingo passado, quando falei do cometa Newmager; — não de lembrar-se que eu lamentei de coração o desgosto que ao divino espectador produziam os comediantes humanos. Era tão sincera aquela lamentação, que eu não duvido acrescentar hoje uma observação anódina ao que disse então.

Deus me livre de negar a existência da virtude, — eu já tive ocasião de escrever esta frase:

— “De todas as mulheres a que eu mais admiro é a virtude”.

Existe, é impossível negá-lo; mas o que não se pode igualmente negar, é o que nos comunicam as estatísticas que vêm por apenso ao relatório da justiça, isto é, — que a virtude por simpatia ou pela força das coisas, existe principalmente na classe dos viúvos.

Com efeito, de 24.484 criminosos julgados pelo júri, no decênio de 1853 a 1862, 11.077 são solteiros, 11.843 casados e 1.634 viúvos.

Que achado para os intendentes de polícia que procuram a mulher no fundo de todos os delitos!

Os solteiros e os casados, isto é, aqueles que estão mais no caso de lutar pela mulher — ou no espírito de posse ou no espírito de conquista — esses constituem a grande soma dos criminosos; ao passo que os viúvos, isto é, os que se pressupõe ficaram fiéis aos túmulos, formam apenas uma insignificante minoria nos fastos policiais.

Será este o corolário imediato a tirar da estatística? será certo que a mulher entra sempre, direta ou indiretamente, nos ataques que os homens fazem à vida, à propriedade e à segurança dos seus semelhantes?

É preciso notar, para esclarecimento de quem quer entrar nesta indagação, que nos 24.484 réus se compreendem apenas 1.585 mulheres, minoria insuficiente que deixa margem à opinião dos intendentes de polícia.

Manifestando estas dúvidas a uma senhora de espírito, numa destas últimas noites, ouvi-lhe fazer o processo dos homens, com uma indignação e uma energia que eu admirei, e às quais apenas pude opor dois ou três sofismas débeis e inconsistentes - isto mesmo por honra da firma.

Fiz ainda outra observação folheando as estatísticas criminais do relatório, e foi — que, no mesmo decênio de 1853 a 1862, *apenas* 363 individuos foram executados em virtude da moralíssima lei da pena de morte.

Os leitores sabem que a questão da abolição da pena de morte voltou à tona d'água em diversos países, e que, agora mais que nunca, trabalha-se por suprimir o carrasco, isto é, acabar com a anomalia de manter-se uma lei de sangue em virtude da qual foi sacrificado o fundador do princípio

religioso das sociedades modernas.

A este respeito não posso deixar de transmitir aos leitores as palavras de uma folha católica de Paris, "Le Monde", digno irmão e modelo da "Cruz", desta corte.

Este número do "Monde" chegou de fresco no último paquete. Aqui vai o pedacinho que vale ouro:

"Hão de acusar-nos, diz o "Monde", de prezar a guilhotina; não, não prezamos a guilhotina, que é um dos benefícios da revolução, e não pedimos outra coisa que não seja substituí-la por "outro gênero de suplício".

Não poucas vezes, a "Cruz", referindo-se ao "Monde", deixa resvalar um ou dois adjetivos fraternais. As duas folhas entendem-se; é de crer que este pedacinho do "Monde" seja transcrito na "Cruz", piedosamente comentado e aumentado.

A "Cruz" de Paris não quer a guilhotina por ser invento revolucionário, quer outro suplício de invento católico. A fogueira, por exemplo?

Quando leio estas e outras coisas, no século em que estamos, o qual, segundo se diz, é o século magno — hesito em crer nos meus olhos e desconfio de mim mesmo.

A "Cruz" de Paris entende que é impiedade matar com a guilhotina; o que ela quer é que se mate mais catolicamente, mais piedosamente, com um instrumento das tradições clericais, e não com um instrumento das tradições revolucionárias. Para ela a questão é simplesmente de forma; o fundo deve ficar mantido e respeitado.

Se os meus leitores disserem que estas pretensões da folha parisiense são ímpias e ridículas, fiquem certos de que não escaparão das iras dos piedosos defensores, e que, com duas ou três penadas, serão riscados do grêmio católico.

Qualquer dia destes ei de fazer um elogio dos canibais, raça ignorante e rude, que não conhece as delícias da nossa cozinha civilizada e limita-se a satisfazer os seus instintos bárbaros.

Talvez que ao terminar este folhetim receba a "Cruz", e então direi em *post-scriptum* se ela traz alguma piedosa lôa ao dito do "Monde".

Não tenho apontamento algum sobre política amena a não ser um aparte do Sr. Lopes Netto, deputado por Sergipe, respondendo a um orador que o acusava de ter glorificado a invasão do México.

S. Excia. declarou que não fizera semelhante glorificação.

Ora, como eu, já antes do deputado argumentar, tinha feito a mesma censura (censura de folhetim) recorri ao número do "Jornal do Comércio" em que veio o discurso do Sr. Lopes Netto, para ver de novo o que S. Excia. havia dito.

Reconheci que S. Excia. havia dito aquilo mesmo que no parlamento lhe foi apontado, e que eu — muito antes — apontei, considerando até o fato como milagre.

Há, porém, na ordem política umas tais retortas e alambiques, onde se apuram as; palavras e as idéias, de modo tal que as tornam inteiramente diversas daquilo que significam na ordem comum.

É possível que, a favor deste meio, S. Excia. nos explique o sentido do seu discurso. Antes disso, continuo a pensar que S. Excia. fez uma glorificação da invasão napoleônica.'

A propósito do México mencionarei aqui, de passagem, um fato de que todos já têm conhecimento: — a publicação de um livro de Sua Majestade a Imperatriz Carlota, intitulado: "*Recordações das minhas viagens à fantasia*".

O livro ainda não chegou às nossas plagas, creio eu. Ei de lê-lo apenas chegar. Há muitas razões para aguardar esta obra, com certa curiosidade. Primeiramente, o título já de si atraente, — depois a autora, que, além da consideração pessoal que tem, recebe agora toda a luz dos acontecimentos que — em mal! — vão cercar o seu nome e o de seu marido.

Outro livro, e de viagens, não de outra imperatriz, mas de uma senhora patriciana nossa. *Trois ans en Italie* é o título; veio-nos da Europa onde se acha a autora, a Sra. Nysia Floresta Brasileira Augusta.

A "Fantasia" ou "A Itália" — é a mesma coisa; é, pelo menos, o que nos fazem crer os poetas e os romancistas, sussurrando aos nossos ouvidos o nome da Itália como o da terra querida das recordações e das fantasias, do céu azul e das noites misteriosas.

Três anos na Itália devem ser um verdadeiro sonho de poeta. Até que ponto a nossa patriciana satisfaz os desejos dos que a lerem? Não sei, porque ainda não li a obra. Mas, a julgar pela menção benévola da imprensa, devo acreditar que o seu livro merece a atenção de todos quantos prezam as letras e

sonham com a Itália.

Para os que sonham com os bailes tenho uma notícia na lista da semana: a instalação de uma nova sociedade destinada a dar partidas. Niterói carecia de uma sociedade deste gênero, verdadeiramente familiar, como não pode deixar de ser, e que dará à cidade fronteira um novo atrativo.

Creio não ser indiscreto anunciando que muito breve haverá novamente nos salões do Club Fluminense um grande serão literário-musical, com a presença de senhoras, a fim de terminar a noite com um baile.

Ocultarei, por ora, os nomes dos promotores da festa que, a julgar pelo entusiasmo que já vou presenciando, há de ser esplêndida e única no gênero, entre nós.

Mais de uma vez tenho manifestado a minha opinião acerca deste gênero de reuniões literárias — nem tão sérias que fiquem o espírito do maior número — nem tão frívolas que afastem os espíritos sérios. Achar um meio termo desta ordem é já conseguir muito.

Por agora nada mais digo, pedindo apenas aos leitores que aguardem como coisa certa (o cometa é só lá para 1865) o anunciado serão, onde se achará a flor da sociedade fluminense.

Tenho limitado as proporções deste folhetim pelas causas já apontadas no começo, e por outra, que é a falta de espaço.

É preciso não atulhar a casa de mobília inútil.

Também não se perde nada, visto que a semana foi das mais indigentes e frias — Política à parte.

Não recebi a *Cruz*, mas recebi o primeiro número de um jornal de Cameté, verdadeira ressurreição do gênero de José Daniel.

Denomina-se *A Palmatória*, e traz como programa as seguintes linhas para as quais peço a atenção dos leitores:

*"A Palmatória tem de defender a rapaziada de qualquer injusta acusação que se lhe faça; tem de entreter os jovens de ambos os sexos com a transcrição de algumas cartinha amorosas, que possam ser obtidas por meio (ainda que sagazes) honestos e dignos, não se compreendendo nas transcrições respectivas os nomes das pessoas a quem se dirigiram, nem os das que as dirigiram, ou qualquer frase que possa fazer conhecido o público de quem são só correspondentes; tem de inserir algumas poesias, romances, anedotas, pilhérias e charadas, que possam deleitar, e finalmente de tratar, por meio de uma discussão apropriada entre os dois pretos escravos, o pai João Jacamim e o pai Henrique, de sancionar a necessária lei e regulamento sobre o tratamento e quantidade de palmatoadas com que devem ser premiados os poetas Arachias — o Palteira *de cebo* e escritor da variedade em inglês assinada — que apresentaram no "Liberal" suas respectivas e meritorias obras. Também aparecerá de vez em quando um espreitador noticiando as discussões ávidas entre as vendedeiras de frutas e doces, ora em casa de certo magistrado, ora na de um constante jogador, ora na de alguém que se torne indigno de exercer a magistratura. Tudo à semelhança do "Espreitador" por J. D. R. da Costa".*

Que lhes parece? Será isto imprensa? Temo estender-me demais; vou reler o que escrevi. Até domingo.

17 DE JULHO DE 1864.

Devia começar hoje por uma lauda fúnebre. Inverti a ordem e guardei-a para o fim.

O que me embaraçava, sobretudo, era à transição do triste para o ameno. A dor e o prazer são contíguos — na perna de Sócrates, segundo a lenda, — na vida humana, segundo a observação dos tempos; mas, no folhetim é um erro entristecer os leitores para depois falar-lhes em assuntos amenos ou festivos.

Duvido que um secretário de Estado dê melhores explicações ao parlamento do que eu aos meus leitores, — outro parlamento, onde não se fala, pelo menos que eu ouça.

Tenho sempre medo quando escrevo a palavra parlamento ou a palavra parlamentar. Um descuido tipográfico pode levar-me a um trocadilho involuntário. Sistema parlamentar, composto às pressas, pode ficar um sistema para lamentar. Note-se bem que eu falo do erro de ser composto às pressas ou mal composto... pelos compositores.

O erro tipográfico só aproveitou a Malherbe.

Conheci um poeta que era, neste assunto, o mais infeliz de todos os poetas. Nunca publicou um verso que a impressão o não estropiasse. É o que ele dizia:

“Viste hoje aqueles versos na folha?...”

“Vi.

O poeta acrescentava:

“Sou infeliz, meu amigo; tudo saiu errado; é enganar; não publicarei mais impressos, vou publicar manuscritos.

É verdade que, às primeiras lamentações desta natureza, procurei corrigir mentalmente os versos errados, e vi que, se o eram, não cabia aos tipógrafos toda a culpa, a menos que estes não fossem as musas do referido poeta.

Fiz, porém, uma descoberta de que me ufano: os erros tipográficos eram autorizados pelo poeta; esta fraudezinha dava lugar a que se tornassem comuns as faltas da impressão e as faltas da inspiração.

De descoberta em descoberta, cheguei à solução de um problema, até então insolúvel:

— Um mau poeta com a consciência da sua incapacidade.

Se Cambyses mandava pregar a pele de um juiz prevaricador na cadeira do juiz que lhe sucedia, devia-se, se possível fosse, mandar pregar a pele deste poeta à porta de todas as oficinas tipográficas,

“Como exemplo a futuros escritores”.

Como estou no capítulo das descobertas, mencionarei mais outra que fiz esta semana... nas mãos de um amigo de infância, que já tinha feito anteriormente. Este gênero de descobrir não é novo.

A descoberta foi o original do testamento do cônego Felipe.

É um manuscrito venerável e legendário; a ele está ligado o nome daquele cônego, a quem se atribui tanta simplicidade e de quem se contam tantas anedotas, falsas ou verdadeiras.

Nas minhas reminiscências da infância, tenho ainda viva a idéia de ter visto, quase diariamente, a tela a que alude a anedota do cônego e do pintor; lá estava a árvore, atrás da qual o cônego figurava estar escondido para não ser visto de Suzana.

Ora, o cônego, a quem se imputa tanta simplicidade, escreveu um testamento sério, grave, cheio de lucidez e de razão. Dificilmente se acredita ver ali a mão ou a cabeça do cônego Felipe.

Pois é autêntico. Foi encontrado entre os seus papéis, na casa em que ele habitou, casa tanto ou quanto histórica, — a casa do Livramento.

A conclusão a tirar de tudo isto é que não há espírito que resista diante da idéia de fazer um testamento, e que, por mais simples que seja um homem, na ocasião de assinar as suas últimas disposições testamentárias, torna-se de uma sisudez e uma lucidez admiráveis.

Não passarei adiante sem fazer uma observação, a saber — que há uma simplicidade maior que a do cônego Felipe, é a simplicidade dos que lhe atribuem mais simplicidade do que ele tinha, lançando à conta do bom cônego tantas anedotas apócrifas. Aqui tenho menos em vista defender a memória do cônego do que deixar patente a minha opinião acerca de uma espécie de espirituosos por conta alheia, de que, infelizmente, abunda este mundo sublunar.

Passemos adiante.

Se a minha leitora tem na sua sala uma estatueta de Terpsícore, aposto eu que lhe depositou ontem, aos pés, duas ou três coroas, pelo menos.

Assim deve ter sido em comemoração do milagre que salvou um dos templos daquela musa de voar pelos ares, anteontem.

Refiro-me ao incêndio do *Club* Fluminense. Ardeu apenas um pouco da chaminé, isto às 11 horas da manhã, que, ao que parece, é a hora dos sacrifícios daquela deusa. Preparavam-se naturalmente os bezerros sagrados, quando se deu o sinistro.

Felizmente nada sucedeu, além disto. Bem pensado, não podia suceder nada, pelo menos nos salões onde se dança ou se passeia. Não têm eles resistido ao fogo dos mil olhares que ali se têm cruzado?

Acabo de receber a *Cruz* — “*A tout seigneur, tout honneur*”.

Querem saber o que é um bom bispo? A *Cruz* encontrou o modelo no arcebispo de Dublin, de quem

transcreve um pedaço de um mandamento, dirigido ao clero, por ocasião do mês de Maria.

O ilustre prelado trata, a propósito do mês de Maria, da viagem de Garibaldi a Londres. A piedade episcopal é de uma doçura admirável: Garibaldi, no mandamento em questão, teve — uma carreira de roubo, de perfídia, de violência e de revolução: — os fidalgos e as mulheres de Inglaterra aviltaram-se dando-lhe honras quase divinas; — Garibaldi só ganhou vitórias quando os seus antagonistas foram comprados para se submeterem a ele, — etc., etc., etc., etc.

Deixo de parte as expressões piedosas do arcebispo de Dublin relativamente a Garibaldi! Ora, eis que uma idéia da divindade que não se havia descoberto no seio de uma sociedade cristã. O Sr. arcebispo de Dublin falou como um cidadão romano falaria de César, na qualidade de adversário político.

Então as festas, os jantares, as flores, as aclamações da cidade de Londres são coisas que se aproximam do culto da divindade?

Que mais? Garibaldi só venceu quando os seus antagonistas foram comprados, e os seus antagonistas, isto é, os que são — “amigos do papa e do sacerdócio católico” — os que não tinham carreira — de perfídia, — esses deixaram-se comprar, traíram a causa pontifícia, fizeram uma carreira “de perfídia”.

Pode ser que esta linguagem dê a medida de um bispo modelo; mas, com certeza, não dá a idéia de um cristão piedoso, e menos de um bispo lógico, e menos de um bispo reconhecido, e segundo me parece, não é dado, nem mesmo a um bispo, divorciar-se da lógica e da gratidão.

A *Cruz* contém ainda um suspiro pelos jesuítas, a propósito de uma festa que houve no Castelo. Que ela chore em paz as suas saudades.

Enfim, a folha católica anuncia uma nova refutação a Ernesto Renan, obra do douto cônego português Soares Franco. Nada tenho a dizer a este respeito, a não ser uma declaração à *Cruz*, a saber, que é de estimar ler todas as respostas a Renan em linguagem cristã. A nossa fé lucra com isso, e não há temer de excessos condenáveis. A este respeito espero que a nova refutação não tenha que se lhe censurar.

Mas, se trouxe esta notícia para aqui, é para encaminhar-me a dar outra notícia muito curiosa aos meus leitores.

Li na *Nação*, folha de Lisboa, uma carta, em que o Sr. Marquês de Lavradio fez importantes revelações aos leitores daquela folha. S. Excia. refutou Ernesto Renan, mas não seguiu o caminho dos diferentes refutadores, bispos, clérigos ou simples particulares. S. Excia. entendeu que refutar simplesmente a obra de Renan era fazer o que os mais faziam; S. Excia. foi além: refutou a obra, mas não leu a obra; fez uma refutação e um milagre.

Mas, por que não leu a obra? Não tinha licença? Tinha licença; há quarenta anos que S. Excia. está de posse de licença de ler obras ímpias; mas S. Excia. não quis cair no erro de que ele próprio censura os bispos refutadores. Que os bispos refutassem a obra, muito embora; mas, lê-la, é o que S. Excia. não pode levar a bem. Parodiando uma expressão célebre, S. Excia. é mais episcopal que os próprios bispos.

Naturalmente, os leitores perguntam consigo como é que o Sr. Marquês refutou a obra sem lê-la; também eu fiz essa pergunta, mas encontrei logo a resposta na mesma carta. Para refutar a obra, S. Excia. leu as refutações dos outros.

A isto chamo eu ler a obra em segunda mão.

Se o Sr. Marquês pudesse responder-me agora, eu estabeleceria o seguinte dilema, do qual duvido muito que S. Excia. saísse com facilidade:

Ou as refutações que leu não lhe deram uma idéia cabal do livro de Renan, e nesse caso nutro receios sobre o valor da obra do nobre marquês; ou deram-lhe a idéia do livro, clara e positiva como lá vem, apoiada pela transcrição de alguns fragmentos, e então S. Excia. leu o livro — senão para refutá-lo, ao menos para incorrer na censura que fez aos bispos.

Não tendo esperança de que este meu argumento tenha resposta, nem ainda que o Sr. Marquês o leia, acrescentarei o que me parece ver no ato e na declaração de S. Excia.

Que razões de escrúpulo nutre S. Excia. para ler obras ímpias, e se estes escrúpulos são reais, por que recebeu a permissão pontifícia e por que a conserva? Quanto à primeira parte, não compreendo tais escrúpulos, que os bispos mais severos, os modelos, mesmo o de Dublin, creio eu, não sentem, tanto que leram a obra; quanto à segunda parte, peço licença para dizer que S. Excia., apesar de tudo, não está fora da humanidade, e nesse caso, conservar a licença de cair em um perigo é expôr-se a cair nele, a cada hora.

Eis o que se me ofereceu dizer a propósito da obra de Renan refutada ... por um óculo.

E acabo assim com o nobre Marquês de Lavradio.

"Qu'on se le passe!".

Veja o leitor o que é falar sem conta nem medida; já me vai faltando o espaço.

Sempre há de haver algum para mencionar a publicação do 2.º e último volume da obra do Sr. Senador Padre Thomaz Pompeu, "*Ensaio Estatístico do Ceará*".

A obra fica assim composta de dois grossos volumes, onde os leitores estudiosos podem encontrar minuciosamente tudo o que diz respeito à estatística, à topografia e à história do Ceará.

A obra em si honra o nome do autor; mas, se se acrescentar que, para chegar aquele resultado, S. Excia. não teve à mão os elementos precisos e próprios, e que lhe foi necessário colhe-los ou antes criá-los, com o subsídio único dos seus esforços isolados, ver-se-há que o "*Ensaio Estatístico*" dobra de valor, e cresce o novo título que o ilustre cearense tem à estima e à admiração.

Chegou de Paris o 2.º volume da "*Morte Moral*", novela do Sr. A. D. de Pascual, a respeito da qual já tive ocasião de dizer algumas palavras.

Completa a bagagem das publicações da semana o tomo XXVII da "*Revista Trimensal*" do Instituto Histórico. A coleção das revistas do Instituto é uma fonte preciosa para as letras e para a ciência, uma obra séria e útil.

Passemos das alegrias da inteligência para os seus lutos. Uma carta da Europa, publicada pelo "*Jornal do Comércio*", nos deu notícia da morte do Dr. Joaquim Gomes de Souza.

A morte surpreendeu o nosso ilustre compatriota na mais bela mocidade e cercado de grande reputação. Sua vasta inteligência e seus conhecimentos científicos justificavam essa reputação, que foi quase contemporânea das suas estréias.

É sem dúvida um motivo de luto a morte de um compatriota como o Dr. Gomes de Souza; luto não só para os seus colegas, discípulos e amigos, mas luto para todos, luto para o país.

Vamos agora à notícia de outro luto infelizmente, por causa diversa, e de diversa natureza.

Foi o pacote do norte que nos trouxe a notícia do suicídio de um veterano da independência, na Bahia. Tinha 71 anos de idade. Começara a servir em 1821, época em que, segundo declarou, sofreu a mais bárbara violência em Sergipe de El-rei. Foi um dos combatentes de Pirajá. No tinha vício algum nem praticara nunca nenhuma ação infamante.

Que motivo levou este velho, no último quartel da vida, a lançar mão do veneno para pôr termo aos seus dias? — A fome!

Para acudir a esta fome, o honrado veterano fez tudo, até esmolar a caridade pública. Quando quis um emprego, não lhe deram!

Entretanto, que é esta liberdade que nos volteia diariamente nos lábios? Que é esta independência política de que o império goza e se ufana? Que é esta emancipação que faz a nossa honra e a nossa tranquilidade? Que é tudo isto, senão a obra dos veteranos das lutas passadas, veteranos da ação ou do pensamento?

É para lamentar que um deles tivesse sido obrigado a cometer esse crime contra a natureza e contra a religião, no auge do desespero.

Nas vésperas de 2 de julho, enquanto a cidade se preparava para festejar a grande data da liberdade, o infeliz veterano, já com o veneno no seio, escreveu estas linhas melancólicas e pungentes:

"— 2 de Julho — 1864.

"Tu te aproximas, e não mais terei de recordar as fadigas e privações que sofri nos campos de Pirajá, Brotas, Armações e Itapuã! Escapando de ser ferido nos fogos (antes uma bala perdida me tivesse traspassado) não escapei de uma febre maligna, da qual fui salvo, no maior perigo, pela filantropia do hoje Conselheiro Antonio Policarpo Cabral.

"É nas tuas vésperas, sim, ó 2 de Julho, que vou por termo à vida, por não poder suportar mais os horrores da miséria no seu maior auge!

"Oxalá possa este meu acontecimento despertar o longo sono da indiferença, ou antes egoísmo dos grandes que governam o país, e torna-los um pouco propensos em beneficiar os muitos dos meus companheiros de armas, que também se acham nas horrorosas circunstâncias com que tenho lutado.

"Adeus, pátria minha, que sempre amei!"

Ver as lutas da independência, por meio do óculo da história, a distância de 40 anos, é realmente cômodo e aprazível. Mas, se nesta cadeia da sucessão dos seres, bateu tão tarde a hora de nossa chegada, cumpria mostrar-nos reconhecidos aos que, à custa do seu sangue, fizeram da nossa hora uma hora de liberdade.

25 DE JULHO DE 1864.

Visitei há dias um canteiro de rosas. Foi antes da chuva. As belas filhas da terra acolhiam a um tempo as lágrimas da noite e os beijos de Cíntia. Tudo o que nos circundava, a mim e às rosas, convidava à cisma, à poesia, aos vãos livres da imaginação.

Não durou muito o meu ledo engano; uma notícia que eu tinha lido nessa manhã, em uma folha do Sul, levou-me a uma série de reflexões prosaicas e aflitivas.

A mim, sempre me pareceu que o Criador de todas as coisas tinha dado tão belas cores e formas tão engraçadas às rosas, — em primeiro lugar para que elas ornassem a face da terra, — depois para que — se deviam murchar algum dia — murchassem no seio virginal da donzela ou na fronte enrubescida da noiva.

Assim, mil fantasias de ordem poetisa atravessavam o meu espírito, e eu estava longe de pensar nas tiras de papel almaço que tenho agora diante de mim, e que espero enche-las ao acaso, se Deus quiser.

A primeira idéia aflitiva que me assaltou foi — que se defronte de mim estivesse então um fabricante de essências, um fornecedor do Claude ou do Bernardo — ao passo que eu meditava na graça nativa das rosas — ele se ocuparia em calcular quantas libras das inocentinhas filhas da terra lhe dariam para satisfazer alguma encomenda que tivesse em mão.

Não resisti a esta idéia que me chamava tão bruscamente ao mundo, donde me haviam esquecido até os cabeleireiros da Rua do Ouvidor.

Ah! mas isto era nada, e até certo ponto — sem sair da esfera da filosofia rústica, — eu podia defender o processo dos fabricantes de essências, baseado nesta consideração — que o olfato gosta de tal modo do perfume das rosas e dos junquinhos, que chega a recebe-lo contente das mãos dos cabeleireiros.

Muito mais prejudiciais do que estes são os que destilam os sentimentos — as rosas do coração — para vender as mesmas essências debaixo de diversos rótulos.

Mas, repito, aquilo era nada, ao pé da tal notícia que eu tinha lido numa folha do Sul: a notícia rezava do invento de um vinho de rosas, feito por um processo sumário, que não pude reter na memória; que não posso reproduzir aqui por não ter guardado a folha.

Vinho de rosas! Confesso que esta evocação tão intempestiva da minha memória aguçou-me o prazer que eu sentia, assistindo à vida calma e silenciosa daquelas flores tão decantadas pelos poetas. Eu bem sei que já a medicina tinha utilizado as rosas, para aplica-las como tisana aos seus doentes, donde vem, suponho, este pensamento filosófico — de que a beleza é medicina; bem sei que elas tinham sofrido outras transformações, mas, como matéria vinícola é que eu nunca as considere, nem me afasia a considera-las. Vênus e Baco na mesma substância! — É lícito este ajuntamento nas odes de Horácio, nas canções de Béranger; mas, no armazém do vendilhão ou na adega do ricaço, eis o que o meu espírito não podia admitir.

Se há caso em que a falsificação seja desculpável, é este. Todos sabem que, em qualquer lugar em que se invente um vinho, há sempre um falsificador disposto a lançar na circulação, com o mesmo nome, um líquido bastardo e nocivo. É o que acaba de suceder também no Sul, onde alguns fazendeiros preparam agora, com os melhores resultados, um vinho nacional. Já em Porto Alegre e no Rio Grande apareceram algumas amostras de uma mistura de pau campeche e outros ingredientes, com o nome do vinho legítimo do país.

Pois eu desculpava de bom grado o inventor audaz que vendesse uma tintura de erva cidreira com o nome de vinho de rosas.

Pobres rosas! não foi para estes ensaios químicos que Deus vos fez tão belas, e que os antigos vos ligaram ao mito de Vênus.

Eu disse no princípio que visitara o canteiro das rosas, antes da chuva destes últimos dias. A chuva leva-me naturalmente a dizer duas palavras aos senhores fiscais, em nome da classe, não dos servos da gleba, mas dos “servos da calçada”.

Não te incluo a ti, ó grande fiscal, ó construtor-mor das estradas do Brasil, ó divino sol, adorado pelos antigos e cantado por Poetas de todos os tempos!

É aos outros fiscais, aos que trajam calça e paletó, aos que têm diploma escriturado, assinado e selado. E ainda assim, não é a todos; excludo os bons fiscais que existem e nunca deram que falar à imprensa; minhas referências são à regra geral dos fiscais.

A existência desses só é conhecida, de quando em quando, por umas notícias que a imprensa publica, e que são todas por este teor:

“O Sr. Fiscal da freguesia de..., acompanhado do respectivo subdelegado, visitou ontem 48 casas de negócio (por exemplo) e multou 22, — 14 por terem pesos falsificados, 8 por terem à venda gêneros deteriorados”.

Ora, eu compreendia a publicação de uma notícia como esta, se, em vez de ser concebida em termos tão lacônicos, designa-se por extenso as casas multadas, o número e a rua, e o nome dos proprietários.

Deste modo de publicação resultavam três vantagens transcendentais:

1.^a vantagem: a população da freguesia ficava avisada de que havia um certo número de casas, visitadas e multadas, a que ela daria preferência, à espera que outra turma fosse igualmente visitada e multada, e que oferecesse novas garantias aos compradores, sem prejuízo dos negociantes verdadeiramente honrados.

2.^a vantagem: como a multa não é punição, visto que, sobre ser diminuta, é tirada dos acréscimos produzidos pelas falhas dos pesos e pela venda ilícita dos gêneros imprestáveis, aconteceria que a publicação do número, da rua e do proprietário constituía assim o verdadeiro castigo.

3.^a vantagem: esta é a que resulta da antecedente; poucos afrontariam, a troco de alguns réis mal ganhos, a vista de uma publicação, como esta, distribuída pelos vários mil assinantes das folhas.

Sem declinar a honra da lembrança, sinto toda a satisfação em dedicá-la aos fiscais e aos jornais, esperando que deste modo se incluam no mesmo saco a utilidade privada e a utilidade pública. Explicarei estas últimas expressões, antes de passar ao que tenho de dizer a propósito da chuva.

Atribuo à publicação daquelas notícias tão lacônicas à idéia de tornar o público ciente de que tal ou tal funcionário cumpre o seu dever. Ora, sem prejudicar esta utilidade privada, podia-se atender igualmente para a utilidade pública, empregando o sistema que eu tive de desenvolver acima.

Acho inocentíssima a idéia a que atribuo essas publicações, em comparação com outra idéia e outras publicações, de que não são raros os exemplos.

Citarei um fato:

Era um leilão de escravos. Na fileira dos infelizes que estavam ali de mistura com os móveis, havia uma pobre criancinha abrindo olhos espantados e ignorantes para todos. Todos foram atraídos pela tenra idade e triste singeleza da pequena. Entre outros, notei um indivíduo que, mais curioso que compadecido, conjecturava a meia voz o preço por que se venderia aquele semovente.

Travamos conversa e fizemos conhecimento; quando ele soube que eu manejava a enxadinha com que agora revolvo estas terras do folhetim, deixou escapar dos lábios uma exclamação:

— “Ah!”

Estava longe de conhecer o que havia neste — Ah! — tão misterioso e tão significativo.

Minutos depois começou o pregão da pequena. O meu indivíduo cobria os lanços, com incrível desespero, a ponto de por fora de combate todos os pretendentes, exceto um que lutou ainda por algum tempo, mas que afinal teve de ceder.

O preço definitivo da desgraçadinha era fabuloso. Só o amor à humanidade podia explicar aquela luta da parte do meu novo conhecimento; não perdi de vista o comprador, convencido de que iria disfarçadamente ao leiloeiro dizer-lhe que a quantia lançada era aplicada à liberdade da infeliz. Pus-me à espreita da virtude.

O comprador não me desiludiu, porque, apenas começava a espreitá-lo, ouvi-lhe dizer alto e bom som:

— “É para a liberdade!”

O último combatente do leilão foi ao filantropo, apertou-lhe as mãos e disse-lhe:

— “Eu tinha a mesma intenção”.

O filantropo voltou-se para mim e pronunciou baixinho as seguintes palavras, acompanhadas de um

sorriso:

— “Não vá agora dizer lá na folha que eu pratiquei este ato de caridade”.

Satisfiz religiosamente o dito do filantropo, mas nem assim me furtei à honra de ver o caso publicado e comentado nos outros jornais.

Deixo ao leitor a apreciação daquele airoso duelo de filantropia.

Se queres a caridade às escondidas, dizia-me um dia um filantropo, serás forçado a admitir que a natureza da caridade é a natureza da coruja, que foge à luz para refugiar-se nas trevas: tira as conseqüências.

Podia opor a este impertinente a figura da violeta e o texto do Evangelho, mas são demasiado clássicos para os filantropos realistas.

Voltemos aos fiscais e à chuva.

O que tenho a dizer àqueles funcionários é amigável e franco. Se há alguns pontos da cidade que ainda não permitem um asseio completo e irrepreensível, lia outros que não têm merecido a atenção que se lhes deve. A imprensa anda diariamente cheia de reclamações. Seria útil que, de uma vez, se pusesse termo a essas queixas, fazendo do asseio da capital uma realidade.

A câmara municipal ajudaria os Srs. fiscais naquilo em que se tornasse necessária a intervenção dela, e deste modo o trabalho não seria illusório.

Se isto é uma necessidade em todas as circunstâncias e em todos os tempos, muito mais agora que estamos em véspera de receber ilustres hóspedes, e que se hão de celebrar festas por ocasião do auspicioso consórcio de Suas Altezas.

Façamos como faz o pobre asseado que não tem toalhas de linho — ofereçamos a nossa toalha de algodão, mas lavada e engomada.

Creio que esta linguagem está nos limites da moderação e da justiça.

A *Cruz* é o traço de união para ligar todos os assuntos. Não passarei adiante sem dizer duas palavras a respeito do número de ontem. Naquela seara há sempre muita coisa a colher.

Da vez passada, a *Cruz* nos deu o modelo de um bom bispo. Querem os leitores saber o que é um bom católico? Diz a *Cruz*:

— “*Um bom católico* — Uma carta de Argel noticia que no sábado anterior à morte do general Pélissier, duque de Malakof, recebeu ele a absolvição e a comunhão das mãos do bispo de Argel, sendo-lhe administrados os últimos sacramentos na véspera da sua morte”.

O que a *Cruz* diz do general Pélissier podia dizer igualmente de centenas de pessoas que morrem na comunhão da Igreja e com todos os sacramentos, sem que, entretanto, fosse necessário adjetivar o substantivo.

“Um católico” — era suficiente.

Eu só compreendia a notícia da *Cruz*, se acaso o ilustre general, nos últimos dias da vida, estivesse cercado de doutores judeus, maometanos e protestantes, armados de Talmudes, Korans ou bíblias modificadas, procurando cada seita chamar o moribundo às suas doutrinas; se o general, nesta última Malakof, muito mais brilhante que a outra — ficasse fiel aos princípios da Igreja, estava explicada a notícia da *Cruz*, e não só a notícia como o adjetivo.

De outro modo não se compreende.

Não me demoro em outras preciosidades da *Cruz*. Direi, contudo, que já descobri a utilidade desta folha, e estou longe de pensar com os que entendem que uma imprensa deste gênero não serve aos interesses legítimos da religião.

Serve de muito.

O modo, porém, é engenhoso, e adivinha-se até no título da gazeta. A *Cruz* é realmente cruz: serve para experimentar a fé dos católicos; se, no fim de um mês de leitura, o católico não tem perdido a fé em que vive, — está livre de tornar-se herege... Isto é o que acontece nas outras partes, com os outros jornais do mesmo gênero, quer se chamem o *Universo*, a *Nação* ou a *Grita*.

Passado o traço de união, anuncio aos meus leitores a presença, em nossa capital, de três crianças; dois pianistas e um violinista, Hernani, Liguori e Pereira da Costa; o segundo brasileiro, os outros portugueses. É para completar a época das crianças, já começada pela companhia dos meninos

florentinos.

Deixai as crianças virem até nós.

Os florentinos, sobretudo na parte coreográfica, continuam a excitar o entusiasmo do público do Teatro Lírico.

Do talento dos novos artistas chegados da Europa e do sul do império, Costa, Hernani e Liguori, apenas sei o que me dizem cartas insuspeitas, e o que escreveram os jornalistas que os ouviram. Creio que brevemente se nos dará ocasião de apreciá-los.

Antes de concluir, quero agradecer a um jornal do Sul, que transcreveu para as suas colunas o pedaço do folhetim em que eu relatava o milagre Lopes Netto. Foi com o mais vivo prazer que eu li essa transcrição, destinada a dar maior publicidade ao fenómeno que tive a honra de descobrir e narrar nestas colunas.

Dar-me-ei por feliz se as outras folhas do Sul e do Norte imitarem o exemplo do nosso colega, de maneira a fazer com que a notícia se espalhe, e chegue a todos a narração do incidente mais importante da sessão parlamentar.

Quem não pôde fazer milagres, denuncia-os.

Hão de notar que, de princípio a fim, tenho-me hoje referido ao Sul. É para lá que estão voltados todos os espíritos: o folhetim recebe a influência do tempo, não lh'a impõe.

Para que se não enfadasse o Norte, eu podia imitar aqui um poeta, filho do Sul, vítima de uma figura e de uma rima. A rima era a palavra — "Norte" — e a figura era simbolizar no Sul o alvo de todos os seus desejos. O poeta produziu este verso:

"Ó Sul, tu és meu Norte!"

1º. DE AGOSTO DE 1864.

A semana que findou teve duas festas uma festa da dinastia, outra da indústria; nacionais ambas; ambas celebradas na quinta do Imperador.

Sua Alteza Imperial completou 18 anos; esta circunstância e a do seu próximo casamento deram ao dia 29 de julho maior importância ainda.

Sua Alteza está moça; chegou à idade em que lhe é preciso observar os acontecimentos, estudar maduramente as instituições, os partidos e os homens; enfim, completar como que praticamente a educação política necessária à elevada posição a que deve assumir mais tarde.

Se a esta circunstância ligarmos outra, a do próximo casamento de Sua Alteza, ter-se-á compreendido a máxima importância do dia 29.

Esta importância nada perde de si diante das instituições que nos regem — apesar de já ir longe o tempo em que o príncipe de Ligne, dizendo-lhe a Imperatriz Catarina que ia consultar o seu gabinete, respondia:

— "O gabinete de S. Petersburgo, bem sei o que é — vai de uma fonte a outra, e da testa à nuca de Vossa Majestade".

Se hoje não é assim, nem por isso o critério do imperante deixa de tomar parte no desenvolvimento e na prática das instituições.

A festa da indústria foi a distribuição dos prêmios conferidos aos expositores da ex-posição nacional e da exposição de Londres.

Deus sabe quantas folhas de papel eu não gastaria, se dissesse tudo o que se me oferece dizer a propósito da indústria nacional. Limito-me a assinar, com todo o país, os votos de que as frequentes exposições e a iniciativa individual consigam levar a nossa indústria ao maior grau de elevação.

Há muito tempo que me não ocupo de política amena. Não tenho reparado se nos torneios parlamentares tem havido alguma coisa que requeira esta denominação; mas, para não ficar inteiramente baldo desta vez, farei uma vista retrospectiva e denunciarei um pedacinho oratório que escapou a um dos nossos padres conscritos.

Este não usou da fraude a que eu tive a honra de aludir quando escrevi no meu segundo folhetim: — "Será útil que a civilização acabe com este uso de andar de jaqueta diante dos contemporâneos e ir de casaca à Posteridade".

Tratava-se de substituir o côvado histórico e a libra tradicional, por denominações novas, arranjadas por meio de raízes gregas. A alteração dos nomes trazia igualmente a alteração dos pesos e das medidas.

Alguns oradores combatiam o projeto, entre outras razões pela dificuldade e complicações das novas denominações. Um orador, depois de mostrar as vantagens do projeto, passou a apreciar este último argumento, e disse, pouco mais ou menos, estas palavras:

— “Não acho, Sr. presidente, que esta razão deva pesar em nosso animo. Se os nomes são arrevesados, nem por isso deixará de fixá-los a memória do povo. Também não são fáceis as denominações francesas das figuras de quadrilha, e contudo vemos que, em um baile entre nós, apenas o mestre-sala as pronuncia, saem os pares a executar as diferentes figuras anunciadas”.

Este argumento coreográfico, este raciocínio próprio de Terpsicore, calou no ânimo dos ouvintes e foi um verdadeiro “*En avant tous!*” — todas as opiniões, adversas, amigas ou vacilantes, ao ouvirem as palavras do orador, deram-se as mãos e fizeram “*la grande chaine*”.

Felizmente está impresso e há de passar à posteridade como foi ouvido.

Este gosto de ser ameno e divertido invade tudo e aplica-se às coisas mais sérias e mais graves.

Exemplo:

Não há muito tempo, li numa folha do Norte uma notícia cujo título era:

“Quis antes tiro que gaiola”.

Não tive tempo de refletir na elegância da frase; confrangeu-se-me o coração com a idéia de que o noticiarista, a propósito de algum passarinho, escapo da gaiola do caçador e morto com uma carga de chumbo, se lembrasse de ser engraçado e fazer rir os leitores.

Pobre passarinho! — dizia comigo — fizeste um esforço, aproveitaste a porta aberta e abriste as asas no espaço, ao ar livre, no reino infinito da liberdade em que nasceste. Teu dono estimava-te, mas estimava-te como os tiranos estimam os povos que dominam — ao saber que fugiras enraiveceu-se, espumou, gritou, travou de uma arma carregada, correu ao campo; viu-te sobre uma árvore, a cantar de alegria, disparou o tiro, e deitou-te ao chão!

E como se isso já não bastasse, a única necrologia que tiveste foi um chasco do noticiarista — quando, fugindo à gaiola, tu não fizeste mais do que fazemos nós outros, aves de Platão.

Fiz outras considerações antes de continuar a ler a notícia; mas não sei com que Palavras refira o meu espanto, quando, em vez da fuga e da morte de um pássaro, li a narração da fuga e da morte de um homem!

Era um acusado que estava na cadeia, fazia-se o processo, e a justiça não tinha ainda pronunciado a última palavra; o réu tinha, pois, a presunção de inocência. Mas um dia achou facilidade de fugir e fugiu.

Perseguido pelos soldados, o réu deitou a correr por montes e vales; enfim, depois de alguma luta, um soldado, não sei se para intimidar, não sei se para defender-se, disparou a espingarda, e o fugitivo caiu fulminado.

Este fato, cheio de circunstâncias tão lúgubres, despertou o espírito do noticiarista em questão. A cadeia chamou gaiola, comparou o tiro do soldado ao tiro do caçador que vai distrair-se ao mato; misturou e fez uma notícia.

Cabe aqui a máxima de La Rochefoucault a respeito de quem corre atrás do espírito.

Não corramos nós, leitor, atrás dele entremos na casa onde se vende impresso, brochado e encadernado, o espírito de todos os homens, mortos e vivos, poetas e historiadores, clássicos ou românticos; vamos à livraria.

A casa Garnier distribuiu esta semana dois livros, um impresso em Paris, outro impresso no Rio de Janeiro.

Já me tenho referido mais de uma vez à livraria Garnier, a que devemos tantas edições aprimoradas, e que cada dia alarga mais o círculo das suas relações.

O livro impresso em Paris é o 1º. volume da obra do Sr. Pereira da Silva, *História da fundação do Império Brasileiro*.

Acompanha o volume um belo retrato do autor.

A edição é magnífica e das melhores que tem feito o Sr. Garnier.

Quanto à obra em si, não é possível dizer já coisa alguma, diante do primeiro volume. Parece-me um livro de grande investigação histórica, mas só a conclusão nos poderá dar uma idéia completa e definitiva do valor e do alcance do trabalho.

O autor terá, sem dúvida, compreendido a natureza do cometimento e o alcance das promessas que nos faz.

É difícil aos homens militantes da política apreciar com o olhar imparcial do historiador os acontecimentos do passado; mas uma vez alcançado isso, a glória realça o dever, e o aplauso redobra de entusiasmo.

Tenho a maior sinceridade no desejo de que esta seja a sorte da *História da fundação do Império Brasileiro*.

A outra obra editada pela Livraria Garnier é uma tradução que faltava às academias: *Instituições do Direito Romano Privado*, de Warnkoenig.

O autor deste difícil trabalho, o Sr. Dr. Antonio Maria Chaves e Mello, é um homem profundamente versado no latim; empregou no trabalho que agora vê à luz, longos dias e um zelo consciencioso.

Tenho ouvido a muitos competentes louvar o trabalho do Sr. Dr. Chaves e Mello.

Reunindo a modéstia à ilustração, o Sr. Dr. Chaves e Mello tem um duplo direito à admiração franca da crítica e do público.

Já que estou na Rua do Ouvidor podia ir mais adiante e entrar em casa do Pacheco. Dizem-me que há ali trabalhos, daqueles primorosos que ele sabe fazer. Vejo que é tarde; fica para o folhetim seguinte.

Que vos direi dos teatros, prezados leitores? O Ginásio vai vestir nova roupa; S. Januário interrompeu os seus espetáculos; S. Pedro divide-se entre a *Nova Castro* e a *Roma Encantada*; o Lírico continua a receber o público, que aplaude a Alba e os meninos florentinos.

Quanto a Emilia das Neves, não se sabe ainda onde reapresentará, e os boatos de hoje são sempre contrariados pelos boatos de amanhã. Ora se indica este teatro e esta peça; ora se fala em outra peça e outro teatro. Mas a verdade não se sabe ainda.

Suponho ter já falado em três jovens artistas — dois pianistas e um violinista — que se acham no Rio de Janeiro. Também não se sabe o tempo e o lugar em que apresentarão os seus talentos ao público. É, como se vê, uma época de expectativa.

Antes de concluir, devo dar uma explicação aos meus leitores habituais.

Apareço algumas vezes à segunda-feira, — hoje como na semana passada; mas isso não quer dizer que eu tenha mudado o meu dia próprio, que é o domingo.

A profissão do folhetim não é ser exato como um relógio; e ainda assim, todos sabem como, até na casa dos relojoeiros, os relógios divergem entre si.

Se é lícito ao relógio variar, não é ao folhetim que se deve pedir uma pontualidade de Monte-Cristo.

Eu cismo nos meus folhetins sempre a horas mortas, e acontece que nem sempre posso fazer-lo a tempo de aparecer no domingo.

Fiquem avisados.

Disse — horas mortas — para seguir a linguagem comum; mas haverá acaso horas mais vivas que as da noite?

É esta pelos menos a opinião de um poeta nos seguintes versos, escritos no álbum de uma senhora de espírito.

HORAS VIVAS

Noite: abrem-se as flores...
Que esplendores!
Cíntia sonha amores
Pelo céu!
Tênues as neblinas
Às campinas

Descem das colunas
Como um véu!

Mãos em mãos travadas,
E abraçadas,
Vão aquelas fadas
Pelo ar.
Soltos os cabelos,
Em novelos,
Puros, louros, belos,
A voar!

— Homem, nos teus dias
Que atonias!
Sonhos, utopias,
Ambições
Vivas e fagueiras
As primeiras,
Como as derradeiras
Ilusões.

— Quantas, quantas vidas
Vão perdidas!
Pombas mal feridas
Pelo mal!
Anjos após anos,
Tão insanos,
Vêm os desenganos
Afinal!

— Dorme: se os pesares
Repousares,
Vês? por estes ares
Vamos rir.
Mortas, não; festivas
E lascivas,
Somos — Horas vivas
De dormir!

7 DE AGOSTO DE 1864.

Fui ver duas coisas novas em casa do Pacheco. A casa do Pacheco é o mais luxuoso templo de Delos da nossa capital. Visitá-la de semana em semana é gozar por dois motivos: admira-se a perfeição crescente dos trabalhos fotográficos e de miniatura, e vem-se reunidos, no mesmo salão ou no mesmo álbum, os rostos mais belos do Rio de Janeiro — falo dos rostos femininos.

Não me ocuparei com esta segunda parte nem tomarei o papel indiscreto e difícil de Paris, trazendo para aqui o resultado das minhas comparações.

Quanto à primeira parte, — é a casa do Pacheco a primeira do gênero que existe na capital, onde há cerca de trinta oficinas fotográficas.

Há vinte e quatro anos, em janeiro de 1840, chegou ao nosso porto uma corveta francesa, *L'Orientale*, trazendo a bordo um padre de nome Combes.

Este padre trazia consigo uma máquina fotográfica. Era a primeira que aparecia na nossa terra. O padre foi à hospedaria Pharoux, e dali, na manhã do dia 16 de janeiro, reproduziu três vistas — o largo do Paço, a praça do mercado e o mosteiro de S. Bento.

Três dias depois, tendo Sua Majestade aceitado o convite de assistir às experiências do milagroso aparelho, o padre Combes, acompanhado do comandante da corveta, foi a S. Cristóvão, e ali se fez nova experiência; em 9 minutos foi reproduzida a fachada do paço, tomada de uma das janelas do torreão.

É isto o que referem as gazetas do tempo.

Desde então para cá, isto é, no espaço de vinte quatro anos, a máquina do padre Combes produziu as trinta casas que hoje se contam na capital, destinadas a reproduzir as feições de todos quantos quiserem passar à posteridade... num bilhete de visita.

A primeira coisa que eu fui ver em casa do Pacheco, foi uma delicada miniatura, verdadeira obra prima

da arte, devida ao pincel já conhecido e celebrado do Sr. J. T. da Costa Guimarães.

O Sr. C. Guimarães é um dos mais talentosos discípulos que tem deitado a nossa academia das belas artes.

O novo trabalho de miniatura do Sr. C. Guimarães é um retrato de Diana de Poitiers, sob a figura de Diana Caçadora.

Diana de Poitiers foi uma destas criaturas que trazem consigo o elixir de longa vida e o elixir de longa beleza. Aos 40 anos inspirou a Henrique II essa paixão profunda que soube alimentar até aos 60, e tão bela era nesta última idade, que um escritor do tempo dizia o seguinte:

“Vi-a seis meses antes de morrer, tão bela ainda que eu não sei se pode haver coração de pedra que se não apaixonasse por ela”.

A miniatura do Sr. Costa Guimarães corresponde à idéia que fazemos da amante de Henrique II. Parece representá-la aos trinta anos. É apenas meio corpo, tendo parte de uma espádua e a cintura cingidas por um estofado cinzento, e o resto em toda a esplêndida nudez da beleza. Pende-lhe a tiracolo o carcaz, e sobre a testa, no meio de uma onda de magníficos cabelos, vê-se a figura astronômica da irmã de Phebo.

A delicadeza de traços, a viveza de colorido, a verdade de expressão, a graça do gesto tornam a miniatura do Sr. C. Guimarães um trabalho digno de ser apreciado.

A outra novidade que fui ver à casa do Pacheco foi um aparelho fotográfico, chegado ultimamente, destinado a reproduzir em ponto grande as fotografias de cartão. Não vi ainda trabalhar esse novo aparelho, mas dizem que produz os melhores resultados. Até onde chegará o aperfeiçoamento do invento do Daguerre?

Feita a justiça à arte moderna e a um dos seus melhores templos — passemos a fazer justiça à própria justiça, ou antes aos que têm por missão representá-la.

Quer o leitor escrever um livro *“in-folio”*, da grossura de um missal, em caracteres microscópicos? Escreva a história dos abusos judiciários e policiais que se dão cada ano neste nosso abençoado país.

O assunto dá até para mais.

Na semana que findou chegaram gazetas de Campos, onde vêm narrados dois fatos que podem figurar na obra que indiquei acima.

Aqui vai o primeiro:

Um preso de nome Fidelis, acusado por crime de furto, foi ao júri, mas teve de voltar para a cadeia por não ter comparecido uma só testemunha. Ora, Fidelis já está preso há mais tempo, talvez, do que lhe cumpriria no máximo da pena. Não pára aqui; a cadeia é imunda; Fidelis entrara para lá de perfeita saúde, mas quando saiu para o tribunal era outro, tão mudado se achava.

Outro fato:

Compareceu também ao júri e inutilmente, como Fidelis, um preso de nome Vidal, cujo crime era o de resistência. Vidal está na cadeia há mais de um ano, e depois que lá está perdeu a mulher e dois filhos, reduzidos à maior miséria.

O “Despertador”, dando notícia deste fato, acrescenta uma frase tocante: “Ah! pobre homem! Quando voltar a casa há de ter saudades da cadeia”.

Se vivêssemos no tempo de Charondas e de Cambyses, a medida que se tomaria em casos tais seria pouco mais ou menos esta: dividia-se o tempo da pena correspondente ao delito dos réus e puniam-se em partes iguais os autores e cúmplices dos abusos que acabo de mencionar.

Não se persuada o leitor que eu lamento os tempos de Cambyses e de Charondas, posto que algumas das leis que aqueles dois legisladores fizeram são ainda hoje usadas em vários países.

No sistema parlamentar, por exemplo, usa-se ainda a lei que Charondas decretou sobre os cidadãos que quisessem propor a revogação, a alteração ou o aperfeiçoamento de quaisquer leis do Estado.

Quando qualquer cidadão pretendia fazer alguma proposta neste sentido, era levado à assembléa, com um laço ao pescoço. Se a proposta era aceita, ficava livre; se era rejeitada corria-se o laço, e havia um cidadão de menos.

O resultado deste sistema era pura e simplesmente a supressão das minorias e a vitória das maiorias soberanas. A mesma lei é empregada hoje, com uma diferença única, e é — que o proponente, no tempo de Charondas, morria uma vez, — ao passo que hoje morre para ressuscitar e morrer de novo,

sempre que se lembrar de iniciar alguma revogação.

Exprimindo-me deste modo, estou longe de contestar a comodidade do sistema; limito-me a observar que é essa uma das leis adotadas nos códigos parlamentares.

Se o leitor se aborrece dos assuntos da *Cruz*, salte alguns períodos, e achará outras coisas para ler.

A *Cruz* continua a ver no general Pélistier um modelo de homem católico, coisa que eu não tenho a pretensão de contestar, mas que me serve para dizer à *Cruz* que, na qualidade de gazeta religiosa, ela não deve fazer seleções desta natureza.

As razões já apresentadas, apresenta a *Cruz* mais uma, no número que se distribuiu ontem.

Tratava-se da guerra da Criméia; marcou-se o assalto de Sebastopol para o dia 8 de setembro.

Houve quem objetasse que alguns anti-papistas podiam ver a escolha do dia como um excesso de devoção; então o general Pélistier insistiu dizendo que, exatamente por ser aquele o dia da Virgem, é que se devia dar o assalto, confiando-se na proteção da mãe de Deus, pensassem os anti-papistas o que lhes parecesse. — E Sebastopol, diz a *Cruz*, foi tomada no dia 8 de setembro!

Ora, como para mim é ponto de fé que a Virgem não intervém por forma alguma nesta coisa iníqua, ridícula, bárbara e grotesca, que se chama — “Guerra”, — acho que era este o caso de dizer ao finado duque de Malakoff: — Fia-te na Virgem e nãourras!

A força e a perícia dos aliados é que venceram na batalha; o dia não produziu a vitória, como a benção do papa não legitimou o império mexicano (com perdão do Sr. Lopes Netto).

Depois de citar mais três atos praticados pelo finado duque — o oferecimento de uma cruz tomada em Sebastopol a uma igreja, o oferecimento dos seus serviços ao papa, e por último, ter morrido abraçado com uma cruz do Santo Sepulcro, a *Cruz* acrescenta:

“Ah! se os nossos homens de guerra pensassem como este valente general, quanto seríamos felizes e o país conosco!”

Dispensome do trabalho de desviar dos nossos generais a censura da *Cruz*.

Esta insistência da *Cruz* faz-me lembrar uma célebre discussão havida este ano no senado, em que tomaram parte alguns ministros, — sobre se o governo acreditava ou não na Providência, — o que, seja dito entre parênteses, não fez crescer mais um bago de café, nem melhorou as condições da liberdade individual.

A propósito de liberdade — há, em uma das províncias do Norte, uma folha com este título, e que parece dar uma significação singular à palavra que lhe serve de bandeira. Com efeito, eis o que esta folha, em um dos seus números, julgou dever escrever a respeito de um assinante remisso:

— “Velhacaria. — É verdade. Agora também podemos afirmar que o tal Cazuzza da mamãe-dindinha é velhaco convicto.

Mandando nos exigir dele o pagamento da assinatura desta folha, de três quartéis — disse ao nosso preto, que nunca a leu! .. É preciso ser um infame caloteiro para proceder deste modo. É verdade que quem mandou vender até os fundos de garrafas ao negociante Carreira por 880 réis é capaz de tudo, e de mais”.

É transparente o motivo desta linguagem; não foi negar-se o assinante ao pagamento, foi não ter lido a folha. A *Liberdade* reconhece todas as liberdades, menos a liberdade de não ler a *Liberdade*. É como alguns tolerantes que toleram tudo, menos o direito de negar um pouco a tolerância deles.

Oh vaidade humana!

Para que os leitores não deixem de ter desta vez uma página de bom quilate, recebi pressuroso a carta que me enviou um amigo e colega, e que vai transcrita mais adiante.

Alguns dos leitores queriam talvez que eu suprimisse as palavras laudativas com que o meu colega e amigo me honra nessa carta, isto por conveniência de modéstia — daquela modéstia “*qu'on impose aux autres*”, como diz Alphonse Karr. Todavia, eu tomo a liberdade de inserir a carta integralmente, porque isso em nada prejudica a modéstia natural e verdadeira, — que é muito diversa da modéstia de convenção e de palavra.

Feito o que, dou a palavra ao meu colega e amigo:

“Meu caro poeta:

Nunca ambicionei, como neste momento, possuir a pena maravilhosa que manejas com tanta

facilidade e talento, e que se ufana do gracioso condão de transmitir ao leitor o eco simpático e ainda vibrante de tuas inspirações.

Mas, como te conheço, sei que não recusarás a um teu obscuro admirador um pequeno espaço em teu apreciável folhetim, para te dar notícia de uma reunião a que não assististe, mas de que eu e muita gente conservamos a mais grata recordação.

Em um dos mais pitorescos arrabaldes da cidade e à porta de uma casa conhecida pela amabilidade dos seus donos, entrava sábado passado um grande número de pessoas que haviam sido convidadas para assistir às fogueiras de Sant'Anna.

Os salões acharam-se em breve povoados de um luzido, elegante e distinto concurso.

O primor das *toilettes*, a formosura e donaire de muitas senhoras e moças que animavam com sua presença o risonho recinto daquelas salas, o movimento das danças, as melodias do canto, os sons harmoniosos da música, o rumor incessante das conversações, os ditos de espírito que se cruzavam, os raios fulgurantes dos olhos que se encontravam, e falavam muitas vezes inspirados em sua muda eloquência, tudo enfim imprimiu ao encanto desta noite um cunho de interesse, prazer, movimento e alegria que deu um notável realce à festa.

Não me cansarei em mencionar-te o número das quadrilhas, o nome das polcas, a estatística completa do itinerário dançante; basta que te diga que os minutos e os instantes foram aproveitados com usura, e que havendo o baile começado às oito horas da noite, às seis da madrugada ainda se dançava com frenético e delirante entusiasmo!

A esta hora, porém, sucedeu ao rumor vertiginoso do folgar profano, o concentrado silêncio da adoração religiosa. Foi bela e sublime a idéia! Os convidados que haviam tomado parte nos divertimentos da noite, foram assistir a uma missa celebrada em um oratório, ao lado dos salões brilhantes, que anda há poucos momentos estremeciam ao ruído das danças, ao eco estridente das músicas e ao som descontraído dos risos e das palavras!

Depois da festa do mundo, a festa de Deus! Depois do gozo, a adoração! Depois do sentimento, o êxtase! Depois do homem, o criador por ele glorificado! Era um quadro novo e impressionante!

Sobre aqueles tapetes, onde poucos instantes antes se agitavam os pés mimosos e rugiam as sedas das elegantes damas, ajoelhavam-se elas agora, prestando o ouvido atento às notas da música religiosa e dos cantos divinos, mais belos ainda e radiantes com este batismo de adoração matinal!

Os que assistiram a este ato sentiram-se melhores, rendendo depois do prazer graças à Providência! A noite consagrada a esta festa não se gastou inutilmente. A consciência revelou a todos que haviam praticado uma ação boa, e os convidados dispersaram-se depois desta cerimônia, agradecidos para com Deus e gratos para com aqueles que haviam sido os intermediários entre as festas do céu e as da terra!

Que mais acrescentarei a estas palavras? Dizer-te que o serviço, a franqueza, o geral contentamento corresponderam às delicadezas dos donos da casa, seria fazer um pleonasma, depois de haver-te contado o que se passou e de saber quem eles são.

Prometi-te, como se faz às namoradas, uma lembrança da reunião. Aceita estas linhas, e possam elas, perfumadas ao contato de teus poéticos pensamentos, recender como os ramos de violetas que as moças desprendem do seio ao voltar do baile. Teu amigo"...

No folhetim seguinte direi algumas palavras sobre a noite de anteontem na Campesina.

14 DE AGOSTO DE 1864.

Antes de começar estas páginas consultei alguns amigos

— Será certo? perguntei-lhes. Os meus olhos não me enganam? Pois o Sr. Marquês de Abrantes, um ancião respeitado, um membro da câmara dos senadores, recinto da gravidade e da prudência, o Sr. Marquês de Abrantes, tantas vezes ministro da coroa, proferiu as três palavras de que nos dá conta o *Correio Mercantil*?

Os meus amigos responderam-me suspirando:

— Ah! é mais que certo! S. Excia. proferiu essas palavras infelizes!

As palavras a que me refiro foram ditas em aparte ao Sr. Visconde de Jequitinhonha. Aqui vai o pedacinho do discurso para melhor ser apreciado o aparte do ilustre marquês.

Diz o Sr. visconde de Jequitinhonha:

“ora, alguém já viu, segundo a aritmética “moderna” ou antiga que 69:555\$939 com 14:020\$672 somasse 101:668\$526? (*hilaridade*). Estou que todos somarão 83:576\$611; e então o *deficit* que S. Excia., o nobre provedor, achou na casa dos expostos de 20:061\$607 fica reduzido a 1:969\$492. O saldo que ficou do ano anterior, diz o relatório, é de 7:200\$, deduzindo-se estes 7:200\$ dos 20:061\$407, fica um *deficit*, diz ainda o relatório, de 12:000\$, quando aliás, digo eu, deve existir em vez de *deficit*, um saldo de 5:230\$508!!!

Ora, estes enganos crassíssimos que aparecem no relatório, pelo que diz respeito à casa dos expostos, não me dão direito a desconfiar que as contas do hospital geral não sejam exatas?

Eu espero, Sr. presidente, que o nobre provedor explicará isto ...”

O Sr. Marquês de Abrantes: — “Não caio nessa”.

Confesso que ao ler este aparte do Sr. Marquês de Abrantes caiu-me a alma aos pés, não só pela vergonha que ele me causou, como pelas considerações que do fato se podem deduzir.

Em que tempo estamos? Que país é este? Pois um funcionário público, elevado às primeiras posições, — não para satisfação da vaidade, mas para servir ao país — responde daquele modo a uma intimação tão grave?

Não é lisonjeiro o estado da nação ante a qual se pronunciam tais palavras com a frescura que elas respiram, e que o ilustre marquês sabe empregar. Com exemplos desta ordem, só conseguireis ter uma mocidade sem fé, sem decoro, sem ilusões; nada alcançareis que seja durável, digno, elevado.

Todos conhecem o ar imperturbável do ilustre marquês. Estou a vê-lo daqui, pronunciar as três palavras em questão, e conservar-se tranqüilo como se houvesse dito pérolas. Nem a apóstrofe do Sr. Visconde de Jequitinhonha pôde movê-los. S. Excia ouviu o resto do discurso, tomou os seus papéis e jornais, e desceu para tomar o *coupé*.

S. Excia. esquece, de certo, que há duas cadeiras do representante da nação: uma no parlamento, outra na opinião pública; e que muitas vezes o indivíduo ainda ocupa a primeira, quando já tem perdido a outra há muito tempo.

Não consta que S. Excia. tenha explicado as suas palavras. Nem elas sofrem explicação possível. O ilustre marquês só tem um meio de resgatar o perdido. É duro, mas é o único meio leal, sério, digno: é pedir franca e humildemente ao senado a remissão da culpa, e confessar que aquelas palavras lhe escaparam por um movimento de despeito; é dizer que naquele momento se esquecerá de que era um servidor do país, para lembrar-se de que tinha reputação de boas pilhérias; mas que, perfeitamente arrependido, retira as palavras com que ofendera o decoro do senado e o decoro do país.

Se não fizer isto, creio poder afirmar-lhe que as três palavras hão de servir-lhe de epitáfio, qualquer que seja a expressão de saudade que os seus amigos se lembrem de lhe abrir. Na opinião o epitáfio do nobre marquês há de ser por este teor: — Aqui jaz um senador do império que, interpelado a respeito de dinheiros públicos, respondeu tranqüilamente ao interpelante:

— NÃO CAIO NESSA!

Sem sair do senado, e apenas volvendo os olhos para os bancos opostos, encontra-remos o Sr. Jobim, autor de alguns discursos sempre lidos com interesse.

Está hoje provado que os discursos do Sr. Senador Jobim são o melhor remédio contra o aborrecimento crônico ou agudo, não porque S. Excia. seja dotado de graça, mas por serem os discursos mais desenxabidos, mais incongruentes, mais extravagantes que inda se ouviu.

Tive a pachorra de ler o último discurso e S. Excia., de fio a pavio. S. Excia. tratou e várias questões, insistiu em algumas, embrulhou quase todas. Para que os leitores façam idéia do discurso aí dou o índice dos pontos de que ele trata:

- Carnes verdes;
- Matadouro;
- Cemitério humano e cemitério de animais;
- Falsas aparências do gado *vaccum*;
- Águas potáveis;
- Necessidade de espalhar o gênero humano;
- A mudança da cidade;
- Irmãs de caridade;
- Instrução superior;
- Criação de universidade;
- O *Contrato Social*;
- Quadro lúgubre dos costumes académicos de S. Paulo;
- Um axioma de Platão;

Elegia sobre a sorte dos calouros;
Hymno em ação de graças por ter-se abolido o entrudo, e algumas palavras sentidas sobre as calças brancas dos homens sérios;
Uma anedota da escola de medicina da Corte, apimentada com algumas reticências;
Indignação por uma comédia em que um magistrado nosso zomba da medicina legal;
Relaxação dos costumes da população de S. Paulo.

Etc., etc., etc.

Fora longe, se quisesse apreciar, em todos os seus pontos, o discurso do diretor da escola de medicina. Deixo de parte tudo, para dizer duas palavras a respeito do ponto em que S. Excia. mais se demorou: a academia de S. Paulo.

Quem vir o quadro lúgubre pintado pelo ilustre senador suporá que a cidade de S. Paulo é uma daquelas cinco cidades que a cólera divina destruiu por meio do fogo celeste. Não repetirei aqui as expressões de que usou S. Excia.; acho que elas não podem fazer boa figura no folhetim.

A mocidade acadêmica de S. Paulo não merece, de certo, nem as censuras, nem os epítetos de S. Excia. — S. Excia. carregou o pincel na pintura de um quadro que nem mesmo era verdadeiro em outras épocas.

A mocidade de S. Paulo é a mocidade: alegre, festiva, folgazã; mas tudo isto, na medida conveniente, sem excitar tão graves receios pelos costumes públicos. É uma mocidade inteligente, estudiosa, laboriosa: — funda jornais, como a excelente "Imprensa Acadêmica"; funda associações como o "Tributo às Letras", "Clube Científico", "Ateneu Paulistano", "Ensaio Filosófico", "Instituto Científico", e outras, tendo a maior parte delas as suas revistas e jornais.

Nessas associações a mocidade estuda, aprende, discute, escreve, aperfeiçoa-se, estabelece o exemplo, anima os menos laboriosos ou menos audazes; em suma, cria esses grandes núcleos de que têm saído tantas e tão vastas inteligências.

Tal é o espírito geral que anima a mocidade acadêmica; um outro fato, em épocas já idas, não pode dar lugar à grave censura feita na tribuna do senado pelo ilustre diretor da escola de medicina.

Se a mocidade, nos lazeres desses trabalhos literários e científicos, se mostra ardente e alegre, deixai-a, ilustre ancião; é a mocidade, é a esperança, é o futuro; alegre-se o espírito em vê-la assim, consola-se da tristeza causada pelo — "Não caio nessa" — de que tratei acima.

Era dever meu, dever de moço, de amigo, de historiador fiel, deixar escrita esta contestação ao Sr. Jobim. Mas acaso o corpo do discurso dá alguma importância às invectivas lançadas à academia? Que vale aquela anedota do estudante de medicina? Que vale o cântico à abolição do entrudo? Que vale a censura contra a comédia do magistrado, com a qual o ilustre senador toma lugar entre Guénaut e Desfougerais?

Remeto os leitores hipocondríacos para o *Correio Mercantil* de 10 do corrente, onde vem publicado o referido discurso.

O que nos deve consolar de tudo isto, é a marcha brilhante das coisas políticas, e os altos serviços prestados pelo Sr. Zacharias. S. Excia., reservando-se o mais que pode nas manifestações da tribuna, apenas aparece lá de quando em quando, para dizer algumas palavras dúbias e desdenhosas, como cabe a um ministro, provando quão pequena é a distância que vai de um presidente de conselho a Sganarello.

SGANARELLO
... vossa filha está muda.

GERONTE
Sim, mas eu quisera saber donde provém isso.

SGANARELLO
Não há nada mais fácil; provém de ter perdido a palavra.

GERONTE
Muito bem; mas a causa que lhe fez perder a palavra?

SGANARELLO
Os nossos melhores autores dir-vos-ão que é o impedimento da ação da língua.

GERONTE
Mas qual é a vossa opinião sobre este impedimento da ação da língua?

SGANARELLO
Aristóteles diz a este respeito... coisas muito bonitas!

E sem sair deste círculo vicioso, S. Excia. toma um ar airoso, contente de si, descuidoso do resto do mundo, capaz de fazer até perder o ânimo de se lhe abrir oposição.

Todavia, não faltam acusações graves a S. Excia.; uma delas é a esterilidade do seu ministério. Esta censura é demasiado grave, para que possa ser levantada sem provas, e as provas, em que pese aos acusadores, são contrárias à acusação.

Se apenas tomarmos a primeira metade do mês que corre, como não é farta a lista dos serviços políticos e administrativos prestados pelo ilustre presidente do conselho?

Esta lista falará mais claro:

Correram as águas para o mar;
Chegou o paquete inglês;
Choveu alguns bons milímetros;
Todos os moribundos se acharam com vida, um quarto de hora antes de morrer;
Nasceram várias crianças;
Amadureceram algumas goiabas;
Cessou a geada no interior de S. Paulo;

E outros acontecimentos deste gênero, próprios para pulverizar as acusações dos adversários.

Mas, deixemos estes assuntos políticos, para cuidar de outros que reclamam a atenção do folhetim e dos meus leitores.

Não lhes falarei da estrada de ferro: já pouco espaço me resta, e a estrada de ferro merece, não uma coluna, mas um folhetim. Já os leitores conhecem o que se passou no passeio à barra do Pirai, e sabem também que a respeito do desenvolvimento deste grande tesouro do século não pode haver duas opiniões.

Prometi-lhes falar da Campesina e do violinista Pereira da Costa que lá executou várias peças na noite de 7 do corrente.

A Campesina goza por justo título a reputação de um dos melhores pontos de reunião de conversa, de música e de dança. Contam-se ali amadoras e amadores de música do mais subido mérito.

Foi ali que o violinista Pereira da Costa executou, na noite de 7, algumas peças, com geral aplauso e entusiasmo, graças à arte com que sabe fazer falar o instrumento de Paganini.

Pereira da Costa é um moço de 17 anos. Começou a estudar na idade de 6 anos. Na idade de 9 anos deu no Porto o seu primeiro concerto; em 1858 deu outro concerto em Lisboa, e aí foi brindado pelo finado rei D. Pedro V com um alfinete de brilhantes. O "Centro Promotor" colocou o retrato do jovem artista no seu salão.

Nesse ano partiu Pereira da Costa para Paris, onde estudou dois anos como externo e três anos como interno do conservatório de Paris. Foi, como Muniz Barreto, discípulo do célebre Allard, de quem possui uma carta, datada de 1863, onde o ilustre mestre o declara digno de concorrer.

De volta a Portugal deu um concerto no teatro de S. Carlos, em Lisboa, e tão bem se houve, que mereceu de D. Luiz I o título de músico da real câmara.

Pereira da Costa vem demorar-se algum tempo entre nós. É um artista digno de ser ouvido e aplaudido.

Não passarei adiante sem falar da inauguração da sociedade de baile, e canto ultimamente organizada em Niterói.

A bela filha da Guanabara (estilo lírico) precisava de uma sociedade deste gênero que reunisse de quando em quando as famílias do lugar. Esta necessidade está atendida com a sociedade que deu ali a sua primeira partida há dias.

A partida de inauguração foi, como se desejava, verdadeiramente familiar, reinando durante a noite a maior animação e alegria. A simplicidade das *toilettes* realçava a beleza natural das damas, a graça, a jovialidade; era como que uma festa de família. Dançou-se, cantou-se, tocou-se até alta noite, e os convivas saíram de lá aguardando a segunda partida, que deve ter lugar este mês.

Com tais convivas e diante da urbanidade dos cavalheiros que dirigem a festa, não é possível que a sociedade niteroiense deixe de concorrer e abrilhantar ainda mais, se é possível, aquelas reuniões.

Estava disposto a escrever uma página de poesia, alusiva à circunstância de contigüidade em que fica a casa da reunião e o mar, mas sou forçado a não continuar por faltar-me o espaço.

Tudo tem limites, até o folhetim!

22 DE AGOSTO DE 1864.

Hoje é dia de gala para o folhetim. Visitam-me dois poetas ilustres.

Para recebe-los, eu devia estender os melhores tapetes, queimar os melhores óleos e ornar com as flores mais belas os mais ricos vasos de porcelana.

Não podendo ser assim, faço o que posso com os meus poucos teres.

Os meus hóspedes são americanos, um da América do Sul, outro da América do Norte; ambos poetas — cantando um na língua de Camões, outro na de Milton — e para que, além de talento, houvesse neste momento um elo de união entre ambos, um criou uma página poética sobre uma lenda do Amazonas — o outro criou outra página poética, traduzindo literal, mas inspiradamente, a página do primeiro.

O primeiro é John Greenleaf Whittier, autor de um livro de baladas e poesias, intitulado: *In War Time*, — Em tempo de guerra; — livro, onde vem inserta a página poética em questão.

Chama-se o segundo, na linguagem simples das musas — Pedro Luiz, poeta fluminense, dotado de uma imaginação ardente e de uma inspiração arrojada e vivaz, autor da magnífica "Ode à Polônia", que aí corre nas mãos de quantos apreciam as boas letras.

Tratando do poeta, não é ocasião de mencionar o deputado eloquente, cuja estréia despertou todas as esperanças nacionais e pôs em atividade todas as reações do clero.

A poesia de Whittier, traduzida pelo Sr. Dr. Pedro Luiz, intitula-se — "O grito de uma alma perdida". É o modo por que os índios designam o grito melancólico de um pássaro que se ouve à noite nas margens do Amazonas.

A poesia tradução parece poesia original, tão naturais, tão fáceis, tão de primeira mão, são os seus versos.

Não quero privar os entendedores do prazer de compararem as duas produções, os dois originais, deixem-me assim chama-los.

Aqui vai a do Sr. Dr. Pedro Luiz:

O GRITO DE UMA ALMA PERDIDA

Quando, à tardinha, na floresta negra,
Resvala o Amazonas qual serpente,
Sombrio desde a hora em que o sol morre
Até que resplandece no oriente,

Um grito, qual gemido angustioso
Que o coração do mato soltaria
Chorando a solidão, aquelas trevas,
O não haver ali uma alegria,

Agita o viajor, com som tão triste
De medo, do ansiar da extrema luta,
Que o coração lhe pára nesse instante
E no seu peito, como ouvido, escuta.

Como se o sino além tocasse a mortos,
O guia estaca, o remo que segura
Deixa entregue à piroga, e se benzendo
"É uma alma perdida", ele murmura.

"Senhor, conheço aquilo. Não é pássaro.
É alma de infiel que anda penando,
Ou então é de herege condenado
Que do fundo do inferno está gritando.

"Pobre louca! Mofar crê que ainda pode
Da perdição; à meia-noite grita,
Errante, a humana compaixão pedindo,
Ou dos cristãos uma oração bendita.

"Os Santos, em castigo, a tornem muda!
A mãe do céu nenhuma reza ensina
Para quem, no mortal pecado, arde
na fornalha da cólera divina!"

Sem replicar, o viandante escuta
Do pagão batizado essa mentira,
Tão cruel que de novo horror enchia
O grito amargurado que se ouvira.

Frouxamente arde o fogo da canoa;
Em torno aumenta a sombra da espessura
Dos altos troncos com cipós nodosos;
Silenciosa corre a água escura.

Porém no coração do viajante,
Secreto sentimento de bondade
Que a natureza dá, e a fé constante
Do Senhor na infinita piedade,

Levam seus olhos à estrela da estância;
E ali, os gritos ímpios censurando
Por toda a terra — a Cruz do perdão brilha
Esses céus tropicais alumando.

"Meu Deus!" exalta a súplica fervente,
"Tu nos amas, a todos; condenado
Para si, pode estar teu filho errante,
Jamais será por ti abandonado.

"Todas as almas te pertencem, todas
Ninguém se afasta, ó Deus Onipotente,
De teus olhos nas asas matutinas,
Pois até lá no inferno estás presente.

Apesar do pecado, da maldade,
Do crime, da vergonha e da amargura,
Da dúvida, e do mal — sempre ilumina
Teu meigo olhar a tua criatura.

Em teu ser, ó Princípio e Fim eterno!
Reata o fio dessa triste ida;
Oh! muda, muda, em cântico de graças
Esse grito infeliz da alma perdida!"

Aqui vai agora o original:

THE CRY OF A LOST SOUL

In that black forest, where, when day is done,
With a snake's stillness glides the Amazon
Darkly from sunset to the rising sun,

A cry, as of the pained heart of the wood,
The long, despairing moan of solitude
And darkness and the absence of all good,

Startles the traveler, with a sound so drear
So full of hopeless agony and fear,
His heart stands still and listens like his ear.

The guide, as if he heard a death-bell toll,
Starts, drops his oar against the gunwhale's thole
Crosses himself, and whispers — "A Lost Soul!"

"No, senhor, not a bird. I know it well, —
It is the pained soul of some infidel
Or cursed heretic that cries from hell.

"Poor fool! with hope still mocking his despair,
He wanders, shrieking on the midnight air,
For human pity and for Christian prayer.

"Saints strike him dumb! Our holy mother hath
No prayer for him who, sinning unto death,
Burns always in the furnace of God's wrath!"

Thus to the baptized pagan's cruel he,
Lending new horror to that mournful cry,
The voyager listens, making no reply.

Dim burns the boat-lamp; shadows deepen round,
From giant trees with snake-like creepers wound,
And the black water glides without a sound.

But in the traveler's heart a secret sense
Of nature plastic to benign intent,
And an eternal good in Providence,

Lifts to the starry calm of heaven his eyes
And lo! rebuking all earth's ominous cries,
The Cross of pardon lights tropic skies!

"Father of all! " he urges his strong plea,
"Thou lovest all"; thy erring child may be
Lost to himself, but never lost to Thee'.

"All souls are Thine; the wings of morning bear
None from that Presence which is everywhere.
Nor hell itself can hide, for Thou art There,

Through sins of sense, perversities of will,
Through doubt and pain, through guilt and
shame and ill,
Thy pitying cry is on thy creature still.

"Wilt Thou not make, Eternal Source and Goal!
In Thy long years, life's broken circle whole,
And change to praise the cry of a lost soul".

Feitas as devidas honras da casa, como devia e como podia, aos dois eminentes filhos das musas, passo a lançar os olhos aos acontecimentos da semana.

Dois assuntos preocupam atualmente o espírito público: os negócios do Rio da Prata e o casamento de Suas Altezas.

Parece que eu devia acrescentar: — e as eleições municipais. Fá-lo-ia sem reserva se acaso fosse assim; mas ninguém se preocupa atualmente com as eleições, que hão de ser feitas daqui a 15 dias.

Ninguém, digo mal; ocupam-se e preocupam-se os candidatos, isto é, um quinto da população, ao menos aqui na Corte. Fora desses, ninguém mais gasta dois minutos em pensar no voto que se há de dar no dia 7 de setembro, para renovar a primeira e a última das instituições de um país, como se exprime um grande escritor.

A um dos candidatos à vereança escrevi há dias um bilhete nestes termos: — "Quero um bilhete para assistir aos funerais do município. Espero igualmente ser o poeta escolhido para escrever o epitáfio do ilustre finado".

Quando este candidato me encontrou, dias depois, mostrou-se magoado pela liberdade das minhas expressões, e estranhou que eu desse por morto o município, cuja vitalidade demonstrava com as publicações dos jornais... a pedido.

— Olha, dizia-me ele ontem, mostrando-me a segunda página do "Jornal do Comércio", vês esta infinidade de listas? Queres maior prova da vida do município?

— Meu caro, isso prova apenas a vida dos candidatos, não a do município. Se o município não está morto, está doente; a indiferença pública não pode ser maior do que é hoje. Se o povo se agita e comove na ocasião da eleição política, com igual razão devia comover-se e agitar-se na eleição municipal, porque a municipalidade é o poder que lhe fica mais à vista, aquele que mais direta e freqüentemente influi na satisfação das suas primeiras necessidades.

Poupo aos leitores o resto do meu discurso que, apesar de sensato, como se vê, não abalou o candidato; o que não me admirou, — porquanto a vaidade dele exigia que o povo tomasse grande interesse na luta eleitoral, e que, naquele momento, debaixo de todos os telhados do Rio de Janeiro se discutisse o valor e o alcance de um nome tão distinto como o seu.

Et omnia vanitas.

Os leitores não exigem de mim a enumeração das causas múltiplas que originam esta indiferença pública. Creio, porém, que lerão com prazer algumas palavras com que vou auxiliar o espírito da futura câmara.

A futura câmara, para bem desempenhar os seus deveres e levantar a instituição do abatimento em que jaz, deve observar três preceitos.

Esses três preceitos são os seguintes:

1 — Cuidar do município.

2— Cuidar do município.

3— Cuidar do município.

Se fizer isto, terá cumprido seu dever, sem que daí lhe resulte nenhum direito à menor parcela de louvor, e contribuirá com o exemplo para que as câmaras futuras entrem no verdadeiro caminho de que — tão infelizmente — se não desviado.

Não entrando nas preocupações do espírito público a eleição municipal, reduzem-se aquelas aos negócios do Rio da Prata e ao casamento de Suas Altezas; os negócios do Rio da Prata, pela situação extrema a que chegaram; o casamento, pela próxima chegada dos augustos noivos, segundo corre.

Aqui devo eu dizer qual é a situação do espírito do Sr. presidente do Conselho.

S. Excia. vive atualmente sob a influência de dois grandes desejos — espécie de Prometeu, roído por dois abutres — um no fígado, como o antigo, outro no cérebro, abaixo da parte posterior e superior do osso parietal. Segundo a doutrina de Gall e Spurzheim, é neste último ponto que reside o órgão da vaidade.

Deseja o ilustre estadista: uma retirada e uma chegada; a retirada das câmaras e a chegada dos augustos noivos. S. Excia. vê que, no alto posto em que se acha colocado, não pode deixar de obter o sacramento da confirmação, e S. Excia. é muito bom católico para não ir em procura dele.

Uma vez alcançado o sacramento, S. Ex. que pode viver independente, mesmo das leis do dever constitucional, passará tranqüilamente a vara a outros, recitando o célebre verso de Sylla:

J'ai gouverné sans pour, et j'abdique sans crainte.

A propósito do assunto guerreiro da semana, não quero esquecer-me de uma reflexão que ouvi a um deputado, orando há dias na câmara.

— É necessário, dizia ele, que o Brasil tenha uma forte organização militar, porque é esse o meio de fazer-se respeitar pelas outras potências.

Esta reflexão é de uma justeza irrepreensível e mostra bem como estamos longe da denominação que aprouve a alguns poetas dar ao nosso século.

Ó força! ó divina força! Quem é que teve a triste idéia de dar-te por morta, enterrar-te e embalsamar-te? Não és tu ainda a grande razão, a *ultima ratio* do nosso tempo?

Despovoado o céu dos pagãos, tenho para mim que ainda lá ficaram dois deuses, aceitos pelo tempo, Mercúrio e Palas, esta, armada em guerra. Assim, quando em janeiro de 1863 se deu no nosso porto o fato das represálias britânicas, imagino que houve entre as duas divindades o seguinte diálogo:

Palas — Ah! o império resistia, armava-se do direito contra as minhas fragatas! Respondia com altivez! levantava a cabeça diante dos meus canhões! Pois agora sofre as conseqüências do erro.

Mercúrio — Longe de mim, ó Palas, contrariar o teu justo ressentimento: mas lembro-te que, na desforra legítima que tomaste, fui eu quem sofreu... Respeito as tuas fragatas, por que não respeitarias os meus brigues?

Palas — Mas o insulto que recebi? Ah eles vão ver coisas bonitas... Londres os espera, Londres há de fazer ouvir a razão àqueles senhores.

Mercúrio — Ouso ainda, ó Palas, fazer uma observação. Se o teu conde Russell quiser levantar a grimpá, o que será de Manchester e Liverpool? E as fazendas de algodão? E a cerveja? E a manteiga? E o canhamação? E a aniagem?

Palas — E a força da força?

A discussão continuou naturalmente por este tom, até que Mercúrio, à força de representações e petições, conseguiu acalmar Palas, ficando tão amigos como dantes.

É naturalmente fundado neste diálogo, que o deputado, a quem me referi, julga a organização militar um princípio econômico.

Esta situação dos povos armados para terem seguros os direitos, é a mesma situação dos habitantes de uma cidade que não dispensam as fechaduras das portas.

Duas coisas provam que ainda não chegamos ao progresso perfeito; as fechaduras e os tabeliães. Estas duas precauções contra os ratoneiros e os velhacos não existirão de certo no tempo em que uma verdadeira civilização tiver descido a este mundo. Isto não quer dizer que se suprima a fechadura — meio de segurança contra os ladrões corajosos — e o tabelião, garantia contra os ladrões de má fé — como não se pode ainda suprimir a fechadurazinha de vinte mil homens, para guardar a nossa casa americana.

Uma última observação antes de sair da Câmara.

Temos admirado todos o procedimento do Sr. Lopes Netto que, a 16 ou 17 de janeiro, cumprimentou o ministério com um discurso de oposição decidida, e que daí para cá se recolheu ao mais prudente silêncio.

Embora me acusem de excentricidade, devo confessar que a mim nada me admirou.

O ilustre deputado, tendo adivinhado o espanto causado pelo silêncio em que se mantinha, lançou agora mão de um meio curioso. Acompanha todas as discussões com um chuveiro de apartes, uns ministeriais, outros duvidosos, nenhum oposicionista.

Aproveitando um dos seus apartes, alusivo ao Sr. Ministro da Marinha e da Guerra, — eu direi que o ilustre deputado apareceu na câmara armado de duas espadas, uma com que combateu o ministério ao nascer, outra com que o defende agora. S. Excia., por uma singularidade, de que nos dá exemplos o sistema parlamentar, vira do avesso o sistema dos Abissínios: apedreja o sol ao nascer, para adorá-lo no resto da viagem.

É evidente que o sistema dos apartes, dúbios ou ministeriais, tem por fim fazer uma transição para os discursos positivamente ministeriais.

Entretanto, devo comunicar ao público a predileção que o Sr. Lopes Netto tem pelos trocadilhos.

Um dia, não me lembro em que discussão, pediram a palavra vários deputados. Entre eles estavam alguns de nome Brandão. Alguém que se achava nas galerias, com o ouvido alerta, ouviu ao Sr. Lopes Netto as seguintes palavras a um colega:

— Esta discussão há de ser luminosa.

— Por que?

— Porque estão inscritos todos os brandões.

O colega riu-se, e o Sr. Lopes Netto também — o que me admirou bastante, porquê achei o tal trocadilho muito medíocre e sobretudo já octogenário.

Se me sobrasse tempo e espaço, discutiria aqui algumas opiniões do Sr. Senador Ferraz acerca da imprensa, em um discurso publicado na semana passada. Ficará para a semana seguinte.

Também adio para a semana seguinte a apreciação do romance do Sr. A. de Pascual, *A Morte Moral*, cujo 4.º volume acaba de chegar de Paris.

Os leitores já conhecem naturalmente o volume das fábulas do Sr. Dr. J. J. Teixeira, algumas das quais viram primeiro a luz nas colunas do *Jornal do Comércio*.

As fábulas do distinto poeta são geralmente engenhosas e conceituosas, cheias de muito sal cômico e muita propriedade. É sobretudo um fabulista brasileiro. Não faz falar somente o mundo animal, faz falar o mundo animal do Brasil.

Dou os meus sinceros parabéns às letras nacionais.

Foi também publicado o 4.º volume do *Pequeno Panorama*, obra do Sr. Dr. Moreira de Azevedo.

O nome do Sr. Dr. Moreira de Azevedo é já conhecido do nosso público, por seus trabalhos de investigação histórica acerca dos monumentos do Rio de Janeiro.

Tão modesto quão talentoso, o Sr. Moreira de Azevedo pertence ao número daqueles escritores que não almejam a fortuna das reputações pánicas. Esconde-se o mais que pode para trabalhar, investigar, — enfim, concluir a obra encetada há poucos anos sob o título de *Pequeno Panorama*.

Esta obra deve ser aceita como um verdadeiro serviço público.

Só agora me chega às mãos o número da *Cruz* que foi distribuído ontem. Nada tens de novo, a não ser uma noticiuzinha curiosa.

Diz a *Cruz*:

“A repartição da caridade da irmandade da Candelária distribuiu pelas suas 600 pobres a quantia de 7:000\$000 durante este último trimestre”.

Leram, não? Pois bem: diz agora o evangelho de S. Matheus, capítulo V, versículos 2, 3 e 4:

“— Quando derdes alguma esmola, não façais tocar diante de vós a trombeta, como fazem os hipócritas nas sinagogas e nas ruas, para serem glorificados pelos homens. Em verdade vos digo, esses já têm o devido prêmio.

“— Mas quando derdes alguma esmola, que a vossa mão esquerda não saiba o que fez a vossa mão direita.

“— Afim de que a vossa esmola seja em segredo, e vosso pai, que vê em segredo, vos dará a recompensa”.

Apliquem *el cuento*.

Direi em último lugar que se apresentou no Teatro Lírico ao público fluminense o jovem pianista portuense Hernani Braga. Não o ouvi; mas todos são acordes em louvar a talentosa criança e predizer-lhe um futuro brilhante.

Unindo os meus aplausos aos de quantos o ouviram, acrescentarei uma reflexão — importa muito para o futuro do menino Hernani que, gastando o maior tempo que puder, se aperfeiçoe na arte para que nasceu, a fim de que, daqui a alguns anos, possamos admirar, em vez de um, dois prodígios: um moço de talento e um moço de talento instruído.

Agora é força parar. Urge o tempo e manda o calor.

É o agosto de mais feia catadura que tenho visto. Se é assim hoje, que será quando a folhinha de Laemmert nos disser que entrou oficialmente o verão?

Eu não sou como o cigano de Álvares de Azevedo:

Sou filho do calor, odeio o frio.

Sou filho do inverno, ou antes irmão, pois que nasci com ele; sou profundamente inimigo desta estação contra a qual não há remédio, nem mesmo o passeio público - sobretudo o passeio público.

E com isto, deixo a tripode.

28 DE AGOSTO DE 1864.

Mais alguns dias e está o ministério em férias.

Às férias! às férias! Livros para um lado, pedra para o outro, coração à larga, toca a saltar e a brincar, até que volte o tempo de entrar de novo no régimen das sabatinas e das lições.

Até lá folgança e alma livre.

O curso deste ano foi longo.

Durante oito meses andou o ministério de Herodes para Pilatos — do senado para a câmara, onde inventou uma maioria — da câmara para o senado, onde inventou um superlativo por órgão do Sr. Dias Vieira, com grave desgosto dos mestres da língua portuguesa.

Não sei porque guardaria eu este segredo que a posteridade pode ter a curiosidade de saber. O superlativo foi este

— Não direi a este respeito, Sr. presidente, mais COISÍSSIMA nenhuma.

Deste modo — oh! primogênita filha da latina! — se um Vieira te ilustrou, outro Vieira te deslustra.

Mas, o que se não esquece com umas férias parlamentares? Aí vem o tempo dos lazeres e do recreio. Custa, mas há de chegar.

Todavia, nem sempre a ausência das câmaras traz a tranqüilidade ao espírito do governo; se não há câmaras, há muitas outras coisas capazes de desesperar um santo, quanto mais o ministério que não é santo, o que, seja dito entre parênteses, verifica este dito de S. Francisco Xavier: — Que a igreja do diabo imita a igreja de Deus.

Por exemplo, aqui vai uma anedota.

Disseram-me que num destes dias andou a secretaria da justiça numa verdadeira confusão.

Era meio-dia quando lá entrou o Sr. Zacarias. Parecia outro homem. Cabisbaixo, triste, meditabundo. Falava a todos, não falava a ninguém, porque mal dirigia uma palavra a qualquer, interrompia-se logo, antes de concluir.

De repente, apressava o passo, como se tomasse uma resolução súbita, depois voltava ao passo demorado com que entrara, tudo isso sem perder aquela graça única que faz de S. Excia. a Eufrosina ministerial.

*...ses gardes affligés
imitaient son silence autour de lui rangés.*

Sentou-se à mesa, assinou alguns papéis, ora em cima, ora em baixo, ora sobre a parte já escrita, e deste modo inutilizou grande soma de expediente.

Foi uma consternação geral.

Choviam os comentários.

Dizia um:

— Não tem que ver. Os negócios do Rio da Prata complicam-se; naturalmente o corpo diplomático estrangeiro mandou alguma nova nota coletiva, por insinuação do Sr. Dias Vieira. Não é outra coisa.

Cochichava outro:

— Nada, não é isso. Inclino-me a crer que a legação inglesa insta pela emancipação geral dos africanos livres, e S. Excia. está agora entre a espada e a parede. A situação, na verdade, é difícil; mas S. Excia. é homem superior, patriota, *et cetera*...

Acudia um terceiro:

— Quanto a mim, suponho que S. Excia. rompeu com a maioria da câmara. A maioria, naturalmente, quis governar, e S. Excia. entende que ele é dono da fazenda, no que lhe acho razão. Verão que é isto.

Enfim, um quatro opinava por este modo:

— Aposto o meu lugar em como S. Excia. está amofinado por outra coisa muito mais séria. Vê que a sessão legislativa está a findar-se, e que o orçamento não está pronto. Talvez não possa prorrogar a sessão, *faute de combattants*.

Tais eram os comentários que circulavam nas salas e nos corredores; mas ninguém podia afirmar positivamente qual fosse o motivo de tanto alvoroço no faceiro cisne que dirige agora os negócios do Estado.

Pude investigar as coisas, e estou de posse do verdadeiro motivo, que é este:

S. Excia. tinha perdido um botão da casaca.

Em aparência o motivo é frívolo, mas bem examinado é dos mais poderosos.

Motivo frívolo é a perda do concurso de dois ministros, o da agricultura e da guerra, o que faz do ministério (com perdão de queira me ouve) um ministério de pé quebrado.

Mas, como pelos domingos se tiram os dias santos, pode-se adivinhar o que fariam os ministros inválidos, por aquilo que fizeram e por aquilo que não fizeram.

Tenho já à mão um exemplo.

Uns fornecedores do arsenal de guerra incorreram em multas, não sei agora por que falta de condição. Requereram ao Sr. ministro da guerra para serem relevados das multas, e o ilustre ministro deu um despacho...

Ah! que despacho!

Despachou S. Excia.:

“À vista das circunstâncias dos cofres públicos não tem lugar serem aliviados das multas. Cumprissem as condições do contrato se as não queriam pagar”.

Do que resulta:

1º. — que não se dispensam multas quando os cofres públicos estão em penúria;

2º. — que, quando nos cofres há dinheiro em abundância, o Estado distribui o caldo à portaria e perdoa todas as dívidas por sua conta e risco;

3º. — que, se os fornecedores tivessem cumprido as condições, não pagariam as multas, o que equivale a dizer que Mr. de la Palisse

*Un quart d'heure avant sa mort
Il était encore en vie.*

Oh! manes do cônego Felipe! Não é verdade que este despacho vos está vingando das boas risadas que temos dado à vossa custa?

Ora, eu pergunto se, à vista deste despacho, à vista da nota “*Ad referendum*” do Sr. Dias Vieira, à vista do artigo do código ressuscitado pelo Sr. Zacarias, pergunto se, à vista de tudo isto, pode o atual ministério ter a pretensão de dirigir seriamente os negócios do Estado?

Diz a isto o Sr. Zacarias que as pastas ministeriais são as suas Termópilas, e que S. Excia. é o novo Leônidas, — de modo que ninguém lá há de entrar enquanto viver um espartano que seja.

Esta resolução do Sr. Zacarias e uma opinião do Sr. Senador Fonseca foram as duas coisas que mais me divertiram na semana passada.

O senador paulistano tratou da venalidade eleitoral. Denunciou que nas eleições se compravam votos, sem reboço. Todavia, S. Excia. fez uma exceção à probidade ituana. Em Itú, conforme diz S. Excia., compram-se votos, é verdade, mas se o votante acha segundo comprador que lhe dá mais, aceita o segundo importe, e restitui o primeiro preço. A isto chama S. Excia. um fundo de probidade. Em português e boa moral chama-se — pôr a consciência em almoeda.

Desculpe-me a população ituana; eu falo pelas informações do ilustre representante de S. Paulo.

Tenho pressa em ver-me desde já livre dos assuntos da política amena.

Já reparei que alguns membros do parlamento costumam várias vezes suprimir os discursos nos jornais e nos anais, substituindo-os por estas palavras: “O Sr. F... fez algumas observações”.

Qualquer que seja a insignificância das observações e a modéstia dos referidos membros do parlamento, como o parlamento não é uma academia onde se vão recitar períodos arredondados e sonantes, o país tem o direito de saber de tudo o que aí se diz, mesmo as observações insignificantes.

Porquanto, o fato da publicação dos discursos por extenso ou em resumo não tem por objeto mostrar que tal ou tal representante fala com elegância e propriedade, mas sim dar à nação o conhecimento da opinião que o dito representante manifestou e o modo por que a manifestou.

Isto quanto à razão de ser da publicação. Querem agora saber os inconvenientes deste sistema de supressão? Apliquemos a observação ao caso que me sugeriu este reparo, e que se deu há poucos dias com um Sr. deputado na discussão de uma aplicação de lei.

O cidadão que reside, por exemplo, nos confins de Goiás, ao ver tão sucinta notícia dada pelo modesto deputado, diz consigo:

— Ah! O Sr. F. fez algumas observações sem declarar em que sentido! Não se sabe, pois, como ele entende a aplicação da lei, de modo que pode, no caso de ser ministro, praticar inteiramente o contrário, sem que se lhe vá às mãos! Ah! o Sr. F. é engenhoso! o Sr. F. é atilado! o Sr. F. é previdente.

E outras coisas que me parecem muito pouco agradáveis de ouvir.

Tudo isto se remediava se, em vez da sucinta notícia a que me referi, viessem as observações por extenso ou em resumo.

Enfim, para terminar com a política amena, o Sr. Jobim orou de novo e declarou-se dotado de uma impassibilidade antiga “diante dos insultos que recebeu em S. Paulo”.

S. Excia. refere-se à resposta que mereceu da Imprensa Acadêmica a propósito do que ele disse dos costumes da faculdade de S. Paulo.

Tomo a liberdade de convidar S. Excia. a confrontar as suas apreciações com a resposta da imprensa. Verá que, ao lado da linguagem digna e séria da *Imprensa*, as suas reflexões humorísticas fazem muito fraca figura.

Quer o Sr. Jobim mais uma prova dos maus costumes da mocidade acadêmica de S. Paulo? Tenho diante de mim um folheto denominado: *Uma Festa da Inteligência*.

É escrito pelo Sr. Belfort Duarte.

O Sr. Belfort Duarte é membro efetivo e já foi orador de uma das sociedades que eu mencionei no folhetim antepassado, o Instituto Jurídico.

O dia 11 de Agosto, aniversário da inauguração dos cursos jurídicos no Brasil, foi, como sempre, festejado em S. Paulo.

O Instituto Jurídico festejou esse dia tão grato à família acadêmica. Essa festa é o objeto do folheto que tenho agora ante os olhos.

Talento brilhante e cultivado, espírito ardente e cheio de nobre entusiasmo, o Sr. Belfort Duarte comemorou a festa e o dia em algumas páginas que honram o seu nome, e respondeu perfeitamente às esperanças da mocidade. *Uma Festa da Inteligência*, não só é uma leitura simples, é uma página que se deve guardar, tão brilhante e vigoroso é o seu estilo, tão nobres e elevadas são as suas idéias.

O Sr. Belfort Duarte, já eu o sabia, é daqueles talentos sérios e refletidos, cuja falange cresce e vigora cada dia, por bem do futuro do país.

Tal é o Sr. Belfort Duarte, tal é a mocidade da academia, em que pese ao Sr. Jobim, que achou na defesa da *Imprensa* um insulto, e no seu discurso uma página oratória, — o que eu não contesto, se acaso é isso necessário ao sistema nervoso do ilustre senador.

Já lembrei as três condições essenciais que estão impostas à nova câmara municipal, a fim de que ela possa sobressair no meio das câmaras anteriores. Apontarei agora uma especialidade.

Os jornais reclamam todos os dias contra o abandono e o abuso a que estão condenadas as árvores plantadas em certos pontos da cidade. Tais são, por exemplo, as do Campo da Aclamação e as do Catete.

No Rio de Janeiro houve sempre horror às árvores. Ninguém pode explicar o fenômeno, mas ele existe. Infelizmente, tanto a população como a municipalidade se acham animadas do mesmo sentimento, o que faz com que as árvores não possam medrar.

Todos sabem em que estado se acham, por exemplo, as árvores do boulevard Carceler, hécticas e dilaceradas, graças ao horror de que falei acima.

Já estou a ouvir daqui uma pergunta infeliz: — Se a câmara municipal tem horror às árvores, como as faz plantar? — Ao que eu respondo: — Se a câmara não tem horror às árvores, porque as não faz conservar?

Estas observações foram-me sugeridas durante um passeio que dei anteontem à noite no terraço do teatro de S. Pedro, contemplando o plantio do largo e descrevendo na imaginação o estado em que havemos de vê-lo ainda, mais dia menos dia.

Dei o referido passeio no terraço do teatro de S. Pedro, enquanto se cantava o primeiro ato do "Ernani", por não ter podido penetrar na sala.

Ah! é que estava cheia a deitar fora. Todos quantos gostam da ópera italiana lá se achavam, levados por dois motivos — a ópera e a companhia.

Esta companhia foi entusiasticamente aplaudida na Bahia, onde esteve durante três meses.

Aqui veio encontrar outra no teatro Lírico; mas, confiando em si e nos recursos de que podia dispor, conseguiu instalar-se no teatro de S. Pedro.

Não se enganou a companhia nas esperanças que nutriu; o acolhimento foi entusiástico e o sucesso dos mais completos. Dizer que o mereceu é confirmar a opinião do público escolhido que lá esteve.

Todos os artistas foram chamados à cena; especialmente prenderam a minha atenção a Sra. Tabachi e

o Sr. Pozzolini, soprano e tenor. A Sra. Tabachi, apesar de comovida e incomodada, como se achava, mostrou possuir uma voz pura, simpática e maviosa. O Sr. Pozzolini pôde revelar os grandes recursos de que dispõe e a bela voz de tenor que possui. Tanto o Sr. Nerini, baixo, como o Sr. Bonetti, barítono, mereceram, como já disse, sufrágios de verdadeira simpatia.

Alguns pedaços foram cantados de modo a arrebatam o público.

A Sra. Francisca Tabachi não tem só a voz de que falei, é igualmente dotada de uma figura graciosa e de um rosto simpático. É positivamente um tipo de brasileira, parecendo ao vê-la, que a um tempo lhe embalaram o berço as brisas de Sorrento e as brisas da Guanabara.

Tão belos olhos e tão gracioso semblante explicam o amor de "Ernani" e os acontecimentos da tragédia.

Não só o mérito da companhia convida a concorrência; crescem outras razões: a companhia nada percebe dos cofres públicos, confia unicamente em si; e, segundo sou informado, o Sr. Merciaj associou à sua empresa um cavalheiro, patricio nosso. Enfim, possui um regente de orquestra, o Sr. Bezanoni, perfeito conhecedor das funções que exerce.

Pode-se dar como certo que o público concorrerá aos espetáculos da nova companhia. Os que ainda não viram, vão vê-la, que não se hão de arrepender.

Aí chega a *Cruz*; cessa tudo.

A *Cruz* dedica-me trinta e uma linhas, como resposta ao meu folhetim passado.

No folhetim passado transcrevi uma notícia da *Cruz*, e um texto do evangelho de S. Matheus. A notícia dava parte das esmolas feitas pela associação de caridade da Candelária, e o texto de S. Matheus recomendava o segredo de tais atos, para não imitar os hipócritas das sinagogas.

A esta simples confrontação responde a *Cruz* que ela não tem nada com a associação da Candelária; que, portanto, S. Mateus não escreveu para ela; finalmente que a boa razão lhe manda publicar as boas obras dos outros para terem imitadores.

Ora, para fazer a confrontação entre a notícia da *Cruz* e S. Matheus, eu fundava-me neste raciocínio: a *Cruz* escreve-se e distribui-se na Candelária, os redatores pertencem àquela igreja; logo, é caro que, havendo ali uma associação de caridade, os redatores da *Cruz* fazem parte dela, porque, mesmo que eles tenham um pão, é natural que o repartam com os pobres, não sendo possível acreditar que eles assistam impassíveis às esmolas que se lhes fazem nas barbas.

Isto posto, publicar os benefícios da associação é publicar os próprios benefícios.

Em vez de explicar estas coisas, a *Cruz* responde com aquela violência habitual, tão longe da mansidão evangélica. Não é nova nem particular à freguesia da Candelária. Mas não há nada que irrite um homem como eu, que está disposto a divertir-se com todos os ridículos políticos, clericais, ou simplesmente humanos.

O que é certo é que eu tenho a vaidade de supor que já vejo melhorando a *Cruz* — a respeitável folha da Candelária já não apresenta aquelas notícias e observações com que eu procurei distrair muitas vezes os meus leitores.

Isto mesmo, — "escrevendo ao acaso", meus caros amigos da *Cruz*.

Até domingo.

5 DE SETEMBRO DE 1864.

Poucas semanas terão sido como a passada, em que os acontecimentos de toda a espécie se sucederam e puseram o espírito público em atividade.

Começou a semana pela queda do gabinete de 15 de janeiro, sucedendo imediatamente a ascensão do de 31 de agosto.

Já não é presidente do conselho o Sr. Zacharias de Góes. De um dia para outro faltou-lhe o apoio parlamentar. Era a consequência legítima da vida que levou. Não se trava do timão do Estado para fazer um passeio de gôndola veneziana, à luz dos archotes e ao som dos bandolins.

A queda do gabinete assemelhou-se à catástrofe de Hipólito. Ele ia tranqüilo, mas pensativo, sobre o carro, deixando flutuar as rédeas dos corcéis. Surgiu o monstro da legenda, sob a figura de um voto simbólico, e, apesar de todos os esforços e da magna luta, o gabinete teve de ceder, e caiu fulminado.

Sua agonia foi longa; durou trinta e seis horas; durante esse tempo morriam, antes que ele, as esperanças de que se manteve. Parece que um deus vingativo cercava a morte do Sr. Zacharias de tantas torturas quantas foram as ambições que o alimentaram em vida.

S. Excia. morreu com todos os sacramentos, menos o crisma, o que foi profundamente doloroso, não para nós, mas para ele. É certo, porém, que não há mal que não deixe alguma vantagem, e S. Excia. teve uma não pequena. Por isso, segundo consta, o gabinete proferiu em coro, à hora de morrer, estes dois versos de Racine, no referido episódio da morte de Hipólito:

*Le ciel, dit-il, m'arrache une innocente vie;
Prends soin, après ma mort, du triste Zacharie,
Cher senat...*

E o senado ouviu tão sentida prece, guardando lá o finado, ministro, até que soe a hora da sua ressurreição política.

Correu, mas eu não afirmo, que, para que o espetáculo de que falei não se compusesse somente de um pedaço trágico, chegou a haver um "Recrutamento na Aldeia", a fim de ver se o gabinete podia continuar a dirigir os negócios do Estado.

Naturalmente foi boato falso.

O que é certo é que está dissolvido o ministério, a grande aprazimento da opinião. Tão famosa retirada não pode deixar de ser comemorada no folhetim, onde em vida se falou tanto do gabinete. Mas o folhetim é como os gatos: acaricia arranhando. Em vista do que, quero lembrar ao Sr. Zacarias a moléstia da sua ambição, dando-lhe a sentida despedida do Príncipe de Orange ao conde de Horn, às portas de Bruxelas:

— Adieu, comte sans terre.

Duas palavrinhas acerca do Sr. Barão de S. Lourenço.

Eu só me ocupei de S. Excia. duas vezes e a propósito do horror que S. Excia. manifestou pelos poetas. Os leitores deste folhetim lembram-se, de certo, que eu tive então a honra de converter o ilustre senador, assumindo assim a grandeza de um S. Paulo, e S. Excia. a nobreza de um Dionísio.

Desta vez, venho apenas mencionar que o nobre senador declarou ontem pelo *Jornal do Comércio* ser a um tempo Sócrates e Temístocles. Lamento que, como o guerreiro grego, "fosse preferido" por Euribiades para o comando das forças confederadas. Euribiades, neste caso, é o Sr. Visconde de Abaeté, presidente do senado. S. Excia. responde ao bastão do Sr. Visconde de Abaeté como Temístocles: — Bate, mas ouve. — Na opinião do Temístocles baiano, Euribiades é de um "mérito medíocre"; S. Excia. é que devia comandar as forças confederadas; em termos claros, o senado devia apelar o Sr. visconde de Abaeté e pôr no seu lugar o Sr. barão de S. Lourenço, "o primeiro guerreiro de seu tempo", — que já viu passar as balas perto de si.

Que modéstia!

No meu folhetim passado referi um superlativo inventado pelo Sr. Dias Vieira. Fi-lo então, como uma destas coisas que podem entrar no folhetim, para fazer sorrir o leitor fatigado com as tribulações da semana.

Mas um amigo meu, que o é também do ex-ministro dos negócios estrangeiros, julgou dever dirigir-me algumas linhas a este respeito. Entendo que não devo deixar de mencionar o fato. Em prova de lealdade, se algumas vezes escrevi expressões menos agradáveis a S. Excia., não deixarei agora de comunicar-lhe que possuo um amigo e um amigo que me não consente a publicação do nome. É uma ave duplamente rara: amigo e sem ostentação.

Podia, se me sobrava espaço, transcrever aqui a carta do meu amigo, e escrever-lhe duas linhas em resposta. Acrescentaria mesmo algumas palavras justificando a fuga que ele fez do campo da poesia para o da política, atendendo-se ao sentimento de gratidão que o levou a fazê-lo. De um ou de outro modo estou certo de que ele ficaria amigo como dantes.

Passo a anunciar um livro. É mais uma obra do Sr. A. E. Zaluar, autor de muito belo verso e muita bela prosa.

Folhas do Caminho é o título do livro que vai ser distribuído dentro em pouco tempo.

Não é um livro propriamente de viagem. É a reunião das fantasias, lendas, impressões, episódios, que durante o caminho foi achando a imaginação do autor.

Pude surpreender uma circunstância e venho denunciá-la: o livro é dedicado a uma senhora elegante e espirituosa, do Rio de Janeiro. Tão graciosa lembrança é própria de um poeta e digna de uma musa; a musa compreenderá a obra do poeta. A felicidade do livro não podia ser mais segura nem mais

decisiva.

Passemos ao teatro.

Apareceu finalmente ao público fluminense a eminente atriz portuguesa Emília das Neves. A peça escolhida era "Joana a Doida", já representada entre nós por João Caitano e Ludovina.

O vasto bojo do teatro Lírico estava cheio de espectadores, levados pela natural curiosidade de ver de perto a celebrada artista.

Confesso que, para fazer um estudo mais profundo e amplo do talento de Emília das Neves, careço de maior espaço do que tenho agora. O que posso dizer hoje é o simples resultado das impressões de uma noite.

Estas impressões são daquelas que se gravam profundamente, e dificilmente se desvanecem do espírito.

O sucesso de Emília das Neves foi dos mais legítimos.

Deve-o ao superior talento que possui e à subida arte com que soube formá-lo, aperfeiçoá-lo, legitimá-lo pela lição dos mestres e pela aplicação do estudo.

A peça escolhida pode dar de algum modo a medida dos seus recursos e dos seus dotes. Joana é a expressão exaltada do amor, do amor que chora, vinga, pede e enlouquece; do amor que faz da rainha uma mulher, da mulher uma Nêmesis, da Nêmesis uma louca.

Representar cabalmente Joana era dar prova de uma alta capacidade artística. Emília das Neves conseguiu este resultado com que ganhou uma vitória esplêndida. A gravidade do gesto, a eloquência da fisionomia, a distinção do porte, uma natureza abundante casada a uma arte profunda, — tudo isso se encontra na eminente artista. E se a estes dotes se juntar o de uma voz que sabe falar, gemer, odiar, comover, teremos reconhecido em Emília das Neves os seus talentos capitais e os seus altos recursos.

Não me sobra tempo para mencionar uma por uma as belezas que o público aplaudiu anteontem. A ilustre artista as teve em larga escala, sobretudo no 2.º, 3.º e 5.º atos.

— Mas o falar lisboeta? dizia-me um amigo ao sair do teatro.

A este amigo respondi eu:

— Pouco me importa que o artista fale o lisboeta ou o fluminense, contanto que, tendo de fazer uma declaração de amor, mostre sentimento de amor, isto em fluminense ou em lisboeta. A expressão do sentimento, que é absoluta, é tudo quanto eu exijo; o resto é relativo.

Abri um dos folhetins passados com chave de ouro; é com chave de ouro que vou fechar este.

Os leitores já têm conhecimento do romance *A Morte Moral*, de que eu prometi notícia mais detida, sem ter até hoje podido fazê-lo. Esta demora produziu um benefício para mim e para os leitores. A espera do que eu disser, leiam a carta que o Sr. conselheiro José Maria do Amaral acaba de dirigir ao autor da *Morte Moral*. É uma página honrosa para ambos, e gloriosa para mim que tenho o prazer de ser o primeiro a divulgá-la.

Ouçamos o ilustre escritor:

"Meu caro Adadus Calpe: Conclui ontem a segunda leitura da sua obra intitulada: *A Morte Moral*.

Ontem mesmo fui à sua casa — mas em vão — para tributar-lhe as honras devidas ao seu talento incontestável e mui superior, e também para agradecer-lhe a honra que me fez, presenteando-me com um exemplar do seu importante livro.

Hoje vai por mim esta carta testemunhar-lhe as minhas intenções frustradas ontem. Queira, pois, considerá-la como tributo de admiração e, ao mesmo tempo, como abraço afetuoso.

As formas e as dimensões de uma carta não comportam a análise formal de um livro da ordem do seu.

O título da obra, só por si, revela o intuito filosófico do autor.

Em verdade, a morte moral, embora nos seja apresentada como simples novela, é uma apreciação muito ponderosa do estado atual do gênero humano, estudado relativamente às condições da vida social.

Quatro volumes habilmente compostos, com vistas tão filosóficas, riquíssimos de importantes lances da vida real, comentados com notável critério, e com segura experiência do mundo, só podem ser

dignamente analisados em escrito especial trabalhado com muita e mui séria meditação.

Contudo, aqui posso desde já declarar que a índole e ação dos admiráveis personagens da sua novela deixarem-me vivamente possuído das seguintes verdades.

A sociedade humana, tal qual está organizada, não é a luta do bem com o mal, como se diz vulgarmente, é mais que isso, é a soberania absoluta do mal e a vassalagem efetiva do bem.

O mal, que na ordem social tem por causa primária o princípio animal, posta em plena atividade por meio do predomínio dos sentidos, é força real e permanente.

O bem, que é o influxo do princípio psicológico realizado pela inteligência cultivada, é quase hipótese, é acidente.

Este fato deplorável, quero dizer, o predomínio do instinto animal, é a causa magna dos tristíssimos efeitos deste conjunto de contradições a que chamam estado social.

Visto que inegavelmente a sociedade é obra da civilização, no teor desta devemos procurar os motivos da péssima organização daquela. Ora, é forçoso confessar que a civilização dominante mantém, debaixo de aparências cristãs, a realidade gentílica — a sensualidade.

Esta faz consistir a vida quase exclusivamente nos deleites materiais, e o gozo desta natureza produz em último resultado — o egoísmo.

O egoísmo é, com efeito, a alma da civilização atual, porque só dele pode proceder uma ordem social, em que talvez dois terços dos sócios "nominais" são na "realidade" vassalos infelizes dos ególatras que constituem o outro terço.

Importa reagir contra esta civilização falsa e nociva, restabelecendo a verdadeira civilização cristã, que contrapõe ao predomínio da matéria o da alma, e ao gozo sensual o gozo mais moral que pode haver — a caridade.

A civilização que tem por princípio o materialismo, por doutrina a sensualidade e por consequência infalível o egoísmo, é necessariamente — *morte moral*.

Para o leitor sério é esta a filosofia contida no seu livro e posta em ação pelas figuras principais do drama.

O pobre Aníbal, cego duas vezes por falta de vista e de educação, é o processo do egoísmo da civilização falsa, a condenação do presente.

Cesar e Almerinda constituem o programa do futuro, quanto à parte política, à parte civil, e à parte doméstica da reforma social.

O Padre Guise é o representante do princípio fundamental da verdadeira civilização cristã: *alteri ne facias, quod tibi nonias*.

Pela minha parte, basta-me esta preciosa essência da sua obra para considerá-la como escrito de ordem muito superior à das simples novelas; porque contém interessantíssimas teses relativas à organização social e mui dignas de serem estudadas e discutidas.

Por agora, pois, prescindo da forma notável do livro, dos primores com que o talento do autor a enriqueceu.

Parece-me que os filhos desta terra, amigos das letras, hão de congratular-se pela aquisição da *Morte Moral*, e dar-lhe na literatura pátria o lugar de honra que, na sua classe, incontestavelmente lhe pertence.

Admita estas breves considerações relativas ao seu livro, meu caro Adadus Calpe, como prova da atenção com que o li, e também como fundamento do tributo de respeito e afeição que venho prestar ao autor tão distinto pela inteligência como pela ilustração.

J. M. do Amaral.

Laranjeiras, 26 de Agosto de 1864."

11 DE SETEMBRO DE 1864

Subamos à tripode.

Não vos direi daqui, ó fluminenses, aquilo que dizia o cínico Diógenes, no dia em que se lembrou de clamar em plena rua de Atenas:

— Ó homens! ó homens!

E como os atenienses que passavam se reuniam em torno do filósofo, e lhe perguntavam o que queria, ele lhes respondeu com a mordacidade do costume:

— Não é a vocês que eu chamo; eu chamo os homens.

Não vos direi isso, ó fluminenses, mas confesso que nos primeiros dias da semana tive vontade de dizê-lo, nu e cru, na verdadeira expressão de consciência.

Eu via aproximar-se o dia nacional, sem que se anunciasse, nem nas folhas nem nas conversações, uma festa, uma manifestação de regozijo público.

Muitos atribuíam esta indiferença ao fervor eleitoral; mas esta razão não procedia no meu espírito, porque eu, como já disse, via o fervor eleitoral apenas em um quinto da população, isto é, nas fileiras dos candidatos.

Não era, portanto, o fervor eleitoral.

Mas o Rio de Janeiro preparava-se calado, organizava as festas silenciosamente, como um cidadão prepara o jantar para o dia dos seus anos. Na véspera fez os convites; não dormiu essa noite; foi esperar o raiar da aurora e saudou entusiasticamente o dia nacional.

É verdade que a campanha eleitoral sempre tirou algum entusiasmo às festas, ou antes, deu-lhes um caráter variado, porque exercer o direito de voto, também é celebrar a emancipação política.

A data gloriosa da nação não passou indiferente aos nossos olhos e aos do estrangeiro. Arrependo-me de ter duvidado um dia de que a capital do Império se mostrasse zelosa das glórias do país. É verdade que, ouvindo os tiros de honra dados pelas fortalezas e pelos vasos de guerra, não me pude furtar à lembrança daquele infeliz Bananeira, morto de fome, depois de ter contribuído com o seu braço e o seu valor para a independência da nossa pátria.

"No hay miel sin hiel" — dizem os castelhanos.

O Rio de Janeiro esteve luzido e elegante no dia 7, graças às luminárias, às exposições de casas de modas, ao povo que se aglomerava nas ruas, às bandas de música, aos vivas matutinos, etc., etc.

Os leitores não esperam de mim uma descrição circunstanciada do que houve, nem eu lhes quero infligir semelhante coisa. Todos viram o que houve, e todos leram a descrição feita nos andares superiores dos jornais.

Sem intenção de fazer exclusões odiosas, mencionarei apenas três fatos: a festa da Petalógica, a dos Ensaaios Literários e a exposição do estabelecimento fotográfico do Pacheco.

A sociedade Petalógica, como é sabido, teve nascimento na antiga casa do finado e sempre chorado Paula Brito. Quando a sociedade nasceu já estava feita; não se mudou nada ao que havia, porque os membros de então eram aqueles que já se reuniam diariamente na casa do finado editor e jornalista.

Cuidavam muitos que, por ser petalógica, a sociedade nada podia empreender que fosse sério; mas enganaram-se; a Petalógica tinha sempre dons semblantes; um jovial, para as praticas íntimas e familiares; outro sisudo, para os casos que demandassem gravidade.

Todos a vimos, pois, sempre à frente das manifestações públicas nos dias santos da história brasileira. Ainda neste ano a velha associação (*honni soit qui mal y pense!*) mostrou-se animada do mesmo entusiasmo de todos os anos.

De outro lado, tivemos a sociedade Ensaaios Literários, da qual já tenho falado diversas vezes, sempre com admiração.

Também ela celebrou a independência — a portas fechadas — na sala das suas sessões — onde se tocou, cantou e recitou — acrescentando este ano a novidade da presença de algumas senhoras.

Os leitores sabem o que penso desta associação modesta, mas distinta, de moços de talento e de coragem no trabalho.

Enfim, o estabelecimento fotográfico do Pacheco também abriu as suas salas à visita do público.

A casa do Pacheco é a primeira desta corte, — de um lado, pelo luxo e pelo gosto — do outro, pela perfeição dos trabalhos. O público fluminense já a conhece sob estes dois pontos de vista, e tem feito plena justiça ao distinto fotógrafo. Acrescentarei apenas a opinião de um homem autorizado em coisas de artes, como de letras: Porto-Alegre. Em uma carta, dirigida a um dos seus numerosos amigos desta corte, diz o ilustre poeta, referindo-se ao Pacheco, que "ele estava ficando um dos primeiros

fotógrafos do mundo e que os seus trabalhos podiam competir com os melhores de Paris e de Berlim”.

O público teve, por tanto, mais uma ocasião de apreciar e admirar as fotografias daquele estabelecimento.

Assistiram às festas da nossa independência Suas Altezas o conde d' Eu e o duque de Saxe.

Os augustos visitantes, que aqui se acham há nove dias, já têm visitado diversos estabelecimentos e alguns pontos dos arrabaldes.

Diz-se que na semana próxima vão, com toda a família imperial, passar alguns dias em Petrópolis.

Petrópolis, como se sabe, é o partido do verão, como o Rio de Janeiro é o partido do inverno; estes dois partidos não lutam nunca, como os partidos políticos. Concordaram em governar uma vez cada ano — um no inverno, outro no verão; em chegando a época marcada, a cidade dominante passa as rédeas da governança à dominada e esta recebe em si a sociedade distinta.

Este espetáculo de uma harmonia tão perfeita não nos oferecem, como já disse, as lutas eleitorais. Temos o exemplo diante de nós. Que batalha! Durante um mês andaram os candidatos em guerra aberta, como os dentes de Cadmo, destruindo-se uns aos outros — com pleno direito cada um deles, isso é verdade.

Como na tradição mitológica, alguns hão de escapar, não cinco, mas nove, que irão construir, não a cidade de Tebas, mas a municipalidade, instituição que tem sido nula até hoje e que eu quisera ver levantar-se do nada para ser alguma coisa.

Outro objeto em que todos reconhecem necessidade de reforma, a fim de ser alguma coisa, porque realmente não vale nada, — é o correio.

O correio é um monumento vivo da injúria. Se disto não resultasse mais do que um serviço negativo, era mau de certo, mas ainda assim o espírito público tinha menos de que andar alvoroçado. Mas o correio é um perigo, um verdadeiro perigo para a honra e para a propriedade. Uma carta que não chega ao destino nem sempre fica inutilizada; some-se muitas vezes, perde-se ou desaparece. E, sem querer fazer aqui nenhuma injúria aos diversos funcionários espalhados pela vasta superfície do império, o espírito do particular não fica tranqüilo e tem tudo a temer de uma carta perdida.

Esta repartição merece de certo as vistas do novo ministério, e carece de uma urgente reforma, sem a qual ficaremos condenados a ter um correio nominal.

Já que estou no capítulo das coisas que reclamam a atenção da autoridade, lembrarei de passagem dois fatos de que nos chegou notícia há poucos dias: o milagre de Viana, no Maranhão, e a nova santa de Sorocaba, em S. Paulo.

Descobriu um morador de Viana que uma imagem de Santa Teresa começava a lacrimejar. Durou a umidade dos olhos três horas; o dono da casa examinou o quadro, mas não descobriu nada que pudesse contrariar a idéia de milagre.

Tudo isto era já singular para o vianense; mas a Santa não parou nisso; na quarta-feira de trevas apareceu sobre o rosto da imagem uma nuvem azul, que passou a ser verde; o colo tomou uma cor vermelha; as lágrimas continuaram a correr.

Fora longe se continuasse a referir estas ocorrências que puseram em alvoroço os crédulos vianenses.

A santa de Sorocaba é uma mulher hedionda e miserável, que, a favor da credulidade do povo, achou um novo meio de ganhar a vida. Tem em casa um S. Antônio milagroso, o qual, a troco de setecentos e vinte réis, que se dão à sacerdotisa, absolve os pecados e distribui indulgências plenárias. Dá-se, além dos setecentos e vinte réis, uma libra de cera para alumiar o santo, mas que o santo não tem o prazer de gozar em toda a plenitude, porque acumuladas as libras de velas, a sibila é obrigada a converter metade em moeda corrente.

Dizem que, apesar do aspecto imundo, a mulher é proprietária.

Não pode haver duas opiniões sobre este último fato. Estou certo de que as autoridades de S. Paulo hão de pôr cobro à especulação da velha de Sorocaba.

Quanto ao milagre de Vianna, deve-se crer que não será fácil nem imediata a repressão. Naturalmente procederá exame de uma comissão de eclesiásticos, e sabe Deus o que não dirá a comissão, sobretudo se a *Cruz* fizer parte dela!

O último número deste jornal apareceu ontem como sempre; é uma nênia aos frades. A folha da Candelária pede a reparação das instituições monásticas. Fora dos frades, não há salvação. Na sua dor — *dans sa douleur* — a infeliz lástima não ser o governo para fazer, com uma penada, o que tanto deseja. Não o declara expressamente, mas transparece do escrito.

Em diversos pontos a *Cruz* deixa uma saudade ao reinado dos mosteiros e conventos. Mas em alguns vai até censurar implicitamente os próprios frades, porque não reclamam do governo as reformas de que precisam, e porque não vão a outros países mais livres inflamar-se no espírito dos seus institutos.

Mais livres, diz a *Cruz*, dando a entender claramente que o Brasil não é completamente livre. Não é livre porque, como ela nota em outro artigo, o governo e o parlamento têm feito e executado algumas leis de tolerância religiosa. De modo que a falta de liberdade está no excesso de liberdade.

Sem dizer-o claramente, a *Cruz* lamenta que se tivesse feito a lei dos casamentos mistos, e que haja templos de seitas dissidentes nesta capital. É preciso fazer uma triste idéia da geração a quem se fala, para dizer hoje coisas destas, que nos atiram para o tempo das perseguições religiosas.

O que sobretudo a folha da Candelária não perde nunca é o tom de ódio, de tolera, de rancor, com que se exprime. Em vez de opor às invectivas e aos erros, se querem, uma frase branda, evangélica, persuasiva, — a *Cruz* acende-se naquele furor sagrado, que um poeta caracterizou tão bem nestes versos:

*Dont la haine terrestre au feu du ciel s'allume
Et qui nous percera la langue avec sa plume?*

O folhetim não discute, assinala. Não discutirei, portanto, as expressões da *Cruz*.

Farei apenas mais uma observação — é um erro tipográfico.

Referindo-se ao Sr. Jobim, diz a *Cruz*: Mas que provas quer “Lua” Excelência? — Cuido que a *Cruz* queria dizer: Mas que provas quer Sua Excelência? — Importa-me fazer esta retificação para que os malévolos não achem relações indiscretas entre a Lua e o Sr. Jobim.

Aqui faço uma transição brusca.

Apareceram ao público, no teatro de S. Pedro, os célebres campanólogos, cujo secretário, o Sr. D. Santiago Infante de Palácios, já havia chegado a esta corte e tinha preparado tudo à estréia da célebre família.

O público aplaudiu muito os trabalhos da companhia, e ela o merece, sem dúvida alguma. Não me incumbirei da difícil tarefa de explicar o meio por que os campanólogos tocam os seus instrumentos; por muito que explicasse, os leitores não entenderiam.

O trabalho da família Sauwyer é um exemplo do que pode a destreza e a paciência. Imaginem seis pessoas a executar, com 150 campainhas, os mais belos trechos líricos, com a mesma precisão e presteza, com que se faria em um piano.

Os campanólogos vão aparecer mais vezes ao público; são realmente admiráveis para merecer o aplauso dele.

Emília das Neves representa hoje a “Mulher que deita cartas”. Só daqui a uma semana poderei dar conta das minhas impressões. É de crer que elas confirmem as que me deixou a representação de “Joana Doida”, que é um dos seus mais belos florões artísticos.

Mais algumas linhas, e vou escrever as minhas iniciais.

Que querem dizer estas iniciais? perguntava-se em urna casa esta semana.

Uma senhora, em quem a graça e o espírito realçam as mais belas qualidades do coração, — disse-me um amigo, — respondeu:

— M. A. quer dizer — primeiramente, “Muito Abelhudo” — e depois, “Muito Amável”.

O meu amigo acrescentou:

— Alegra-te e comunica isso aos teus leitores.

19 DE SETEMBRO DE 1864

Crise! Crise! Crise!

Tal foi o grito angustioso que se ouviu, durante a semana passada, de todos os peitos da população e de todos os ângulos da cidade.

A fisionomia da população exprimiu sucessivamente o espanto, o terror, o desespero — conforme cresciam as dificuldades e demorava-se o remédio.

Era triste o espetáculo: a praça em apatia, as ruas atulhadas de povo — polícia pedestre a fazer sentinela, polícia eqüestre a fazer correrias — vales a entrarem, dinheiro a sair — vinte boatos por dia, vinte desmentidos por noite — ilusões de manhã, decepções à tarde — enfim uma situação tão impossível de descrever como difícil de suportar, — tal foi o espetáculo que apresentou o Rio de Janeiro durante a semana passada.

Mas, se uns davam à crise esta feição e esta gravidade, outros — no desejo de aliar o zelo da lei e a salvação pública, viam na crise um alcance menor, e conseqüentemente não aconselhavam o emprego de remédios heróicos.

Os remédios heróicos, que uns aconselhavam e outros combatiam, eram medidas aplicadas pelo governo, conforme o extraordinário da situação. Tais remédios, dizia-se, terão a virtude de atalhar o mal e acalmar os espíritos.

Os que pediam isto fundavam-se no princípio de que não se cura um cancro com água de malvas.

E fundavam-se igualmente na moralidade da seguinte anedota:

Um homem achava-se encerrado em uma sala. Cai uma vela e comunica o fogo a uma cortina. Ele procura extinguir o fogo, mas não pode; as chamas devoraram em poucos segundos a cortina, começavam a tisonar uma porta, e já lambiam o teto. Vendo a gravidade do perigo, o homem corre à porta da saída, mas desgraçadamente estava fechada; procura a chave sobre as mesas e cadeiras, nos bolsos, na secretária, e nada!

Entretanto, o fogo lavrava com intensidade. Aturdido, e não querendo gastar mais tempo em procurar a chave, o infeliz chega à janela e grita por socorro.

A tempo o fez, porque exatamente passava nessa ocasião um homem que ouviu o grito e subiu.

Quando o infeliz sentiu que o salvador estava do outro lado da porta, gritou:

— Fogo! Fogo!

— Espere um pouco, respondeu o outro.

— Arrombe a porta!

— Não; é preciso ver uma chave. Com chave é que se abre uma porta. Tenho algumas comigo; vou ver uma por uma — vejamos esta; é muito grande. Outra: nada! Bem. Outra: não entra!

— Cresce o fogo, arrombe a porta, por favor!

— Não arrombo! — mais uma chave: esta há de servir. Mau! não dá volta. Ah! Aqui vai a última: não serve.

— Por favor, arrombe a porta!

— Mas, depois?

— Depois, fica arrombada até que se extinga o fogo; não faz mal; posso daí em diante fechá-la com uma tranca de pau, até que cheguem os ferreiros para concertar a fechadura. Depressa! o fogo está a alguns palmos de mim!

— Meu caro, está salvo.

— Ah!

— Está salvo, fazendo ato de contrição e encomendando a alma a Deus. Eu não abro as portas senão com chaves; quando não tenho chaves não arrombo as portas.

Ora, o homem morreu, e a casa ficou reduzida a um montão de cinzas.

Era o caso da crise comercial. É sempre conveniente abrir uma porta com chave, mas nos casos de incêndio, em não havendo chave, duvido muito que se possa recorrer a outro meio que não seja o arrombamento.

Felizmente, o governo, auxiliado pelas vozes generosas da imprensa e pelo voto esclarecido do conselho de estado, compreendeu a magnitude da situação e aplicou o meio extraordinário do arrombamento, certo de que os ferreiros concertarão depois a fechadura.

Uma crise como esta não dá lugar a nenhum outro acontecimento. Tudo passou despercebido. A crise era o último pensamento da noite, e o primeiro pensamento da manhã. Era o assunto obrigado das conversações nas ruas, nos cafés, nos jornais.

Aqui, esquecendo a gravidade das circunstâncias, devo mencionar um fato que prova em favor de um rifão popular: — em tempo de guerra, mentira como terra.

Correram mais mentiras em uma semana de crise do que costuma correr em um ano de circunstâncias normais.

Era algum espirituoso que as inventava?

Era a interpretação exagerada que se dava a alguns boatos fundados? Não sei; talvez uma e outra coisa; mas o certo é que, de meia em meia hora, todas as bocas repetiam, com a maior sinceridade e convicção, os boatos mais incongruentes e as mais inconsistentes asseverações.

Mas, no meio de tantas asseverações e conjeturas, foi agradável de ver que nada se articulou contra a casa, cuja falência produziu a crise. De ordinário, as coisas passam-se de outro modo: também as ovações do infortúnio têm os seus apedrejadores. Doença humana, — vocação de apedrejar.

A crise trouxe o fechamento dos teatros. Não se repetiu por isso, na quinta-feira, *A mulher que deita cartas*, com Emília das Neves.

Ainda não tive ocasião de falar aos meus leitores acerca de Emília das Neves no papel de Geméa, naquele drama.

O drama, como se sabe, foi um drama de ocasião e feito por encomenda imperial. Tira o assunto do fato do pequeno Mortara. Segundo se disse então, Napoleão III encomendara a composição de uma peça em que aquele episódio servisse de base. Disse-se mais que, além do autor confesso, outro havia da própria casa do Imperador. A presença deste no espetáculo confirmou os boatos.

Isto basta para predispor contra a peça a crítica sensata. Naquelas condições não se faz drama, faz-se panfleto. Encomenda não é arte.

Todavia, se no caso atual a gente não ouve uma peça literária, também não ouve o que conta ouvir: argumento em vez de diálogo, silogismo em vez de lance dramático. Ganha-se sempre alguma coisa.

A moralidade da *Mulher que deita cartas* é a tolerância religiosa; a peça acaba quando a mãe cristã e a mãe judia confundem as suas lágrimas sobre a cabeça da filha comum.

Este desenlace, que eu esperava ver ontem combatido na *Cruz*, se a *Cruz* não tivesse suprimido o número de ontem, tranqüiliza e alivia o espírito das fortes comoções que recebe durante a peça.

O interesse consiste na perseverança com que a mãe judia procura a filha, adotada pela mãe cristã, e, uma vez encontrada a filha, na luta entre as duas mães, no conflito doloroso entre o amor da educação e o amor da natureza.

Apesar da importância relativa dos outros papéis, Geméa é a personagem que nos atrai mais a atenção.

Li a peça a fio, e creio poder julgá-la em breves palavras.

Goméa devia ser a um tempo a mulher judia e a mulher humana. Tenho visto muitas judias em cena; o erro capital dos autores está em reunir nas suas heroínas todos os distintivos do caráter judeu, sem cuidar em lhes dar um coração humano.

Ora, Geméa poucas vezes é mulher, mas é sempre judia. De princípio a fim, procura com amor, com perseverança, com desespero, a filha de suas entranhas, mas em tudo isso está longe de ser a Rachel das Escrituras ou a Hécuba de Eurípedes.

O enunciado basta para reunir muitos votos à minha opinião. Não descerei a minuciosidades. Vê-se em geral que o autor da peça tem presente o contrato da encomenda, e busca fugir ao movimento natural para ceder à necessidade de produzir tal efeito, ou chegar a tal conclusão.

Em prova disto, citarei apenas a cena capital do drama, aquela em que as duas mães levam a filha à situação de escolher uma ou outra. É uma cena absurda e fora da natureza. Não negarei que há aí lugares tocantes e expressões pungentes; mas isso não legitima a totalidade da cena, nem justifica a existência do lance.

Feitos estes reparos ao drama, confessarei que alguns pontos foram aplaudidos com justiça.

Emília das Neves desempenhou o papel de Geméa.

Tendo já conhecimento do drama, direi que, apesar do imenso talento da artista, receei que nem sempre pudesse triunfar das escabrosidades do papel.

Mas então esquecia-me de que muitas vezes os artistas realçam as obras, dando relevo às belezas secundárias ou criando novas belezas nos lugares em que elas são inteiramente nulas.

Ouvi a peça até o fim, e, se me devesse guiar pelos aplausos, outro seria o meu juízo. Os aplausos não pagaram o merecimento. Emília das Neves confirmou plenamente a apreciação feita neste mesmo lugar por ocasião de Joana Doida.

Uma arte consumada dá-lhe os meios de tudo criar e colorir tudo. Ou exprima um sentimento, ou acentue uma palavra, ou faça um gesto, vê-se que ela sabe realizar a difícil e rara aliança da arte e da natureza.

O papel de Geméa tem, como disse, defeitos capitais. O talento da artista pode disfarçar esses defeitos e dar-lhe, não o interesse da curiosidade, mas o interesse da humanidade.

Em mais de uma cena subiu ao patético; teve gritos de leoa para as agonias supremas, teve lágrimas tocantes para as dores do coração; soube ser mãe e mulher.

Familiar aos grandes efeitos da cena, Emília das Neves emprega-os com a discrição necessária para não cair das alturas da natureza e da arte. Sombria ou radiante, irada ou terna, amorosa ou odienta, ela sabe que, em cada uma dessas fases do sentimento, a arte exige um toque ideal.

As duas peças representadas bastam para julgá-la. Dizem que as duas peças que ainda falta representar são de gênero diverso, de modo a mostrar ao público as diferentes faces do talento da artista. Citam-se as *Proezas de Richelieu*, em primeiro lugar, e depois a *Dama das Camélias* ou a *Judith*. Eu preferia a *Judith*, não por supor que o seu talento, tão variado como é, não possa reproduzir a paixão de Margarida Gauthier, mas pelo desejo de vê-la calçar o coturno trágico e brandir o punhal de Melpómene.

A representação da *Mulher que deita cartas* teve lugar antes da crise. Como disse, durante a semana passada, o teatro esteve fechado por ordem superior.

É que realmente aquele acontecimento absorvia todos os outros. Até a própria eleição se concluiu no meio da indiferença geral.

A apuração de todos os sufrágios do município está feita. Acha-se, portanto, composta a nova câmara municipal; acha-se composta de novos homens, uns conservadores, outros liberais, — estes em maioria.

Já tive ocasião de manifestar os meus desejos de que a nova câmara realize os desejos de todos os munícipes.

Esses desejos limitam-se a que trate do município seriamente, acudindo às suas necessidades mais urgentes, empregando utilmente as suas rendas, melhorando o pessoal do seu serviço, corrigindo ainda, se for preciso, os regulamentos a que está sujeito esse pessoal, de maneira que o clamor público venha a calar-se, e a cidade e seus subúrbios possam viver contentes e felizes.

Por exemplo, não haverá um melhor sistema de limpeza da cidade, em virtude do qual não ande a gente condenada, — em tempo de chuva, à lama, — em tempo de sol, à poeira?

Não haverá um meio de vigilância que venha garantir as árvores plantadas em vários pontos da cidade, do vandalismo que as torna hécticas e mofinas? E na transplantação dessas árvores não convirá consultar os meios que a ciência fornece, para que das cicatrizes produzidas no ato de transplantação não lhes resulte a morte certa?

Tais são alguns dos inumeráveis pontos para que se espera que a nova câmara municipal atenda, a fim de produzir todos os bens que promete e que se lhe devem exigir.

Aqui devia eu acabar se não houvesse de dar uma notícia grata para as letras.

Um jovem acadêmico de S. Paulo acaba de publicar um livro de versos. Chama-se o livro: *Vozes da América*, e o poeta: Fagundes Varela.

Varela é uma vocação poética das mais robustas que conheço; seus versos são inspirados e originais. Goza na academia de S. Paulo, e já fora dela, de uma reputação merecida; as esperanças que inspira, ele as vai realizando cada dia, sempre com aplauso geral e singular admiração.

Ainda não vi as *Vozes da América*. Mas por cartas e jornais de S. Paulo sei que é um livro, não só digno irmão dos que Varela publicou anteriormente, mas ainda um notável progresso e uma brilhante promessa de outras obras de subido valor.

Apenas receber o volume, hei de lê-lo, e direi com franqueza e lealdade aos leitores o que pensar dele. Estou certo de bater palmas.

26 DE SETEMBRO DE 1864

Antes tarde do que nunca.

O folhetim demorou-se um dia porque, à hora em que devia preparar-se e enfeitar-se, para conversar com os leitores, corria pelo caminho de ferro em busca das águas do Paraíba.

Nenhum homem de gosto, que tenha em apreço as maravilhas da natureza e os prodígios do braço humano, pôde deixar de ir ver, ao menos uma vez na vida, os trabalhos arrojados e os panoramas esplendidos que lhe oferece uma viagem pela estrada de ferro de D. Pedro II.

Direi mesmo que ali a natureza cede o passo ao homem, tão pasmosas são as dificuldades que a perseverança e a ciência conseguiram vencer.

O futuro das estradas de ferro no Brasil está garantido e seguro. Quem venceu até hoje, vencerá o que falta. Um anel unia em consórcio o doge e o Adriático; o *wagon* consorciou já a civilização e o Paraíba. Esta união não pode deixar de ser fecunda. E a prole que vier deve ter como brasão e como senha o nome do cidadão eminente que preside ao desenvolvimento de uma obra tão colossal.

O folhetim aplaude os progressos sérios; mas ri dos progressos e dos melhoramentos ridículos. Há-os assim.

Uma hipótese:

O leitor foi aluno do conservatório de música; lá esteve muito tempo e de lá saiu como entrou; nunca pôde entender o abecedário musical; a semífusa era uma esfinge que o leitor não pôde desencantar, como Édipo, mas que também não o devorou, por felicidade nossa; em resumo, o leitor perdeu alguns anos de vida, e achou-se um dia condenado a lançar mão de outra profissão qualquer.

Mas como? O leitor é fanático por música; frequenta o teatro lírico, e não perde uma récita que seja; é o primeiro que entra e o último que sai; assiste à afinação dos instrumentos, acompanha de cabeça todos os *andantes* e *allegros*. Quando sai do teatro está desvairado. Atira-se ao piano inútil que tem em casa, a ver se pode, mesmo sem o auxílio das regras, reproduzir as harmonias que sente em si. Mas nada consegue, faz um ruído infernal, atordoia os vizinhos, perde uma noite de sono, e é obrigado a passar o dia seguinte de cama.

Desengana-se por fim: é para a música um ente nulo. Mas quem pode deixar facilmente a primeira ilusão que acalentou no peito? O leitor hesita, estremece, consulta o céu, arranca um punhado de cabelos, até que um dia de manhã, segunda-feira passada, vai ter-lhe às mãos o *Jornal do Comércio*, e o leitor vê aí a seguinte notícia:

"Música a vapor. — Segundo o "Jornal dos Debates", devia haver na rua Neuve Bossuet, em Paris, uma sessão pública e gratuita, dada pelos Srs. Carlos Hermann e Rahn, para se poder apreciar toda a importância de um novo ensino musical, em que o professor Rahn pensa há muito tempo e que vem a ser a resolução do seguinte problema: habilitar qualquer indivíduo a compor um trecho de música, a improvisar em um piano com tanta presteza como se escreve uma carta e se improvisa uma conversação".

Deixo em claro o monólogo de satisfação que o leitor naturalmente há de produzir depois de ter lido as linhas que aí ficam transcritas.

Graças aos Srs. Rahn e Carlos Hermann, o leitor, até então completamente leigo na arte de Euterpe, pode vir a ser um músico notável e preencher a missão de que se supõe investido.

Antes não poderia fazê-lo; a música era então um monopólio dos gênios e dos talentos que Deus criava e o estudo instruía. Hoje, a música democratize-se; não só Mozart pode ser músico, como pode sê-lo qualquer indivíduo, o leitor ou eu, sem precisar nem de talento nem de estudo.

Mais. O estudo e o talento tirariam ao sistema dos Srs. Rahn e Carlos Hermann o maior mérito que eu lhes vejo, que é a supressão daquelas duas condições.

Tínhamos até aqui as máquinas de moer música, na expressão de um escritor ilustre; agora temos máquinas para fazer música, o que é — em que pese aos fósseis — o supremo progresso do mundo e a suprema consolação das vocações negativas.

Daqui em diante todas as famílias serão obrigadas a ter em casa uma máquina de fazer café e uma máquina de fazer música — para digerir o jantar.

Além da vantagem de vulgarizar a arte, o novo sistema é útil pela economia de tempo. O tempo é dinheiro. Achar um sistema que habilite a gente a compor uma sinfonia enquanto fuma um cigarro de Sorocaba, é realmente descobrir a pedra filosofal.

Três vezes salve, rei Improviso!

Que vales tu agora, velha Inspiração? Os tempos te enrugaram as faces, e te amorteceram os olhos. Tens os cabelos brancos, vê-se que a tua realeza chega ao termo; é preciso abdicar. Sôfregos de viver e de produzir, queremos em teu lugar um rei ativo, sôfrego, pimpão, um rei capaz de nos satisfazer, como o não fazes tu que já andas trôpega de velhice.

Tudo isto que acabo de dizer, diria naturalmente o leitor, se acaso estivesse na hipótese que figurei.

Estas conversas semanais, como o título indica, produzem-se à medida que a memória vai despertando os sucessos e as reflexões vão caindo ao acaso dos bicos da pena.

Assim é que, sem procurar um elo que ligue dois assuntos, passo de um a outro quando o primeiro se esgota e o segundo vem procurar o seu lugar no papel.

Já tive ocasião de falar no Sr. Ataliba Gomensoro, jovem estudante de medicina, que não há muitos meses fez a sua estréia literária com uma comédia num ato, *Comunismo*, representada no Ginásio.

O mesmo teatro representa agora uma nova comédia do Sr. Ataliba Gomensoro, denominada *O casal Pitanga*. Em um ato.

O casal Pitanga é um progresso sobre o *Comunismo*. No *casal Pitanga* a intriga é mais bem ligada e o movimento mais natural, posto que estas duas condições não estejam ainda aí cabalmente preenchidas. O diálogo e o estilo estão muito acima do diálogo e do estilo do *Comunismo*, vê-se que a mão do autor, apesar de ainda incerta e inexperiente, procura assentar-se melhor e busca corrigir nos trabalhos do dia seguinte os defeitos escapados nos trabalhos da véspera.

O Sr. A. Gomensoro é um moço inteligente, e possui aquilo que tanto realça a inteligência: — é modesto. É à sombra dessa modéstia que eu me animo a falar-lhe com franqueza. Aplaudo a discrição com que se vai ensaiando no gênero difícil da comédia, não querendo desde o primeiro dia expôr-se a uma tentativa grande, mas infeliz.

Presumo que o Sr. A. Gomensoro não quererá ficar no campo da comédia de intriga; outro campo imensamente vasto se abre aos que procuram alistar-se nas bandeiras de Plauto e Molière. Esse exige muito estudo e muita observação; os aplausos que o público lhe deu convidam o Sr. A. Gomensoro a não perder de vista aquelas duas condições. E ouvindo, como acredito, as palavras da crítica simpática, não se arriscará nunca a tristes derrotas.

No desempenho da comédia *O casal Pitanga* distinguiram-se o Sr. Graça e a Sra. Elisa, que faziam os papéis dos dois Pitangas.

Na noite em que se representou pela primeira vez a comédia do Sr. A. Gomensoro, representou-se igualmente um dialogo cômico em que o Sr. Simões desempenhou o papel de um inglês. Esse desempenho foi excelente, e o Sr. Simões mostrou-se artista na acepção elevada da palavra.

O Ginásio é agora uma das mais belas salas de teatro, depois que se acha pintado e adornado.

Os leitores já sabem que no dia 15 de outubro se efetuará o casamento de S. A. Imperial com o Sr. conde d'Eu.

A imprensa já comemorou a escolha do noivo e escreveu palavras de cordial respeito e firme esperança no consórcio que se vai efetuar.

A ambição dos povos livres, neste caso, é que nos seus tronos se assentem príncipes honestos e ilustrados, capazes de compreender toda a vantagem que se pode tirar da aliança da realeza com o povo.

Assim, o país recebe alegremente a notícia deste acontecimento.

Segundo se diz, preparam-se para o dia 15 de outubro manifestações de regozijo.

Não me faltará então matéria para o folhetim.

Entre as festas que nesse dia se devem realizar figurará uma ascensão aerostática, feita pelo Sr. Wells, ultimamente chegado a esta corte.

O Sr. Wells é um corajoso americano que acaba de admirar a população de Buenos Aires com as suas ascensões. Toda a imprensa portenha é unânime em tecer ao Sr. Wells os mais pomposos e entusiásticos elogios.

O público fluminense já assistiu, há alguns anos, a uma ascensão aerostática. Creio, porém, ao que se diz do Sr. Wells, que o novo espetáculo que se lhe vai oferecer é ainda mais imponente.

O Sr. Wells tem concebido e realizado vários projetos de viagem, a todos os respeitos dignos da admiração pública.

A viagem aerostática é uma das mais arrojadas concepções do espírito humano. Filinto Elísio cantou esse grande arrojo na ode *Os novos Gamas*. Porto Alegre é autor da bela poesia *O Voador*. Esta última citação traz-me ao espírito muitas considerações já velhas e repetidas sobre a sorte do verdadeiro inventor dos balões aerostáticos, o brasileiro Bartolomeu de Gusmão, filho deste continente que há de substituir a velha Europa na vanguarda da civilização.

O nome de Gusmão não é conhecido na Europa. Raros lhe dão a palma que tão legitimamente lhe pertence. Fora da língua portuguesa — e até na própria língua portuguesa — o nome de Montgolfier anda sempre ligado ao célebre invento. É o caso do poeta:

Sic vos non vobis...

Voltando ao Sr. Wells, mencionarei o projeto que este aeronauta afaga há muito tempo: atravessar em um balão o continente sul-americano. É sem dúvida um projeto arrojado. A perseverança vence tudo, *perseverantia vincit omnia*, — tal é a divisa do Sr. Wells.

Não deixarei o assunto sem acrescentar uma reflexão:

O homem tem admirado a natureza por todos os lados e de todos os modos. Chega mesmo a penetrar nela, se é poeta ou filósofo. Mas que soma de espetáculos novos e deslumbrantes não lhe oferece a conquista do ar! — Sugeri-me esta reflexão a leitura do seguinte fragmento de uma carta do Sr. Wells ao redator de *Nación Argentina*.

“... Quando cortei a última corda da barquinha o sol tinha-se escondido por traz das ilhas, mas logo pareceu que subia de novo, porque o balão subira rapidamente a uma imensa altura sobre as nuvens que estavam como inflamadas pelos últimos raios do astro. A cena era belíssima vista a uma légua de altura.

“O Rio parecia reduzido a metade, e os seus limites se perdiam de um lado entre um monte de nuvens, e de outro entre as ilhas.

“Era uma coisa singular ver levantar-se o sol do poente; contemplei-o com prazer, e cantando o hino *Star Spangled Rauner*, empunhei a bandeira da minha pátria, em honra do primeiro panorama desta espécie que via em minha vida”...

Veja-se por aqui quantos aspectos novos a face do globo tem ainda para oferecer aos olhos ávidos e ao incansável espírito do homem.

Aguarde o público a primeira ascensão do corajoso aeronauta.

Não por acaso, antes muito de indústria, guardei para o fim do folhetim a notícia da morte de Odorico Mendes.

A imprensa comunicou ao público que o ilustre ancião falecera em Londres a 17 do passado.

Odorico Mendes é uma das figuras mais imponentes de nossa literatura. Tinha o culto da antiguidade, de que era, aos olhos modernos, um intérprete perfeito. Naturalizara Virgílio na língua de Camões; tratava de fazer o mesmo ao divino Homero. De sua própria inspiração deixou formosos versos, conhecidos de todos os que prezam as letras pátrias.

E não foi só como escritor e poeta que deixou um nome; antes de fazer a sua segunda Odisséia, escrita em grego por Homero, teve outra, que foi a das nossas lutas políticas, onde ele representou um papel e deixou um exemplo.

Era filho do Maranhão, terra fecunda de tantas glórias pátrias, e tão desventurada a esta hora, que as vê fugir, uma a uma, para a terra da eternidade.

Há poucos meses, Gomes de Souza; agora Odorico Mendes; e, se é exata a dolorosa notícia trazida pelo último paquete, agrava-se de dia para dia a enfermidade do grande poeta, cujos *Cantos* serão um monumento eterno de poesia nacional.

Deus ampare, por glória nossa, os dias do ilustre poeta; mas, se ele vier a sucumbir depois de tantos outros, que lágrimas serão bastantes para lamentar a dor da Níobe americana?

3 DE OUTUBRO DE 1864

O Brasil acaba de perder um dos seus primeiros poetas. Se ele tem em alguma conta a glória das

musas, o dia em que um destes espíritos deixa a terra, para voar à eternidade, deve ser um dia de luto nacional.

E aqui o luto seria por um duplo motivo: luto por mágoa e luto por vergonha. Mágoa da perda de um dos maiores engenhos da nossa terra, talento robusto e original, imaginação abundante e fogosa, estro arrojado e atrevido. Vergonha de haver deixado inserir no livro da nossa história a página negra do abandono e da penúria do poeta, confirmando hoje, como no século de Camões, a dolorosa verdade destes versos:

O favor com que mais se acende o engenho
Não no dá a pátria, não, que está metida
No gosto da cobiça, e na rudeza
De uma austera, apagada e vil tristeza.

Todos sabem que a vida de Laurindo Rabelo foi uma longa série de martírios. Se não tivesse altas e legítimas aspirações, como todos os que sentem vibrar em si uma corda divina, os padecimentos ser-lhe-iam menos sensíveis; mas, cheio daquela vida intelectual que o animava, dotado de asas capazes de subir às mais elevadas esferas, o poeta sentia-se duplamente martirizado, e a sua paixão atingia proporções dos maiores exemplos de que reza a história literária de todos os países.

A figura de Prometeu é uma figura gasta em alambicados necrológios; mas eu não sei de outra que melhor possa representar a existência atribulada deste infeliz poeta, espicaçado, não por um, mas por dois abutres, a fatalidade e a indiferença. A fatalidade — se é lícito invocar este nome — assentou-se-lhe no lar doméstico, desde que ele abriu olhos à vida; mas, se ao lado dela não se viesse depois sentar a indiferença, a vida do poeta seria outra, e aquele imenso espírito não teria atravessado por este mundo — amargurado e angustiado.

Consola um pouco saber que, na via dolorosa que o poeta percorreu, se já lhe não assistia a fé nos homens, nunca se lhe amorteceu a fé em Deus. Os sentimentos religiosos de Laurindo Rabelo eram os mais profundos e sinceros; ele tinha em si a consciência da justiça divina, em quem esperava, como o último refúgio dos desamparados deste mundo. Em seus últimos momentos deu ainda provas disso; o seu canto do cisne foi uma oração que ele improvisou para ajudar-se a morrer. Os que ouviram essa inspiração religiosa dizem que não se podia ser nem mais elevado nem mais comovente. Assim acabou o poeta cristão.

Laurindo Rabelo era casado há alguns anos. A família foi então para ele o santuário do seu coração e o asilo da sua musa. Os seus labores nestes últimos tempos tendiam a deixar à companheira dos seus dias uma garantia de futuro. Não tinha outras ambições.

Um grande talento, uma grande consciência, um grande coração, eis o que se perdeu em Laurindo Rabelo. Do talento ficam aí provas admiráveis, nos versos que escreveu e andam dispersos em jornais e na memória dos amigos. Era um poeta na verdadeira acepção da palavra; estro inspirado e imaginação fecunda, falando a língua de Bocage e admirando os que o ouviam e liam, tão pronta era a sua musa, tão opulenta a sua linguagem, tão novos os seus pensamentos, tão harmoniosos os seus versos.

Era igualmente uma grande consciência; consciência aberta e franca, dirigida por aquele rigorismo de Alceste, que eu ouvi censurar a mais de um Filinto do nosso tempo. O culto da justiça e a estima do bem eram-lhe iguais aos sentimentos de revolta produzidos pela injustiça e pelo mal. Ele desconhecia o sistema temperado de colorir os vícios medíocres e cantar as virtudes ilusórias.

Quanto ao coração, seus amigos e companheiros sabem se ele o tinha grande e nobre. Quando ele se abria, aos afetos era sempre sem reservas nem refolhos; sabia amar o que era digno de ser amado, sabia estimar o que era digno de ter estima.

Se este coração, se esta consciência, se este talento acaba de fugir aos nossos olhos, a pátria que o perdeu deve contar o dia da morte dele na lista dos seus dias lutuosos.

Há oito dias comemorava eu uma perda literária do país; hoje comemoro outra, e Deus sabe quantas não sucederão ainda nesta época infeliz para as musas! — Assim se vão as glórias pátrias, os intérpretes do passado diante das gerações do futuro, os que sabem, no turbilhão que leva as massas irrefletidas e impetuosas, honrar o nome nacional e construir o edifício da grandeza da pátria.

Ouçõ que se pretende fazer uma edição dos escritos de Laurindo Rabelo. É um duplo dever e uma dupla necessidade; o produto auxiliará a família viúva; a obra tomará lugar na galeria literária do Brasil.

Quanto a ti, infeliz poeta, pode-se dizer hoje o que tu mesmo dizias em uma hora de amarga tristeza:

A tua triste existência
Foi tão pesada e tão dura,
Que a pedra da sepultura
Já te não pode pesar.

Cometi uma falta no folhetim de domingo passado; não falei de uma obra e de um artista. Cumpre-me reparar a falta.

Quando se festejou a Exaltação da Cruz na igreja de Santa Cruz dos Militares foi inaugurado o retrato a óleo do atual provedor o Sr. general Antonio Nunes de Aguiar. É um retrato de corpo inteiro.

A obra foi olhada como digna de apreço e de estima. Estimar a obra de arte é prestar-lhe uma honra elevada. Os conhecedores e amadores não hesitaram em dar este gênero de homenagem ao trabalho com que a irmandade da Cruz resolvera perpetuar na memória dos vindouros os seus sentimentos de gratidão.

É que realmente a simples vista do quadro faz adivinhar um pincel adestrado e inteligente. O nome do autor corresponde a essa apreciação. O Sr. Rocha Fragoso é um dos nossos artistas mais capazes e mais dignos de apreço. Dotado de talento real para a pintura, foi um discípulo esperançoso da nossa academia, e quando mais tarde voltou de Roma, duplamente condecorado, — com o aplauso dos mestres e com a comenda de S. Gregório Magno, — os seus irmãos de arte o receberam como uma honra da classe.

Dando ao Sr. Rocha Fragoso os meus sinceros aplausos, não deixarei de consignar aqui o desejo de que novas provas de seu apreciado talento venham conquistar novos aplausos, dando-me ainda o prazer de escrever muitas vezes o seu nome neste folhetim.

Que a arte e os artistas vão ganhando neste país um lugar distinto, é o melhor desejo de todo o coração verdadeiramente brasileiro. Vem a propósito mencionar mais sentou a tragédia *Judith* e a comédia *As primeiras proezas de Richelieu*.

Calçar na mesma noite o coturno de Melpomene e a chinela de Talia, passar da tenda de Holofernes e dos rochedos de Betúlia aos paços de Luiz XIV e ao camarim do sobrinho do Cardeal, era dar prova de um talento vasto e variado. A artista quis entrar nessa prova, que, aliás, já dera ao público do seu país. Aquela circunstância e a de ser o espetáculo em benefício da artista encheram o vasto salão do teatro Lírico.

Choveram nessa noite aplausos, flores e coroas.

O primeiro espetáculo que se ofereceu aos olhos do espectador ao levantar o pano, foi, como já se tem visto em outras peças, o de um asseio e ordem cênica a que não andamos muito acostumados. Essa primeira impressão é já de si agradável e dispõe o espírito do espectador.

Como sempre, o espectador assiste distraído às primeiras cenas até a entrada de Emília das Neves, e daí em diante é a eminente atriz quem lhe atrai exclusivamente a atenção.

Os dotes que eu já tive ocasião de reconhecer em Emília das Neves, e que são de primeira ordem, acham-se perfeitamente acomodados à figura de *Judith* e às condições da tragédia; voz, figura, gesto, fisionomia, tudo corresponde a uma ação trágica. Emília das Neves, que possui estas duas condições — a inteligência e o natural — uma para compreender, outra para reproduzir, soube entrar no espírito do papel e desempenhá-lo ao vivo, mediante os recursos de uma arte que lhe é familiar.

Se houvera tempo e espaço para estabelecer preferências nas diversas situações da tragédia, eu desenvolveria os motivos pelos quais a eminente artista me agradou mais no 2º, no 3º e no 5º atos. Limito-me a assinalar aqui essas preferências, que de modo nenhum concluem contra o desempenho, aliás excelente, do resto do papel.

Mas quem dirá que a figura trágica, a voz potente, a gesticulação larga, mas sóbria, como deve ser, — quem dirá enfim, que a atriz talhada para a reprodução das grandes paixões, pode tão facilmente acomodar-se ao gênero familiar da comédia, em que sorri, brinca, moteja, em que de águia se faz pomba, apenas com o intervalo de um quarto de hora?

Conheço alguns artistas que possuem o dom de enternecer no drama e alegrar na comédia; mas não são muitos, de certo, posto que quase todos procurem vencer a mesma dificuldade. Esta dificuldade só muita natureza e muita arte podem vencer-a; se eu admiro, portanto, a intenção de todos os cometimentos desta ordem, estou muito longe de admirar-lhes os resultados.

Com a artista de que me ocupo duvido que se possa exigir mais. Mesmo pondo de parte a circunstância de ter representado na mesma noite os dois gêneros, o que tornava mais flagrante e mais vivo o contraste, o desempenho do papel do menino duque não podia ser mais completo do que foi. Fora sem dúvida para desejar que, em vez das *Proezas de Richelieu*, comédia do gênero anedótico, sem grande alcance nem grandes pretensões literárias, a empresa fizesse representar uma verdadeira comédia, uma comédia da boa escola, onde o talento de Emília das Neves pudesse entrar no largo estudo que a comédia das *Proezas* lhe não permitiu.

É verdade, porém, que uma comédia nessas condições não teria um pessoal completo, à exceção da artista de que me ocupo, e do Sr. Gusmão, que não deixarei de mencionar aqui pelo desempenho do

barão de Belle-Chasse.

O papel de madame Patin, burguesa ridícula que o leitor pode encontrar, até com o mesmo nome, mas tratada com outro talento, no *Chevalier à la mode*, comédia de Dancourt, sofreu com o desempenho, não tanto por estar longe de ser completo, como pelo contraste que se apresentava à memória, comparando-se com o excelente desempenho que fez há anos a eminente artista dramática Gabriela da Cunha.

Dizem que a peça escolhida para a próxima recita é a *Adriana Lecouvreur*.

Terminarei anunciando uma transmigração; morreu a *Cruz*, mas a alma passou para o *Cruzeiro do Brasil* — continuando assim a mesma *Cruz*, revestida de novas galas, segundo a expressão singularmente modesta da redação.

Procurei as novas galas, mas confesso ingenuamente que as não encontrei. Quer-me parecer que ficaram na intenção dos redatores.

10 DE OUTUBRO DE 1864

Dai-me boas semanas e eu vos darei bons folhetins.

Mas que se pode fazer no fim de sete dias chochos, passados a ver chover, sem acontecimento de natureza alguma, ao menos destes que tenham para o folhetim direito de cidade?

Gastaram-se os primeiros dias da semana a esperar o pacote, — e o pacote, como para punir tão legítima curiosidade, nada trouxe que estivesse na medida do desejo e da ansiedade. Veio apenas a notícia de um casamento real no norte da Europa, que muita gente olha como um prenúncio da formação do reino escandinavo, mas que eu não sei se dará em resultado exatamente o contrário disso, isto é, a supressão de uma monarquia constitucional em favor de uma monarquia autocrática.

Aí vou eu entrando pelo terreno da política torva e sanhuda. Ponto final ao acidente.

Mas — como dizia eu — que se pode fazer depois de uma semana tão vazia como a cabeça do rival de André Roswein?

Diz Alphonse Karr que depois de encerradas as câmaras e posta a política em férias, os jornais franceses começam a descobrir as virtudes e os milagres; aparecem os atos de coragem e abnegação, e as crianças de duas cabeças e quatro pés. A observação é verdadeira, talvez, mas para lá; o Rio de Janeiro em falta de política, nem mesmo se socorre da virtude e dos fenômenos da natureza. Tudo volta a um silêncio desolador; raream os acontecimentos, acalma-se a curiosidade pública.

Assim, foi com profundo desgosto que eu fiz hoje subir à minha varanda a musa gentil e faceira do folhetim.

— Casta filha do céu, que vês tu na planície? perguntei-lhe como no poema de Ossian.

A infeliz desceu com ar desconsolado e disse-me que nada vira, nem a sombra de um acontecimento, nem o reflexo de uma virtude.

Perdão, viu uma virtude.

Não sei em que lugarejo da Baía reuniu-se o júri no prazo marcado e teve de dissolver-se logo, porque o promotor de justiça não apresentou um só processo.

Ó Éden baiano! dar-se-á caso que no intervalo que mediou entre a última sessão do júri e esta, nem um só crime fosse cometido dentro dos vossos muros? Nem um furto, nem um roubo, nem uma morte, nem um adultério, nem um ferimento, nem uma falsificação? O pecado sacudiu as sandálias às vossas portas e jurou não voltar aos vossos lares? O caso não é novo; lembra-me ter visto mais de uma vez notícias de fenômenos semelhantes.

O Éden, antes do pecado de Eva, não era mais feliz do que essas vilas brasileiras onde o código se vai tornando letra morta e os juizes verdadeiras inutilidades.

Onde está o segredo de tanta moralidade? Como é que se provê tão eficazmente à higiene da alma? Há nisto matéria para as averiguações dos sábios.

— Mas — *juste retour des choses dici-bas* — talvez que na próxima sessão do júri, a vila, que desta vez subiu tanto aos olhos da moralidade, apresente um quadro desconsolador de crimes e delitos, de modo a desvanecer a impressão deixada pelo estado anterior.

Tudo é possível neste mundo. Em falta de acontecimentos há sempre um acontecimento que pode

entrar em todos os folhetins, e ao qual já me tenho referido muitas vezes — até com risco de monotonia.

É um dever de que não me liberto abrir os olhos à câmara municipal a respeito de uma coisa que não é favor, mas dever de tão alta instituição.

Se a câmara municipal não tem por obrigação cuidar do município, tomo a liberdade de perguntar para que serve, então, e se é para continuar a viver do mesmo modo que os cidadãos, de quatro em quatro anos, vão deitar uma cédula à urna eleitoral.

Longe de mim negar o que a câmara tem feito, mas também longe de mim a idéia de ficar mudo diante do abandono em que certas necessidades municipais estão.

O caminho do Catete, que um homem ao espírito chama — caminho apoplético, — é, por assim dizer, o resumo do estado geral da cidade. As folhas reclamam todos os dias contra o descuido da câmara e dos seus agentes, mas é como se pregasse no deserto.

Todos os sentidos de que aprouve à natureza dotar-nos andam perseguidos e em guerra aberta com a poeira, a imundície, os boqueirões, etc.

Ah! a imundície! Como Lucrecia Bórgia aos convivas de Gennaro, a câmara municipal tomou a peito dizer aos fluminenses, depois que lhes alcança os votos:

— *Messeigneurs, vous êtes tous empoisonnés.*

E fala verdade.

Quando se anunciou a chegada dos augustos noivos de Suas Altezas, disse eu que a câmara tratasse de fazer com que vestíssemos roupa lavada, de algodão embora, mas coisa mais limpa do que os molambos que nós temos a honra de receber das suas ilustríssimas mãos.

Sobreveio o período eleitoral, e manifestou-se a grande febre no município. Então perderam-se as esperanças. A soberania popular — frase que os tipógrafos de todos os países já estão cansados de compor e os leitores de todos os livros e jornais cansados de ler — a soberania popular abafou o grito da necessidade pública, e ninguém achou mau o caminho que ia de casa à paróquia.

A câmara, porém, mostrou-se compenetrada do alto papel que se lhe destinou, e lembrou-se de convidar os municípios para solenizar o casamento de Sua Alteza Imperial que, como os leitores sabem, terá lugar no sábado.

Constroem-se arcos e coretos em vários pontos da cidade, desde o Aterrado até o largo do Paço, mas essas construções deviam ter sido precedidas de alguns melhoramentos, a fim de não ter lugar a aplicação daquela cantiga popular:

Por cima muita farofa, etc.

Demorar-me neste assunto seria aborrecer os leitores. A primeira condição de quem escreve é não aborrecer.

Tous les genres sont bons, hors le genre ennuyeux.

E só agora vejo, na minha carteira da semana, o apontamento de uma notícia que eu estou certo de que há de alegrar os leitores, sejam escritores ou não.

Segundo me disseram, Sua Majestade o Imperador trata de mandar fazer uma edição das obras completas de Odorico Mendes. Os leitores conhecem, de certo, o nome e as obras do ilustre poeta, cuja morte em Londres as folhas noticiaram não há muitos dias.

O ato imperial honra a memória do ilustre poeta; essa memória e esse ato são duas honras para o nome brasileiro.

Uma folha hebdomadária que se publica nesta corte, denominada *Portugal*, deu ontem aos seus leitores uma notícia que os enche de júbilo, como a todos os que prezam as letras e a língua que falamos.

De há muito que o autor do Eurico, recolhido à vida privada, assiste silencioso ao movimento de todas as coisas, políticas ou literárias.

Esse silêncio e esse isolamento, por mais legítimas que sejam as suas causas, são altamente prejudiciais à literatura portuguesa.

Mas o culto das musas é, além de um dever, uma necessidade. O espírito que uma vez se votou a ele, dele vive e por ele morre. É uma lei eterna. No meio dos labores pacíficos a que se votou, A.

Herculano não pôde escapar ao impulso íntimo. O historiador e poeta pode fazer-se agricultor, mas um dia lá se lhe converte o arado em pena, e as musas voltam a ocupar o lugar que se lhes deve. As musas são a fortuna de César; acompanham o poeta através de tudo, na bonança, como na tempestade.

O que se anuncia agora, na correspondência de Lisboa do *Portugal*, é a publicação próxima de dois livros do mestre: *Contos do Vale de Lobos*, é o primeiro; o segundo é uma tradução do poema de Ariosto.

Quando se trata de um escritor como Alexandre Herculano, não se encarece a obra anunciada; espera-se e aplaude-se.

Ler as obras dos poetas e dos escritores é hoje um dos poucos prazeres que nos restam ao espírito, em um tempo em que a prosa estéril e tediosa vai substituindo toda a poesia da alma e do coração.

Quando os tempos nem dão para um folhetim, não sei que se possa fazer outra coisa melhor.

Eu por mim já fiz até aqui o que era humanamente possível; pouca diferença vai deste folhetim ao milagre dos pães; e essa mesma é mais nos efeitos do fato que no próprio fato. Quando os leitores chegarem ao fim achar-se-ão vazios como no princípio, sentindo uma fome igual à que sentiam quando começaram a ler.

Só haverá uma satisfação: é a do preenchimento destas páginas inferiores que está a cuidado do mais indigno servo dos leitores preencher todas as semanas.

Vejam se não é assim.

E não cuidem que as seguintes linhas, transcritas do *Despertador*, de Santa Catarina, entram aqui por enchimento. É uma remessa que julgo de meu dever fazer ao *Cruzeiro do Brasil*. Leia o colega e admire:

“A estréia do jesuíta Razzini como pregador, no domingo último, é aquela que se podia esperar de quem, ignorando o mais trivial de uma língua, se afoita a ir nela pregar para não ser entendido de quem quer que seja!

“Pergunte-se a maior parte dos que lá foram se entenderam — pitada, — apesar dos calafrios e suores que deviam custar ao pobre do Revma., que raras eram as palavras que não fossem muito ruminadas?

“É a estas coisas que jamais poderemos ser indiferentes: um padre que não conhece absolutamente nada da nossa língua, para que vai pregar nela?... Para fazer rir da mimica que emprega quem se acha nesses apertos?!...

“Porém ainda isso não é tudo, é naquela crisálida que está o futuro da ilustração da nossa esperançosa mocidade! Há de ser esse um dos que vêm fazer parte do professorado no ensino de línguas em o novo estabelecimento; o mesmo que tem por obrigação fazer compreender aos seus discípulos comparativamente as belezas de uma língua com as da outra, que tem de descer aos seus modos mais particulares (idiotismos) para dar em equivalentes, se não iguais, ao menos os mais aproximados possíveis. Como serão preenchidas condições tão essenciais, e indispensáveis ao ensino? Veja o público que a maior parte do que importamos em todas as espécies são objetos de carregação, como os chama o vulgo; dos mestres, por esta amostra, já podemos fazer juízo seguro”.

17 DE OUTUBRO DE 1864

O Rio de Janeiro está em festas — festas realizadas anteontem e festas adiadas para 24 e 25. O casamento da herdeira da coroa é o assunto do momento.

Um céu puro e um sol esplêndido presidiram no dia 15 a este acontecimento nacional. A natureza dava a mão aos homens; o céu comungava com a terra.

Não descreverei nem a festa oficial nem a festa pública. Quem não assistiu à primeira leu já a relação dela nos andares superiores dos jornais; na segunda todos tomaram parte — mais ou menos — todos viram o que se fez, em arcos, coretos, pavilhões, iluminações, espetáculos, aclamações e mil outras coisas. E sobretudo ninguém deixou de ver e sentir a melhor festa, que é a festa da alegria íntima, natural, espontânea, a festa do cordial respeito que o povo tributa à primeira família da nação.

Uma das coisas que fez mais efeito nesta solenidade foi a extrema simplicidade com que trajava a noiva imperial. É impossível desconhecer o delicado pensamento que a este fato presidiu, na idade e na condição de Sua Alteza: as suas graças naturais, as virtudes do coração e o amor deste país, são o seu melhor diadema e a suas jóias mais custosas.

As festas celebradas anteontem, e que deviam continuar hoje, foram adiadas para 24 e 25, época em

que devem os augustos consortes voltar de Petrópolis. Até lá o Rio de Janeiro apresentará o aspecto da mais completa desolação?

Refiro-me ao temporal, a esse temporal único, assombroso, aterrador, que os velhos de oitenta anos viram pela primeira vez, que os adolescentes de quinze anos esperam não ver segunda vez no resto dos seus dias, a esse temporal, que, se durasse 2 horas, deixava a nossa cidade reduzida a um montão de ruínas.

Durante uns dez minutos tivemos, nós, os fluminenses, uma imagem do que seria o grande cataclismo que extinguiu os primeiros homens. Rompeu-se uma catarata do céu; Éolo soltou os seus tufões; o trovão rolou pelo espaço; e um dilúvio de pedras enormes começou a cair sobre a cidade com a violência mais aterradora que se tem visto.

Seria o látigo com que a divindade nos castigava? O mesmo temporal tinha-se dado em S. Paulo poucos dias antes; dar-se-á caso que tenhamos de vê-lo repetido em todas as cidades do mundo? Se assim for, não há dúvida de que são chegados os tempos; os tufões são, portanto, os batedores do cometa Newmager, com que me ocupei num dos meus primeiros folhetins.

Os leitores estarão lembrados do que eu disse nessa ocasião, aceitando o cometa como um castigo do céu. Apesar de já descrever até dos cometas, não pude recusar a este o testemunho da minha fé. Eu lastimei então que um anúncio feito tão tarde não pudesse fornecer aos homens o meio de conjurar o cataclismo, cessando a transmissão dos seus vícios e dos seus defeitos às gerações que se lhes seguissem, embora continuassem eles a ser hipócritas, velhacos, ingratos, difamadores, egoístas, vaidosos, ridículos.

Se acreditava, porém, no cometa, ainda assim não deixava de nutrir certa esperança. Essa esperança começa a desvanecer-se diante dos prenúncios que vão aparecendo.

A proximidade do Átila celeste revoluciona o espaço; não há dúvida que o tufão que começa a varrer a face da terra é a respiração do monstro. E, a julgar pela violência, o monstro está próximo.

Não repetirei aqui o trocadilho que toda a gente repetiu durante a semana — até o *Cruzeiro do Brasil* — o trocadilho da quebra dos banqueiros e da quebra das vidraças. Mas se falo em vidraças é só para dar um conselho aos vidraceiros. Foram estes os únicos que aproveitaram com o temporal. Há cerca de duzentos mil vidros quebrados no Rio de Janeiro; os vidraceiros aproveitaram a ocasião e declaram-se os soberanos reparadores dos males da cidade. Em consequência, altearam os preços.

Os vidraceiros desconhecem os seus próprios interesses. Baixar os preços era a única medida da ocasião, por isso que, havendo trabalho em abundância, convinha assegurar esse trabalho pela perspectiva da modicidade do custo. Mas, como a operação de encher vidraças não requer estudos preliminares de lógica, os vidraceiros podem facilmente abster-se de raciocinar, e o resultado é cometerem um erro, quando podiam exercer duas virtudes: — primeira, socorrer facilmente aos males públicos; a segunda, fazer no orçamento dos seus ganhos um aumento de verba.

Demais — e é isto o importante — os proprietários, receosos do cataclismo de 1865, quererão acaso envidraçar as suas casas para ver perdidos, dentro de pouco tempo, o dinheiro e o trabalho? Eu acho que não, e nesse caso, se é difícil reparar os estragos do temporal do dia 10, com os preços ínfimos, sê-lo-á muito mais, com os preços alteados.

Ofereço estas reflexões à corporação dos vidraceiros da capital.

Se é verdade que o cometa deve aparecer e se as revoluções da atmosfera são sintomas da presença do Átila celeste, é para admirar — mais do que em circunstâncias ordinárias — o ato que a população fluminense apreciou no sábado: a ascensão do aeronauta Wells.

Pois que, ousado mortal! quando um habitante do espaço ameaça visitar a terra, quando os teus semelhantes tremem de pavor só a essa idéia, ousas tu — de alma alegre e coração à larga — invadir os domínios aéreos, afrontar o dito habitante no seio da sua própria casa?

Esta arrojada visita aérea — que é bastante para despertar a idéia de represálias — foi executada no sábado, como se sabe, às 11 horas da manhã.

O dia estava magnífico; o céu azul, o ar puríssimo. Tudo convidava o Sr. Wells a realizar as suas promessas. O campo de Sant'Anna regurgitava de povo que correu a ver aquele espetáculo duplamente curioso: — primeiro, por ser arrojado; depois, por ser gratuito.

O balão subiu no meio de aclamações.

Não era o primeiro espetáculo deste gênero efetuado na capital, mas é sempre digno de ser visto e apreciado.

Pouco tempo depois o Sr. Wells descia sobre o morro da Viúva, calmo e tranqüilo, como quem volta para casa, depois de um passeio higiênico.

Anuncia-se nova ascensão para o dia 24.

Então pretende o Sr. Wells admitir alguns amadores. Vou já avisando aos corajosos da capital; dizem que na próxima ascensão irá com o Sr. Wells uma americana. É vergonhoso que o exemplo de uma mulher não seduza a muitos homens, tanto mais que neste caso há dois balões, em vez de um, o que torna mais efetiva a segurança.

Completem os leitores mentalmente as muitas páginas que eu podia escrever neste assunto e a propósito da última ascensão.

A conquista do ar! Quem é que não se sente tomar de entusiasmo frente esta nova aplicação dos conhecimentos humanos? Enquanto os leitores deixam assim correr a imaginação pelo ar, o folhetinista atravessa os mares e vai ver em longes terras da Europa um poeta e um livro.

Cantos fúnebres é o novo livro do Sr. Dr. Gonçalves de Magalhães. Não é completamente um livro novo; uma parte das poesias estão já publicadas. Compõe-se dos *Mistérios* (cantos à morte dos filhos do poeta), algumas nênias à morte de amigos, vários poemas e uma tradução da *Morte de Sócrates*, de Lamartine.

O autor dos *Cantos fúnebres* ocupa um lugar eminente na poesia nacional. O voto esclarecido dos julgadores já lh'o reconheceu, a sua nomeada é das mais legítimas.

Quando os *Mistérios* apareceram em volume separado, o público brasileiro aceitou e leu esse livrinho, assinado pelo nome já venerado do eminente poeta, com verdadeiro respeito e admiração.

O sucesso dos *Mistérios* foi merecido; nunca o autor dos *Suspiros poéticos* tinha realizado tão brilhante a união da poesia e da filosofia: ao pé de três túmulos, sufocado pelas próprias lágrimas, o poeta pôde mais facilmente casar essas duas potências da alma. A elevação do sentido e a melancólica harmonia do verso eram dignas do assunto.

Tão superior é o merecimento dos *Mistérios* que agora mesmo, no meio de um livro de trezentas e tantas páginas, eles ocupam o primeiro lugar e se avantajam em muito ao resto da obra.

Não li toda a tradução da *Morte de Sócrates*, nem a comparei ao original; mas as páginas que cheguei a ler pareceram-me dignas do poema de Lamartine. O próprio tradutor declara que empregou imenso cuidado em conservar a frescura original e os toques ligeiros e transparentes do poema. Essa devia ser, sem dúvida, uma grande parte da tarefa; para traduzir Lamartine é precioso saber suspirar versos como ele. As poucas páginas que li dizem-me que os esforços do poeta não foram vãos.

Os *Cantos fúnebres* encontrarão da parte do público brasileiro o acolhimento a que têm direito. Tanto mais devem procurar o novo livro quanto este volume é o 6º da coleção das obras completas do poeta, que o Sr. Garnier vai editar.

O volume que tenho à vista é nitidamente impresso. A impressão é feita em Viena, aos olhos do autor, garantia para que nenhum erro possa escapar; sendo esta a edição definitiva das obras do poeta, é essencial que ela venha limpa de erros.

Um bom livro, uma bela edição — que mais pode desejar o leitor exigente?

Passemos ao teatro.

O Ginásio representou na sexta-feira uma nova peça, — *Montjoye*, em 5 atos e 6 quadros, por Octavio Feuillet.

Montjoye teve um grande triunfo em Paris. Crítica e platéia se juntaram para coroar a nova composição do autor da *Dalila* e do *Romance de um moço pobre*. Ora, a nova composição era a primeira em que O. Feuillet deixava a esfera fantástica e ideal de Maximo Odier e de André Roswein, para pisar a terra chã da vida real e dos costumes burgueses. O poeta cortava as asas para envergar o paletó.

Mas, ninguém melhor que o autor da *Dalila* podia cometer essa empresa. Descendo à vida prática, ele trazia consigo as chaves de ouro com que abria as portas da fantasia; soube penetrar na realidade sem tomar a natureza dela: tinha palheta e tintas, desdenhou a máquina e o colódio. Em resumo, não submeteu a musa às exigências de uma realidade estéril; sujeitou a realidade às mãos instruídas da musa. É o que se conhece vendo a nova peça do autor da *Dalila*.

Même quand l'oiseau marche on voit qu'il a des ailes.

O tipo de *Montjoye* está reproduzido com habilidade de mestre. *Montjoye* é o homem prático, o homem utilitário, o homem forte. Todos os bons sentimentos, todas as ilusões da mocidade, são para ele inúteis quimeras; indicai-lhe a melhor aptidão, adornada por essas ilusões, cheia desses sentimentos, ela nada valerá para ele; mostrai-lhe, pelo contrário, a inteligência esperançosa, mas

nua desses sentimentos e dessas ilusões, mostrei-lhe Gendrin, e ele dará um suspiro de lamentação, quando lhe vieram dizer que o pobre rapaz morreu em Xangai.

Momo, consultado por Júpiter sobre a organização do homem, notou um defeito: o de não ter ele uma janela no coração por onde todos lhe vissem os sentimentos. Se Deus consultasse Montjoye no mesmo assunto, este criticaria a própria existência do coração e aconselharia a supressão dele.

Montjoye só conhece uma utilidade nos sentimentos dos outros homens: é a de lhe servir aos fins que ele tenha em vista.

Aproveitará a fibra humanitária de Saladin para preparar a candidatura à câmara dos deputados; dará plena sanção ao amor de Cecília, uma vez que o próximo casamento quebre nas mãos do adversário político uma arma eleitoral.

Ele próprio faz a sua profissão de fé; só acredita em duas coisas; em moral, o meu é o teu, — em filosofia, dois e dois são quatro. Fora daí — há o vácuo.

Assim estudado, o tipo de Montjoye mostra-se, desenvolve-se, afirma-se de ato para ato. Um dia, já separado dos seus, Montjoye sente que lhe falta alguma coisa; não é ainda o sentimento da saudade e do amor; é puramente o gosto do hábito; Montjoye não estima esta ou aquela pessoa, acostuma-se a vê-la. Quando ela lhe falta, é ainda uma exigência egoística que reclama contra o isolamento.

Mas os acontecimentos se sucedem, e o espírito de Montjoye transforma-se com eles.

Não relatarei esses acontecimentos nem indicarei o sentido dessa transformação. O leitor preferirá ir ver por seus próprios olhos os lances dramáticos, as situações novas, os traços enérgicos e verdadeiros com que estão acabados os caracteres da peça de O. Feuillet.

Reproduzir na cena um tipo tão verdadeiro e tão artisticamente acabado como Montjoye, é tarefa difícil para um ator. Consegui-lo é dar prova de muito talento. Folgo de mencionar aqui esta vitória do Sr. Pedro Joaquim, que fez um desempenho excelente do papel de Montjoye. No maior lance, como na menor frase, o artista soube conservar o caráter do papel, na altura em que o autor o colocou, e em que ele o compreendeu. Montjoye fica sendo um dos seus mais brilhantes títulos de artista.

O papel de Montjoye é o principal da peça; à roda dele movem-se as outras personagens, como para lançar um fundo no quadro em que ressalta aquela enérgica figura. O papel de Cecília, um dos tipos mais suaves da graça e de ingenuidade, é representado pela Sra. Adelaide com um talento a que o público fez justiça. A cena em que o pai lhe fala do casamento, e a que se segue, com Jorge de Sorel, merecem da parte da crítica sinceros aplausos: é difícil ser tão ingenuamente ingênuo como a distinta artista o foi. A dor e a angústia daquela situação em que Cecília vê entrar no pátio o amante ferido foram reproduzidas por um grito e por um movimento fisionômico cheio de verdade.

Vai-se-me acabando o papel e minguando o espaço. Não entrarei em minuciosa análise dos outros papéis. Farei menção especial da mulher de Montjoye, papel que a Sra. Clélia representou com muita distinção. Os Srs. Salles Guimarães e Paiva merecem menção especial nos papéis de Saladin e Tiberge; talvez haja alguma coisa a exigir do Sr. Monvlar em uma ou em outra cena, mas esse artista soube em geral haver-se tão bem, que eu prefiro adiar as observações para o caso de reincidência. Uma primeira representação pode desculpar algumas faltas. É por isso que eu me abstenho de referir outras que achei no resto dos papéis.

24 DE OUTUBRO DE 1864

Se há nesta boa cidade do Rio de Janeiro algum Homero disponível, é chegada a ocasião de ilustrar o seu nome e mandar um homem à posteridade.

Canta, ó deusa, a cólera do presidente Lopez!

O presidente Lopez não quis deixar passar esta ocasião de brilhar; conseguiu apanhá-la pelos cabelos. Era a mais propícia para trazer à tona da água os seus sentimentos de liberdade, de independência e de democracia — três vocábulos sonoros que têm conceituado muita gente, debaixo do sol.

Dizia-se há muito que o presidente Lopez nutria pretensões monárquicas e preparava o terreno para cingir um dia a coroa Paraguaia; mas S. Excia. é, antes de tudo, democrata americano; onde quer que ouça gemer a democracia americana — não hesita: — pede a sua espada de Toledo, cinge o capacete de guerra e dispõe-se a ir verter o sangue em defesa da mãe comum.

Democracia americana — naqueles climas — quer dizer: companhia de exploração dos direitos do povo e da paciência dos vizinhos. Déspotas com os seus, turbulentos com os, sem grandeza moral, sem dignidade política, incapazes, presumidos, gritadores, tais são os pretendidos democratas de Montevidéu e de Assunção.

É uma santa coisa a democracia — não a democracia que faz viver os espertos, a democracia do papel e da palavra, — mas a democracia praticada honestamente, regularmente. Quando ela deixa de ser sentimento para ser simplesmente forma, quando deixa de ser idéia para ser simplesmente feito, nunca será democracia, — será espertocracia, que é sempre o governo de todos os feitos e de todas as formas.

A democracia, sinceramente praticada,—tem os seus Gracos e os seus Franklins; quando degenera em outra coisa tem os seus Quixotes e os seus Panças, Quixotes no sentido da bravata, Panças no sentido do grotesco. Arreia-se então a mula de um e o rocinante de outro. Cinco palmos de seda, meia dúzia de vivas, uma fila de tambores, — e quanto basta então para levar o povo atrás de um fanfarrão ao ataque de um moinho ou à defesa de uma donzela.

Donzela! Nem isto mesmo encontra agora o cavaleiro paraguaio. Aquela por quem ele vai fazer reluzir a espada ao sol, não cinge a coroa virginal. É a matrona arrancada ao sono e entregue aos afagos brutais da soldadesca. O que perdeu em viço ganhou em desenvoltura. As mãos torpes e grosseiras dos seus adoradores deram-lhe um ar desavergonhado e insolente. Tal é a heroína ameaçada, a favor de quem vai combater — com a lança em riste — o cavaleiro de La Mancha.

Pobre heroína! pobre cavaleiro!

Mas o cavaleiro está de boa fé. Todo o seu desejo é equilibrar o rio da Prata. Opor uma barreira às invasões imperialistas, eis o dever de um bom democrata americano, que ama deveras a liberdade e quer a independência da livre América: vinte quilômetros de baboseiras neste gosto, como se diz na comédia Montjoye.

Para isto o cavaleiro paraguaio convoca as multidões, prepara as manifestações públicas, fala-lhes a linguagem da liberdade e do valor. Tudo se extasia, tudo aplaude; corre uma fásca elétrica por todos os peitos; uma centelha basta para inflamá-los; ninguém mais hesita; todos vão depor no altar da pátria o óbolo do seu dever — os homens o seu sangue, as mulheres a sua honra.

É um delírio.

Devem tomar-se ao sério estas demonstrações? Devemos estremecer à notícia do aspecto bélico do equilibrista paraguaio? Ninguém responderá afirmativamente. Só em Montevidéu é que ninguém ri do presidente Lopez e do entusiasmo de Assunção. A razão é clara. Confederam-se os espertos e os impotentes para a obra comum de salvar uma democracia nominal, sem a força da dignidade nem o alento da convicção.

Quanto aos infelizes povos, sujeitos aos caprichos de tais chefes, se devemos lamentá-los, nem por isso deixaremos de reconhecer que a Providência consente às vezes na dominação dos Lopez e dos Aguirres, como flagelos destinados a fazê-los pagar, pelo abatimento e pelo ridículo, a fraqueza de que se não sabem despir.

O presidente Lopez — que eu continuo a recomendar a algum Homero disponível — entra com direito nos assuntos amenos da semana.

Foi ele, com efeito, um dos assuntos mais falados depois da chegada das últimas notícias relativas à aproximação de forças paraguaias.

Fora disso tivemos apenas uma preocupação: a das festas que se hão de celebrar hoje e amanhã por motivo do casamento de S. A. Imperial.

Os augustos consortes devem chegar hoje de Petrópolis. Preparam-se festas que, além das cerimônias oficiais da corte, constarão dos espetáculos de gala e da iluminação das casas, arcos e coretos.

O Rócio, segundo se diz, tomará novo aspecto, diverso daquele que apresentava no dia 15. Quanto ao arco da Rua Direita, que no dia 15 ainda se achava em trajes menores, trata de vestir-se aceleradamente para os dias de hoje e de amanhã.

Só uma das festas do programa fica adiada — a ascensão do aeronauta Wells.

Noticiei no meu folhetim passado que uma dama americana pretendia acompanhar o Sr. Wells na sua excursão ao ar. Segundo me afirmam agora, irá igualmente com o corajoso Wells uma brasileira. É uma glória que não deixarei de mencionar nestas páginas.

Mas que farão os homens? Deixarão acaso o sexo frágil, o sexo das cinturas quebradiças, o sexo dos desmaios, o sexo excluído da guerra, da urna, da câmara, o sexo condenado a viver debaixo dos tetos, ao pé das crianças, — deixarão acaso, pergunto eu, que este sexo apresente um tal exemplo, sem que atrás dele corra uma legião de homens?

Faço simplesmente a pergunta.

Prepara-se no Teatro Lírico, o *Aroldo* de Verdi. Durante a semana houve apenas um espetáculo, creio

eu; cantou-se o *Baile de Máscaras*. A representação em geral correu bem. Mereceram as honras da noite o soprano e o tenor. Quanto ao novo contrato, sem condená-la inteiramente, a opinião geral é que devem haver novas provas para um julgamento definitivo. Afigura-se-me que a artista, cuja voz está longe de ser condenada, se sairá bem nas provas requeridas. A pressa obriga-me hoje a muito pouca demora nos assuntos e nenhum cuidado no enlace necessário entre eles.

Ainda não tive ocasião de falar de Emília das Neves, na nova peça em que atualmente representa, *Adriana Lecouvreur*.

Como o objeto principal, direi mesmo exclusivo, da concorrência pública, é a eminente artista, acontece que ainda não mencionei um grande melhoramento que se observa nos espetáculos dramáticos no Teatro Lírico.

Refiro-me ao vestuário e aos arranjos de cena, em que se nota sempre muita propriedade e asseio, e muitas vezes um luxo a que não andávamos acostumados.

A representação da comédia de Scribe foi uma ocasião que tivemos de apreciar este melhoramento tão reclamado.

Emília das Neves é uma artista julgada. Vim-a já no drama, na tragédia e na comédia. Já sabemos a medida do vasto talento que ela possui; mais de uma vez o reconheci.

No papel de Adriana teve esse talento uma ocasião mais para manifestar-se com todos os seus recursos. O diálogo familiar da comédia, o monólogo apaixonado do drama, receberam dos lábios da eminente artista aquela vida e sentimento, que ela sabe empregar com tanta natureza e tanta arte.

No desempenho do papel de Adriana, crescem as belezas, à proporção que cresce a paixão e à proporção que o drama vai surgindo do meio dos galanteios da comédia.

O quinto ato é a situação suprema da artista. Aí, nas poucas cenas que tem, pode dizer-se que resgataria os quatro atos anteriores, se acaso já nos não houvesse dado nesses atos muitas belezas de bom quilate. A cena da morte é feita com rara perfeição. Os aplausos que lhe deram foram merecidos. Uno os meus aplausos sinceros aos do público. A cena deveria ser talvez um pouco mais rápida, embora fosse menos real; mas não seria de certo mais admirável no ponto de vista da verdade e da observação com que a eminente artista nos pinta aquela suprema angústia.

Fala-se em diversas peças que hão de subir à cena. A crítica e o público esperam, sem dúvida, com muita ansiedade, novas ocasiões de dar ao talento de Emília das Neves os aplausos a que ele tem incontestável direito.

Este assunto dá certamente para muitas linhas ainda, mas eu não devo esquecer que tenho hoje um hóspede em casa, e que é tempo de apresentá-lo ao público.

Joaquim Serra não é de certo um nome desconhecido aos leitores dos bons escritos e aos amigos dos talentos reais. J. Serra, bela inteligência, que se alimenta dia por dia com sólidos estudos. A imprensa literária e política do Maranhão conta muitos escritos valiosos do nosso distinto patricio. J. Serra é hoje secretário do governo da Paraíba do Norte.

A morte de uma ilustração nacional, Odorico Mendes, filho do Maranhão como ele, não deixou de lhe inspirar algumas linhas de saudade e de admiração. Como colega e como amigo, não me quero furtar ao desejo de reproduzir aqui essas linhas inspiradas e sentidas.

Diz J. Serra:

“A Sotero dos Reis,

“Uma a uma se vão precipitando no bátrax as mais fulguosas estrelas do grande império do Cruzeiro.

“Longe, bem longe dos arrebóis de sua terra, lá nas brumosas campinas transatlânticas, repousa o velho peregrino e venerando proscrito da pátria de Gonçalves Dias!

“Silêncio! Nem sequer venha o ruído de um gemido despertar o exausto caminheiro, que descalça à sombra dos ciprestes!

“Foi rude e penosa a sua jornada; mais rude e mais penosa ainda foi-lhe esse cerrar de olhos longe das brisas que lhe embalaram o berço, e que não lhe puderam roçar pelos cabelos no doloroso momento da última agonia.

“Estalou-se melancolicamente a corda harmoniosa da harpa inspirada do Virgílio cristão! Os angélicos sons de seu último lamento foram reboando, de eco em eco, desde as planícies verdejantes da antiga Lavino e por sobre o cerúleo azul da vaga Jônia, até os

saudosíssimos campos de Dardânia.

“Silêncio! Nem um gemido desperte o velho peregrino, que dorme sem os pesadelos dos antigos sonhos, risonho e plácido depois de um lidar tão suarento!

“A nobre fronte de poeta, a abençoada cabeça de apóstolo não se reclina no regaço da amizade, nem achou recosto na terra querida da pátria.

“Embora; descansa ainda entre as neblinas dessa gélida terra, o fatigado romeiro que trabalhou sem cessar e que nunca pesou no solo da pátria.

“Desde a hora da libertação, na antemanhã de nossas glórias, com o verbo e com a lira, ele, poeta e herói, foi sempre o mais denodado na refrega.

“As sombras do crepúsculo acharam-no ainda no labor; e, perto do sol, foi tempo que ele repousasse. Não pôde alcançar o seu lar no longo rodeio, que o infortúnio o obrigou a fazer.

“Enfraqueceu além, e além tombou. Silêncio! que ele não seja interrompido no seu sono.

“Despe as tuas galas, risonha ilha de S. Luiz; cobre-te de dó e de tristezas, que o teu poeta, o teu orgulho e o teu herói já não são teus!

“Como a Raquel do livro santo, tu nem podes ser consolada!

“Morrem pela segunda vez os bardos de Mântua e de Ílion, e agora o trespasso vai abalar a terra virgem do Amazonas!

“Silêncio! nem as nênias saudosas desta terra, nem a apoteose sublime de além-túmulo despertam o peregrino adormecido.

“Silêncio e paz”.

10 DE NOVEMBRO DE 1864

Houve domingo dois eclipses: um do sol, outro do folhetim. Ambos velaram a sua face — um aos olhos dos homens — outro aos olhos dos leitores. No caso do primeiro, houve uma lei astronômica; no do segundo, foi simplesmente um princípio de estratégia. Que olhos se guardariam para o folhetim, se todos estavam ocupados em ver o fenômeno celeste, através de vidros enfumados?

Há inexatidão em dizer que o sol velou a sua face. Não foi inteiramente assim para a nossa região. Apenas umas sete partes ficaram cobertas; a luz e o calor diminuíram nessa proporção; o sol tornou-se triste, como à hora do poente, em uma campina devastada e deserta; ou, para voltar do avesso uma figura de Hoffmann, — triste como o sorriso de um velho nos últimos dias da existência. Durou pouco o fenômeno; ao fim de algum tempo a luz readquiriu o seu fulgor habitual.

Afora os poetas, — que mais tarde ou mais cedo tecem um canto ao grande astro, — e os astrônomos, que têm por timbre científico examiná-lo em todos os aspectos, — não há ninguém debaixo do sol, que o admire nos dias ordinários. Mas anuncie-se um eclipse; ver-se-á toda a gente improvisar os meios de assistir cá debaixo ao escurecimento do disco solar. Todos querem vê-lo nessa fase de desfalecimento em que parece disposto a nunca mais abrir as suas fontes de luz.

É certo, porém, que, eclipsado embora, ninguém o vê a olho nu, mas sim por meio de objetos expressamente preparados. Aquele Luiz XIV, mesmo nos seus colóquios com a celeste Maintenon, mesmo nas horas em que deixa de ser rei para ser amante, não consente que o olhar humano possa encará-lo de frente.

Embalde os sábios afirmam que ele tem manchas — sem dúvida para não desconsolar a nossa humanidade das muitas que ela tem — ainda assim, manchado e eclipsado, o sol é sempre o grande astro que ninguém ousa encarar, o astro que ilumina, mas cega, o astro que aquece, mas queima.

Há tantos mil anos assiste ele ao nascimento, vida e morte de todos os homens; — aos sucessos de toda a casta — às conquistas guerreiras, cujos heróis são comparados a ele, posto que ele não tenha nem a crueldade, nem a parvoíce dos conquistadores; — às grandezas e aos abatimentos; — perfídias dos povos e dos homens; — às lutas estéreis por honras de convenção; — ao desmembramento das nações, a pretexto de equilíbrio; — à sanção dos fatos consumados; — assiste a tudo isso impassível, mudo, regular, exato como relógio universal que é, vendo alçar tudo e tudo desabar, sem a menor comção nem o menor desmaio.

Será por vergonha ou por cólera que ele esconde a face, de quando em quando? Os sábios dizem que não. O povo, sempre poeta, no meio do prosaísmo, tem duas expressões para definir os eclipses: ou é

o casamento da lua e do sol; ou é a briga do sol e da lua.

O casamento explica-se por si; quanto à briga, é tão poética a expressão como a primeira; parece realmente que uma rixa conjugal deve estender um véu sobre o casamento.

Os antigos — todos sabem — tinham os eclipses como presságios funestos. Se a superstição antiga pode prevalecer, que sucesso funesto nos anuncia o eclipse de domingo? Os nossos vizinhos orientais, que tiram partido de tudo, são capazes de atribuir ao sol opiniões contra o império, calúnia evidente, pois que é ele quem faz as nossas estradas e seca as nossas ruas. Lembra-me ter lido nos *Incas*, livro de Marmontel, que um eclipse decidira de uma batalha: aviso aos soldados brasileiros.

No dia de hoje é que o sol não pode deixar de ostentar-se em todo o meu fulgor. É o dia da maior glória do céu, porque é para ser santo. É ter o coração limpo, diz o padre Vieira, e neste ponto, com ajuda do padre e de S. Bernardo, exorto a todos os meus leitores, no dia de hoje, cuja festa o referido pregador português define nestas belas palavras:

“A festa mais universal e a festa mais particular: a festa mais de todos e a festa mais de cada um, é a que hoje se celebra e nos manda celebrar a Igreja..... E este mesmo dia tão universal e tão de todos, é também o mais particular e mais próprio de cada um; porque hoje se celebram os santos de cada nação, os santos de cada reino, os santos de cada religião, os santos de cada cidade, os santos de cada família. Vede quão novo e quão particular é este dia. Não só celebramos os santos desta nossa cidade, senão cada um de nós os santos da nossa família e do nosso sangue. Nenhuma família de cristão haverá tão desgraçada, que não tenha muitos ascendentes na glória. Fazemos, pois, hoje, a festa a nossos pais, a nossos avós, a nossos irmãos, e vós que tendes filhos no céu, ou inocentes ou adultos, fareis também festa a vossos filhos. Ainda é mais nossa esta festa, porque, se Deus nos fizer mercê de que nos salvemos, também virá tempo, e não será muito tarde, em que nós entremos no número de todos os santos e também será nosso este dia. Agora celebramos e depois seremos celebrados; agora nós celebramos a eles, e depois outros nos celebrarão a nós”.

Isto dizia o padre Vieira, no convento de Odivelas, no ano da graça de 1643, duzentos e vinte um anos antes da publicação do *Cruzeiro do Brasil*, folha em que, de envolta com a tortura da língua do grande jesuíta, se ataca por todas as formas a dignidade de consciência humana, e onde de quando em quando se escreve uma linha em honra do Tibério do século XIX. Talvez que a última convenção de Turim altere um pouco os sentimentos do *Cruzeiro*, nesta última parte.

Damos agora um pulo.

Vão se retirando para os seus penates as famílias dos arredores que o vapor conduziu por terra e por mar, a fim de assistirem às festas do casamento de sua Alteza Imperial.

Essas festas foram realizadas no meio da geral animação. Poucas vezes se tem visto tanta gente na rua. As ruas irradiavam de luz e as pedras gemiam debaixo dos pés da gente — tudo se encontrava e se abalroava, mas sem a menor desordem nem a mais ligeira perturbação.

As construções improvisadas para as iluminações públicas eram boas ou más? Ouço daqui murmurar esta pergunta, e sinto-me embaraçado para responder-lhe. As opiniões a este respeito, como em tudo, dividiram-se. Uns achavam-nas magníficas, outros péssimas. Se houvésemos de reduzir o juízo a uma discussão de todos, não haveria campanha de presidente que moderasse os ânimos.

O que é certo é que as construções tinham por si a escassez do tempo; mas, se o tempo não lhes permitiu maiores louçanias, não prevalece a mesma razão para a suprema falta de gosto. Fossem mais singelas, mas não desrespeitassem as leis do gosto. Está claro que eu excluo destas observações a iluminação do Gás, à qual não há que se dizer. Acrescentarei igualmente que o pavilhão — um tanto fantástico — do largo do Paço apresentava um aspecto elegante.

As festas do casamento imperial não acabaram no dia 25. Ainda na sexta-feira houve no Ginásio uma festa dada em comemoração do mesmo casamento.

Os meus leitores hão de lembrar-se de que, em Junho deste ano, dei notícia de uma bela tentativa, realizada por algumas damas e cavalheiros da sociedade de S. Cristóvão. Foi a execução do *Ernani* por amadores, no teatrinho daquela localidade. O talento e o esforço conseguiram realizar tão bela idéia. O imenso auditório que então assistiu a representação aplaudiu o esforço e o talento.

As mesmas pessoas resolveram repeti-lo agora, no Teatro Ginásio, em comemoração do casamento da herdeira da coroa, com assistência da família imperial.

Como os heróis de que fala Tácito, brilhei pela minha ausência; mas fui informado por pessoas insuspeitas que a festa mereceu os aplausos que teve; a representação do Ginásio esteve à altura da primeira tentativa e algumas vezes acima.

A orquestra e os coros, sobretudo, ouvi eu louvar como dignos do mais alto conceito.

Tanto os coros, como a orquestra, eram compostos de amadores escolhidos. Ficava assim a sociedade no palco e na platéia; o teatro convertia-se em salão; executava-se uma ópera de Verdi, como se executaria ao piano um trio de Weber, ou uma sonata de Mozart, entre uma valsa e uma xícara de chá.

Tais diversões não se repetem todos os dias; não são coisas fáceis, porque demandam muita aplicação e estudo; mas é para desejar que os diretores da festa de sexta-feira não adiem para muito longe a repetição de uma noite tão agradável como aquela.

Devo mencionar que o objeto da festa foi explicado em algumas palavras, proferidas de um camarote pelo Sr. Dr. Leonel de Alencar.

Estreou no Teatro Lírico a Sra. A. Murri. Não é uma artista de primeira ordem; mas possui uma voz sã, embora fraca; e é dotada de certa graça e conhecimento de cena. Cantou no *Elixir de Amor*.

Estou que os leitores terão gosto em fazer algumas considerações acerca de um fato altamente significativo, ocorrido há coisa de 40 dias, em Porto Alegre.

É hoje difícil — mesmo nos países em que o duelo ainda não saiu dos costumes — que um amigo se bata por outro amigo. A espada só se despe em favor do dono; a pistola só vomita uma bala em defesa daquele que a foi comprar ao armeiro. Pode-se dizer que é um sentimento de gratidão pessoal da parte das pistolas e das espadas.

Mas, se um amigo não pode fazer alçar a pistola do amigo, outro tanto não pode dizer um cão. Foi um cão quem armou o braço de um caçador em Porto-Alegre. Caçava este e mais outros nos arredores da cidade; um moço, Hugo Heitmann, munido de uma espingarda de dois canos e acompanhado de um mastim, passou por eles; deteve-se mesmo a conversar com um dos caçadores. Separaram-se, e daí a pouco ouviu-se um tiro um dos cães da matilha dos primeiros caçadores jazia banhado em sangue.

Um grito de indignação surgiu do grupo nada, porém, se pronunciou que ofendesse o delinqüente; somente um dos caçadores foi no dia seguinte tratar de obter uma reparação cabal. Mas, como o pai de Hugo viesse, em vez de um desenlace mais romântico, a pendência passou para os trâmites prosaicos de um processo judicial.

Longe de mim a idéia de contestar o direito do caçador, cujo cão foi assassinado, nem desconceituar a legitimidade da sua queixa.

Se noto o fato é para deixar bem patente que agora, mais que nunca, o cão vai adquirindo a elevada posição de amigo, que o homem faz por ele o que ordinariamente não faz por seus semelhantes.

Uma coisa não ocorreu ao caçador em questão, e é — que, se o cão não tivesse sido assassinado por Hugo, talvez um dia viesse a danar, e fosse o dono a primeira vítima dele, — costume em que os cães não são originais, porque já o imitaram dos seus amigos homens. Nada é novo debaixo do sol, diz o livro do *Eclesiastes*.

8 DE NOVEMBRO DE 1864

Quisera lembrar-me neste momento o nome do autor de quem me ficou este verso:

La partisse est un don qui vient des immortels.

Quem quer que sejas, ó poeta, — vivo ou morto, obscuro ou celebrado, — daqui te envio um protesto de reconhecimento profundo e admiração eterna.

Porquanto, eu estava assaz confuso a respeito do modo por que havia de legitimar o meu estado indolente, e não achava, nem no meu espírito, nem na minha memória, expressões capazes de me absolver aos olhos dos leitores.

Graças ao teu verso, estou inteiramente salvo; é na própria linguagem dos deuses, que os deuses me absolvem. Que os leitores os imitem na clemência, como o folhetim os imita na preguiça, e as sete colunas que se vão ler escaparão à censura que merecem, por milagre do meu poeta deslembado.

É certo que os deuses deviam ficar um tanto espantados no dia em que saiu da cabeça do referido autor aquele verso de absolvição para os indolentes. Quem dotaria os mortais com tão precioso dom? Os deuses eram uns rudes trabalhadores, quer servissem os mortais, quer lhes amassem as mulheres o javali de Erimanto, o touro de Europa, o rebanho de Admeto, e muitos outros símbolos mostram que a profissão dos deuses não era então uma sinecura como alguns empregos da nossa época sem templos, nem oráculos.

Bom tempo, o dos oráculos! Não se escreviam então folhetins, faziam-se. Um pórtico ou Cerâmico ou

uma sala de hetaira — à hora de Febo ou à hora de Cíntia — eram azados para aquelas confabulações aprazíveis, semeadas de sal ático, sem compromisso com leitores, sem colunas limitadas, sem horas de preguiça.

Tudo desapareceu com os tempos; rasgamos a clâmide em honra da casaca — espécie de asas de gafanhoto, menos a cor; entramos a lavrar as terras da prosa, cheios do mesmo ardor com que o filho de Alcmena lavava o curral de Áugias.

Bom tempo, o dos oráculos!

Vou cortando muito mar nestas digressões da fantasia, mas não pode ser de outro modo, quando o céu sombrio e nevoento me lança um olhar aborrecido através das vidraças. O céu triste faz-me triste, como a melancolia da mulher amada entristece o espírito do amante. É bom dizer isto, para que não se atribua este amor pelo tempo dos oráculos a uma tibieza do meu espírito católico.

Esta observação leva-me a tocar de passagem num assunto de que tive conhecimento pelo paquete francês, — e de um salto caio das recordações de um tempo poético para as considerações da pior prosa deste mundo, que é a prosa clerical.

Trata-se de monsenhor Pinto de Campos. *A tout seigneur, tout honneur.*

Monsenhor Pinto de Campos acaba de escrever uma carta, em resposta a outra que lhe foi dirigida pela direção do Gabinete Português de Leitura no Recife, e que o *Diário de Pernambuco* publica, declarando aderir, como católico, à doutrina que ela contém.

O Gabinete consultou monsenhor Pinto de Campos sobre se devia admitir nas suas estantes a *Vida de Jesus*, de Renan; monsenhor Pinto de Campos responde que não a devia admitir, por algumas razões que ligeiramente desenvolveu.

Os leitores encontrarão essa carta no fim. É uma iguaria com que desejo lisonjear o paladar dos amadores.

Não discuto a carta por duas razões:

1ª porque ela não é discutível;

2ª porque, mesmo que se quisessem examinar os argumentos de monsenhor Pinto de Campos, o folhetim não comportaria um largo desenvolvimento.

Mas não posso deixar de chamar a atenção dos leitores para a doutrina e para a argumentação da referida carta. Hão de sentir-se tomados do mesmo pasmo que ela me causou.

Não é que eu me iluda acerca do arrojo do clero; a esse respeito estou mais que muito edificado; mas sempre acreditei que neste país ninguém ousaria, afora o *Cruzeiro do Brasil*, proferir tais doutrinas e tecer tais argumentos.

Monsenhor Pinto de Campos começa por aconselhar o exílio do livro e acaba por insinuar a queima dele. Na opinião de S. Revma. é o que devem fazer todos os bons católicos. Tal conselho nestes tempos de liberdade, nem mesmo provoca a indignação: — é simplesmente ridículo.

Que teme por esse livro monsenhor Pinto de Campos? Ele mesmo declara que é um livro absurdo, onde a impiedade não raciocina com a lógica da impiedade de Strauss, — o que provaria antes a necessidade de exiliar o livro de Strauss e não o de Renan.

Eu de mim digo que li a *Vida de Jesus* sem perder a mínima parte das minhas crenças; mas não fui queimá-lo depois da leitura, nem adiro, como o *Diário de Pernambuco*, às doutrinas de monsenhor Pinto de Campos.

Estou plenamente convencido de que as iras do clero, as injúrias dos livros e dos púlpitos tiveram grande parte no sucesso obtido pela obra de Renan. Neste ponto é impossível deixar de reconhecer que os refutadores foram de uma inépcia sem nome. Toda a gente quis ler o livro do Anticristo, e as edições foram sucessivamente esgotadas.

Todos sabem o que são essas injúrias e doestos, em completa oposição com a brandura evangélica. É coisa velha, e eu receio repetir uma observação de cabelos brancos.

“Começai, diz Pascal, por lastimar os incrédulos, que são muito infelizes; só se poderia injuriá-los no caso de que isso lhes servisse; mas, pelo contrário, faz-lhes mal”.

Eu quisera que, num país livre e num tempo de civilização, ninguém se lembrasse de empregar essas ridiculezas sem utilidade. Infelizmente não é assim, e o paquete do norte nos trouxe a notícia de que há ainda um escritor do clero brasileiro convencido de que, fora da fogueira e do doesto, não há salvação para a Igreja.

Falando assim da carta de monsenhor Pinto de Campos, deixo de parte a intenção do Gabinete na consulta que fez a Sua Reverendíssima. — Creio que a recente publicação de um opúsculo daquele sacerdote, onde se desenvolve muita soma de erudição, foi, sem dúvida, o que levou o Gabinete a pedir conselho sobre se devia ou não introduzir a *Vida de Jesus* nas suas estantes.

Não quero estender-me muito para deixar espaço à carta, que os leitores apreciarão em falta de coisa mais amena.

A *mocidade de D. João V* é um drama extraído do romance de Rebelo da Silva, que tem o mesmo título. Todos sabem disso, e sabem todos também que ele se representou na segunda-feira passada, no espetáculo dado para solenizar o aniversário natalício do rei de Portugal.

Menciono o fato sem adiantar coisa alguma; não assisti à representação comemorativa, e tive a infelicidade de achar o teatro fechado na noite da segunda representação.

Mas tive compensação à falta. Se não vi Emília das Neves debaixo da figura do rei D. João, vi-a depois no desempenho do papel de Margarida Gauthier.

Aplaudida já na tragédia, na alta comédia, no alto drama, Emília das Neves quis mostrar o seu vasto talento no papel da *Dama das Camélias*. Em minha opinião, é esse um dos seus melhores desempenhos; creio ser essa também a opinião do público, que a aplaudiu calorosamente.

Vê-se que ela estudou conscienciosamente os sentimentos que devia reproduzir; a paixão cresce por meio de uma gradação bem compreendida e bem desempenhada; a expansão dos sentimentos casa-se a uma arte serena e refletida. Não citarei belezas, por não alongar-me, nem elas são para se contar; mas lembrarei, entre outras, todas as cenas com Armando e a cena com o velho Duval, no 3º ato. Citarei ainda o monólogo desse ato, depois da entrevista com o velho, e finalmente a cena do espelho no 5º. É o que me lembra ao correr da pena.

Dando ainda uma vez os meus sinceros aplausos à eminente artista, espero nova ocasião de os repetir.

Também no Ginásio se representou a *Dama das Camélias*, fazendo o papel de Margarida Gauthier a distinta artista D. Adelaide Amaral. Não pude assistir à representação. Se houver segunda lá irei.

Deveria falar igualmente num drama que representa atualmente a Bohemia Dramática, *Dor e Amor*. Dizem-me ser uma composição de pequeno alcance literário, mas ornada de boas situações e cenas verdadeiramente comoventes. Foi nesse drama que estreou o Sr. Dias Guimarães, inteligente artista, entrado há pouco naquele teatro.

Na próxima semana resgatarei estas duas faltas.

Agora, para que os leitores entrem já no gozo de uma página amena vou pingar o ponto final, e dar a palavra a monsenhor Pinto de Campos:

“Ilmo. Sr. José da Silva Loyola. — Passo a responder à estimada carta que V. S. me dirigiu em data de ontem, na qual teve a bondade de consultar-me sobre a conveniência ou inconveniência de ser admitido nas estantes do Gabinete Português de Leitura o livro de Ernesto Renan, que tem por título — *Vida de Jesus*. — E louvando antes de tudo os justos escrúpulos de V.S., que de modo tão significativo patenteiam a piedade de seus sentimentos, dir-lhe-ei que, sem embargo de reconhecer quão destituída de autoridade é a minha palavra, para servir-lhe de regra no presente ensejo: todavia, fiel ao hábito em que estou de emitir com franqueza a minha opinião, sem me importar muito com as emergências posteriores de sua livre manifestação, relevo declarar a V. S. que a obra de Renan é um grito de impiedade contra a natureza divina de Jesus Cristo e por conseguinte contra a origem espiritual e celeste da religião que 19 séculos têm professado, como a única verdadeira. É, pois, afagar um livro tal, colocá-lo na biblioteca de um estabelecimento literário, cujos membros e diretores pertencem à comunhão católica; é, se não aderir, mostrar pelo menos tendência a abraçar as monstruosas conclusões aí contidas; é, em todo o caso, uma irreverência sacrílega para com o Filho de Deus, cuja divindade é negada por esse espírito das trevas chamado Ernesto Renan, o qual, sobre ser ímpio e blasfemo, é péssimo argumentador. O seu livro é um acervo de contradições, de incoerências e paralogismos de todo o lote.

“Afastando-se da escola mítica da Alemanha, Renan, sem a mesma originalidade e habilidade de absurdos, que distinguem Hegel e Strauss, duas inteligências pervertidas, mas assombrosas em erudição, deles copiou boa parte dos despropósitos e blasfêmias que assoalha. Digo que se afasta da escola mítica, porque, negando a divindade de Cristo e autenticidade de seus milagres, admite contudo a existência material de ambos os fatos, a saber: reconhece que Jesus Cristo existiu, não como Deus, mas como puro homem; reconhece por igual que se deram todos os fatos milagrosos referidos nos Evangelhos, mas que todos esses milagres são explicáveis, e explicados pelas leis naturais, e que portanto despem-se de todo o caráter do sobrenaturalismo! Hegel e Strauss foram mil vezes mais conseqüentes. Negaram a conclusão, porque negaram o princípio. Sabiam que, desde que admitissem a realidade histórica de Jesus Cristo, seriam forçados a reconhecer a sua divindade;

porque ninguém contempla a figura do Filho do homem sem reconhecer nela um raio de beleza infinita, um milagre de perfeição divina.

“Na cristologia e filosofia de Hegel, que serviu de base ao livro do Dr. Strauss, e, mais tarde, ao de Renan, o Cristianismo se converte em um ideal, criado pela humanidade, de modo que Jesus Cristo não é o autor do cristianismo, mas o cristianismo o criador de Jesus Cristo! Strauss aplicou a famosa dialética hegeliana aos Evangelhos, e todo o sistema do cristianismo ficou reduzido a uma série de mitos. A história, diz ele, desaparece de toda a parte onde o maravilhoso se apresenta; porque, sendo o milagre intrinsecamente impossível, toda a narração que o contém não pode ser história. Evangelho é um tecido de milagres; ora, os milagres são impossíveis, logo impossível também a história deles, e por consequência tal história não existe; não pode deixar de ser um mito.

“Em tudo isto há erro, audácia e impiedade; mas há coerência. Strauss quis ser lógico. Não pode compreender a metafísica do milagre, ou a ação soberana de Deus julgou que saltava a dificuldade negando tudo. Mas Renan! Isso é um encadeador sutil de filigranas, cujo falso ouropelismo não resiste à análise. Quis imitar a Celso e Porfírio, mas ficou muito atrás na diabólica argumentação. Só conseguiu provar a atividade incansável com que Satanás procura desvairar e perder os que lhe não resistem fortes na fé: *Resistite fortes in fide*.

“Podia ir longe na demonstração dos erros heréticos de Renan, se me permitissem os estreitos limites de uma carta escrita sob a pressão da urgência. Insisto, porém, em estabelecer como uma verdade, de consciência, que a leitura e o apreço do livro de Renan é um tributo involuntário, se não sincero, ao príncipe das trevas, que aliás, mais lógico que Renan, reconhece, ainda que a seu pesar, a divindade de Jesus Cristo, o melhor, e o mais extremoso amigo e benfeitor dos homens.

“Napoleão I, encontrando em mão de um seu general um opúsculo em que o imperador era bastante ultrajado, disse: — “General, quem lê o que contra mim se escreve, aprende a aborrecer-me”.

“Medita bem V. S. no que há de sublime neste pensamento, e o corrobore com a certeza de que, dentro em poucos minutos, chegava ao imperador a notícia de que o opúsculo era atirado às chamas, e conclua finalmente daqui qual deve ser o procedimento dos bons católicos em relação ao ímpio livro de que se trata, e que, para nada lhe faltar, se acha condenado pela Igreja.

“Sou com toda consideração — De V. S. amigo e obrigado.

“Recife, 21 de Outubro de 1864.

“J. Pinto de Campos”.

14 DE NOVEMBRO DE 1864

O boato recebeu esta semana um desmentido solene. O dia 10, que se antolhava tempestuoso à imaginação pública, correu calmo e indiferente, como os mais dias. A cidade amanheceu em pé e de pé se conservou até hoje. O obituário foi regular; só a doença (e a medicina, acrescentaria Bocage) ceifou algumas espigas na seara humana.

Pobre boato!

Em compensação, senão acertou em uma coisa, afirma-se que acertará em outra — perde à banca, mas ganha ao voltarete.

Passo em silêncio essas outras coisas em que dizem que o boato acertará.

“Teoria do boato” é o título de um livro que ainda se não escreveu e que eu indico ao primeiro escritor em disponibilidade. O assunto vale a pena de alguma meditação.

É que o boato — não me refiro ao boato das simples notícias que envolvem caráter público e interesse comum — é uma das mais cómodas invenções humanas, porque encerra todas as vantagens da maledicência, sem os inconvenientes da responsabilidade.

A verdade tem uma telegrafia mantida pelo Estado.

O boato é a telegrafia da mentira. Algumas vezes esta acerta e aquela mente, mas é por exceção.

Quando um homem, por motivo de ódio, ou por simples pretexto de amizade, quer fazer correr a respeito de outro uma calúnia, começa por comunicá-la ao primeiro amigo que encontre, acrescentando tê-la já ouvido de outrem. O meio é infalível; dentro de uma hora o segredo tem corrido cem bocas, e está convertido em boato. Alguns simplórios têm mesmo o preconceito de que nada corre em público que não tenha um fundamento de verdade, — preconceito que determina no espírito de alguns jurados a condenação de todos os que são acusados perante a justiça.

É sabido que a notícia de uma boa ação nunca passa de meia dúzia de ouvidos, isto por duas razões, a saber: a primeira, é que, como ordinariamente é o próprio autor quem a revela, com as devidas precauções da modéstia, o espírito revolta-se contra essa maneira de levantar uma estátua no coração do público; a segunda, é que uma boa ação nunca aparece ornada dos singulares atrativos de que se atavia uma ação escandalosa, nem possui aquele sabor apimentado que dá vontade de provar e dar a provar.

Deste modo as boas ações que praticamos não passam da nossa rua, mas as más ações que nos atribuem vão de um extremo a outro da nossa cidade. Esta é a regra, — a exceção é o contrário.

Tudo isso graças a essa coisa misteriosa, cômoda, impalpável, veloz como o raio, como ele fulminante, a que se dá o nome de boato.

Neste ponto o leitor interrompe o folhetim e dispõe-se a saltar alguns períodos, se o folhetim continuar ainda neste assunto de boatos, a propósito do boato do dia 10.

Terá razão o leitor: quer uma revista da semana e não uma revista dos séculos. É à conta da pena que deve lançar estas divagações, que — uma vez escritas — não podem ser riscadas, sob pena de se perder tempo e papel.

O papel é nada, mas o tempo...

Quando os americanos inventaram este provérbio característico, mas infeliz — *time is money* — quiseram, entre outras coisas, avisar os leitores e os escritores de folhetim.

Um provérbio indiano fará remate às reflexões acerca do boato: — O fogo tizna aquilo que não pode destruir, diz o provérbio, que mais tarde foi convertido em expressão célebre de um célebre político.

Em política é este provérbio uma das melhores armas, com a diferença de ter por apêndice outra arma tão valiosa, e que eu defino deste modo: — O carmim enfeita o que não pode aformosear.

Sacrifico algumas reflexões que vinham já a sair dos bicos da pena, e volto aos assuntos da semana.

Um dos principais assuntos é, sem contestação, o concerto do violoncelista Carl Werner, que se efetuou sexta-feira, no Ginásio, diante de um público escolhido.

A imprensa já fez plena justiça ao talento do Sr. Werner. É realmente um artista de primeira ordem, e honra o nome do artista de quem é discípulo.

Parece incrível que de um instrumento como o violoncelo se possam tirar sons tão delicados e tão límpidos, cantar com tanto sentimento e tanta melodia. O Sr. Werner recebeu aplausos merecidos.

O Sr. Werner chega-nos de uma viagem artística pela Suécia, Noruega e Dinamarca; foi uma viagem de triunfos. Agora empreende outra, que começa pelo Rio de Janeiro e seguir-se-á por algumas capitais do Prata e do Pacífico, México, China e Rússia.

É outra viagem de triunfos.

Dizem que o violoncelo é um instrumento ingrato; creio piamente que o é, mas acrescentarei uma reflexão — é que, se o violoncelo é ingrato, também o é a maioria dos talentos, que não dispõem de uma capacidade artística como o Sr. Werner. Nas mãos de um artista como aquele o violoncelo é um milagre.

Outro concerto se realizou, no Teatro Lírico. Este é apenas uma espécie de estréia.

Hermenegildo Liguori é uma esperançosa vocação brasileira. Tem apenas 10 anos, mas dispõe de muito talento como pianista. Apresentou-se ao público fluminense, não como um artista completo, mas como uma vocação que carecia de meios para ir aperfeiçoar-se. O público fluminense não é avaro destas demonstrações de apreço; correu ao Teatro Lírico e animou com os seus aplausos o interessante menino.

Em boa hora vá ele buscar no estudo detido e profundo a perfeição que falta aos dons que a natureza lhe deu.

É mui jovem ainda, tem uma vida diante de si, pode vir a ocupar um lugar eminente entre os bons artistas deste tempo.

Dos artistas passemos aos escritores; vamos do teatro ao livreiro.

Pouco tenho que dizer do pouquíssimo que houve na semana, ainda assim bastante, ainda assim muito, na capital do império, onde se publicam livros como caem as chuvas em alguns pontos do norte, a grandes intervalos.

O *manual do pároco* é um livrinho do Sr. Cônego Fernandes Pinheiro, editado pela casa Garnier. A mesma casa editou um volume de versos do Sr. Dr. J. Norberto, intitulado *"Flores entre espinhos"*.

O primeiro é um livro de suma utilidade, e que tem a rara vantagem de corresponder ao título, nesta época em que os títulos não correspondem às coisas.

Do segundo ainda nada posso dizer, pois que o não li.

Fica adiado para a semana.

Uma ocorrência da semana dava ainda margem para muitas explicações, mas eu não posso estender-me desta vez, visto que tenho um hóspede.

A ocorrência da semana a que me refiro foi o suicídio de um moço que, por fugir à vergonha, julgou preferível tomar o caminho da sepultura.

Seduções e maus conselhos o levaram a ir tentar a sorte em uma casa de jogo, onde perdeu o seu e o alheio, e da qual saiu para pôr termo aos seus dias.

É precisa uma grande soma de energia para extirpar este horrível mal das casas de jogo, onde a mocidade e a velhice perderão, noite por noite, todas as forças vivas de que é dotada e toda a dignidade de que está revestida.

Sem querer e sem poder estender-me, deixo em branco as reflexões que estão a transpirar do fato. As casas de jogo estão entre as maiores imoralidades contra as quais a polícia não devia cessar de empregar os seus recursos.

Acho mesmo que o castigo não corresponde ao delito de manter essas espeluncas.

Demos agora lugar ao hóspede.

Num dos meus folhetins passados inseri umas linhas do meu amigo J. Serra, em homenagem a Odorico Mendes, cuja morte todos deploramos.

Aqui vai agora uma poesia com que o mesmo talentoso amigo comemorou a morte do tradutor de Homero.

A poesia é oferecida a Gentil Braga.

Diz o poeta:

ODORICO MENDES

(A Gentil Braga)

Plangente e triste o palmeiral sombrio,
Soluça e geme, e molemente o rio
Na verde margem suspirando está...
Tangendo as cordas do rouquenho alaúde,
Ao coro triste minha voz tão rude,
Sentida e amarga misturada é já.

Longe da pátria que ilustrou com a lira,
Brasílio cisne lá se abate e expira
Entre as neblinas da brumosa Albion
D'além do oceano o sibilante vento
Traz do poeta o derradeiro alento
Como um perdido e gemebundo som!

Quebrando o elo, que a retinha unida
Ao triste encerro que se chama vida,
Sua alma d'anjo para o céu se alçou
Entre as dulcias do imortal concerto,
Lá longe canta o que cantou tão perto,
Canções dulcíssimas qu'ele aqui soltou.

Bardo e tribuno, sempre grave e austero,
Tinha nos lábios o falar sincero
Que à turba move e seduz e atrai;
Hoje prostrado, se buscou repouso,
É que caíra como o tronco anoso,

Que lá nas matas se debruça e cai.

Era um poeta de uma raça extinta,
De musa altiva, que não vai faminta
Lá junto aos grandes se arrojar no pó...
Deu para muitos um exemplo novo,
Filho do povo sempre amou o povo;
Podendo tudo, viveu pobre e só!

Virgílio e Homero, lhe cedendo o passo,
E após sublime e fraternal abraço,
Quase vencidos o chamaram — irmão
Na vasta frente já rugosa e calva,
Do gênio o selo, do talento a lava
Era-lhe auréola de imortal condão.

E hoje é morto o valoroso atleta,
Tribuno heróico, gigantesco poeta,
Que tantas glórias à sua pátria deu
Hoje esta terra, num cruel gemido,
Repete o eco que nos vem dorido
D'além oceano, que nos diz: morreu!

Plangente e triste o palmeiral sombrio
Soluça e geme, e molemente o rio
Na verde margem suspirando está...
Tangendo as cordas do rouquenho alaúde,
Ao coro triste minha voz tão rude,
Sentida e amarga misturada é já...

É que, se podes tomar uma resolução de Alceste, é só com a condição de não deixares no caminho a inspiração, como se fora bagagem inútil. Graças a Deus, é ela a maior consolação e a maior glória das almas destinadas a serem os intérpretes da natureza e do Criador. Os espíritos sérios, graves, positivos, não trocariam, de certo, uma estrofe por um lance político de sua preparação; mas, a despeito desse desdém, continua provado que os referidos espíritos sérios e graves só têm de grave e de sério as denominações — que eles próprios se dão entre si.

Se, em vez de te refugiarestes como andorinha friorenta, houvesse ficado no tumulto da vida, quem sabe se — tremo em pensá-lo — quem sabe se não acordavas um dia com alma de político?

Ah! então é que eu te dava por perdido de uma vez.

Não que eu comparta a opinião do Sr. Barão de S. Lourenço, senador pela Bahia, a quem parece que os poetas não servem para nada em política, mormente quando são moços, isto é, quando ainda conservam um pouco de entusiasmo e um pouco de convicção.

Quando aquele senador disse algumas frioleiras nesse sentido perante o senado brasileiro, tive eu a honra de consagrar o fato nesta revista, acompanhado por alguns comentários de casa. O ilustre varão cantou daí a dias uma palinódia muito mal arranjada, sob pretexto de retificação.

Não, eu não sou dos que acham que os poetas são incapazes para a política. O que penso é que os poetas deviam evitar descer a estas coisas tão baixas, deviam pairar constantemente nas montanhas e nos cedros — como condores que são.

Afinal de contas, os homens que não são sérios e graves, são exatamente os homens graves e sérios. Demócrito continua a ter razão: só é sério aquilo que o não parece.

Mas eu insisto em lamentar que juntasses à tua solidão o teu silêncio. Quisera saber de ti por que motivo fizeste emudecer a lira tão auspiciosa e apagar a inspiração tão prometedora. Contos largos, talvez. Ninguém cala a voz íntima e impetuosa, por causa simples e passageira; escreve daí um folhetim, em que me contes todas essas coisas.

Já te disse como e porque pensei em ti; agora vou dizer-te o modo por que pensaste em mim.

Ah! tu cuidavas que o anônimo te encobria! Tive quem m'o revelasse, e nem precisava, porque era ler aquelas cinqüenta linhas de prosa da *Alvorada campista*, para ver-te logo tal qual és, tímido, receoso, delicado.

Se Casimiro de Abreu fosse vivo e estivesse em Campos, ainda eu poderia hesitar. Éreis ambos os mais tímidos, os mais delicados, os mais receosos caracteres que tenho visto. Mas Casimiro lá se foi caminho da eternidade, não vejo outro que pudesse escrever aquilo e por aquele modo.

Pois a publicação de um autógrafo meu, só porque não tinhas autorização, carecia de tantas escusas,

tantos rodeios, tantos sustos, tantos perdões? Não tinhas mais do que publicá-lo, embora me não conviesse — e está longe disso — era coisa sem grande resultado.

Se algum efeito mau produziu essa publicação, foi o do desgosto de não ter o autógrafo comigo, porque o incluía no meu livro, de que ainda não te mandei um exemplar, por não ter sobeja confiança no correio, e não saber ao certo onde devia mandá-lo.

Além deste, produziu outro efeito mau no meu espírito a tua publicação. É que eu preferia, em vez dos meus versos, ter versos teus, compostos agora, lá na tua solidão. Em resumo, em vez de dares à publicidade as obras alheias, cujos originais possuis, devias revelar ao público as novas meditações da tua musa, os teus melhores sonhos e as tuas sombras mais belas.

Se os olhos de algum hipócrita correm agora por estas colunas, não hesito em crer que está naturalmente pensando entre si que estas últimas linhas nada têm de sinceras; mas como escrevo para ti, que me acreditas, importo-me mediocrementemente com o juízo que possa fazer o referido hipócrita — se algum me lê.

Ora, eis aí tudo o que eu tinha para te dizer, aproveitando a via do folhetim, na esperança de que ele chegará às tuas mãos.

Concluo repetindo — que não podes nem deves deixar a musa em ócio, porque, além de um pecado, seria uma desconsolação. Se és feliz, escreve; se és infeliz, escreve também. O remédio assemelha-se um pouco às panacéias universais inventadas pelos charlatães, mas também é o único remédio que não se vende, porque Deus o dá aos seus escolhidos.

É inútil dizer que para ser escolhido não basta rimar algumas estrofes em horas de desfastio — é preciso sentir a poesia, como tu, e morrer com ela, como Casimiro de Abreu.

A transição dos assuntos é suave; passo de um moço a uma associação de moços.

Os acadêmicos do Recife, segundo a notícia que nos trouxe o paquete, pretendem dar um espetáculo em favor das vítimas da Polônia, sendo eles próprios os atores.

Deixemos de parte a consideração da oportunidade; a lembrança vem tardia, de certo; mas eu procuro ver o que há de essencial no ato.

Assim, mando daqui os meus calorosos aplausos aos acadêmicos do Recife pela idéia nobre e generosa que pretendem levar a efeito. É própria da mocidade, e dá a esperança de que na geração que desponta há centelhas de sincero amor à causa da justiça.

A causa da justiça tem enchido o estômago e inchado o espírito de muito galopim deste mundo; não como causa, mas como frase — que se adapta a todos os programas. A mocidade não calcula nem especula. Eu, quando vejo manifestações destas, sinto-me cheio de orgulho e de esperança; porque elas simbolizam o espírito do futuro como uma condenação do presente.

O presente é isto; a Polônia revoltou-se mais uma vez contra os seus injustos opressores; alçou-se um grito de todos os pontos da terra. Os que dirigem as coisas humanas, os piedosos construtores da felicidade universal, franziram o sobrolho e mandaram afiar as espadas. Mas, como acontece no *Trovador*, Maurício leva todo o tempo a florear e repetir: “Corro a salvar-te!” Não arreda pé: é mister satisfazer primeiro o compasso do maestro. Quando chega, já bruxuleiam os restos da fogueira.

Os basbaques da platéia, além de pagarem o bilhete, aplaudem o brio dos Maurícios.

Se os bonapartistas da nossa terra não levam a mal, acho que esta frase célebre: — Deus está muito alto e a França está muito longe, — deve ser modificada neste sentido: Deus está muito alto e a França está muito baixo.

Perdoem-me os Nemrods e seus adoradores.

Quem me não há de perdoar é o leitor, que já me vê entrar assim na política turva, como se estivesse fazendo um panfleto, em vez de um folhetim.

Dou-lhe coisa mais agradável ao paladar.

O *Cruzeiro do Brasil* anda concitando as turbas à guerra religiosa.

A propósito do fato ocorrido em Niterói, no dia 7, em que o povo prorrompeu em excesso contra um vendedor de bíblias protestantes, O *Cruzeiro* escreve um artigo em que parece animar os movimentos daquela natureza, certo de que será turvar as águas para ele pescar mais abundante peixe.

O *Cruzeiro* só acha responsabilidade no governo, que protegeu o vendedor contra a ira popular, e que anima a esse, como a outros, na propagação das doutrinas condenadas pela Igreja.

A folha católica diz coisas mais dignas de serem lidas por todos quantos apreciam a liberdade da palavra.

Termina ameaçando o governo com a lembrança das guerras religiosas.

Nada do que diz o *Cruzeiro* é novo; mas nem por isso deixa de ser lamentável que se imprimam coisas tais em um país onde a liberdade religiosa, se não é completa, está já adiantada.

Há dois fatos para considerar no artigo do *Cruzeiro do Brasil*:

1º — O *Cruzeiro* alega a constituição mas a constituição garante a liberdade religiosa, e não há liberdade religiosa, como bem lembra a Imprensa Evangélica, sem proselitismo, — de outro modo fora burlar o princípio.

2º — O *Cruzeiro* faz recair a responsabilidade sobre o governo e intima-o a fazer cessar a propagação dos metodistas. O procedimento de uma religião, que é a verdade, devia ser outro: em vez de apelar para a força do governo, deverá apelar para a palavra do clero, a quem incumbe combater as doutrinas que se vão propagando. Serão estas o erro? Tanto melhor para os que defendem a verdade; uns confundiriam facilmente os outros.

Fazem homenagem à intervenção direta do governo, e queixam-se depois quando este — cujo apetite se abre às primeiras colheradas de sopa — dá um passo mais e lhes entra por casa!

Tinha muita coisa ainda que dizer, mas vai-se-me escasseando o papel; é preciso resumir.

Com o folhetim não se pode dar o que se deu com o balão do Sr. Wells. A corda do paginador é robusta, não arrebenta com facilidade: pode-se subir até certa altura, mas não se passa daí — a não ser para descer imediatamente.

Aconteceu o contrário com o balão do Sr. Wells, cuja corda rebentou na melhor ocasião, indo o balão por esses ares à guisa do acaso e do vento.

Os leitores sabem que ia dentro Miss Isabel Case, e sabem também que esta corajosa senhora traduziu as suas impressões para uma carta que enviou ao *Jornal do Comércio*.

Quando se anunciou pela primeira vez que Miss Isabel Case ia fazer a sua viagem aerostática, avisei os corajosos da capital para se não deixarem ficar em terra. Não surtiu muito efeito o conselho; Miss Isabel Case continua a ser a heroína do ar.

Nisto não vejo um fato isolado, vejo um sintoma de troca de papéis entre os dois sexos. Já um escritor mostrou, a propósito da roupa, que os dois sexos tendem a mudar as situações.

Mais um volume acaba de publicar a importante casa Garnier: *Meandro poético*, coleção de poesias dos primeiros poetas brasileiros para uso da mocidade dos colégios. É coordenada pelo Sr. Dr. Fernandes Pinheiro. Está enriquecida com esboços biográficos e numerosas notas históricas mitológicas e geográficas.

Já na semana passada dei notícia de um livrinho do Sr. Fernandes Pinheiro, editado pela mesma casa Garnier — *O manual do pároco*.

Folgo de ver uma tal atividade; o Sr. Dr. F. Pinheiro não é, de certo, um talento criador, mas tem a discrição e a paciência para os trabalhos de compilação e investigação. Todo o arado é útil para as terras literárias.

Os poetas escolhidos para a presente coleção são Cláudio Manoel, Alvarenga Peixoto, Silva Alvarenga, padre Caldas, Durão, J. Carlos, J. Basílio da Gama, José Bonifácio, M. de Paranaguá, Natividade e outros.

É um livro muito aproveitável para o ensino dos colégios.

A impressão, feita em Paris, é o que são as últimas impressões da casa Garnier: excelente.

Numa terra em que não há editores é preciso animar os que se propõem, como o Sr. Garnier, a facilitar a publicação de obras.

Duas linhas sobre o teatro.

Os leitores conhecerão, sem dúvida, o nome do Sr. Reis Montenegro, jovem estreante na literatura dramática, para a qual revela uma boa vocação.

Assisti há dias no teatro de S. Januário, pela Bohemia Dramática, à representação de uma comédia em um ato do Sr. Reis Montenegro, *À procura de casamento*. Não é de certo um trabalho completo; vê-se que falta a verossimilhança das situações e outras condições ainda; mas, a par desses defeitos, que eu

denuncio com toda a franqueza, reconheço o sal cômico e a vivacidade do diálogo, a naturalidade das cenas e a justeza de algumas observações.

É um gênero de literatura cujo cultivo aconselho francamente ao Sr. Reis Montenegro, em quem vejo felizes situações. O que desejo é que, a par do estudo que fizer, faça o autor todo o esforço para fugir ao elemento do burlesco. A cena do ovo incorre nesta censura, como a declaração de amor à criada. É certo que no nosso teatro não escasseiam, antes sobram os sucessos devidos ao burlesco; mas, se esse elemento dá a vida de algumas noites à luz da rampa — não pode fazer mais do que isso.

Falo com franqueza ao Sr. Reis Montenegro, moço de talento e que me parece sinceramente modesto; não se deixe seduzir pelo gênero a que aludi; o que faz estimar Molière, não é o saco de Scapin, nem a seringa de Pourceaugnac: — é o profundo estudo das suas admiráveis criações cômicas, os Alcestes, as Filamintas, os Harpagons.

Dito isto, bato palmas ao poeta e espero ver novas produções suas disputarem a palma do triunfo.

Não tenho espaço para a *Dor e Amor*, drama representado pela Bohemia. É, como disse na semana passada, um drama de pequeno alcance literário, mas ornado de boas situações. O desempenho é regular, alguns papéis fraquearam, talvez, mas em compensação merecem menção a Sra. D. M. Fernanda e o Sr. Dias Guimarães.

Também me falta espaço para outras coisas, que eu contaria — se pudesse, como Miss Isabel Case, ter a felicidade de romper a corda.

29 DE NOVEMBRO DE 1864

A questão Kelly não ficou na rua e na imprensa; subiu à tribuna legislativa provincial.

Em vista do que, o herói do dia é o doutor Kelly — aquele metodista de quem falei a semana passada, aludindo a um artigo do *Cruzeiro do Brasil*.

Antes de começar as suas prédicas, numa casa particular de Niterói, o Dr. Kelly examinou naturalmente se o podia fazer. Recorreu à constituição, e a constituição em mais de um artigo respondeu-lhe que sim, — porque ela tolera todos os cultos, contanto que eles sejam praticados em casas sem forma exterior de templo; consente que se difundam idéias religiosas, uma vez que não ataquem os dogmas fundamentais da existência de Deus e da imortalidade da alma.

Não direi que estes preceitos satisfaçam amplamente as aspirações da liberdade, nem que respondam à idéia dominante do século, mas esses preceitos davam lugar a que o Dr. Kelly realizasse a sua missão evangélica.

O defeito da constituição está em não ter completado a liberdade, tirando os entraves que lhe impõe, e em declarar a religião católica como religião do Estado.

Se eu tivesse à mão o livro de Ch. Ribeyrolles, o *Brasil Pitoresco*, transcreveria algumas linhas que o ilustre proscrito escreveu a este respeito. Citarei de memória. O ilustre proscrito, prestando à constituição do império aquele tributo de veneração que ela merece, dizia aos brasileiros que era necessário fazer ao nosso evangelho político aquelas modificações impostas pela civilização do tempo.

Por quanto, dizia ele:

Se uma alta capacidade, um grande patriota, um político sincero, quisesse tomar parte na direção dos negócios públicos, levando à tribuna política a soma vasta dos seus conhecimentos, fosse ele um Pitt, mas não fosse ele católico, não poderia fazê-lo em face da constituição.

No dia em que se tiver saído da tolerância para a liberdade completa, teremos dado o último passo neste assunto.

Que os leitores me permitam a figura, — a tolerância assemelha-se a uma gaiola de papagaio, aberta por todos os lados, sem aparências, mesmo de gaiola, mas onde a ave fica presa por uma corrente que lhe vem do pé ao poleiro.

Quebre-se a corrente, uma vez por todas, e dê-se a liberdade ao pobre animal. Um sistema político como o nosso que, a pretexto de proteger os rouxinóis, protege cem papagaios por cada rouxinol, parece incrível que nutra tanta aversão a este judicioso conselho.

Mas voltemos ao Dr. Kelly.

Fundado na constituição, o pregador protestante começou a missão de que se incumbira, procurando para isso uma casa em Niterói, onde ia uma ou duas vezes por semana. Ora, como a palavra do Dr. Kelly tivesse convertido ao protestantismo algumas pessoas católicas, espalhou-se essa notícia, e o

povo, talvez por instigações de algum pregador oculto, entendeu dever manifestar o seu desagrado pelos resultados da missão Kelly.

Os leitores sabem o que houve. As coisas tomaram uma face tal, que a polícia niteroiense foi obrigada a proteger a pessoa do pregador protestante contra a ira popular.

Do que resultou surgirem duas questões — a questão religiosa e a questão policial, — isto é, o direito que tinha o Dr. Kelly de exercer a sua missão evangélica, e o direito que tinha a polícia de intervir para proteger — não o Dr. Kelly — mas o art. 5º da constituição.

A segunda questão deixou o lugar à primeira e desapareceu, — sem dúvida, porque se reconheceu que, se a liberdade individual é um direito inapreciável, a liberdade policial é uma garantia. Não falo do abuso.

A primeira questão passou da rua à imprensa e da imprensa à tribuna. Foi o Sr. Dr. Castro e Silva quem iniciou na assembléia de Niterói um longo e caloroso debate.

Não cabe nestas colunas acompanhar a discussão havida na assembléia a este respeito; mas eu a menciono, — primeiramente, como uma ocorrência da semana, — depois, como um triste sintoma da existência de algumas aspirações clericais.

O protesto contra as teorias do Sr. Dr. Castro e Silva foi feito por parte do Sr. Dr. Pinheiro Guimarães, que pronunciou em primeiro lugar um discurso cheio de raciocínio e de verdade, e depois — por outros que o acompanharam no mesmo terreno.

Sem querer diminuir a glória dos deputados que combateram o Sr. Dr. Castro e Silva, devo, todavia, dizer que a tarefa não era difícil nem árdua. As teses sustentadas por este último eram tão calvamente falsas (deixem passar o adjetivo); os argumentos tão errôneos, as apreciações da lei tão absurdas, que não se demandava demasiado trabalho para restabelecer a verdade da lei e da razão.

O Sr. Dr. Castro e Silva molestou-se por que se lhe disse que não entendera os artigos da constituição. Não direi, portanto, que não os entendeu, direi que não os quis entender, embora caia em outro escolho, que é o de atribuir ao ilustrado deputado um erro voluntário.

Mas como hei de apreciar as suas reflexões se eu vejo que elas negam a luz do dia e torturam a expressão lógica e gramatical da constituição?

Isto quanto à interpretação da lei, porque quanto ao resto, o ilustrado orador fez uma série de considerações velhas, debatidas e refutadas, — dessas considerações que têm enchido tanto papel e tanto tempo, e que ninguém pode ouvir hoje com seriedade.

Terão acaso os distintos deputados que refutaram o Sr. Dr. Castro e Silva, terão acaso os liberais católicos, terá acaso o folhetim algum medo da organização de um partido clerical? Não creio, não devem ter. Podem haver alguns sintomas de uma aspiração para a intolerância, mas essa aspiração não se converterá em partido — ao menos em partido que cause susto.

E não será por virtude dos órgãos dessa aspiração, porque esses — a julgar pela linguagem e pela ousadia — parecem falar em nome de um exército em linha de batalha.

Dizendo isto, tenho principalmente em memória o *Cruzeiro do Brasil*.

A fé vem pelo ouvido, diz S. Paulo, e a folha católica, citando a expressão do apóstolo, indica aos padres o único procedimento que se pode opor ao procedimento dos protestantes. Mas o *Cruzeiro*, ao passo que se exprime assim, acoroçoa os movimentos, populares, cujo impulso santo e louvável aplaude.

Tão audaciosas palavras são apenas a revelação de um fato que está na consciência de todos: o *Cruzeiro do Brasil* faz o seu negócio e exerce a sua profissão.

Laurent, serrez ma haine avec ma discipline.

O *Cruzeiro do Brasil* menciona nas suas colunas a discussão da assembléia provincial. O adjetivo faz as despesas do louvor aos defensores das doutrinas intolerantes.

Depois menciona a discussão nas colunas pagas da imprensa, atribuindo ao Dr. Kelly os artigos que censuram o procedimento do povo de Niterói.

Neste ponto era necessário dar ao Dr. Kelly um nome insultante, um nome de chocarrice, que atraísse ao pregador protestante o ridículo e o ódio — um nome feio, um nome que lhe amargasse e provasse ao mesmo tempo a fé e o espírito dos redatores do *Cruzeiro*. — Achou-se o nome, e o nome foi escrito com todas as letras. Que nome seria, meus caros leitores?

O *Cruzeiro* chama ao Dr. Kelly:

— O Biblia!

Aqui vai o fragmento do *Cruzeiro* para que se me não atribua o pecado de haver desvirtuado o pensamento da folha:

“É porém líquido que o autor de semelhante aranzel não é mais nem menos do que o Biblia que por ali anda a amotinar o povo”.

Louis Veuillot invejaria este período.

Terminará aqui a questão Kelly? Se as alegações da tribuna e do *Cruzeiro* impressionarem o povo niteroiense, naturalmente o Dr. Kelly não poderá continuar as suas pregações, será compelido a não exercer um direito expresso na constituição.

É pena! porque a constituição é ainda uma das melhores coisas que possuímos.

Não tarda que os redatores do *Cruzeiro* redijam o programa de um milagre — que procurem efetuá-lo em qualquer templo, e que, em virtude desse milagre, fique escrita uma reprovação de Deus às missões do Dr. Kelly.

Aqui vai uma amostra de milagre para inspirar os referidos redatores.

Julgou-se ultimamente em Madri um processo curioso. Acusou-se um soldado de ter furtado uma taça de ouro de um altar de Nossa Senhora. O soldado fez a sua defesa nestes termos:

Pobre e com família, recorreu à mãe de Deus para obter algum alívio; mas, enquanto tinha os olhos pregados na Virgem, reparou que a imagem sorria e lhe indicava com o olhar a taça que ficava aos pés. Foi uma revelação; o soldado lançou mão da taça (quatro milhões de reales) e partiu.

O tribunal comunicou a narração do acusado à comissão eclesiástica; a resposta da comissão não deixou dúvidas ao tribunal, que mandou restituir a taça ao soldado.

Isto é o soldado, o tribunal e a comissão eclesiástica fizeram de comum acordo um roubo à Santa Virgem, distribuindo-se as vantagens do modo seguinte:

O soldado teve a taça.

A comissão eclesiástica teve mais um milagre para inserir nos anais dos milagres.

O tribunal policial teve a perspectiva de alguns emolumentos provenientes dos muitos processos que vão haver à imitação deste, depois que as imagens animam os larápios com olhares e sorrisos.

O milagre que acabo de relatar pode tomar lugar distinto entre as teses cujo desenvolvimento temos visto nestes últimos dias.

É uma descoberta que os nossos ratoneiros ainda não tinham feito, mas que eu não estou longe de crer que hão de imitar, sobretudo se o *Cruzeiro* aí estiver para apoiar as manifestações divinas das imagens.

Demos trégua aos milagres, ao *Cruzeiro* é a questão Kelly.

Falemos de um poeta nascente.

É o Sr. Carlos Augusto Ferreira, do Rio Grande do Sul, jovem de esperançoso talento, que vai publicar brevemente um volume de versos.

O *Mercantil* de Porto Alegre escreve a respeito do jovem poeta algumas linhas que eu transcreveria, se me sobrava espaço.

É moço, é órfão, é pobre; a pobreza, a mocidade, a orfandade foram e são outros tantos motivos para as manifestações da sua musa auspiciosa.

Animá-lo é dever.

Pode vir a ser uma das glórias do país; não lhe cortemos, com uma desdenhosa indiferença, o ardor da sua vocação, que de tantos obstáculos triunfa.

Recebi uma carta de Barbacena, encapando um soneto do poeta mineiro Sr. Padre Corrêa de Almeida.

Os leitores desta folha tiveram ocasião de apreciar a formosíssima tradução de um canto da Farsália de Lucano, feita pelo Sr. conselheiro José Feliciano de Castilho.

O soneto do poeta mineiro — um belo soneto, na verdade, — é dirigido ao elegante tradutor do poeta

latino.

Vejam os leitores:

A história, que aproxima priscos anos,
Tardio tribunal justo e severo,
Horroriza tratando do ímpio Nero,
O mais torpe e funesto dos Tiranos.

No furor das cruezas e dos danos
Não lhe escapa um dos êmulos de Homero,
Pois é Lucano vítima do fero
Algoz que dominou sobre os romanos.

De Espanha era o poeta ilustre filho,
Mas, por pátria adotando amena Itália,
Deu à língua de Horácio novo brilho.

Inspirou-se nas águas da Castália,
Escreveu, como escreve hoje um Castilho,
O prélio sanguinoso de Farsália.

Depois de escrita a revista, chegou a notícia da morte de Gonçalves Dias, o grande poeta dos Cantos e dos Timbiras.

A poesia nacional cobre-se portanto de luto. Era Gonçalves Dias o seu mais prezado filho, aquele que de mais louçanias a cobriu.

Morreu no mar — túmulo imenso para o seu talento.

Só me resta espaço para aplaudir a idéia que se vai realizar na capital do Maranhão: a ereção de um monumento à memória do ilustre poeta.

A comissão encarregada de realizar este patriótico pensamento compõe-se dos Srs. Antônio Rego, Dr. Alexandre Teófilo de Carvalho Leal, Francisco Sotero dos Reis, Pedro Nunes Leal e Dr. Antônio Marques Leal. Não é um monumento para o Maranhão, é um monumento para o Brasil. A nação inteira deve concorrer para ele.

Quanto a ti, ó Nióbe desolada, ó mãe de Gonçalves Dias e Odorico Mendes, se ainda tens lágrimas para chorar teus filhos, cimenta com elas os monumentos da tua saudade e da tua veneração!

3 DE JANEIRO DE 1865

Volto com o novo ano — não direi tão loução como ele, nem ainda tão celebrado, — mas seguramente tão cheio de promessas que espero cumprir, se, todavia, não intervier alguma razão de Estado.

Os leitores sabem, mais ou menos, o que é uma razão de Estado para o folhetim. A preguiça é um dom em que saímos aos deuses.

O ano que alvorece é sempre recebido entre palmas e beijos, ao passo que o ano que descamba na eternidade vai acompanhá-lo de invectivas e maldições. Se isto não fosse uma regra absoluta, era legítima a exceção que se fizesse para a ocasião presente, em que se despede de nós o mais férreo, o mais infausto, o mais negro de todos os anos.

Se eu não receasse fazer uma revista do ano, em vez de uma revista da semana, percorria aqui os principais acontecimentos e desastres do finado ano de 1864.

Foi esse o ano dos fenômenos de toda a casta, tanto naturais, como políticos, como financeiros; foi o ano que produziu as revoluções astronômicas, as crises comerciais e as patacoadas e empalmações políticas — em ambos os mundos, e quase em todos os meses.

Veja-se, pois, se o ano de 1865 não deve ser um ano singularmente celebrado, o alvo de todos os olhos, o objeto de todas as esperanças.

Ele é, por assim dizer, o arco da aliança, que se desenha no horizonte assombreado, como uma promessa de paz e de concórdia.

Manterá a confiança que inspira? Ai triste! a resposta é negativa: todas as palmas do dia da Circuncisão se converterão em pedras. É a repetição do mesmo programa, o programa dos abissínios.

Mas tal é a singular disposição do espírito humano que, só quando se for embora este ano, em que se

puseram tantas esperanças, é que se lembrará de que no ano então amaldiçoado houve para ele um momento de felicidade verdadeira — ou a satisfação de uma ambição política — ou a realização de uma ilusão literária — ou uma hora de amor, de solitário andar por entre a gente — ou o sucesso de uma boa operação econômica.

Temos saudade de todos os anos, mas é só quando eles se acham já mergulhados em um passado mais ou menos remoto — porque o homem corre a vida entre dois horizontes — o passado e o futuro — a saudade e a esperança — a esperança e a saudade, diz um poeta, têm um horizonte idêntico: — *l'éloignement*.

Quando 1865 não corresponder às aspirações de cada um, e quando todos se lembrarem desse momento de felicidade de 1864, então cada qual repetirá as suas maldições contra 1865, e sentirá mas de modo diferente, as suas decepções: o político e o financeiro correm o risco de procurar na boca da pistola a solução da dificuldade e o esquecimento da derrota; o poeta e o amante espalharão algumas saudades sobre a campa dos seus amores e das suas ilusões. Pobre poeta! pobre amante! pobre político! pobre financeiro!

Folgo de crer que entre os meus leitores nenhum haverá que tenha ocasião de assistir a tais catástrofes; a todos desejo que o ano que começa seja mais feliz do que o ano que acaba, ou tão feliz, se ele foi feliz para alguns.

Para ligar esta revista à última que eu publiquei antes do intervalo de silêncio, devera passar em resenha todos os acontecimentos que se produziram nesse intervalo. A tarefa seria por demais difícil, sem deixar de ser inútil. Inútil, porque o grupo dos sucessos ocorridos serve apenas como um fundo desmaiado em que ressalta um acontecimento principal: — a guerra do Rio da Prata.

O folhetim precisa dizer o que pensa, o que sente, o que julga a respeito das últimas ocorrências naquela parte da América? Haverá acaso duas opiniões e dois sentimentos nesta questão nacional? Não há um só ponto de vista na apreciação das arlequinadas de Lopez e Aguirre?

O enunciado contém a resposta.

Vinga-se atualmente no campo da ação a honra nacional. O valor do exército brasileiro não está fazendo as suas provas; já as fez, já foi consagrado naquelas mesmas regiões. Nem a tarefa pode assoberbá-lo desta vez: para aquelas crianças traquinas, constituídas em nações, bastam a vergasta e a palmatória.

A consciência da justiça que anima os nossos soldados, é já um penhor de vitória.

Volvo os olhos às últimas semanas e não vejo nenhum acontecimento literário, isto é, nenhuma publicação que deva assumir semelhante caráter.

Se bem me recordo, desde que me recolhi ao silêncio, houve dois livros: um *Compêndio da História Universal* pelo Dr. Moreira de Azevedo; e a 2ª edição das *Lembranças* de José Antonio.

O primeiro destes livros é um bom livro. Tem os três principais méritos de tais livros: a exatidão, o método e o estilo. É um livro acomodado às inteligências infantis. Todos conhecem já o nome do Sr. Dr. Moreira de Azevedo, autor de diversos opúsculos de investigação histórica, dignos da nomeada que tem alcançado.

Falando do *Compêndio* do Sr. Dr. Moreira de Azevedo, ocorre-me a publicação recente de outro compêndio de história, escrito originalmente em francês pelo ministro da instrução pública em França, e traduzido para o português pelo Sr. padre Joaquim Bernardino de Sena.

A este livro dispense-me de tecer encômios.

Quanto a *Lembranças* de José Antonio, não acrescentarei nada ao maior louvor que a obra obteve e vai obter ainda: a aceitação geral, não como uma obra de certas proporções literárias, mas como uma coleção de páginas amenas; chistosas, epigramáticas, cuja leitura faz rir sem esforço.

Este livro é uma recordação, — é a recordação da Petalógica dos primeiros tempos, a Petalógica de Paula Brito — o café Procópio de certa época, — onde ia toda a gente, os políticos, os poetas, os dramaturgos, os artistas, os viajantes, os simples amadores, amigos e curiosos, — onde se conversava de tudo — desde a retirada de um ministro até a pirueta da dançarina da moda; onde se discutia tudo, desde o dó de peito do Tamberlick até os discursos do marquês de Paraná, verdadeiro campo neutro onde o estreado das letras se encontrava com o conselheiro, onde o cantor italiano dialogava com o ex-ministro.

Dão-me saudades da Petalógica lendo o livro de José Antonio, — não porque esse livro reúna todos os caracteres daquela sociedade; dão-me saudades porque foi no tempo do esplendor da Petalógica primitiva que os versos de José Antonio foram compostos e em que saiu à luz a primeira edição das *Lembranças*.

Cada qual tinha a sua família em casa; aquela era a família da rua — *le ménage en ville*; — entrar ali era tomar parte na mesma ceia (a ceia vem aqui por metáfora) porque o Licurgo daquela república assim o entendia, e assim o entendiam todos quantos transpunham aqueles umbrais.

Queríeis saber do último acontecimento parlamentar? Era ir à Petalógica. Da nova italiana? Do novo livro publicado? Do último baile de E***? Da última peça de Macedo ou Alencar? Do estado da praça? Dos boatos de qualquer espécie? Não se precisava ir mais longe, era ir à Petalógica.

Os petalógicos, espalhados por toda a superfície da cidade, lá iam, de lá saíam, apenas de passagem, colhendo e levando notícias, examinando boatos, farejando acontecimentos, tudo isso sem desfalcar os próprios negócios de um minuto sequer.

Assim como tinham entrada os conservadores e os liberais, tinham igualmente entrada os lagruístas e os chartonistas; no mesmo banco, às vezes, se discutia a superioridade das divas do tempo e as vantagens do ato adicional; os sorvetes do José Tomás e as moções de confiança aqueciam igualmente os espíritos; era um verdadeiro *pêle-mêle* de todas as coisas e de todos os homens.

De tudo isso e de muitas coisas mais me lembro eu agora, a propósito do volume de *Lembranças*, que não posso deixar de recomendar aos leitores para as horas de tédio ou de cansaço.

Os dois primeiros livros de que falei são editados pelo Sr. Garnier, cuja livraria se torna cada vez mais importante. Falar do Sr. Garnier, depois de Paula Brito, é aproximá-los por uma idéia comum: Paula Brito foi o primeiro editor digno desse nome que houve entre nós. Garnier ocupa hoje esse lugar, com as diferenças produzidas pelo tempo e pela vastidão das relações que possui fora do país.

Melhorando de dia para dia, as edições da casa Garnier são hoje as melhores que aparecem entre nós.

Não deixarei de recomendar aos leitores fluminenses a publicação mensal da mesma casa, o *Jornal das Famílias*, verdadeiro jornal para senhoras, pela escolha do gênero de escritos originais que publica e pelas novidades de modas, músicas, desenhos, bordados, esses mil nadas tão necessários ao reino do bom tom.

O *Jornal das Famílias* é uma das primeiras publicações deste gênero que temos tido; o círculo dos seus leitores vai se alargando cada vez mais, graças à inteligente direção do Sr. Garnier.

De teatros temos apenas duas novidades, ou antes duas meias novidades. Estas são da última semana. Anteriormente, tivemos a representação no Ginásio de uma comédia em um ato do Sr. Dr. Caetano Filgueiras, intitulada *Constantino*.

Constantino é uma produção ligeira, escrita por desenfado, com o único fim de fazer rir. O público riu com espontaneidade ouvindo o diálogo animado e gracioso da comédia e deu ao seu autor merecidos aplausos.

O Sr. Dr. C. Filgueiras é um dos nossos moços mais instruídos e inteligentes. Nunca se tinha ensaiado na comédia; seus estudos especiais são outros. Mas a primeira tentativa foi feita em boa hora. Dou-lhe por isso os meus sinceros parabéns.

Vamos às meias-novidades.

A primeira foi a apresentação da *Madalena*, drama em 5 atos, no teatro de S. Januário, pelos artistas da Bohemia Dramática, com o concurso da Sra. Emília das Neves.

Madalena é um drama de data antiga; foi produzido na época mais fervente da escola romântica. Não lhe falta interesse nem lances dramáticos. O principal papel é feito por Emília das Neves, que tem recebido do público entusiásticos aplausos.

É que realmente no papel de Madalena a eminente atriz eleva-se a uma grande altura. No ato da loucura é sublime.

Eu devia, segundo uma promessa feita no alto da folha, apreciar individualmente os artistas encarregados dos outros papéis; mas vejo que me escasseia o espaço e o tempo. É força resumir. O papel confiado ao Sr. Heliodoro é um papel seco e frio; aquele artista fê-lo muito a contento; parece ser esse o seu gênero. No papel de André, caráter um pouco estranho ao Sr. Dias Guimarães, houve-se este artista às vezes com felicidade. Aos esforços coletivos dos outros dou os meus aplausos sinceros.

A companhia da Bohemia tem em si tudo o que pode inspirar simpatias. É justiça prestar-lhe apoio; nem o trabalho inteligente e honesto pede outra coisa que não seja justiça.

A outra meia-novidade foi o *Pai de uma atriz*, no Ginásio, para reentrada do ator Areias. A peça e o artista são conhecidos do público do Ginásio. Se os vir antes da próxima revista, direi as minhas impressões. Até terça-feira.

10 DE JANEIRO DE 1865

Temos teatro lírico? Não temos teatro lírico? Tais foram as perguntas que se fizeram durante a semana passada, depois da representação de Luiza Miller, dada como a última da extinta empresa.

O *Diário Oficial* veio pôr termo às dúvidas, declarando peremptoriamente que o governo não fez nem pretende fazer contrato sobre o Teatro Lírico concedendo subvenção ou loterias.

Mais de uma circunstância concorre para tornar este ato digno dos aplausos gerais. A mais insignificante dessas circunstâncias é a presença da estação calma, — durante a qual, nos países que nos servem de modelo, suspendem-se as representações líricas.

Mas há alguns amadores intrépidos que resistem a tudo, a despeito de tudo, e que estavam dispostos a afrontar o verão, e a ir suar na sala do *Provisório*, enquanto na cena suassem os cantores durante as notas impossíveis de algumas óperas em voga.

Esses dificilmente se acomodarão. Os leões fluminenses exigem a todo o custo os encantos da lira de Orfeu. Infelizmente a resolução foi tomada e publicada. Em matéria de música devemos contentar-nos agora com o ruído da guerra e os gritos vitoriosos dos nossos bravos batalhões que lá defendem no Sul a honra nacional ultrajada.

Se o governo tivesse concedido o Teatro Lírico a uma empresa, em semelhante situação, teria cometido simplesmente um escândalo. Repartir os dinheiros públicos entre os defensores do país e as gargantas mais ou menos afinadas dos rouxinóis transatlânticos, era uma coisa que nenhum governo se devia lembrar, e eu folgo muito de ver que este se não lembrou.

Acabaram, portanto, as noites líricas do *Provisório*. A Alba, que pela arte com que cantava, e pela semelhança com Ovídio Nasão, foi tão celebrada nas folhas diárias e nas gazetas ilustradas; a Alba, que comoveu o público fluminense, mesmo depois da Stoltz e da Lagrange, de quem aliás se distanciava infinitamente, a Alba não se fará ouvir mais. Os amantes de Euterpe podem pôr luto; o tambor sucede à rabeca, o rufo substitui o trinado; as flores vão desabrochar sossegadas, até à hora em que devam juncar o solo para dar passagem aos soldados brasileiros.

Mas os amigos de Euterpe não podem deixar de aplaudir esta resolução. É doloroso ter de presenciar situações tais, e qualquer de nós preferia que elas se não produzissem, — mas uma vez que assim é, não há que hesitar: ouviremos cantar depois.

Não tivemos só esta notícia na última semana; tivemos outras altamente favoráveis; as províncias, as dignas irmãs desta grande família, vão-se levantando com entusiasmo para depositar no altar da pátria a espada vingadora. O coração nacional ainda não morreu. Ao contrário, palpita com a vitalidade própria de uma juventude briosa.

Um amigo, cuja experiência e espírito observador bastariam para impôr-me uma reflexão, disse-me há dias que um dos nossos grandes males nascia da educação que se dava à infância. Concordamos nisto, mas divergíamos num ponto, a saber — ele preconizava com certo ardor o espírito militar. Eu não ia tão longe como ele. Não que eu suponha estarmos próximos da época da paz universal e bem aventurança terrestre. Para que os reinos não se façam guerra, é preciso que também a não façam os homens entre si; enquanto a segurança precisar de uma fechadura, e a boa fé precisar de um tabelião — os homens lutarão de reino a reino, como de pessoa a pessoa.

Não ia tão longe como disse, mas concordava no ponto capital. Todavia, é agradável ver que, apesar de todos os obstáculos, o sentimento patriótico levanta as coragens e anima o valor dos cidadãos.

Assim é que vamos registrando todos os dias atos de verdadeiro amor ao país. Bastam estes exemplos para animar a reprodução de outros.

O que não inspira estímulos, antes provoca indignação em todos, é um ato de brutalidade, igual ao que se praticou no mar, a dois passos do Rio de Janeiro, entre um vapor de guerra inglês e um patacho.

Os ingleses têm obrigado o resto do mundo a aceitar a sua filantropia como uma virtude nacional. Mas, sem dúvida para mostrar o perpétuo contraste das coisas humanas, apresentam ao lado da filantropia alguns atos de brutalidade. O país do box deve ser assim. Politicamente não falemos; os executores das façanhas deitam a barra diante de tudo.

Mas o que a arrogância política pode inspirar aos que se dizem diretores do mundo, não devia aparecer nas situações e nos lugares em que se apela simplesmente para os sentimentos humanos.

Quando o patacho *Mercurio* foi abalroado pelo vapor *Sharpshooter*, não se tratava de mostrar que os tripulantes do último eram ingleses, descendentes de Nelson; tratava-se de mostrar que eram homens, descendentes de Adão. Cair sobre um navio pequeno, obrigar a tripulação a abandoná-lo, e

quando ela buscava um refúgio no próprio vapor expulsá-la, repeli-la, abandoná-la à lei do acaso e dos ventos, é um ato que envergonha uma nação inteira. Tal foi entretanto o ato praticado pelo vapor de Sua Majestade Britânica, na madrugada do dia 5, demandando a baía do Rio de Janeiro.

Que vergonha!

Mas passemos a outras coisas.

Relendo as primeiras tiras desta revista ocorre-me uma reflexão; a lei do acaso obriga-me a fazê-la aqui mesmo, sem prestar maior atenção à ordem do escrito.

Um teatro lírico tornou-se uma necessidade nesta capital; foi essa necessidade que fez permanecer o teatro *Provisório*. Mas eu não posso deixar de notar uma singularidade; é o afã com que todos clamam por teatro lírico, e o desdém com que quase todos se esquecem de um teatro dramático. Entretanto, ninguém porá dúvida que, se o teatro lírico é o agradável e talvez o supérfluo, o teatro dramático é mais que o útil, é o necessário. Para reconhecer isto não precisa receber do céu uma grande sagacidade; a inteligência mediocre o reconhece.

Uma coisa, entre outras muitas, que não entrou ainda na cabeça do governo do Brasil, é a criação de um teatro dramático nacional. Houve uma tentativa: um ministro do império dos últimos anos deu um passo para preencher essa lacuna, nomeando uma comissão de escritores competentes para estudar o assunto e dar um parecer. A comissão fez mais do que se lhe pediu, não só deu um parecer como deu dois. Aqui é que naufragou a idéia. O ministro, colocado entre os dois pareceres, — resolveu não fazer coisa alguma, limitando-se a dizer consigo:

... je crois, ma foi, qu'ils ont tous deux raison.

Os pareceres lá foram jazer nos arquivos, à espera que a mão curiosa de algum antiquário os torne à luz do dia, mas sabe Deus em que dia!

Sem desconhecer o pouco que fez o ministro, não se pode deixar de criticá-lo pelo que não fez.

Por que não estudou os dois pareceres? por que não viu as diferenças essenciais? por que não os harmonizou? por que não tomou um terceiro alvitre? Em suma, por que não completou a obra que havia começado?

A criação de um teatro normal devia tanto mais seduzir o espírito do ministro, quanto era esse um meio infalível de perpetuar o seu nome, aliás arriscado a um infalível esquecimento.

Dar-se-á caso que o governo desconheça a importância e a necessidade de um teatro nacional? Ele dirá que não as desconhece, e que até o erário público tem contribuído para sustentação da arte dramática. Esta resposta, se o governo a dá, é a sua própria sentença.

Não se pedem subvenções, nem é com esses paliativos que o teatro há de nascer.

O teatro nacional não deve ser um beneficiado do governo; é uma instituição, depende de um sistema, supõe uma direção oficial e importa uma responsabilidade. Fora disto, é fazer trabalho de Penélope, tecer de dia e destecer de noite, sem a consolação de salvar a virtude, como a mulher de Ulisses.

Não se precisa de olhar de lince para reconhecer a urgência de uma iniciativa séria a esse respeito.

Nem também estamos no tempo em que se ia à casa da ópera passar algumas horas de galhofa para ver no fim casarem os bêbados.

Ninguém hoje contesta que o teatro seja uma escola de costumes, uma pedra de toque da civilização. Em matéria de escolas não se deve dispensar nenhuma. O governo que, no amor às artes, sustenta uma academia de música e uma de pintura e estatuária, só pode negar-se a sustentar uma academia dramática, fundado na razão das suas predileções pessoais, o que não pode ser uma razão de governo.

É uma matéria esta em que todos os nossos escritores estão de acordo. Não há muito o ilustrado orador do Instituto Histórico fez ouvir duas palavras nesse sentido, por ocasião da sessão aniversária daquela sociedade.

Que resultou do abandono de tantos anos? O estado deplorável que hoje presenciamos: uma arte bastarda, apenas legitimada por alguns raros lampejos, arrasta a mais precária existência deste mundo.

Os artistas foram obrigados a fazer ofício daquilo que devia ser culto; enfim, os escritores dramáticos, que podiam contribuir mais ativamente para um repertório nacional, se outras fossem as circunstâncias — apenas, por uma devoção digna de ser admirada, apresentam de longe em longe os produtos da sua inspiração.

Em tal estado de coisas, sem esperança de um próximo remédio, não há outra coisa a fazer senão cruzar os braços.

E a crítica, diante de uma arte penosa e inglória, deve tomar a benignidade por seu principal elemento, a fim de não aumentar a aflição ao aflito.

É com essa benignidade que eu julgarei a única novidade da semana: a representação da *Cruz de S. Luiz*, comédia em 3 atos, pelos artistas da *Bohemia Dramática*.

Esta peça está longe de ser perfeita; de uma situação trágica no 1º ato, nasce uma situação cômica nos dois atos restantes; e esta mesma é em si muito discutível. Mas eu deixarei de parte uma apreciação que me poderia levar longe, para dizer que, uma vez aceitos os dados da peça, é ela uma das mais divertidas e engraçadas que tenho visto.

O aplauso foi entusiástico.

O principal papel é o de um rapaz que desconhece o seu sexo, e que, criado como mulher, em virtude dos acontecimentos do 1º ato, é como tal aceito por todos. É certo que ele sente para as mulheres uma inclinação mais pronunciada do que há de ordinário entre as mulheres; joga a espada com a parede, abafa no espartilho, sonha com batalhas e só pega nos trabalhos da agulha para disfarçar uma situação.

Não me resta espaço para contar os meios por que este homem-mulher chega a casar com um barão. A peça acaba por um duelo, em que o rapaz, restituído ao seu sexo, liquida uma dívida de honra de seu pai.

O papel foi confiado à Sra. Emília das Neves que o desempenhou com a arte cômica que já tive ocasião de reconhecer-lhe em outra peça.

Uma mulher que deve representar um homem vestido de mulher — não é pequena dificuldade. A Sra. Emília das Neves foi perfeita.

O barão que chega a casar com o rapaz foi desempenhado pelo Sr. Gusmão. O Sr. Gusmão é unicamente um artista cômico: estava no seu papel.

Aconselharei ao Sr. Lisboa certa moderação no papel do espadachim. Os sustos da criada, papel feito pela Sra. Ricciolini, fizeram rir às gargalhadas. O papel da duquesa, feita pela Sra. N. Fernanda, é um papel um tanto passivo, bastava dizê-lo com a simplicidade com que foi dito. A mesma reflexão posso fazer a respeito de alguns dos papéis restantes.

A peça está montada e adereçada a capricho.

A sala do teatro, como se sabe, foi recentemente pintada.

24 DE JANEIRO DE 1865.

Quereis que vos fale de Coimbra e Paysandú? Foram dois famosos feitos de armas; um ataque de heróis e uma defesa de heróis. Não houve menor bravura nos que se defendiam dos paraguaios, do que nos que atacavam os orientais. E se a sorte das armas fez plantar em Paysandú a bandeira nacional, coube aos valentes de Coimbra a vitória dos vencidos.

Antes de ir tomar contas ao Croquemi-taine de Assunção, o exército brasileiro terminará a questão oriental. É o que é provável, de Paysandú a Montevidéu dista um passo. A primeira vitória assegura a segunda, que será a última. Com ela entre a ordem na desolada república, entregue hoje aos restos de um partido de sangue.

Depois de Aguirre passa-se a Lopez. Mata-se o dois de paus e arma-se a cartada ao rei de copas. É esse o pensamento de um epigrama publicado no último número da *Semana Ilustrada*:

Joga-se agora no Prata
Um jogo dos menos maus:
O Lopez é o rei de copas,
O Aguirre é o dois de paus.

O que é ação! Alguns dias de combate fizeram mais do que longos anos de polêmica diplomática. Bem podia ter-se poupado o papel que se gastou em notas e relatórios: eram mais algumas libras de pólvora.

Com selvagens não há outro meio.

Mas era preciso que a diplomacia gastasse o seu tempo e o seu papel por dois motivos: o primeiro era

mostrar que os sentimentos do império não eram hostis à liberdade interna da república, o segundo era dar expansões ao próprio espírito da diplomacia, que, de ordinário, faz menos no gabinete do que o soldado no campo.

Se os diversos representantes do império que trataram por tantos anos das reclamações brasileiras em Montevidéu me prometem, sob palavra, que não tiram destas linhas nenhuma alusão pessoal, acrescentarei aquilo que já foi escrito e repetido um milhão de vezes, em todas as línguas, a saber: que a diplomacia é a arte de gastar palavras, perder tempo, estragar papel, por meio de discussões inúteis, delongas e circunlocações desnecessárias e prejudiciais.

Balzac, notando um dia que os marinheiros quando andam em terra bordejam sempre, encontrou nisso a razão de se irem empregando alguns homens do mar na arte diplomática.

Donde se conclui que o marinheiro é a crisálida do diplomata.

Uma nota diplomática é semelhante a uma mulher da moda. Só depois de se despojar uma elegante de todas as fitas, rendas, jóias, saias e corpetes, é que se encontra o exemplar não correto nem aumentado da edição da mulher, conforme saiu do prelo da natureza. É preciso desataviar uma nota diplomática de todas as frases, circunlocações, desvios, adjetivos e advérbios, para tocar a idéia capital e a intenção que lhe dá origem.

Vejam daí qual não foi o meu júbilo, lendo ultimamente nas folhas da Europa uma nota de Theodoro, imperador da Abissínia, ao vice-rei do Egito.

É a nota mais concisa e mais franca que tenho lido. O monarca africano diz em poucas palavras o que pensa e o que quer. Não usa de introdução, nem fecho oficial. Não há franjas inúteis: é tudo pano, e uma boa amostra de pano.

A idéia não está ali como em um leito de Procusto, esticada e retesada até dar para certas dimensões de palavreado inútil.

Por exemplo, — Theodoro julga que o vice-rei do Egito, filho do Crescente, é um filho do Erro. Não recorre à biblioteca para dizê-lo. Começa a nota por estas simples palavras:

“Filho do Erro!

“Os teus antecessores, por surpresa e por traição, roubaram aos meus antepassados as ricas províncias do Soudan.

“Restitue-mas, seremos amigos.

“ Se recusares, é a guerra. Mas o sangue de tantos bravos deve correr por causa da nossa pendência?

“ Ouve e reflete: Provoco-te a um combate singular.

“Revestido de todas as tuas armas, e eu das do meu país, vem: entre nós dois, Deus nos julgará.

‘Um combate à morte; ao vencedor, o universo.

‘Espero!’”

Dois minutos e um quarto de papel para escrever uma nota como esta, nada mais. Não lhe falta nem clareza nem energia. Falta a renovação dos protestos da alta consideração e amizade, coisa que nada significa, nem nas notas diplomáticas, nem nas cartas particulares. Em vez de umas três linhas que gastaria nisso, o imperador africano escreve apenas esta enérgica palavra:

— Espero!

O que é certo é que o vice-rei do Egito não respondeu nem acudiu ao reclamo, e o rei Theodoro lá ficou esperando pelas cebolas do Egito.

Pelo que nos concerne, terminou felizmente o período do papel e entrou o período da bala.

Não pretendo entreter os leitores com a narração do estado de extrema anarquia em que ficou a capital oriental depois da tomada de Paysandú. Já todos leram e releeram isso nas folhas fluminenses e argentinas. Se alguma razão precisasse ainda o império dos atos que foi compelido a praticar, bastaria a situação atual de Montevidéu, onde, fora o governo e meia dúzia de comparsas, todos desejam a entrada das forças libertadoras.

E o que o governo oriental é, num país onde os estrangeiros ocupam a maior parte das terras e dão uma grande porção da riqueza pública, é apenas uma espécie de alta polícia local. Este pensamento não é meu.

O paquete que parte hoje para a Europa leva uma comissão de *blancos*, a fim de pedir auxílio às potências européias. O auxílio que, se houver, não será senão diplomático, há de chegar quando uma nova ordem de coisas se tiver estabelecido em Montevidéu, isto é, depois do asno morto.

Mas será esse o fim real da embaixada oriental? A este respeito cada qual tem feito as suas conjecturas, e eu sou muito discreto para não mencioná-las nesta revista. Que vá em paz a embaixada oriental.

Uma notícia dada a esse respeito no *Jornal do Comércio* ofereceu ocasião a que aparecesse ontem naquela folha uma comunicação assinada. Essa comunicação tem um fecho que me não pode escapar. É o que felicita o México por estar na doce fruição de um governo paternal, liberal, criador e animador! ...

Os leitores que me acompanham desde Junho do ano passado hão de lembrar-se do que eu disse a respeito do México, quando o Sr. Lopes Netto endeusou aquela conquista na câmara dos deputados.

É do meu dever protestar contra esta asserção da comunicação a que me refiro. Não conheço o cavalheiro que a assinou, mas protesto, e creio que em nome dos brasileiros, contra ela.

Nem o México aceitou o novo governo, nem ele é governo paternal e criador. O império napoleônico, sob a responsabilidade legal de Maximiliano, foi puramente imposto ao povo mexicano, em nome da força, *le droit du plus fort*. Quanto à doce fruição de um governo paternal e liberal, temo encher demasiado estas colunas, relatando os atos que provam inteiramente o contrário disso.

Sabemos todos que o imperador Maximiliano, no discurso de entrada na sua nova pátria, indicou as suas intenções de adiar o remate do edificio, à semelhança de Napoleão III. A mania dos tutores dos povos é distribuir a liberdade, como caldo à portaria do convento; e a desgraça dos povos tutelados é receber a caldeirada como um favor dos amos, augustos e não augustos.

Se o meu século aplaudisse a conquista do México, eu não hesitaria em dizer que era um século de barbaria, indigno da denominação que se lhe dá. É certo que o consentimento tácito das diversas potências que andam à frente do mundo, fazem desanimar a todo aquele que está convencido do espírito liberal e civilizado do seu tempo.

A gazetilha do *Jornal do Comércio* tem anunciado muitas conquistas do México, reduzidas a proporções individuais, sob esta epígrafe: Um dos tais.

Não vejo inconveniente em dizer estas coisas, com a presença da Embaixada mexicana nesta corte. A verdade sai do poço, sem indagar quem se acha à borda. Creio que todo o Brasil pensa o mesmo que aí deixo escrito, a respeito do México, e se não pensar do mesmo modo, tanto pior para ele.

Tinha ainda muitas coisas para dizer acerca da doce fruição do governo paternal do México, mas fico por aqui.

É tempo de passar a outros assuntos.

O capítulo dos teatros continua escasso. Só a Boemia nos apresenta peças novas, em que toma parte Emília das Neves. O Ginásio tem remontado algumas composições dos seus bons tempos. Os *miseráveis*, que ali subiram ultimamente, eram uma peça nova para aquele teatro, mas acabava de ser esgotada no teatro de S. Januário, com 26 representações sucessivas. Se me perguntarem o segredo destas 26 representações de uma peça em que se não acham todas as condições do drama, não hesito em encontrá-la no desempenho igual e distinto que lhe deram os artistas da Boemia.

Trabalha atualmente no teatro Lírico o artista Germano, acompanhado de alguns artistas. Só tem montado duas peças, creio eu: *D. César de Bazan* e os *Milagres de Santo Antônio*, peças conhecidas do público. *D. César* era um florão de João Caetano; quanto a *Santo Antônio*, evocando os peixes e reverdecendo as vinhas, não me inspira curiosidade. É uma peça sem valor.

Portanto, só a Boemia vai dando peças novas. Já falei na *Cruz de S. Luiz*, que continua a sustentar-se no cartaz e na cena, graças às situações cômicas e divertidas de que está cheia, e ao desempenho magistral do papel do duquesinho de Forville, feito por Emília das Neves.

Na noite de anteontem houve ocasião de mostrar esta artista as duas faces do seu brilhante talento. Teve um papel dramático e um papel cômico: este era o da *Cruz de S. Luiz*, aquele era o de *Eugênia*, na nova peça em dois atos, *A louca de Toulon*.

O que há de mais importante nesta peça é o desempenho do papel de louca. Os que viram Emília das Neves na Madalena, onde também representa a loucura, irão sem dúvida vê-la no papel de Eugênia. É a mesma sublimidade. Há apenas a diferença de uma circunstância. Eugênia enlouquece em cena, a essa passagem da razão para a demência, altamente difícil por correr o risco da exageração e da extravagância, fê-la Emília das Neves com uma arte suprema.

A peça compõe-se de dois atos. É um quadro estreito, porque a ação é igualmente estreita. Mais um

ato seria diluí-lo. Assim fica mais compacta, inspira maior interesse. O ódio de um irmão e o amor de uma irmã, empregados no mesmo homem, eis o drama. O ódio do irmão é legado do pai, que morre convencido de ter sido desonrado pelo pai daquele que mais tarde é amado por Eugênia. Posso acaso explicar às leitoras a causa do amor da irmã, a causa do fogo que arde sem se ver?

Os artistas que acompanham Emília das Neves nesta peça fazem conscienciosos esforços e conseguiram fazer um conjunto digno de menção. Só notarei ao Sr. Leal uma falta de que desejava vê-lo corrigido. O Sr. Leal é um moço de talento, tanto para os papéis dramáticos, como para os cômicos. No seu último papel notei-lhe uma certa falta de flexibilidade na voz, uma certa monotonia, talvez intencional, mas de mau efeito. Fora esta reserva, dou-lhe os meus aplausos.

Não terminarei a revista sem fazer uma reflexão que me sugeriu a leitura das primeiras laudas. Essa reflexão já foi feita no alto da folha, e tem por si todas as razões da justiça. É relativa aos prêmios honoríficos a que vão tendo direito os bravos defensores da honra do país. Conferi-los no campo da batalha é de imediata justiça, e de proveitoso exemplo.

A luta há de ser longa e grande; é preciso que o país vá reconhecendo oficialmente os atos de bravura dos seus defensores.

A consciência do dever é de certo um prêmio suficiente, mas isso é um ato puramente íntimo do patriota. A honra do país exige outro galardão.

É de crer que o governo imperial execute este dever.

Dito isto, dou a palavra à reflexão dos leitores.

31 DE JANEIRO DE 1865.

Aleluia! começou o reinado da virtude.

Sim, ilustres prelados, — sim, monsenhor Pinto de Campos, — a casta e foragida virtude voltou a ocupar o trono da humanidade; o século regenerou-se; já não há indiferença, nem dúvida, nem impiedade; os vícios abriram vôo, como as águas dantescas, e volveram para sempre aos antros do inferno; o diabo cortou as pontas e lançou a causa ao fogo; Mefistófeles abandonou o Fausto; o Fausto repousa no seio de Margarida; o mundo é um Éden; a vida é um idílio: estamos em pleno Teócrito.

Quereis a prova?

As folhas do Rio de Janeiro publicaram o ano passado uma grande notícia. Era uma predição do professor Newmager, de Melburne. Segundo este sábio devia aparecer em 1865 um cometa, ao qual estava destinado um destes dois importantes papéis:

Ou destruir o globo, com um golpe da cauda; ou dar aos olhos dos homens uma coisa nunca vista desde o começo do mundo: um dia de 72 horas.

A terra — disse eu então nestas colunas — que tem escapado a tantos cometas — aos celestes, como o de Carlos V — aos terrestres, como o rei dos Hunos — aos marítimos, como os piratas normandos — a terra está de novo ameaçada de ser destruída por um dos ferozes judeus errantes do espaço.

A meu ver o mundo estava irremediavelmente perdido, porque o cometa era o instrumento da cólera do Senhor.

O Senhor tinha velado a sua face. Era um novo cataclismo que vinha destruir a humanidade, sem que desta vez uma só família de justos tivesse a honra de ser o tronco de uma raça futura.

Pois bem! o cometa apareceu, o cometa paira sobre nossas cabeças, mas é um cometa inofensivo, tênue, descorado, que ainda não destruiu a menor coisa, e que promete retirar-se em perfeito estado de paz.

Conclusão: começou o reinado da virtude; o mundo criou pele nova.

Já não há hipócritas, nem velhacos, nem egoístas, nem vaidosos, nem incrédulos, nem invejosos, nem maus. Tartufo é um homem sincero; Bertrano é um homem honrado; D. Juan envervou o burel do monge; só Alceste quer um lugar,

Où d'être homme d'honneur on ait la liberté,

para ir viver entre os homens. Não encontrará melhor, nem mais pronto.

Viva Deus! É isto o que se chama reparar as faltas, aproximar-se da divindade, ganhar num ano o que perderam séculos.

Mas se a virtude reina entre os homens e se a paz universal vai dar um repouso definitivo aos espíritos, não acontece assim entre os próprios deuses.

Os deuses, sim, que ainda existem apesar da abdicação: — Vênus na montanha misteriosa, cercada de silvanos e madryadas; Baco no convento dos franciscanos; Júpiter e mais a cabra Amalthea na ilha dos Coelhos, conforme rezam as lendas germânicas. Nada sei de Marte e de Apolo, mas sei que os dois filhos de Saturno se desavieram por coisas sérias; estando a razão do lado do pai da poesia.

Que o Deus Marte acenda a guerra entre os Estados, vá. É esse o seu ofício único. Mas que, ao som da metralha, favoreça aos vândalos a subida à montanha sagrada, isso não. Pois não foi outra coisa. Mal soaram os primeiros tiros em Paysandú, os poetastros, vendo que os poetas afinavam a lira, não se deixaram ficar em casa. Travaram da guitarra e lá se foram atrás dos poetas, cobertos e disfarçados, para melhor iludir o pai da poesia. Foi uma verdadeira confusão.

Ou eu me engano, ou o único perigo da guerra atual é este.

Já que falo em poetas, escreverei aqui o nome de um jovem estreante na poesia, a quem não falta vocação nem espontaneidade, mas que deve curar de aperfeiçoar-se pelo estudo. É o Sr. Joaquim Nabuco. Tem 15 anos apenas. Os seus versos não são de certo perfeitos, o jovem poeta balbucia apenas; falta-lhe compulsar os modelos, estudar a língua, cultivar a arte; mas, se lhe faltam os requisitos que só o estudo pode dar, nem por isso se lhe desconhece desde já uma tendência pronunciada e uma imaginação viçosa. Tem o direito de contar com o futuro.

Fiquemos no terreno da poesia, ao menos no papel, se isso nos consente a prosa desta terra e a gravidade desta situação.

Tivemos domingo uma ressurreição literária. Foi à cena no teatro de S. Januário o *Ângelo* de Victor Hugo. Mais de vinte anos antes conquistara o mesmo drama nas mesmas tábuas os aplausos de um público, muito mais feliz que o de hoje, um público a quem se dava o *Ângelo*, o *Hamleto*, o *Misanthropo* e o *Tartufo*.

Parece que as obras sérias da arte ficaram, proscritas do nosso teatro. No meio de muita coisa boa, de alguma coisa excelente, avultam as enxurradas que nos vem de Paris. É o tempo das quinquilharias. Muita coisa excelente fica condenada ao abandono. Por exemplo, o *Marquês de Villemer*, recente comédia da autora de *Lélia*, está proibida de ir à cena; os atores que a representassem dois meses morriam de fome. Em compensação os *Milagres de Santo Antônio* dão ainda para uma dúzia de jantares.

A farsa e o melodrama, eis os dois alimentos que o estômago do público suporta. Não lhe faleis no drama ou na comédia; a tragédia, essa é coisa ante-diluviana. *Cinna*, representada nos últimos dias de João Caetano, teve alguns raros aplausos e não obteve cinco representações.

De Molière suportar-se-ia hoje o *Doente imaginário* ou o *Pourceaugnac*. Ainda assim seria o successo das seringas.

Quanto ao *Misanthropo* e às *Mulheres letradas*, morriam na primeira representação.

Pelo que nos toca, não deve a culpa ser lançada ao teatro nem ao público. O público é uma criança que se educa; o teatro, na situação em que se acha, é um meio de vida que se exerce.

Fiz estas reflexões no domingo, ouvindo o *Ângelo*. Que faria naquela ocasião o poeta das Contemplações, da em *Hauteville-House*, na ocasião em que, a tantas centenas de léguas, era ouvido o seu drama no meio de aplausos gerais? Depois de tantos anos de existência, a obra dramática de Victor Hugo ainda grangeia o aplauso e a admiração. Não é um mérito da escola, é um mérito do poeta.

A escola romântica, que partilha ainda hoje com a realista o domínio do teatro, só tem produzido monstros informes. Os gênios iniciadores conservaram-se na altura donde olhavam para baixo; os imitadores deixaram-se arrastar no chão da sua mediania.

Diante de *Ângelo*, estamos diante da violência das paixões e da energia dos caracteres. Tem as cores carregadas do tempo e da ação. Que quereis que houvesse no tempo da Sereníssima República de Veneza? Mas *Ângelo* e Rodolfo são homens, Tysbe e Catarina são mulheres; a máscara não substitui o rosto, a ação não se sacrifica à situação; as paixões são humanas, os sentimentos são humanos.

Ouvindo o *Ângelo* o público sentiu-se comovido e abalado. *Ângelo*, um dos filhos mais velhos da escola romântica, aparecia com ares de novo, tal é a distância que o separa das chusmas de composições das mesmas escolas que há tanto tempo nos atordoam.

Era isso, e era outra coisa. A Sra. Emília das Neves desempenhava o papel de Tysbe; Tysbe, em quem o amor, o ciúme, o ódio tomam proporções colossais, aparecia aos olhos e abalava a alma do público, graças ao grande talento da artista, tantas vezes provado, tantas vezes reconhecido. Gesto, voz,

fisionomia, tudo fala, tudo se apaixonava, tudo ama e odeia, naquela artista privilegiada.

O público não lhe fez um ceutil de favor com os vivos aplausos que lhe deu.

Deve-se agradecer à Boemia esta ressurreição literária.

Ângelo mata Catarina para lavar a sua honra. Não é o ciúme que nasce do amor, é o ciúme que nasce do orgulho. O correspondente do *Jornal do Comércio*, em Londres, conta-nos uma tragédia mais ou menos nestas circunstâncias, com a diferença de que a ação não se passa em Pádua, mas em Constantinopla.

Cuidais que o autor do crime é um Ângelo, um tirano sem alma? Nada: é uma criaturinha de 22 anos, uma rapariga casada de fresco; é a sultana Djemila, sobrinha do atual imperador.

O marido deste Ângelo feminino é o paxá Mahmoud Jelladin. Djemila baixou os olhos sobre Mahmoud e casou com ele. Era um casamento de amor. Mas por isso mesmo o paxá estava obrigado a não desviar os olhos da mulher. Não sei se os desviou; mas o certo é que a sultana teve ciúmes de uma das escravas. Nada disse; mandou simplesmente cortar a cabeça da infeliz com uma cimitarra. Foi isto a 12 do mês passado.

O paxá de nada soube. A sultana, que não dava a honra de jantar com o marido, nesse dia fê-lo sentar ao pé de si. Mahmoud de nada suspeitava; sentou-se alegremente. Veio o primeiro prato; vão descobri-lo: era a cabeça da escrava.

O paxá caiu fulminado.

Esta morte foi produzida pelo terror? pela dor de ver a escrava morta? enfim, por certo licor que a sultana lhe dera antes, para abrir o apetite?

Mistério.

O que há de certo é que o paxá está morto.

Não cito este fato para inspirar imitadoras. Livre-nos Deus de Ângelos e Djemilas. Se todas as damas quiserem seguir o exemplo da sultana e dar um golpe de cimitarra por cada pecadinho dos senhores seus maridos, há um meio mais breve e mais sumário: é decretar a supressão do sexo.

7 DE FEVEREIRO DE 1865.

Dedico este folhetim às damas.

Já me aconteceu ouvir, a poucas horas de intervalo e a poucas braças de distância, duas respostas contrárias a esta mesma pergunta:

— Que é a mulher?

Um respondeu que a mulher era a melhor coisa do mundo; outro que era a pior.

O primeiro amava e era amado; o segundo amava, mas não o era. Cada um apreciava no ponto de vista do sentimento pessoal.

Entre as duas definições eu prefiro uma terceira, a de La-Bruyère:

— As mulheres não têm meio termo: são melhores ou piores que os homens.

Mas não é neste ponto de vista que eu venho hoje falar das damas. Deixemos em paz os amantes e os moralistas. Não entrais hoje neste folhetim, minhas senhoras, como Julietas ou Desdêmonas: entrais como Spartanas, como Philipas de Vilhena, como irmãs de caridade.

A bem dizer é uma reparação. Já falei dos voluntários; já consagrei algumas palavras de homenagem aos corações patrióticos que, na hora do perigo, se esqueceram de tudo, para correr em defesa da pátria. Mas nada escrevi a respeito das damas, e quero hoje reparar a falta, começando por aí, e dedicando às damas estas humildes colunas.

Não nascestes para a guerra, isto é, para a guerra da pólvora e da espingarda. Nascestes para outra guerra, em que a mais inábil e menos valente vale por dois Aquiles. Mas, nos momentos supremos da pátria, não sois das últimas. De qualquer modo ajudais os homens. Uma, como a mãe espartana, arma o filho e o manda para a batalha, outras bordam uma bandeira e a entregam aos soldados, outras costumam as fardas dos valentes, outras dilaceram as próprias saias para encher os cartuchos, outras preparam os fios para os hospitais, outras juncam de flores o caminho dos bravos.

Voltará aquele filho antes da desafronta da pátria? Deixarão os soldados que lhes arranquem aquela

bandeira? Entregarão as fardas que os vestem? Sentirão os ferimentos quando aqueles fios os hão de curar?

Ao par da santa idéia da pátria agravada, vai na imaginação dos heróis a idéia santa da dedicação feminina, das flores que os aguardam, das orações que os recomendam de longe. É assim que ajudais a fazer a guerra. Deste modo estais acima daquelas aborrecidas Amazonas, que, a pretexto de emancipar o sexo, violavam as leis da natureza e mutilavam os divinos presentes do céu,

Com quem amor brincava e não se via.

Não tendes uma espada, tendes uma agulha; não comandais um regimento, formais as coragens; não fazeis um assalto, fazeis uma oração; não distribuis medalhas, espalhais flores, e estas, podeis estar certas, hão de lembrar, mesmo quando forem secas, os feitos passados e as vitórias do país.

Que nenhuma brasileira se recuse para esta batalha pacífica. De qualquer modo pode servir-se a pátria, provam-no alguns exemplos já conhecidos. Acudam as outras, reclamam as primeiras. E nisto haverá, não só uma dedicação generosa, mas um dever sagrado; é desferrar, por um zelo unânime, a falta de se ter cedido o passo às damas argentinas, a quem, aliás, devemos votar todos e todas uma eterna gratidão.

A *Semana Ilustrada* já consagrou uma página à corajosa mineira de que deram notícia as folhas da corte. Se as senhoras brasileiras não são das últimas a tomar parte no entusiasmo geral, a *Semana Ilustrada* é dos primeiros jornais a manifestá-lo, mimoseando os seus leitores com os mais interessantes desenhos.

Agora, mais que nunca, apela-se para o patriotismo de todos. A gravidade vai crescendo; as últimas notícias da expedição dos paraguaios provocaram um grito de geral indignação. Esperava-se ainda alguma coisa daquela gente; podia contar-se com uma certa sombra de lealdade e de humanidade. Os que mantinham esta ilusão acham-se diante de uma realidade cruel.

Se depois do espetáculo das orelhas enfiadas numa corda e expostas à galhofa dos garotos de Assunção, houver um país no mundo que simpatize com o Paraguai, não precisa mais nada — esse país está fora da civilização.

A Europa que não conhece os negócios da América, anda quase sempre errada nas suas apreciações e notícias. Os correspondentes dos jornais europeus, em Assunção e Montevidéu, estabelecem ali uma opinião visivelmente parcial. É mais ou menos um eco da imprensa apaixonada destes países.

Essa opinião vai ser confirmada pela embaixada oriental? Talvez; mas a embaixada, que se dizia ir pedir auxílio, parece que apenas vai buscar refúgio. Há nada mais triste e imoral do que esta deserção, na hora da derrota? As últimas notícias de Buenos Aires dizem que o chefe da deputação recebeu cerca de quarenta contos de ajuda de custo.

Dizia-se que a embaixada ia bater à porta da França; um artigo anônimo do *Jornal do Comércio* insinuou que não era à França mas à Itália que a embaixada ia recorrer. Os atos do ministro italiano em Montevidéu parecem confirmar esta suspeita.

Ora, a Itália, em vez de intrometer-se nos negócios alheios, tinha outra coisa a fazer muito mais sensata e útil para si: era cuidar de afirmar a sua existência e desarmar as últimas antipatias que ainda tem no mundo.

Se é à França que a embaixada vai recorrer, nutro alguns receios, não pelo efeito do auxílio, que há de vir quando o asno já estiver morto, mas pela questão do México. Não posso ser mais explícito. No estado em que se acha a política internacional, o Brasil talvez não possa deixar de reconhecer a monarquia mexicana. Mas uma coisa é reconhecê-la, outra é aplaudi-la. Hão de ver que se há de aplaudi-la.

Suponha-se que, em vez de ser o México, fosse invadido o Brasil e que no trono de D. Pedro II tomasse lugar o primeiro praticante imperial da Europa: — os que aplaudissem aqui a invasão do México, haviam de gritar contra a invasão do Brasil; e todavia, a questão é a mesma; só difere na situação geográfica. *Plaisante justice*, diria Pascal, *verité au deçà, erreur au delà!*

Aguardemos, porém, a recepção da embaixada que já aqui se espera há muitos dias.

Não levantarei mão das coisas do mundo político, sem dar os meus parabéns ao *Cruzeiro do Brasil*, cuja alma naturalmente nada agora de júbilo com a publicação da encíclica de Pio IX.

Sinto não ter à mão o número de domingo, que ainda não li, mas que há de estar impagável, mais do que costuma.

Não sei se tenho crédito no espírito do *Cruzeiro do Brasil*; tenha ou não tenha, não guardarei para mim uma profecia que me está a saltar da pena: Pio IX há de ser canonizado um dia.

Os papas, de certo tempo para cá, entraram mais raramente para a lista dos santos. Todos os primeiros pontífices, entretanto, gozam dessa honra. Será uma espécie de censura póstuma? Não quero investigar este ponto. Insisto, porém, na crença de que Pio IX há de receber a coroa dos eleitos. É principalmente aos bispos de Roma que se aplicam estas palavras: muitos serão os chamados e poucos os escolhidos.

Que o santo padre merece da parte dos fiéis mais do que respeito, adoração, isso é o que me parece incontestável. No meio dos perigos que o cercam, tendo contra si as potências, ameaçado de perder os últimos pedaços de terra, o débil velho não se assusta; toma friamente a pena e lança contra o espírito moderno a mais peremptória condenação. É positivamente arriscar a tiara.

Não sei que farão os nossos bispos com a encíclica. A encíclica é a condenação dos princípios fundamentais da nossa organização política. Quero crer que estenderão um véu sobre esse documento: acredito igualmente que as folhas de Pernambuco vão publicar brevemente um artigo de monsenhor Pinto de Campos em oposição à encíclica — a menos que monsenhor Pinto de Campos não esteja tão disposto a aceitá-la, que desista para sempre de ser deputado, — o que não me parece provável.

Um brasileiro inventou o balão; era justo que outro brasileiro achasse meio de regular a navegação aerostática. Parece que se dá o caso, a julgar por uma notícia do *Jornal do Comércio*. O Sr. José Serapião dos Santos Silva descobriu o meio de dirigir o balão e explicou o seu sistema a Sua Majestade. Será realmente uma descoberta? Eu não quero pedir ao Sr. Serapião os seus títulos científicos; o problema é difícil, mas um acaso podia favorecer a solução; o banho de Arquimedes e a maçã de Newton aí estão em prova disso. Todavia o autor da descoberta não me querera mal se eu, de envolta com os meus parabéns, apresento um ponto de semelhança com S. Tomé, e espero vê-lo para crê-lo.

Parece que a guerra não impedirá a estação lírica... sem subvenção. Anuncia-se a próxima chegada de uma prima-dona contratada para o Rio de Janeiro... Dizem que tem talento e boa voz; o *Correio Mercantil*, anunciando o fato, acrescenta que a nova dama é extremamente linda. O colega devia começar por aí. A maior parte dos apreciadores do canto italiano consideram a voz como último merecimento. O essencial é que a dama seja bonita.

Até aqui nenhum cantor se benzeu com uma luta de partidos igual à que houve entre a Lagrua e a Charton; nenhum viu ainda o seu carro puxado por homens, como a Candiani. Dizem, é verdade, que Tamberlick causa delírio na Europa, não só pela voz que Deus lhe deu, como pelas graças pessoais que o mesmo Deus lhe não negou; mas eu devo prevenir aos leitores que os meus irmãos em sexo — não tomam parte nas ovações de que é objeto o grande tenor, e que essas ovações estão longe das cenas ruidosas com que saudamos as primas-donas.

Voltando à nova dama que se anuncia, acrescentarei que, segundo uma folha de Lisboa, ela recusou contratos vantajosos só para vir ao Rio de Janeiro. Não é que o Rio lhe aparecesse ao espírito com o encanto do Jardim das Hespérides, — visão que, aliás, persegue muitos cantores e cantarinas; mas é porque ela vem acompanhar sua mãe que se acha doente. Este sentimento filial desarmará os desafeiçoados da sua voz e os amigos da sua beleza, — duas classes igualmente perigosas para uma cantora.

Não se sabe, ao certo, do pessoal que deve compor a nova companhia. Palpita-me que há de ser tão medíocre como a que acabou. Mas, sem subvenção, não se podem trazer grandes artistas; se é um mal para os diletantes, é um bem para os cofres públicos; os diletantes não me querera mal se, neste conflito, eu me pronuncio pelos cofres públicos. Temos de pagar a nossa glória, pagaremos depois o nosso prazer.

Os apreciadores da musa de Offenbach freqüentam agora o Alcazar, onde se canta *Orfeu nos infernos*, ópera daquele compositor. Não ouvi a nova peça do Alcazar. O assunto dizem que é uma charge, em que os deuses fazem rir à custa do burlesco. A música é excelente, ao que se afirma, como toda a música do Offenbach. Quanto ao assunto, duvido que possa fazer rir. Não há muito tempo, um crítico francês, apreciando uma obra do mesmo gênero, escreveu uma frase que é todo o meu juízo acerca desta: "*J'adore ce qu'elle baffoue*".

Segundo a poética dos leitores, não é lícito ao escritor falar de si. É por isso que eu adio para outro lugar um comentário que deveria ter as últimas palavras do período anterior.

O Ginásio representou domingo a *Vida da Boemia*, de Th. Barrière e Henri Murger. Quem não conhece o excelente romance de Henri Murger? Qual de nós deixou de lê-lo, ao menos uma vez na vida? Transplantá-lo para o teatro era difícil. Em geral o romance não se dá bem nas tábuas da cena. Desde que a concepção foi vazada em um molde, é raro que ela possa viver transportada para outro.

Falta à comédia de Barrière certo encanto que o romance de Murger possui; mas é impossível deixar de reconhecer-lhe o mesmo ar vivo, alegre, original dos boêmios do romance, o mesmo caráter cômico e sentimental. Sobra-lhe o interesse, não lhe faltam situações. Somente fora para desejar uma mudança de título; ao romance cabe o título da comédia: — *Vida da Boemia*: — *Cenas da vida de*

Boemia.

E essas cenas são bem apresentadas, bem conduzidas, cheias de vida e de verdade. As lágrimas vêm naturalmente aos olhos quando, diante do cadáver de Mimi, exclama Rodolfo: — Ó minha mocidade, acabam de matar-te!

Não vi a comédia, li-a. Nada sei do desempenho: irei vê-la um dia destes e voltarei ao assunto na próxima revista.

Post-scriptum. — *O Cruzeiro do Brasil* não diz uma palavra da encíclica. *Tu quo-que, Brutus?*

21 DE FEVEREIRO DE 1865.

Quinta-feira passada, às 6 horas e meia da tarde, foi recebido no palácio de S. Cristóvão o Sr. D. Pedro Escondon, embaixador do México.

S. Excia. veio notificar a Sua Majestade a elevação de Maximiliano I ao trono do México, e apresentar as suas credenciais de ministro plenipotenciário daquele país nesta corte.

Nada temos que ver com o discurso do embaixador mexicano. É natural que S. Ex. ache no presente estado de coisas de seu país uma obra justa e duradoura. Sendo assim, não nos demoraremos em desfiar algumas expressões do referido discurso; não indagaremos quais são os recíprocos interesses entre os dois impérios, nem criticaremos a identificação do governo existente entre os dois países.

O que merece a atenção no ato da recepção da embaixada é a resposta do soberano do Brasil.

Como essa resposta não podia deixar de ter importância política, e neste caráter caía debaixo da apreciação pública, procuramo-la com alvoroço, mesmo antes de ler o discurso do embaixador, o que S. Excia. nos perdoará.

Que é, pois, essa resposta? Oito linhas simples, discretas, reservadas. Não significa um ataque, mas também não é um aplauso. É um agradecimento ao soberano do México, e um voto para que se mantenham entre os dois países amigáveis relações. Aceita-se o fato, resguarda-se a apreciação do direito. As potências fracas, neste caso, imitam as potências fortes: suportam mais esta travessura do tutu das Tulherias.

Semelhante resposta deve e há de receber os aplausos de todo o país. Mas, se fosse possível que ela produzisse uma impressão má, ou que o espírito do soberano fosse tomado de arrependimento depois de proferi-la, aí estão as últimas correspondências do México para confirmar o país e o soberano nas suas disposições anteriores.

Fala-se no México, dizem as correspondências deste país publicadas nos jornais da Europa, em que o imperador Maximiliano I ia ceder à França a província de Sonora como penhor de dívida.

Querem mais claro?

Francamente, fatiga-nos insistir nesta questão mexicana, que já passou para a ordem dos fatos consumados; mas, quando as conclusões da invasão francesa vão aparecendo tão descaradamente, é impossível deixar de fazer, ao menos, um ligeiro protesto.

Dissemos que a resposta do imperador há de produzir o melhor efeito no espírito público; acrescentaremos que não o será em virtude do princípio da política americana, princípio vasto e elevado, mas ainda assim, menos vasto e elevado que o princípio da justiça universal. É à justiça universal que repugnam essas explorações em nome da força. A mesma latitude moral cobre a província de Sonora e o ducado de Sleswig.

Sabemos que estas linhas vão ser lidas por um distinto amigo nosso, que olha as coisas por um modo diverso, e que, sobretudo, toma muito a peito a defesa pessoal do imperador Maximiliano. Folgamos em mencionar de passagem que as intenções daquele príncipe nunca foram suspeitas para nós. Cremos que ele sinceramente deseja fazer um governo liberal e plantar uma era de prosperidade no México. A modificação do gabinete mexicano e o rompimento com o núncio do papa são os recentes sintomas da disposição liberal de Maximiliano. Além disso, o nosso amigo afirma com razão que o novo imperador, moço, ilustrado, liberal, nutre a legítima ambição de guiar uma nação enérgica e robusta a uma posição digna de inveja. A origem espanhola do México, acrescenta o nosso amigo, influiu poderosamente no espírito de Maximiliano, que nutre decidida simpatia pela raça do Cid, cuja língua fala admiravelmente.

Estamos longe de contestar nada disso; mas precisamos acaso acrescentar uma verdade mezinha, a saber, que as melhores intenções deste mundo e os esforços mais sinceros não dão a menor parcela de virtude àquilo que teve origem do erro, nem transformam a natureza do fato consumado?

Apesar da importância política que teve a recepção do embaixador mexicano, nem esse fato, nem a eleição de eleitores para senador, ocupam neste momento a atenção pública. Todos os espíritos estão voltados para o Sul. A guerra é o fato que trabalha em todas as cabeças, que provoca todas as dedicações, que desperta todos os sentimentos nacionais.

De cada ponto do império surge um grito, levanta-se um braço, estende-se uma oferta. A educação dada à geração atual não era de certo própria para inspirar os grandes movimentos, mas há no povo brasileiro um sentimento íntimo que resiste a todos os contratempos e vive mesmo através do sono de muitos anos. Graças a essa virtude máxima do povo, não faltarão elementos para a vitória, nem escassearão braços para lavar a afronta do país.

Neste movimento geral é agradável ver o modo espontâneo por que os estrangeiros fraternizam conosco. Sem referir as diversas manifestações efetuadas nas províncias por muitos desses hóspedes generosos, citaremos as duas que acabam de ter lugar nesta corte, por parte do comércio português e do comércio alemão, que se reúnem para uma coleta em favor do Estado.

Não se devia esperar menos de tão amigos povos.

É porque o espírito público está exclusivamente dominado por este sentimento de nobre entusiasmo, que nos admirou o anúncio de bailes mascarados; e realmente, se não fora tão impertinente anúncio nem sabíamos que o carnaval era domingo.

Não queremos pregar o terror público, mas lá nos parece que os empresários de semelhantes bailes não de perder o tempo e o dinheiro — e àqueles que ainda assim acudirem a esses divertimentos, não duvidamos aconselhar uma aplicação melhor de suas quantias: — é dá-las para as necessidades do Estado ou para as famílias dos bravos que morrerem.

Hão de perdoar-nos se isto é um erro.

Antes de dizer duas palavras da exposição das Belas-Artes — outro fato que passou despercebido — consagraremos duas linhas de louvor à câmara municipal da corte.

Os leitores não de lembrar-se que, por ocasião da morte de Gonçalves Dias, o “Diário do Rio” indicou uma idéia à câmara municipal: a de dar à rua dos Latoeiros o nome do eminente poeta lírico, que ali morou durante muitos anos. Era uma homenagem à memória do poeta.

A câmara municipal atendeu a este conselho. O Sr. Dr. Dias da Cruz, um dos vereadores mais distintos, propôs à câmara a mudança do nome da rua dos Latoeiros e a Câmara adotou a proposta sem discussão.

Folgamos de ver a municipalidade fluminense tomar a iniciativa de tais reformas; mas desejamos que ela não se detenha nesta.

Há outras ruas cujos nomes, tão ridículos e sensaborões, como o da rua dos Latoeiros, carecem de reforma igual. As ruas do Sabão, Fogo, Violas, Pescadores e outras muitas podiam trocar os seus nomes por outros que recordassem uma individualidade histórica ou um feito nacional, mesmo independente da circunstância especial que se dá com a ex-rua dos Latoeiros.

É isso que se faz atualmente em Paris, graças à iniciativa do Sr. Háussmann. Quase todos os poetas, prosadores, dramaturgos, estadistas célebres da França deram os seus nomes às ruas da capital do mundo.

As boas disposições da câmara devem ser aproveitadas. O Sr. vereador Dias da Cruz parece-nos, pela iniciativa que tomou, o mais próprio para redigir um projeto neste sentido, e completo em todas as suas partes, que a câmara não teria dúvida em aprovar.

Entretanto, demos desde já os nossos emboras à câmara municipal, que, ao inverso das anteriores, saiu do programa ramerrameiro e tacanho, e no hesitou em fazer uma homenagem a um grande poeta.

Vamos agora à exposição da Academia de Belas-Artes.

Foi domingo que se inaugurou essa exposição, com a presença de Suas Majestades e o cerimonial do costume.

Parece-nos que a exposição deste ano é menos copiosa que a dos anos anteriores, não só no número total dos objetos expostos, como no número dos trabalhos que merecem uma distinção. Não indagaremos a causa de semelhante fato, que não é de certo a guerra com o estrangeiro. A verdade é que uma grande parte dos objetos expostos pertencem a expositores externos e alguns estrangeiros; pouca coisa há dos alunos da academia, pela razão simples de que o número dos alunos é muito escasso.

Do pouco que há dos alunos distinguem-se, todavia, alguns trabalhos de desenho, escultura e ornatos.

Nesta parte referimo-nos, não só aos alunos que cursam as aulas da academia, como aos que se acham em Paris, como pensionistas.

Citaremos alguns quadros dos Srs. Motta, Victor e Arsênio; citaremos a Carioca do Sr. Pedro Américo, que foi ultimamente objeto de uma discussão renhida, em que os gritos de - sublime! respondiam aos gritos de — detestável! — mas que não é nem detestável, nem sublime. O meio termo não é uma posição cômoda, mas nós a tomamos afoitamente, reconhecendo na *Carioca* uma bela prova de um talento gracioso e correto, mas não limpa de alguns defeitos que lhe foram apontados.

Do Sr. Carlos Luiz do Nascimento existem alguns painéis restaurados, um de Lesueur, outro de Campora, e três de autor desconhecido. O Sr. Nascimento tem um pincel especial e inteligente para este gênero de trabalhos.

Alguns quadros do Sr. Vinet merecem a atenção dos visitantes entendidos, especialmente o *Rancho* e as *Pedras do Ribeirão Vermelho*.

Já conhecido por excelentes trabalhos de escultura, o Sr. Chaves Pinheiro apresentou o modelo de um cavalo para estátua eqüestre, que é uma das obras mais corretamente acabadas da presente exposição.

Citaremos ainda na classe da escultura os excelentes bustos do Sr. Formili e as medalhas do Sr. Christiano Guster.

O Sr. Costa Guimarães expôs dois trabalhos de miniatura, a *Melancolia*, de Landele, e um retrato da Pompadour. Ambas as miniaturas são feitas sobre marfim e do mais perfeito acabado. Todavia não hesitamos em preferir a *Melancolia*. O Sr. Costa Guimarães é um dos melhores artistas que têm saído da nossa academia.

Os trabalhos fotográficos do Sr. Pacheco avantajam-se a todos por uma rara perfeição que, no dizer de um velho artista e poeta, igualam os melhores da Europa.

Mas não são só essas obras que igualam as melhores da Europa; os trabalhos do estabelecimento de ótica do Sr. José Maria dos Reis chamam a atenção dos visitantes na sala que fica em frente à porta do edifício. Uma árvore feita de prata e coberta por uma redoma de vidro, sustenta nas pontas de suas palmas cerca de sessenta lunetas, óculos e *pince-nez*, do mais perfeito lavor. Cremos que na Europa não se fabrica com mais perfeição. Acresce que os objetos expostos são simplesmente objetos de consumo, tirados do trabalho regular e comum do estabelecimento. Quiséramos dar aqui a relação detalhada dos diferentes objetos expostos pelo Sr. Reis, mas falta-nos espaço. Cumpre dizer que a árvore de prata, em que pendem tão belos frutos, é igualmente fabricada no mesmo estabelecimento.

Citaremos por último a porta principal da igreja de S. Francisco de Paula, pelo Sr. A. de Pádua e Castro, e um relógio do Sr. Hentiot. A primeira, sobretudo, é de um primoroso trabalho.

Tal é o balanço da exposição.

Sem sair do terreno da arte, concluiremos o folhetim, mencionando o concerto dado pelo Sr. Bonetti, no teatro de S. Januário, sábado passado. O Sr. Bonetti é um artista de talento, e de uma modéstia que ainda mais lho realça. Cantou nessa noite a Sra. Isabela Alba, recebendo mui merecidos aplausos. A orquestra, dirigida pelo distinto professor Bensanzoni, era excelente.

7 DE MARÇO DE 1865.

Os três últimos dias da semana passada foram de festa para a capital do império. Festejou-se a capitulação de Montevideu. O entusiasmo da população foi sincero e caloroso. Mas não nos iludimos sobre o caráter da festa desses três dias: foi a festa da paz.

Uma notícia inexata, afixada na praça do comércio, e a presença do bravo comandante do Recife, Mariz e Barros, deram os primeiros impulsos. Tarde se reconheceu que o convênio de paz não atendera, nem para a honra, nem para os interesses do Brasil; mas a manifestação popular não cessou. É por isso que dizemos que o povo satisfaz os seus instintos humanitários, aplaudindo a paz sem sangue, deixando a outros o cuidado de ventilar a questão de mais alcance.

Não cabe nos limites do folhetim a apreciação do convênio de 20 de Fevereiro: é matéria exclusiva das colunas editoriais. A opinião do folhetim acerca desse documento não pode ser duvidosa. Admira-nos mesmo que não haja a este respeito só uma opinião, e que nem todos julguem, à uma, que o convênio de paz não atendeu nem para os direitos, nem para a dignidade do império. Esse documento seria, além disso, uma sepultura política, se neste país houvesse uma rocha Tarpéia ao lado do Capitólio. Quem quer que seja o culpado, essa devia ser a pena.

De todas as opiniões contrárias, uma apenas é digna de respeito: é a do protesto filial que ontem acudiu às colunas do *Jornal do Comércio*. Qualquer que seja a energia e o azedume desse protesto, ele

representa o justo respeito e natural admiração do filho pelo pai. Mas, sem privar a palavra filial da atenção que ela merece, fica livre a todos os homens a apreciação franca e sisuda do triste desenlace da questão oriental.

Dissemos que o movimento popular teve por causa primeira a notícia inexata da praça do comércio, de ter havido uma capitulação sem condições. Este fato é grave. Quem foi o culpado dessa notícia? Como é que, em tão graves assuntos, se empalma deste modo a manifestação pública? Examine o caso quem tem o direito e o dever de fazê-lo, e previnam-se deste modo tão graves abusos para o futuro.

Uma das conseqüências do convênio de 20 de Fevereiro seria esfriar o ardor e o entusiasmo com que o país está pagando o tributo de sangue, se fosse necessário ao povo brasileiro outro incentivo mais do que o dever. E contudo, o povo deve entristecer-se, vendo que a diplomacia inutiliza os seus esforços, e que o papel e a pena, armas fáceis de brandir, desfazem a obra produzida com o fuzil e a espada.

Ainda no domingo lá se foi para o Sul um contingente de voluntários. Foi uma festa igual à do domingo anterior. Aqueles bravos marcham para o campo de batalha como para uma festa. Eles sentem que obedecem à lei da honra; não os inspira uma vaidade pueril ou uma ambição mal provada. É a imagem da pátria que os atrai e os move.

Já tivemos ocasião de fazer um reparo, nestas colunas, acerca da ignorância e da má fé dos jornalistas europeus a respeito das nossas coisas. Não fomos dos primeiros: esta queixa é velha. Nem seremos dos últimos, porque muito tempo há de correr ainda, antes que a imprensa européia empregue nos negócios americanos o critério e a ilustração com que trata os negócios do velho continente.

Os jornais trazidos pelo último paquete oferecem uma nova página de má fé e de ignorância. Dos poucos que lemos pode-se avaliar da maioria deles, que é sempre antipática ao desenvolvimento do Brasil.

A *Presse*, num artigo, que traz a assinatura do Sr. E. Chatard, acusa-nos de ter pretextado reclamações para conquistar a república Uruguiaia; louva o Paraguai pelas suas tendências de equilíbrios; conta que ele apreendeu os nossos navios; que o Brasil, vendo que tinha ido muito longe, retirou as suas tropas do território oriental, e limitou-se a bloquear dois pequenos portos; em Paysandú, segundo o Sr. Chatard, os nossos soldados saquearam as casas.

O Sr. Chatard conclui o seu artigo, que ocupa uma coluna da folha, com as seguintes memoráveis palavras:

“É estranho ver que, quando os Estados mais poderosos da Europa, a França e a Inglaterra, aderem a uma política de não intervenção...”

Se o Sr. Chatard soubesse uma polegada dos negócios desta parte da América, queremos crer que outra seria a sua linguagem. Preferimos crê-lo ignorante a crê-lo de má fé, posto que ambas as coisas se possam dar, e se dão em geral, quando se trata da política brasileira.

Aqui vai, por exemplo, um caso de má fé. É da *Indépendance Belge*.

Para responder a alguns jornais do Rio de Janeiro e aos correspondentes de certos jornais europeus, que disseram ter o governo do Paraguai dificultado ao nosso ministro em Assunção os meios de sair da república, a folha belga publica dois documentos que, segundo ela, confirmam a asserção do seu correspondente em Buenos Aires, que é perfeitamente exata.

Que documentos são esses? Uma nota do Sr. Washburn, ministro americano em Assunção, e outra nota do Sr. José Bergés, ministro das relações exteriores. Na primeira, o ministro americano agradece a resolução do governo paraguaio, que pôs à disposição do nosso ministro um vapor e os passaportes para a legação, e pede um novo passaporte para o Sr. Muniz Fiúza; na segunda, o ministro paraguaio remete o passaporte pedido.

Mas, o que a *Indépendance Belge* empalmou, com evidente má fé, foi toda a correspondência anteriormente trocada entre o ministro americano e o ministro paraguaio, correspondência que, longe de confirmar a asserção do exato correspondente de Buenos Aires, confirma a asserção da imprensa fluminense e a dos correspondentes de certos jornais europeus. Como se sabe, as dificuldades encontradas pelo Sr. Viana de Lima levaram-no a pedir a intervenção graciosa do Sr. Washburn. Foi só depois de uma longa correspondência, que ocupou uma página quase da *Tribuna* de Buenos Aires, que o Sr. José Bergés resolveu facilitar a saída do ministro brasileiro.

As folhas européias que tanto são antipáticas, na ignorância dos negócios da América, são sempre induzidas em erro pelas narrações infieis dos seus correspondentes.

O tal correspondente de Buenos Aires, a quem se refere a *Indépendance Belge*, é dos mais divertidos. A redação, apreciando o seu correspondente, diz que ele se ressentia do espírito hostil de Buenos Aires contra o Brasil, mas que, apesar de tudo, a política do Brasil, se não tem um pensamento de ambição pouco justificável, parece difícil de explicar-se. Só se compreende a intervenção do Brasil na guerra civil, pelo sonho de anexar o Uruguai, e nesse caso o presidente Lopez obra com espírito político,

energia e resolução.

Esta é a opinião da folha, já manifestada mais de uma vez. Na opinião do correspondente, a política do Brasil é ambiciosa e o império despreza o direito das gentes. A narração dos atos de pirataria praticados pelo governo paraguaio é feita com as cores próprias a tornar o tiranete digno de admiração universal. Conta, por exemplo, a apreensão dos fundos que levava o vapor Olinda, mas não acrescenta o procedimento que em seguida teve o Sr. Francisco Solano. O presidente do Paraguai, pensa o correspondente, é a providência do Rio da Prata.

Mas, se todas essas inexactidões e apreciações falsas são condenáveis em jornais importantes como a *Presse* e a *Indépendance Belge*, muito mais o são num jornal que se decora com a denominação de *Jornal Internacional*, e que, por este modo, se impõe um conhecimento perfeito dos negócios do mundo.

Tal é o *Nord*. Os correspondentes desta folha são do mesmo gênero que os das outras. É inútil resumir as asserções e as opiniões dele: são as mesmas. Mudam as palavras, é certo: ali é política invasora do Brasil, aqui é o Brasil que tira a máscara. Lá como aqui, os soldados brasileiros saquearam Paysandú; aqui como lá, Leandro Gomes é um herói. As barbaridades, as violências, os roubos, praticados pelos heróis daquela medida, tanto orientais como paraguaios, ficam no escuro. As nossas legítimas queixas, os justos motivos que nos levaram à guerra, são substituídos por um desejo de anexar o Uruguai, por uma política ambiciosa, por uma intervenção mal compreendida. *Voilà comme on écrit l'histoire*.

Naturalmente os nossos leitores perguntarão o que fazem os nossos agentes na Europa, que não trazem à luz da imprensa a narração fiel dos acontecimentos, e não destroem a opinião acerca dos honrosos e imprescindíveis motivos da guerra contra a república do Uruguai. Também nós fazemos essa pergunta, e tanto nós, como os leitores, ficamos sem resposta.

Voltemos um pouco o rosto para as coisas literárias.

A imprensa do Maranhão deu-nos uma boa notícia, que aliás devera ter sido conhecida antes nesta corte, onde se deu o fato. É a de terem aparecido os manuscritos dos dramas de Gonçalves Dias, *Beatriz de Cenci* e *Boabdil*. Esses manuscritos apareceram de um modo singular. A viúva do poeta fizera um anúncio pedindo a entrega dos manuscritos que existissem nas mãos de alguns particulares. Logo no dia seguinte apareceu-lhe em casa um preto que entregou os dramas de que já falamos e desapareceu.

Não se encontraram somente os dramas na caixa entregue pelo preto; encontraram-se também varias poesias, e alguns trabalhos sobre instrução pública.

Deus queira que atrás desses apareçam os outros. Não é de crer que, se alguém os possui, queira conservá-los, fazendo assim um profundo desfalque às letras brasileiras. E uma vez reunidos todos, ou perdidas as esperanças de encontrar o resto, faz-se necessária uma nova e completa edição das obras do grande poeta.

Temos dois fatos teatrais: a estréia do ator Furtado Coelho no Ginásio, e a primeira representação da *Bertha a flamenga*, em S. Januário. Só nos ocuparemos com o segundo; iremos depois ao Ginásio habilitar-nos para o apreciar primeiro, verificar os progressos do artista que ali iniciou a sua carreira.

Bertha a flamenga foi uma nova ocasião para que a Sra. Emília das Neves colhesse justos aplausos. Esses aplausos só se fizeram ouvir no fim do 3.º e no 4.º e 5.º atos; nos dois primeiros não havia lugar para as brilhantes qualidades da artista; mas quando apareceu a ocasião, mostrou-se ela como nas suas boas noites.

O drama é interessante, mesmo apesar de algumas *ficelles* mal escondidas. Promete manter-se em cena. O resto do pessoal que acompanha a Sra. Emília das Neves não é no todo irrepreensível, mas tem em grande parte direito à menção dos seus conscienciosos esforços.

Guardamos para a última coluna a notícia de um livrinho de versos que acabamos de receber da Paraíba do Norte. Tem por título *Mosaico*, e por autor Joaquim Serra, jovem maranhense, de cujo talento já temos apresentado aos leitores irrecusáveis provas.

O livro de um poeta digno deste nome é sempre credor da nossa atenção; este, porém, tem um duplo direito; além do nome do autor tem o nosso nome, a quem o autor dedica a sua obra. Somos obrigados por um sentimento de gratidão a mencionar o fato nestas colunas. Cremos que este caso faz exceção na poética dos leitores.

A lembrança do autor do *Mosaico* é para nós tanto mais honrosa e agradável ao coração, quanto resulta de espontânea simpatia, sem que nunca trocássemos um aperto de mão. É por isso que o poeta quis dar-me um apertado abraço, através do mar que nos separou sempre, e que não nos servirá de obstáculo um dia.

O *Mosaico* compõe-se de traduções de Vigny, Victor Hugo, Musset, Laprade, Mickiewicz, Méry e muitos outros poetas, que Joaquim Serra estudou com perfeita madureza e reproduziu com brilhante

fidelidade.

Transcreveremos em outra ocasião algumas peças deste interessante volume.

De novo agradecemos ao jovem colega e amigo a prova de simpatia que acaba de nos manifestar, e daqui lhe repetimos a palavra dos admiradores do seu talento: avante!

12 DE MARÇO DE 1865.

Devemos começar esta revista por uma reparação.

Apesar de mencionada entre as nossas notas, esqueceu-nos dar na última revista uma breve resposta à Sra. D. Olympia da Costa Gonçalves Dias.

A viúva do poeta, tomando em consideração algumas linhas que escrevemos acerca do achado dos dramas Beatriz di Cenci e Boabdil, respondeu-nos por esta folha, retificando alguns enganos que nos tinham escapado.

Um deles era a publicação do fato, que dissemos ter sido feita no Maranhão, antes de ter sido feito no Rio de Janeiro. A Sra. Gonçalves Dias lembra-nos que a primeira notícia foi dada nos jornais do Rio a 5 de Fevereiro. Confessamos que nos escapou a notícia, e aceitamos cordialmente a retificação.

O segundo engano foi quanto ao dia em que foram entregues os manuscritos. Dissemos que fora no dia seguinte ao do primeiro anúncio, quando essa entrega só se efetuou cinco dias depois. Neste ponto, a culpa não é nossa; fomos guiados pela notícia do Maranhão.

Quanto ao agradecimento que a viúva do poeta nos dá pelos votos que fizemos pelo aparecimento de todos os manuscritos extraviados, não podemos aceitá-los, senão como pura expressão de delicadeza: esses votos constituem um dever de todo aquele filho do país em que tamanho poeta floresceu e viverá.

Saldadas estas contas, entremos nos assuntos da semana.

Não fatigaremos mais os leitores com o convênio da paz. É uma questão adiada; perdeu o calor dos primeiros dias. Depois de duas semanas de imenso estrépito, de confusão extrema, o convênio de paz foi entrando na classe dos assuntos discutidos; e hoje raro aparece um artigo nas colunas a pedido dos jornais.

Assistindo à discussão do convênio, que começou devagar, atingiu ao maior grau de calor, e foi depois amortecendo, a pouco e pouco, mais de uma vez nos lembramos daquela formosa oriental de Víctor Hugo, *Os djins*. Apostamos que os leitores, não só se estão recordando do assunto da poesia, como até da forma métrica, que varia conforme se aproximam os djins, e cresce desde o verso de duas sílabas,

*Murs, vile
Et port,*

até o verso de dez sílabas, indo depois a decrescer, a decrescer, até chegar à última estrofe. Hoje pode-se dizer do convênio, como dos *djins* orientais:

*Tout passe,
Tout fuit,*

Acabou-se o debate a pedido, o debate anônimo, o debate sem significação, sem alcance, sem efeito. O governo encerrou-se no mais profundo silêncio; os contendores, depois de esgotada a matéria, deram por finda a controvérsia.

Et le combat finit, faute de combattants.

Imitemos aqueles heróis e risquemos o assunto das nossas notas semanais. Todavia, não podemos deixar de referir um ato com relação à capitulação de Montevidéu.

Não sabemos se o leitor crê ou não crê no espiritualismo. Pela nossa parte, nunca prestamos fé a essas superstições, apesar de conhecermos algumas pessoas para quem o espiritualismo é uma verdade incontestável e uma ciência adquirida.

Uma dessas pessoas, muito antes da notícia do convênio, remeteu-nos uma folha de papel, contendo o resultado de duas sessões de espiritualismo, nas quais algumas profecias foram feitas relativamente à guerra do Sul.

Uma dessas profecias dizia assim:

“Montevidéu começou a ser bombardeada no dia 9 do corrente mês; no dia 14 ainda se sustentava, apesar de horríveis estragos sofridos; mas dentro de poucos dias se renderá”.

Daí a dias a notícia do célebre convênio da paz, com o qual só se bombardeou a dignidade nacional.

Que fica sendo o espiritualismo depois deste fato?

De ordinário devem rezear-se os profetas e as profecias. Confessamos, porém, que se as profecias nos fizeram rir, diante dos acontecimentos posteriores, não nos rimos nós dos profetas, e eis aqui a razão.

A maior parte dos acontecimentos anunciados pelo espiritualismo não eram predições, eram indicações. Quase todos eram a consequência provável dos fatos conhecidos. O bombardeamento de Montevidéu estava no caso. A atitude da praça, a tenacidade dos chefes, a surdez do governo oriental, tudo fazia crer no ataque, nada fazia crer no convênio. Era indução lógica.

Mas estará neste caso a seguinte profecia da mesma sessão: “Caxias vai para o Paraguai?” — Limitamo-nos a este ponto de interrogação.

Partiu domingo um novo contingente de tropa para o Sul. É esse um acontecimento que se vai repetindo todas as semanas, sempre no meio do maior entusiasmo popular. É belo ver o aplauso unânime, o ardor geral, o sentimento de todos, quando se trata de cumprir um dos mais santos deveres do homem. Folgamos em dizer-lo, a nação foi além do governo, o povo foi além dos homens de Estado.

Duas palavras agora para um fato pessoal.

Vieram dizer-nos que vários reverendos padres se tinham irritado com algumas linhas da nossa última revista. Os leitores não de lembrar-se do que então dissemos, a propósito dos nossos pregadores e da mediocridade do clero brasileiro.

O fato do jovem Bossuet, citado por nós sem declaração nem do nome, nem do ano, nem do templo, tomou-o para si um dos nossos sensores, que, apesar da caridade evangélica de que deu exemplo o Divino Mestre, se exprimiu a nosso respeito com algumas palavras dissonantes.

“Quoi! vous êtes devot et vous vous emportez!”

“Declaremos, porém, que, nas observações que então fizemos, não houve nunca intenção de ofensa pessoal, porque é essa a norma de todo aquele que sabe colocar-se no terreno da lealdade. Referimos o fato, omitindo expressamente a personalidade: contamos o que era de contar; exprimimos a nossa opinião, e embora viéssemos a ser amigo do sacerdote em questão, se acaso ele fosse o mesmo que naquela noite, continuaríamos a dizer que ele era um excelente homem e um mau orador.

Fica assim satisfeita a nossa consciência, e respeitada a dignidade do sacerdote. Que Sua Reverendíssima faça o mesmo, e ficaremos quites.

Só temos uma novidade no capítulo dos teatros. O Sr. Gomes Cardim, maestro português, há longo tempo residente no Rio Grande, chegou ultimamente a esta corte, para executar uma composição musical, denominada *Batalha de Paysandú*.

No dia 18 teve lugar essa execução no teatro de S. Januário, com a presença da família imperial, e diante de um numeroso concurso.

A *Batalhá de Paysandú* foi aplaudida com muito entusiasmo e muita justiça. É uma composição enérgica, viva, original, bem inspirada, bem concebida e bem executada. Uma grande orquestra, ou antes uma tríplice orquestra foi dirigida com muita maestria pelo próprio autor. O assunto e o título da composição entraram por muito no movimento estrepitoso dos espectadores que à uma se levantaram, no meio de vivas ao Imperador e ao Brasil.

Felicitemos o Sr. Gomes Cardim, cujo talento tem direito aos aplausos, e lhe impõe o dever de não abandonar a bela arte a que se dedicou.

Passemos agora a um assunto de política. Trata-se do México.

Recebemos uma carta que nos apressamos a transcrever nestas colunas, dando-lhe em seguida a resposta conveniente:

Ei-la:

“AO ILUSTRE REDATOR DO AO ACASO”.

CARTA 1.

“Rio de Janeiro, 12 de Março de 1865.

“Meu caro amigo. — Na “Revista da Semana” do dia 21 de Fevereiro próximo passado, sob a epígrafe supra mencionada, vos dignastes de fazer alusão a este vosso reconhecido amigo, dizendo:

“Sabemos que estas linhas vão ser lidas por um amigo nosso, que olha as coisas por um modo diverso, e que, sobretudo, toma muito a peito a defesa pessoal do imperador Maximiliano. Folgamos em mencionar de passagem que as intenções daquele príncipe nunca foram suspeitas para nós. Cremos que ele sinceramente deseja fazer um governo liberal e plantar uma era de prosperidade no México.

“A modificação do gabinete mexicano e o rompimento com o núncio do papa, são os recentes sintomas das disposições liberais de Maximiliano. Além disso, o nosso amigo afirma com razão que o novo imperador, moço, ilustrado, liberal, nutre a legítima ambição de guiar uma nação enérgica e robusta a uma posição digna de inveja. A origem espanhola do México, acrescenta o nosso amigo, influiu poderosamente no espírito de Maximiliano, que nutre decidida simpatia pela raça do Cid, cuja língua fala admiravelmente.

“Estamos longe de contestar nada disto; mas precisamos acaso acrescentar uma verdade comezinha, a saber, que as melhores intenções deste mundo e os esforços mais sinceros não dão a menor parcela de virtude àquilo que teve origem no erro, nem transformam a natureza do fato consumado?.

“Para responder dignamente às proposições por vós emitidas, tanto nesta revista como em outras ocasiões públicas e de intimidade, relevar-me-eis que vos escreva algumas cartas, nas quais tratarei de ser breve, discreto e verdadeiro. *Esto brevis et placebis*.

“Compenetrado da vossa vontade, desnecessário me parece repetir-vos que, sobretudo, sou americano e, depois de tudo, americano: porque acredito que a excelência das instituições, como nota o Sr. Escandon, “não depende do hemisfério nem da latitude em que foram adotadas”, senão da índole, do caráter, da educação e das convicções dos homens que formam as nações.

“Antes, porém, de entrar em matéria, ser-me-á lícito dizer duas palavras sobre as frases sublinhadas da análise rápida que fizestes do discurso pronunciado pelo Exmo. Sr. D. Pedro Escandon, enviado extraordinário e ministro plenipotenciário de S. M. o imperador, Maximiliano I, no ato de apresentar as suas credenciais a S. M. o imperador, o Sr. D. Pedro II, notificando ao mesmo augusto senhor a elevação ao trono mexicano do seu monarca.

“Eis aqui o trecho a que quero responder antes de elucidar a tese principal das minhas cartas:

“*Nada temos que ver, dizeis, com o discurso do embaixador mexicano.* É natural que S. Excia. ache no presente estado de coisas de seu país uma obra justa e duradoura. Sendo assim, não nos demoraremos em desfiar algumas expressões do referido discurso; não indagaremos quais são os recíprocos interesses entre os dois impérios, nem criticaremos a identificação do governo existente entre os dois países.

“É preciso que nos entendamos, para que as minhas futuras cartas sejam recebidas por vós com a benevolência com que a vossa ilustração costuma aceitar as opiniões alheias, baseadas na convicção, na verdade e na justiça.

“Ignoro a impressão que as vossas palavras haverão produzido no espírito do alto funcionário mexicano, que deve naturalmente tê-las lido; mas posso glosar — se de glosa carecem as suas expressões claras, terminantes e lógicas — o texto de seu discurso.

“Não quereis indagar quais são os recíprocos interesses entre os dois impérios; e eu tomo a liberdade de chamar a vossa ilustrada atenção para as palavras do diplomata mexicano, e ousar perguntar-vos se era necessário esmerilhar quais são ou podem ser os recíprocos interesses entre os dois impérios.

“Além disso, — diz S. Excia. o Sr. Escandon no supra mencionado discurso, — para que os vínculos da amizade e dos recíprocos interesses, que devem unir ambos os impérios, sejam tão estreitos e sinceros como os que felizmente ligam os das duas famílias reinantes, etc..

“Notai que o distinto diplomata mexicano não diz tem, senão que devem unir no futuro; porque bem sabia eles que acabava de ser acreditado na corte do Brasil; que a distância,

que separa os dois impérios, é grande; que não existiram até agora as mínimas relações entre os dois povos; mas não deixava de enxergar para o porvir que esses interesses podem e hão de chegar a ser mútuos, política e comercialmente falando; e deseja, para esse tempo, que os vínculos de amizade e recíprocos interesses, entre ambos os impérios, sejam tão estreitos e sinceros como os que felizmente ligam os das duas famílias reinantes.

“A essa delicada e americana frase, dita com toda a unção de amizade mais sincera, não devíeis vós, meu caro e ilustrado redator da *Semana*, responder não querendo indagar quais são os recíprocos interesses entre os dois impérios.

“Eu prometo fazer-vos ver nesta série de cartas, — que me concedestes a licença de dirigir-vos, — que esses recíprocos interesses entre os dois impérios poderão ser com o correr dos tempos mais transcendentais e valiosos, em política e comércio, do que parece ao primeiro lance de olhos.

“Relevai-me ainda que faça uma simples observação sobre a frase - nem criticaremos a identificação do governo existente entre os dois países.

“Como! E acreditais que pode merecer uma censura ou crítica à identificação em origem, raça, crença, o governo dos dois povos?

“Não são por ventura os dois países uma monarquia constitucional, um governo monárquico moderado, dois povos que proclamaram este sistema — arco-íris das idéias de ordem, autoridade, liberdade e dignidade nacional? Não é o seu estado político presente o resultado das suas próprias convicções?

“Enxergo a vossa resposta, entrevejo as vossas objeções, estudei já os vossos argumentos em perspectiva, ponderei a sua força e estou disposto a encetar esta melindrosa discussão.

“Vós dizeis, — fazendo referência à resposta de S. M. o imperador do Brasil, ao enviado extraordinário e ministro plenipotenciário de S. M. o imperador do México, - que as potências fracas, neste caso, imitam as potências fortes: suportam mais esta travessura do tutú das Tulherias.

“Perdoai, se eu não admito este *mot heureux de circonstance*.

“O povo mexicano não recebeu o seu monarca atual, como uma imposição de Napoleão III.

“Para esclarecer esta questão, são acanhados os limites da presente carta. Dignai-vos de esperar ainda alguns dias, para eu poder manifestar-vos que a monarquia mexicana é o resultado da convicção, da amargosa experiência, da dedução lógica dos fatos, da vontade refletida de um povo enérgico e robusto que, como diz o Sr. Escandon no seu discurso, teve o acerto de confiar os seus destinos a um Maximiliano I, e a fortuna de receber em troca a ordem e a paz, fundamentos indispensáveis da liberdade bem entendida, depois de ter sofrido, durante quarenta anos, todas as agonias da anarquia, todos os soçobros da revolução, todas as misérias das ambições dos caudilhos e todas as fúrias dos demagogos aventureiros que só podem e sabem pescar em águas turvas.

“Vosso deveras

“O AMIGO DA VERDADE”.

Agradecemos ao *Amigo da Verdade*, que também é nosso amigo, as expressões de extrema benevolência e apurada cortesia, com que nos trata. Devêramos talvez mutilar esta carta, suprimindo os benévolos epítetos que o nosso dever não pode aceitar sem constrangimento; mas para os homens de bom senso, isso seria simplesmente mascarar a vaidade.

De pouco trata esta carta.

O *Amigo da Verdade* promete entrar em outras explanações nas cartas posteriores, reservamo-nos para essa ocasião.

Mas, o *Amigo da Verdade*, referindo algumas frases nossas da revista de 21 do passado, repara que houvéssimos estranhado no discurso do Sr. D. Pedro Escandon as expressões — recíprocos interesses — entre os dois impérios, — e a identificação de governo — entre os dois países.

Nossa resposta é simples.

Falando das duas frases do embaixador mexicano, fizemo-lo em forma de exclusão. Não quisemos torná-las essenciais para as observações que iamos apresentar. Todavia, não será exato dizer que,

fazendo aquele ligeiro reparo, não tivéssemos uma intenção; tivemo-la e confessamo-la.

Em nossa opinião o império do México é um filho da força e uma sucursal do império francês. Que reciprocidade de interesses podia haver entre ele e o império do Brasil, que é o resultado exclusivo da vontade nacional? O Amigo da Verdade promete mostrar que os interesses políticos e comerciais entre os dois países são mais transcendentais do que se pensa. Não tínhamos em vista a comunidade dos interesses comerciais e as conveniências de ordem política. Subentendíamos os interesses de ordem moral, os interesses mais largos e duráveis, os que não recebem a impressão das circunstâncias de um momento. A justiça universal e o espírito americano protestam contra a reciprocidade desses interesses entre os dois impérios.

Ocorriam outras circunstâncias, ao escrevermos aquelas linhas.

Estava reunido em Lima, capital do Peru, um congresso americano destinado a celebrar uma aliança dos Estados da América do Sul. Não sabemos por que razão deixou o Brasil de figurar naquele congresso. O espírito político do governo imperial não nos dá ocasião de supor que ele fosse movido por grandes razões de Estado. Mas o fato é que o Brasil não teve representante no congresso, e eis aqui como a democracia americana traduz o nosso procedimento: antipatia do Império para com os interesses americanos. É sem dúvida uma ilusão; a nação brasileira não conhece nem se comove por outros interesses; mas a verdade é que o procedimento do Brasil produziu aquela opinião.

Isto quanto ao Brasil.

Quanto ao México, é sabido que os Estados Unidos nunca viram com bons olhos a invasão francesa naquele país e a mudança do antigo estado de coisas. As circulares do Sr. Seward deram a entendê-lo claramente; mais tarde o congresso de Washington votou uma moção contrária ao novo governo do México. O voto do Congresso não obriga a política dos Estados Unidos; mas eis que o senado americano, por proposta do Sr. Wade (do Ohio) decidiu que no orçamento dos consulados a palavra México fosse substituída pelas palavras República Mexicana. "Há dois governos no México, disse aquele senador: nós só podemos reconhecer o da república; nada temos que deslindar com o império" — A proposta do Sr. Wade foi votada. E este voto é decisivo para a política dos Estados Unidos.

Assim é que os dois impérios da América, — um repudiado pela democracia do norte, outro esquivando-se a entrar na liga da democracia do sul, — ficariam sendo a dupla Cartago do continente, e isolar-se-iam cada vez mais, se acaso se estabelecesse essa reciprocidade de interesses de que falou o Sr. Escandon.

Que o México mantenha o isolamento, e inspire as desconfianças, é natural, é lógico, porque é esse o resultado da sua origem irregular. Mas o Brasil não pode ter comunhão de interesses nem de perigos, com o México, porque a sua origem é legítima, e o seu espírito é, antes de tudo, americano.

O *Amigo da Verdade* lembra que a frase do Sr. Escandon nesta parte é uma aspiração, um voto; fica respondido esse reparo: o México pode ter semelhante posição, não deve tê-la o Brasil.

Nem interesses recíprocos, nem governo idêntico. "A questão — dizia Félix da Cunha no *Mercantil* de Porto Alegre, a propósito do México em 1863, — não é de identidade de títulos, ainda que divergente de fins, é de direito e de justiça, é de segurança própria e conveniência comum".

Isto dizia o ilustre jornalista, mostrando ao Brasil a conveniência de não ter outros interesses que não sejam os das suas irmãs americanas.

Sim, entre o México e o Brasil há apenas a identidade do título, nada mais. Precisamos acaso entrar na demonstração de que é esse o único ponto de semelhança? Isso nos faria saltar fora do círculo que o *Amigo da Verdade* nos fecha; aguardamo-lo para depois.

Para provar as asserções da primeira carta, corre ao nosso ilustrado amigo o dever de provar a legitimidade do império do México. Diz ele que prevê os nossos argumentos; não diremos outro tanto a respeito dos seus, pois que se nos afigura impossível achá-los contra os acontecimentos notórios de ontem. Quaisquer, porém, que sejam os argumentos do nosso ilustrado amigo, nós só lhes oporemos fatos, contra os quais os argumentos não prevalecem.

E agora, como mais tarde, a conversa que entretivemos não pode sair do terreno da lealdade e do mútuo respeito; o *Amigo da Verdade* faz bem em supor em nós uma opinião cordial e tolerante. Nada mais absurdo e aborrecido que as opiniões violentas e despóticas; nem o nome de opiniões merecem: são puramente paixões, que por honra nossa, não alimentaremos nunca.

Há homens que da simples contradita do adversário concluem pela incompetência dele. As amizades, na vida comum, os partidos, na vida política, nunca deixaram de sofrer com a existência desses homens, para os quais só a convicção própria pode reunir a ilustração, a verdade e a justiça.

Pois que o Amigo da Verdade é da classe dos tolerantes e dos refletidos, e é dotado de perspicácia suficiente para reconhecer-nos igualmente refletidos e tolerantes, a nossa conversa, isenta de azedume, fará uma diversão ao folhetim, e levará ao espírito de um de nós alguma soma de verdade e

mais um laço de afeição recíproca.

15 DE MARÇO DE 1865.

A estrela do partido liberal desmaia. A Providência vai fazendo coincidir os seus arestos com os erros dos homens. Quando os homens violam um princípio, ela arrebatá-lhes um lutador, como castigo imediato. Duplo desastre, dupla condenação!

Era um grande lutador Félix da Cunha. Era uma inteligência e uma consciência, na acepção mais vasta destes dois vocábulos. Jovem ainda, soubera criar um nome que se estendeu desde logo em todo o país, e tornou-se uma das estrelas da bandeira liberal. Tinha a estima dos amigos, o respeito dos adversários — e a admiração de todos. Na imprensa, como na tribuna, a sua palavra era dotada de robustez e brilho, de audácia e convicção.

Foi poeta nos seus primeiros anos; cedo, porém, abandonou o lar das musas, como tantos outros, para sacrificar à fada prestigiosa de todos os tempos, que atrai com tanta fascinação e que prepara às almas cândidas as decepções mais cruéis. Não sabemos se ele as teve; devia tê-las. Felizes, porém, os que, como ele, seguem o conselho de Ulisses, e salvam da mão de Circe o pudor da consciência e o melindre das ilusões. Andar no meio dos homens, sem ver os homens, é preciso ter a cabeça muito acima do nível da humanidade. Foi o que lhe valeu a ele.

A imprensa rio-grandense e a fluminense já deram à memória de Félix da Cunha a homenagem devida de veneração e de saudade. E, breve, todo o Brasil terá prestado esse último dever à memória do ilustre patriota.

Para todos — e todos o admiravam - era Félix da Cunha um grande talento, um combatente leal, um enérgico tribuno. Mas para os que o conheciam de perto, era mais: era o bom Félix. Aliava a uma inteligência superior um coração generoso; rara aliança que os povos devem ter diante dos olhos como lições eternas.

A maior parte dos semideuses políticos de que trasborda o nosso Olimpo não se podem ornar com essa dupla coroa. É certo que a história tem o capricho singular de mudar os papéis; quando um Tácito futuro escrever o nome do patriota que acaba de sucumbir, os semi-deuses serão apeados ao papel de comparsas. Desforra tardia, mas eterna.

A província do Rio Grande perdeu um filho querido, o Brasil um patriota denodado, o partido liberal um dos seus mais valentes atletas, a humanidade um homem justo e bom.

Para cúmulo de males, o Brasil não perde só isso, lamenta outras perdas tão preciosas, e lamentará ainda apesar de todos os manejos de partido.

Falemos do célebre convênio.

A semana ocupou-se quase exclusivamente com ele. O convênio foi o assunto obrigatório dos jornais e das conversas, das ruas e das casas, dos teatros, e dos cafés; falavam dele todos, desde o ministro de Estado até o caixeiro de cobranças, se todavia, os caixeiros de cobranças e os ministros de Estado se ocupam com estas coisas.

O convênio adubava o jantar, entrava como parte componente do sorvete, amenizava os intervalos dos atos de uma peça, repousava os olhos cansados dos anúncios, era a primeira saudação e a última palavra de despedida, substituía, finalmente, o modo de iniciar a conversação. Quando duas pessoas se encontravam, não diziam, como até aqui: — Que calor! - diziam: Que convênio!

Que convênio! Mas esta expressão supunha um adjetivo oculto, o qual mudava conforme a opinião do interlocutor; para uns era o convênio magnífico; para outros detestável. A discussão começava logo, e havia assunto para duas horas de conversa.

Como estava previsto, cada qual ficou com a sua opinião. Mas essa peça deve ser uma obra-prima diplomática, visto que se presta assim a duas interpretações, e pode ser, a um tempo, glória e ignomínia. Se os da primeira opinião estão convencidos, confessemos que o convênio prova, ao menos, a habilidade do negociador.

Falta-nos espaço para resumir os debates. Devemos confessar, por amor da verdade, que as opiniões escritas favoráveis ao convênio foram em maior número. Isto é um fato e nada mais. Mas isto não prova ainda a maioria, e se provasse era a mesma coisa.

Correu há dias na cidade um boato que nos entristeceu: era o de um plano de insulto à casa do conselheiro Paranhos. Entristeceu-nos o boato, sem todavia acreditar nele. Não, o povo brasileiro não praticaria um ato semelhante. Mas praticará outro ato, de que também se fala, o de uma ovação ao negociador, no dia em que ele chegar a esta corte? Também não cremos; as vozes que anunciam essa ovação são vozes partidárias, revelam a intenção e a origem desse triunfo.

Dando notícias destes rumores, não só mencionamos um fato da semana, como manifestamos um sentimento de mágoa. Cabe-nos então, como aos blancos, a frase de D. André Lamas: — Sempre o partido acima da pátria!

O terreno é inclinado, e a nossa pena vai naturalmente curando da política torva, de que juramos abster-nos.

Melhor é mencionarmos uma vitória que tivemos esta semana, tão incruenta como a paz de 20 de Fevereiro, e mais honrosa que ela. Foi a visita que fizeram a esta corte os Srs. Juan Saá e Nin Reys. Pouco valem os visitantes; mas quando homens da natureza daqueles, dos quais o primeiro se adorna com uma sanguinolenta celebridade, depois de uma luta em que acabam de fugir, deixam a cena de suas façanhas, e vão confiantes e tranqüilos pisar a terra do inimigo, é uma vitória isso, é a homenagem da barbaria à civilização, da traição à generosidade, da perfídia à boa fé.

Juan Saá, trocados os papéis, daria ao mundo o segundo ato das lançadas de D. Juan; mas tal é a convicção de que, na guerra que acaba de findar, a civilização era a sua inimiga, que o herói de sangue residiu entre nós alguns dias, passeou nas ruas, chegou a perlustrar, segundo nos consta, as alamedas da quinta da Boa Vista, com tanta segurança como se estivesse pisando o soalho de sua casa.

Deus os conserve por lá.

Uma folha desta corte anunciou há dias um novo orador sagrado, o Sr. padre Guaraciaba, cremos. Não tivemos a honra de ouvi-lo, não sabemos até que ponto merece S. Rvma. os elogios daquela folha; iremos ouvi-lo na primeira ocasião. Um orador sagrado neste tempo é um presente do céu, uma fortuna para a religião, uma consolação para o púlpito.

De há muito tempo que a palavra sagrada serve de instrumento aos incapazes e aos mediócrees. Há, sem dúvida, exceções, mas raras; há alguns talentos mais ou menos provados, mais ou menos legítimos; mas o púlpito vive sobretudo da sombra luminosa dos Sampaio e Mont'Alvernes. Fecharam-se as bocas de ouro e abriram-se as bocas de latão.

E neste ponto a palavra representa o corpo. O clero é medíocre, a eloquência sagrada abateu-se até o nível do clero. Para ser orador sagrado basta hoje uma coisa única: abrir a boca e soltar um discurso. Ninguém hoje se recusa a pregar; embora vá produzir um efeito negativo. Entende-se que para falar do alto do púlpito basta alinhar meia dúzia de períodos fofos que suas Reverendíssimas fazem revezar entre si.

Não há muitos anos, vieram dizer-nos que um jovem sacerdote começava a carreira de orador sagrado, dando esperanças de um Bossuet futuro. Estava ainda nas suas estréias. Um Bossuet, mesmo em expectativa, não é coisa que se desdenhe, mormente quando a tribuna sagrada é semelhante a Calipso: não se consola na saudade e na viuvez. Não nos queiram mal pela comparação: Calipso é a filha querida de um arcebispo.

Fomos ouvir o pregador. O verbo ouvir é de rigorosa verdade. A igreja estava às escuras, era sexta-feira santa: o sermão dessa noite tem a denominação pretensiosa de sermão das lágrimas. Não tivemos, pois, a honra de ver o rosto do padre, mas ouvimo-lo. Será preciso acrescentar que no fim do sermão tínhamos um sentimento contrário ao da raposa da fábula, preferindo ter visto antes, ao sagrado corvo, *son plumage que son ramage?*

O pregador começou, como todos os outros, por um tom lamentoso, de efeito puramente teatral. Entende-se que, para comover os fiéis ante a tragédia do calvário, é preciso modular a voz, com o fim de fingir uma dor, que só é eloquente quando é verdadeira.

Dali calculamos o que seria o resto do discurso.

Não nos enganamos.

Cuidais que ele exortou os fiéis a ter no coração a lição tremenda da morte de Cristo? que fez, com as cores próprias, a pintura do bem e do mal? que exortou os homens a evitar o segundo e a seguir o primeiro? Nada disso: o reverendo sacerdote demorou-se em fazer o inventário do velho arsenal do inferno; pintou, com cores vivas, as chamas, as tenazes, as caldeiras, as trevas; descreveu a figura do inimigo da luz; não atraiu, assustou; não convenceu, aturdiu; em uma palavra, não infundiu a contrição, provocou a atrição.

Quando saímos da igreja, estávamos convencidos de que o jovem Bossuet poderia ser um dia cônego da capela, e até bispo de alguma diocese, mas nunca inscreveria o seu nome no livro dos oradores.

E assim se foram as nossas esperanças.

Bem vindo seja, portanto, o novo orador que tão bem se anuncia.

Estamos certos de que o clero, se estas linhas lhe chegam aos olhos, perdoarão ao pecador que assim fala, mesmo em tempo de penitência.

O tempo da penitência não impede também que se fale em teatros. Ambas as coisas podem existir sem prejuízos para a religião. Prejuízos havia no tempo em que o gênero sacro estava em voga, e escolhia-se cada ano uma página do *Flos Sanctorum* para divertir o público pagante das platéias. Nunca entendemos que semelhante espetáculo, onde o maquinista é o santo milagroso, pudesse influir melhor sentimento que uma boa peça profana.

Tivemos ultimamente o *Gaiato de Lisboa*, no Ginásio, fazendo o Sr. Furtado Coelho o papel do general. Este papel, como se sabe, era a coroa de glória do finado Victorino. Não conservamos memória deste artista naquele papel em que só o vimos uma vez; assim, não seremos levados a confronto de natureza alguma.

O Sr. Furtado Coelho, que outrora aplaudimos nos papéis de galã, e especialmente no gênero novo dos Desgenais, fez-se aplaudir com justiça no papel de general. Foi excelente; revelou que não perdeu o tempo das suas peregrinações, e que soube compreender a superioridade do estudo calmo e refletido sobre os lampejos inconscientes do talento.

Dando-lhe os nossos parabéns, fazemos um ato de franca justiça.

É força acabar. Fá-lo-emos com a transcrição de um soneto de Bruno Seabra. O soneto já vai sendo coisa rara, depois de ter sido a forma harmônica de Petrarcha, Camões, Bocage e Barbier. Hoje ninguém quer sentar-se neste leito de Procusto, e fazem bem. Não diremos o mesmo a Bruno Seabra, cujo trabalho transcrevemos e recomendamos aos leitores. Todos conhecem a musa do autor das *Flores e frutos*: estes belos versos serão lidos com interesse:

Nas margens do Uruguai nossa bandeira
Já leva de vencida a gente ignava;
Já ovante tremula e a afronta lava
De uma selvagem raça traiçoeira!

Eia!... mais esta vez entre em fileira,
E, destroçando a corte — vil escrava,
As mais bravas nações mostre que é brava,
E fique ilesa a honra brasileira!

Brasileiros! marchar!... não se difama
Impunemente de um país a história!
Marchai... a Pátria, a mãe, é quem vos chama.

Ide os louros colher d'alta memória,
O pátrio pundonor que vos inflama
É que faz cidadãos, — é que dá glória!

Bruno Seabra

28 DE MARÇO DE 1865.

Sábado passado fez anos a Constituição. A ilustre enferma teve as honras oficiais, o cerimonial prescrito, o *Te Deum*, o cortejo, o jantar no paço, e o espetáculo de gala. Afora isso, nada mais: o dia vinte e cinco de Março teve a festa da indiferença pública.

É a guerra, dir-nos-ão em resposta, e teriam razão se antes da guerra, a festa constitucional fosse diversa da deste ano. Mas não é assim, o que se observou agora é o que se observa sempre — nem mais uma vírgula, nem menos uma vírgula.

Por que?

Aqui seria o lugar próprio de entrar em certas considerações, mas elas não teriam outro efeito mais que o de aumentar a aflição ao aflito. Não vale à ilustre enferma receber da mão do criador um flanco robusto e másculo: nem por isso escapa à navalha despótica. Mas para que contar os golpes e pesar o sangue que ainda verte? Melhor é correr as cortinas do leito da enferma, e deixá-la ver se concilia o sono, à espera de uma junta de facultativos que lhe cicatrize as feridas e lhe restaure a saúde.

No dia seguinte da Constituição partiu para o Rio da Prata o Sr. Conselheiro Otaviano, terceiro enviado especial. O Sr. Conselheiro Otaviano tem por si legítimas simpatias; o seu talento e a sua ilustração despertam as sinceras esperanças do país. A missão é, sem dúvida, espinhosa; agravou-se, sobretudo, com as ocorrências do desenlace da guerra; mas o novo enviado tem a seu favor as habilitações próprias e o exemplo do desastre alheio.

Os que estimam sinceramente o sistema de liberdade de que gozamos, não deixam de doer-se do modo por que se vai abusando entre nós da liberdade de imprensa.

Se esta liberdade for em progresso crescente, não faltará um dia quem suspire por outro sistema que, encadeando o pensamento, impeça ao mesmo tempo a desenvoltura da palavra, o reinado da calúnia, o entrudo da injúria, todas essas armas da covardia e da impotência, assestadas contra a honestidade, a independência e a coragem cívica.

Esta observação não é nova, mas ela tem agora uma triste oportunidade.

Que um homem sincero, convencido, patriota, tome a pena e entre na arena política, - se ele quiser pôr à consciência acima dos interesses privados, a razão acima das conveniências pessoais, verá erguer-se contra si toda a frandulagem política desta terra, e mais de uma vez a idéia do dever e o sentimento de pesar lutarão na consciência do escritor.

Se os exemplos acumulados forem aproveitando, quem quererá um dia, cheio de verdadeiro amor ao país, afrontar os ataques da vaidade, dos interesses, da ignorância, despenhar-se, enfim,

...*de chute en chute aux affaires publiques?*

Mas neste caso o dever e a caridade mandam perdoar aos que não sabem o que fazem.

A caridade abre-nos a porta para uma transição natural.

Há verdadeira luta de caridade no leilão da Sociedade Portuguesa de Beneficência. Os objetos oferecidos àquela sociedade pelas senhoras portuguesas têm sido vendidos por elevados preços; mas o que sobretudo chama a atenção é a venda de algumas prendas, tais como flores e frutas. Uma pêra, uma dália, uma saudade alcançaram lances fabulosos. Como se vê, essas prendas insignificantes têm por si o valor da intenção de quem as oferece, e o valor do fim a que se propõe o leilão: é um delicado pretexto para exercer a caridade.

Diz-se que o resultado do leilão será avultado. Como não, se ele trouxe a virtude desde o princípio? Bastou que a varinha mágica da mulher houvesse tocado essa idéia para ela produzir todos os seus bons efeitos. Não é ela quem tudo move, quem tudo decide, quem tudo ampara? Queime-se, pois, o incenso da oração ao belo sexo lusitano, como ao belo sexo fluminense, que há dois anos contribuiu para o leilão da mesma sociedade.

Os livros não são da nossa exclusiva competência; isso, porém, não impede que façamos, uma vez por outra, menção de algumas obras valiosas. Temos sobretudo esse dever quando não se trata de um livro, mas do livro dos livros, do livro por excelência.

Era ansiosamente esperado o 2.º volume da Bíblia, ricamente editada pela livraria Garnier. O último pacote trouxe o 2.º volume. Uma encadernação rica e de gosto, uma impressão nítida, um papel excelente, gravuras finíssimas, copiadas das melhores telas, tais são as qualidades deste como do 1.º volume.

O vaso é digno do óleo.

Os leitores nos dispensam de dizer por que a Bíblia é o livro por excelência. Melhor que ninguém já o disse Lamartine; o grande poeta pergunta o que não haverá nessa obra universal, desde a história, a poesia épica, a tragédia e a filosofia, até o idílio, a poesia lírica, é a elegia — desde o Deuteronômio, Isaías e o Eclesiástico, até Ruth, Jeremias e o Cântico dos Cânticos. Reuni todas estas formas do espírito humano em uma encadernação de luxo, e dissei se há livro mais precioso e mais digno de figurar no gabinete, entre Milton e Homero.

A nossa revista tinha entre as suas obrigações o capítulo dos teatros. Pena mais capaz se encarregou agora dessa matéria e nos liberta da obrigação. Aplaudindo com os leitores a substituição, cumpridos, observar que não estamos inteiramente inibidos de falar uma vez por outra dos assuntos teatrais. Assim, para começar o exercício desta exceção, mencionaremos aqui a aparição da nossa primeira artista dramática, a Sra. D. Gabriela da Cunha, que há longos meses se achava fora da corte.

Vimo-la em dois papéis e em dois teatros. No Ginásio representou, com o Sr. Simões, um entreato cômico, denominado *Amor londrino*, que se não deve confundir com o queijo do mesmo nome, produto de incontestável superioridade.

O papel da Sra. Gabriela era sem importância, requeria ser dito com muita graça e muita intenção, e nessas condições ninguém o diria melhor. Isto valeu metade da cena, pois que da outra metade se encarregou o Sr. Simões no papel do amante londrino. Os aplausos que recebeu o Sr. Simões, e que nós lhe reiteramos aqui, foi devido à naturalidade e observação com que produziu o inglês, o inglês sério, o inglês que declara o amor por gramática, canta *couplets* como se discutisse na câmara dos comuns, dança um solo com a cara de quem recebe uma má notícia da praça de Londres.

Depois de representar pela segunda vez, na *Dama de S. Tropez*, no teatro de S. Pedro, onde foi com

justiça aplaudida, a Sra. Gabriela aparecerá hoje, pela terceira vez, em terceiro teatro. Anuncia-se o *Trabalho e Honra* e as *Proezas de Richelieu*, em S. Januário. É em benefício do Sr. Lopes Cardoso, artista de talento que ali começou a sua carreira.

Esta peregrinação de teatro em teatro admirará de certo o público, que estima e reconhece o talento da Sra. Gabriela.

Era para desejar a ilustre artista, como todos os bons e distintos companheiros, se reunissem sob um só pensamento, e procurassem aviventar o teatro, que ainda está longe dos seus dias prósperos. Até que ponto será lícito nutrir este desejo? O Teatro nos oferece hoje um espetáculo único: os artistas dispersos correm da província para a corte, da corte para a província, de uma cena para outra, sem possibilidade de se conservarem fixos. Mais de uma vez assinalamos estas circunstâncias precárias do teatro; apontamos então o meio de remover essas circunstâncias; mas o conselho não passou do papel em que escrevíamos, e o mal, em vez de melhorar, agravou.

Não voltaremos agora às considerações anteriores. Levamos nisso um pouco de conveniência própria. Um dos defeitos mais gerais, entre nós, é achar sério o que é ridículo, e ridículo o que é sério, pois o tato para acertar nestas coisas é também uma virtude do povo.

Assinalemos, pois, o fato e nada mais. Não; façamos mais alguma coisa: lamentemos que os que se destinam a interpretar as obras dos poetas, os que lhes dão a vida e o movimento, os que põem em comunicação a alma do poeta com a alma do público, os instrumentos valiosos daquele operário da civilização, sejam obrigados a arrastar uma vida precária e espinhosa, uns sem futuro garantido ao verdadeiro talento e ao trabalho sincero, outros sem escola onde adquiram o jus ao fruto do trabalho e do talento.

Houve em Roma um ator, Clodis Esopus, que em uma ceia que deu a muitos convivas, fez engolir a cada um, dentro da taça de Chipre, uma pérola de grande valor. Foi em Roma, nos tempos de infância da arte. O capricho do ator romano era de certo excepcional. Mas não se conhecem artistas de hoje que, em vez de pérolas de Esopus, daria aos seus convidados apenas uma taça de tristezas?

4 DE ABRIL DE 1865.

O *Correio Mercantil* publicou há dias um artigo em que se indicava os meios de dissolver as ordens religiosas do império.

Involuntariamente lembrou-nos aquele célebre soneto de Bocage:

Se quereis, grande rei, ter bons soldados,
Mandai desalojar esses conventos.

O autor, que assinou o artigo por iniciais, declarou que, se as idéias que emitia fossem discutidas por outro comunicante, voltaria ele à imprensa e desceria a fatos e minuciosidades.

Adivinhamos logo que o artigo ficaria sem resposta.

Só o *Cruzeiro do Brasil* impugnou domingo a medida do *Correio Mercantil*, confessando, porém, que o estado das corporações religiosas não é tão perfeito como devia ser.

Nós dizemos, como o *Correio Mercantil*, que é o mais deplorável deste mundo.

O projeto formulado pelo autor do artigo não é completo, é mesmo falho e inaceitável em alguns pontos; mas encerra uma idéia de evidente utilidade e clamorosa urgência. O corpo legislativo, que deve abrir-se daqui a dias, devia encarregar o governo dos exames necessários, se acaso ele já os não fez, de modo a encaminhar uma medida completa em tão melindroso assunto.

Os abusos indicados pelo artigo a que nos referimos bastam para abrir lugar à intervenção do Estado. Mas, não há, além dessas razões, e antes dessas razões, outras de ordem superior, filhas do tempo e oriundas da história?

Não é ao folhetim que cabe o desenvolver essas razões; cabe-lhe indicá-las. Os conventos perderam a razão de ser. A idéia, tão santamente respeitável ao princípio, degenerou, diminuiu, transformou-se, fez-se coisa vulgar.

De certo ninguém pede hoje aos conventos uma reprodução da Thebaida. A contemplação ascética, as penitências, as fomes, os suplícios daqueles pios cenobitas, nem são do nosso tempo, nem são dos nossos homens. Mas não sabemos porque, entre dois extremos, não haverá um meio preferível, mais próximo da gravidade monástica e da grandeza da religião.

S. Bento e Santo Antônio nunca sonharam com fazendas e escravos; nunca administraram terras, nem assinaram contratos; foram uns pios solitários, que recebiam por milagre o pão negro de cada dia, e

passavam muitos dias sem levar à boca nem uma migalha de pão, nem uma bilha d'água.

As virtudes monásticas de hoje estão longe daqueles modelos primitivos; mas, se não se lhes pede sacrifício igual, também não se lhes pode conceder uma existência anacrônica, sem objeto nem utilidade prática.

É a sorte de todas as instituições humanas trazerem em si o gérmen da sua destruição.

Estas palavras do membro da assembléia constituinte da Revolução francesa, que deu parecer sobre a supressão dos conventos, são a mais resumida sentença das instituições monásticas. O primeiro motivo para suprimi-las é o de serem inúteis.

Sentimos que nem a natureza nem as dimensões destes escritos nos permitam outras considerações a este respeito. Também é quanto basta para definir o nosso pensamento e incorrer nas censuras dos reverendos padres e monges.

Uma circunstância inesperada não nos permitiu ir assistir à última representação particular dada pelo Clube do Catete, no Caminho Novo de Botafogo.

O Clube do Catete é uma associação de pessoas distintas, organizada há pouco tempo, e que já tem dado cinco representações, todas muito freqüentadas e muito aplaudidas.

Vai-se desenvolvendo o gosto pelas representações particulares por amadores da arte. Ou em salão, ou em cena preparada, é sempre a comédia que faz uma diversão, e deixa o camarim para entrar na *toilette*. Pela nossa parte conhecemos alguns artistas amadores de vocação pronunciada e apurado gosto. No Clube do Catete asseveram-nos que têm aparecido outros igualmente notáveis. Aguardamos ocasião propícia de ir apreciá-los com os nossos próprios olhos e dizer aos leitores as nossas impressões.

Não há mal em confessar predileções. Por que motivo ocultariamos o nosso gosto pelas representações deste gênero? O que nos parece é que aí não se deve sair do domínio da comédia e do provérbio. As paixões e as tempestades da vida não divertem o espírito; e o que se quer, nesse caso, é dar ao espírito um pasto de nova espécie, ligeiro, suave, delicado.

Vamos da sala para o teatro.

Houve terça-feira passada um espetáculo no teatro de S. Januário em benefício do Sr. Lopes Cardoso, com o concurso de alguns artistas distintos.

Representou-se o *Trabalho e Honra*, drama comovente, mas que tem o defeito de arregimentar umas quatro situações velhas e esfarrapadas, sem mérito algum literário.

O público fluminense conhece este drama, onde o ator Moutinho representava o pescador Cristóvão com uma incontestável superioridade. Nesta récita encarregou-se do papel o Sr. Simões, de cujo talento fazemos boa opinião e ainda na última revista tivemos ocasião de louvá-la. Mas a minha admiração não é tão absoluta como a liberdade da minha opinião. No papel de Cristóvão o Sr. Simões pareceu-nos inferior ao Sr. Moutinho; este sabia interpretar muito melhor a fisionomia franca do papel: era mais natural e mais verdadeiro; o Sr. Simões, cuja arte estamos longe de contestar, e a quem aplaudimos em alguns pontos, põe às vezes um tom falso e afetado onde o Sr. Moutinho dava a mais perfeita e serena naturalidade.

Ainda assim, apesar das reminiscências vivas do público, o Sr. Simões foi aplaudido, nem nós lhe negamos naquele papel certo mérito relativo.

Em geral o desempenho mereceu os aplausos do público. Excetuaremos o Sr. Pinheiro, no papel do velho agiota, que, apesar de não ser um papel importante, não está, todavia, nos recursos limitados daquele artista.

Dos outros citaremos a Sra. D. Gabriela em primeiro lugar, no papel de mãe, onde se houve com a superioridade do seu belo talento. Era esse mesmo talento que sabia fazer-se admirar no papel de Suzana d'Ange, no de Margarida Gauthier, no de Cecilia Caussade, e que não menos despertou os aplausos no da velha mulher do pescador. O Sr. Cardoso fez o papel do filho pródigo com a mesma habilidade com que o desempenhara, e a mesma proporção nos resultados, isto é, merecendo mais em todo o papel do que nos lances das grandes paixões. É que o seu talento é mais da comédia que do drama, sem que por isso seja menos apreciável, ao contrário.

Tivemos ainda ocasião de ver a Sra. Gabriela no papel de Madame Patin, uma das suas mais belas criações, e que há muito tempo não representava.

No Ginásio não tem havido peça nova. Estamos em plena quaresma e a semana santa está à porta. Naturalmente rareiam os dias próprios de representação dramática. Devemos neste ponto fazer uma pergunta à polícia; não compreendemos muito a necessidade de proibir os espetáculos em certos dias de quaresma, ao passo que achamos indispensável que se proíba em outros por serem de recordações

solenes da Igreja. Mas uma vez que a polícia proíbe os teatros em todas as sextas-feiras, e no domingo da Paixão, como consente o *Alcazar Lírico*? Há nisto uma contradição manifesta. Não se suponha que pedimos a proibição para o *Alcazar*, pedimos a concessão para os outros teatros, pedimos a igualdade para todos. Não há nada mais justo.

Alguns leitores talvez achem estranho que não nos ocupemos de outros acontecimentos da semana, como o conflito de tropa e a eleição de senador.

O conflito de tropa foi um sucesso lamentável, que algumas pessoas predisseram, com maior ou menor certeza. Achamos, porém, que não seria pertinente falar dele neste lugar. É assunto que não pede apreciação, pede conselhos.

Quanto à eleição de senador, as reflexões que nos sugeriu esse fato são demasiado sérias para o folhetim. Isto não quer dizer que não reconheçamos a capacidade dos cavalheiros que compõem a lista tríplice. Não seria ocasião de pensar na mudança do sistema eleitoral, isto é, na supressão do eleitorado? Não é tempo de iniciar francamente a idéia da eleição direta, e não censitária (porque seria injusta e odiosa) de maneira a tornar efetiva a soberania popular? Não é este um grande dever e uma bela ação de um partido liberal sincero e convencido?

Vejam os leitores se estas reflexões e outras são próprias do folhetim, e onde iríamos nós se déssemos ao nosso pensamento a necessária extensão.

Não diríamos coisa nova, é exato. Neste ponto, se alguns leitores estão sorrindo, recolham o sorriso, para usar da expressão do Sr. Visconde de Jequitinhonha. Mas, como entre nós, não é comum dizer coisas novas, nós nos contentávamos com repetir verdades velhas, mas triunfantes do tempo.

11 DE ABRIL DE 1865.

Damos todo o espaço da revista à seguinte carta que nos dirige o *Amigo da Verdade*. É a segunda serie que o nosso amigo nos prometeu escrever a propósito do México.

AO ILUSTRADO REDATOR DO *AO ACASO*

CARTA II

Rio de Janeiro, em 2 de Abril de 1865.

"Meu caro amigo. — Para provar-vos que o povo mexicano procedeu, nas derradeiras circunstâncias políticas que atravessa, com vontade refletida e de próprio moto e não por imposição de ninguém, torna-se necessário que me concedais espaço para recordar alguns dos muitos fatos históricos que caracterizam o espirito monárquico desses enérgicos e robustos mexicanos, cujo orgulho nacional não consentiria nunca na imposição de um estrangeiro.

"Não podemos negar, depois de um estudo sério e consciencioso dos nossos povos, que o caráter da raça latina, em geral, e da ibera, em particular, é devotado à monarquia; porque crença religiosa, tradição e costumes seculares segundam essa tendência política.

"Os descendentes dos Césares romanos preferem, em geral, a púrpura à casaca preta do burguês.

"Os primeiros chefes da independência hispano-americana bem convencidos estavam desta verdade.

"Se eu desejasse divagar pelos países norte e sul americanos, embora não latinos os primeiros na sua totalidade, fácil me seria trazer à vossa erudita lembrança a coroa dos Incas, oferecida pelos peruanos ao bravo militar San-Martin nos alvares da independência sul-americana; nada dificultoso ser-me-ia apresentar-vos documentos preciosos pela leitura dos quais veríeis que os argentinos ofereceram oficialmente, em 16 de Maio de 1815, cinco anos depois de se declararem independentes, o cetro argentino a um infante da Espanha, ao Sr. D. Francisco de Paula, pai do atual consorte da Sra. D. Isabel II, que ainda vive. Nem custar-me-ia muito trabalho fazer-vos ver que eram numerosas e importantes as sociedades monarquistas, cujo fim era coroar um rei. A casa do Dr. Tagles era o principal ponto de reunião dos realistas e a estas assembléias noturnas assistiam os homens mais prestigiosos da cidade de Buenos Aires, figurando entre eles os mesmos que dirigiam, em 1820, o carro vacilante da revolução. E que necessidade há de mencionar a chegada a Buenos Aires, em Dezembro de 1820, do brigue de guerra espanhol "Aquiles", conduzindo a bordo, por causa das repetidas instâncias dos membros das sociedades monarquistas argentinas, uma comissão enviada pela corte de Madrid? Nem julgo conveniente manifestar neste lugar a razão por que os espanhóis não assentiram às proposições dos monarquistas argentinos.

"Também não quero lembrar outras tentativas da mesma ordem feitas no Estado Oriental do Uruguai

em duas épocas; nem quero falar-vos da viagem de Flores, do Equador à Europa, há cerca de 20 anos, para colocar no trono de Quito um rei; nem é meu intento fazer-vos ver que Paez e um poderoso partido de Venezuela tiveram em 1842 ou 43, a mesma idéia; nem vos repetirei que os inimigos das glórias do Grão Capitão Simon Bolívar viam no fundador de cinco repúblicas um futuro príncipe; nem por fim vos direi com a história na mão que os cidadãos norte-americanos ofereceram em diversas épocas, a Washington, a Jéferson e a Adams a coroa dos Estados Unidos, que eles, — prudentíssimos, — não aceitaram, porque se lhes não ocultava que careciam do prestígio que dá a realza herdada de séculos.

“Estas e outras muitas citações, que fácil me seria relatar-vos, provariam e provam que os neolatinos, que os filhos dos gloriosos aventureiros europeus, vindo às Américas no século XV e seguintes, preferem a púrpura dos Césares à casaca preta do burguês. Nem me digais que a existência das repúblicas hispano-americanas fala alto e bom som contra estes fatos históricos isolados; porque forçar-me-feis a sair do círculo que, por valiosas razões, devemos percorrer, vós e eu, sem traspassarmos os seus limites. Lembrai-vos que vós e eu somos tolerantes e eminentemente americanos.

“Até agora não proferi uma palavra sobre o império mexicano; mas foi de propósito; porque devo lançar um olhar retrospectivo sobre esse vasto, belo, rico e populoso país, para chegar vagarosamente dos Montezumas aos Maximilianos.

“Não se pode negar que a tradição é uma segunda natureza nos povos: o tempo, de envolta com a civilização, que é conseqüência lógica da tendência do homem à perfectibilidade, pode modificar os sulcos profundos da tradição; nunca, porém, apagá-los.

“Antes de entrarmos nos pormenores dos acontecimentos que motivam estas cartas, é necessário que digamos os elementos de que compõe-se a massa nacional mexicana; pois, estes são dados importantíssimos para estabelecermos a opinião nacional, o espírito público do povo e as suas tendências naturais.

“Não pertencemos ao número dos estadistas que olham só para o presente das nações; professamos outra fé: estudamos o passado, que é sempre bom guia do futuro.

“A população do vasto e delicioso império mexicano é composta — 1.º, dos descendentes dos espanhóis e dos europeus, particularmente dos primeiros, dos quais, apesar dos banimentos de 1828 e 1829, existe ainda naquele país um número avultadíssimo; - 2.º, de indígenas que são mais da metade de toda a população; e 3.º, — de um número muito acanhado de leperos — mestiços — mulatos e negros, que habitam, especialmente, no litoral, sendo aliás mui pouco considerados pela maioria nacional.

“A população mexicana está orçada por Ackerman, Ilint, Ward, Brigham, Morse, Lesage, Torrente, von Humboldt, Montenegro, Prescott, Alaman, — o correto historiador mexicano, — em 8 milhões, pouco mais ou menos; mas estes cálculos foram feitos, há meio século; e, segundo os dados mais recentes e fidedignos, o México atual contém 11 milhões de habitantes. Destes onze milhões, sete são de indígenas; três de descendentes de espanhóis e um milhão de mestiços, pardos e negros.

“Desnecessário me parece repetir-vos que os filhos dos espanhóis são, no México, mais adictos ao sistema monárquico do que ao republicano, — posto que descendem de famílias fidalgas da antiga nobreza espanhola, os quais, mesmo nos dias da república, conservavam os títulos dos seus ascendentes, sendo conhecidas muitas famílias pelos nomes de marquês, conde, etc., etc., ou membros do clero — numeroso de per si e monárquico por convicção.

“Os indígenas mexicanos são realistas ou imperialistas por tradição, natureza e costumes; a duras penas, ajustaram-se, durante os últimos 40 anos, — ao sistema republicano. E como podiam esquecer os descendentes dos Montezumas os seus imperadores? Imaginai que os livros sagrados dos mexicanos fazem remontar a sua antiguidade monárquica a mais de 50 séculos antes da era cristã, e a monarquia dos Tultecas ao século 5.º. do cristianismo, com cuja data concorda Humboldt. E como podem esquecer os indígenas mexicanos os seus imperadores, quando olham para a pirâmide de Cholula, cuja base quadrada é o dobro da maior do Egito, e — para a vastíssima cidade Tula, — da qual são arremedos Pompéia e Herculano? E como podem esquecer os mexicanos os nove reis Tultecas, os treze reis Chichimecas e os onze imperadores mexicanos, fundadores da mais bela e suntuosa nação do novo mundo?

“A glória, o esplendor, a grandeza dos antigos mexicanos obumbra ainda hoje os olhos dos seus descendentes, e lembram-se com profunda saudade dos tempos magníficos dos Montezumas, rezando as suas tradições e livros sagrados a profecia de que com o correr dos tempos, depois de muitas calamidades e terríveis dissabores nacionais, havia de chegar dos países remotos do oriente um príncipe que elevá-los-ia da prostração ao auge da prosperidade, da grandeza, ressuscitando o império que, pérfida e desumanamente fez desaparecer o conquistador com a morte de Guatimoezin, seu último imperador.

“Estas são reminiscências tradicionais tão profundamente religiosas e sagradas para aqueles povos de

aspecto grave, melancólico e misterioso em tudo, que a forma republicana lhes foi sempre antipática, embora a tolerassem por ser-lhes imposta pela força que residia nos descendentes dos seus primeiros conquistadores.

“Antes de chegarmos a falar do pronunciamento do presbítero D. Miguel Hidalgo, pároco da vila “Dolores”, precedido da perseguição feita ao vice-rei Iturrigaray, acusado pelos espanhóis de afeto aos mexicanos; antes de falarmos do brado da independência, da revolução continuada por Morelos; antes de falarmos da constituição de Chilpancingo e de Apatzingan; antes de mencionarmos o plano de Iguala, o tratado de Cordova e a reunião do primeiro congresso mexicano; antes de vermos elevado ao trono do império, em 1822, a D. Agostinho I — Iturbide — e de lermos em algumas moedas o nome de Antônio I — Lopes de Santana, etc., etc., é necessário que digamos que, depois de terem desaparecido os antigos imperadores mexicanos, durante 300 anos governaram aquele vasto império sob a denominação da “Nova Espanha” os vice-reis espanhóis que, para serem reis, unicamente lhes faltava o título e a coroa, porque as mais prerrogativas,- incluindo o sistema absoluto, — residiam nas suas mãos.

“Ora bem meu caro e ilustrado redator do *Ao acaso*, um povo, cujas tradições são as supramencionadas; um povo, que lembra-se com saudade pungente de três dinastias gloriosas, pelos estrondosos feitos de armas, pela prosperidade fabulosa de que gozou, pela riqueza imensa que o distinguiu em tempos imperiais, pela opulência em que o embalaram no berço do seu esplendor monárquico, pelo renome que o tornou notável desde os séculos mais remotos até os nossos dias, pela civilização de que tantos e tão prodigiosos vestígios nos legou, não pode deixar de ser monarquista por tradição, por natureza, por gratidão, por dever, particularmente comparando as antigas glórias com o estado miserável da república, durante quarenta anos, em que não puderam gozar um dia de paz, em que viram-se ameaçados de serem absorvidos por uma raça inteiramente contrária à sua religião, à sua língua, aos seus costumes, ao seu caráter, em que olhavam para os seus bens como para coisas fortuitas, em que tinham tantos tiranos quantos caudilhos, e tantas desgraças quantas espadas faziam lampear a ambição e a instabilidade do sistema.

“Povos nutridos com essas tradições, e fustigados por essa amargosa experiência, almejam pelo momento da sua felicidade, que é para eles o das tradições gloriosas e caras ao santo orgulho nacional.

“Estes são os alicerces mais antigos desta monarquia que observais, levantando-se majestosa das ruínas da república no hemisfério setentrional; esperai pelas pedras angulares e pela conclusão do edifício.

“Não estranheis, meu caro, que não responda imediatamente às vossas observações; porque não ignorais que sou homem muito ocupado; circundam-me diversas atenções, às quais devo consagrar o meu trabalho, as minhas vigílias, o tempo talvez do meu sono, e, por conseguinte, serei demorado nesta agradável tarefa, como o sou em outras da mesma natureza, que me servem de descanso no meio da afanosa vida que leva, há já alguns anos,

“Este vosso deveras,

“O *Amigo da Verdade*”.

Como se vê não temos que responder às apreciações históricas que o *Amigo da Verdade* faz nestas páginas. Em nossa opinião elas nada podem influir na seqüência dos fatos que deram em terra com a república mexicana.

Aguardamos, entretanto, o desenvolvimento da idéia do *Amigo da Verdade*, para dar-lhe uma resposta completa e definitiva.

Até terça-feira, leitores.

25 DE ABRIL DE 1865.

Os povos devem ter os seus santos. Aquele que os tem merece o respeito da história, e está armado para a batalha do futuro.

Também o Brasil os tem e os venera; mas, para que a gratidão nacional assuma um caráter justo e solene, é preciso que não esqueça uns em proveito de outros; é preciso que todo aquele que tiver direito à santificação da história não se perca nas sombras da memória do povo.

É uma grande data 7 de setembro; a nação entusiasma-se com razão quando chega esse aniversário da nossa independência. Mas a justiça e a gratidão pedem que, ao lado do dia 7 de setembro, se venere o dia 1 de abril. E quem se lembra do dia 21 de abril? Qual é a cerimônia, a manifestação pública?

Entretanto, foi nesse dia que, por sentença acordada entre os da alçada, o carrasco enforcou no Rocio, junto à rua dos Ciganos, o patriota Joaquim José da Silva Xavier, alcunhado o Tiradentes.

A sentença que o condenou dizia que, uma vez enforcado, lhe fosse cortada a cabeça e levada a Vila Rica, onde seria pregada em um poste alto, até que o tempo a consumisse; e que o corpo, dividido em quatro pedaços, fosse pregado em postes altos, pelo caminho de Minas.

Xavier foi declarado infame, e infames os seus netos; os seus bens (pelo sistema de latrocínio legal do antigo regímen) passaram ao fisco e à câmara real.

A casa em que morava foi arrasada e salgada.

Ora, o crime de Tiradentes foi simplesmente o crime de Pedro I e José Bonifácio. Ele apenas queria apressar o relógio do tempo; queria que o século XVIII, data de tantas liberdades, não caísse nos abismos do nada, sem deixar de pé a liberdade brasileira.

O desígnio era filho de alma patriótica; mas Tiradentes pagou caro a sua generosa sofreguidão. A idéia que devia robustecer e enflorar daí a trinta anos, não estava ainda de vez; a metrópole venceu a colônia; Tiradentes expirou pelo barão da tirania.

Entre os vencidos de 1792, e os vencedores de 1822, não há senão a diferença dos resultados. Mas o livro de uma nação não é o livro de um mercieiro; ela não deve contar só os resultados práticos, os ganhos positivos; a idéia, vencida ou triunfante, cinge de uma auréola a cabeça em que ardeu. A justiça real podia lavrar essa sentença digna dos tempos sombrios de Tibério; a justiça nacional, o povo de 7 de setembro, devia resgatar a memória dos mártires e colocá-los no panteão dos heróis.

No sentido desta reparação falou um dos nossos ilustrados colegas, nestas mesmas colunas, há quatro anos.

As palavras dele foram lidas e não atendidas; não ousamos esperar outra sorte às nossas palavras.

Entretanto, consignamos o fato: o dia 21 de abril passa despercebido para os brasileiros. Nem uma pedra, nem um hino recordam a lutuosa tragédia do Rocío. A última brisa que beijou os cabelos de Xavier levou consigo a lembrança de tamanha imolação.

Pois bem, os brasileiros devem atender que este esquecimento é uma injustiça e uma ingratidão. Os deuses podem aprazer-se com as causas vencedoras; aos olhos do povo a vitória não deve ser o critério da homenagem.

É certo que a geração atual tem uma desculpa na ausência da tradição; a geração passada legou-lhe o esquecimento dos mártires de 1792. Mas por que não resgata o erro de tantos anos? Por que não faz datar de si o exemplo às gerações futuras?

Falando assim, não nos dirigimos ao povo, que carece de iniciativa.

Tão pouco alimentamos a idéia de uma dissensão política; conservadores ou liberais, todos são filhos da terra que Tiradentes queria tornar independente. Todavia, há razão para perguntar ao partido liberal, ao partido dos impulsos generosos, se não era uma bela ação, tomar ele a iniciativa de uma reparação semelhante; em vez de preocupar-se com as questões de subdelegados de paróquia e de influências de campanário.

Em desespero de causa, não hesitamos em volver os olhos para o príncipe que ocupa o trono brasileiro.

Os aduladores não de ter-lhe lembrado que Tiradentes queria a república; mas o imperador é um homem ilustrado, e há de ver como se distancia dos aduladores o heróico alferes de Minas. Se os ânimos recuam diante de uma idéia que julgam ofensiva à monarquia, cabe ao príncipe sufocar os escrúpulos, tomando ele próprio a iniciativa de um ato que seria uma das mais belas páginas do seu reinado. Um príncipe esclarecido e patriota não podia fazer uma ação mais nobre, nem dar uma lição mais severa.

Uma cerimônia anual, com a presença do chefe da nação, com assistência do povo e dos funcionários do Estado, — eis uma coisa simples de fazer-se, e necessária para desarmar a justiça da história.

Não sabemos até que ponto devemos confiar nesta esperança; mas ao menos, deixamos consignada a idéia.

“Morro pela liberdade!” disse Tiradentes do alto da forca: estas palavras, se o Brasil não reparar a falta de tantos anos, serão um açoite inexorável para os filhos do império.

Havia meio de resvalar deste assunto para outro de muita importância, e que nos voltou à mente, com a presença da expedição científica dos Estados Unidos.

Compreendemos, porém, que as dimensões e a natureza do folhetim não se prestam a tão graves explicações.

Mencionemos somente um contraste curioso. A aliança do Brasil com os Estados Unidos é um desses sucessos que os estadistas perspicazes deviam provocar, e que o povo receberia com verdadeiro entusiasmo. Mas as nossas toupeiras políticas recebem com tanto fastio as atenções solícitas da república americana que não há nada a esperar neste sentido.

Por que será?

Dizem cá por baixo que é a antipatia do regímen entre os dois países. Triste razão é essa! mas é uma razão de Estado, o assunto é grave, e nós nos limitamos a consignar mais esta sagacidade dos nossos homens.

Entretanto, saudamos cordialmente a expedição científica, e o Rev. Fletcher, incansável amigo dos brasileiros e digno filho da terra de Washington.

Não tarda abrir-se o corpo legislativo. Vai, portanto, agitar-se a vida política, a que dá maiores proporções o estado das relações do império com os vizinhos do sul.

Andam apostas sobre se o ministério tem ou não tem maioria na câmara. De envolta com as apostas correm os boatos mais desencontrados.

Por exemplo, correu nos círculos diplomáticos (o folhetim escutou às portas, como Poinset) que o ministério dava a demissão, ficando para entrar no ministério novo o Sr. Dias Vieira. Assim ficava o Sr. Dias Vieira constituído em casco de todos os batalhões ministeriais, espécie de figura obrigada, como o Pasquino italiano.

Mas, logo depois deste boato, ou talvez simultaneamente, correu que o ministério ficava e que o Sr. Dias Vieira saía. Isto era simplesmente reproduzir uma vez a identidade dos fenômenos políticos entre o Brasil e Portugal. Lá, o Sr. duque de Loulé desfez-se de um ministro incômodo, o Sr. Lobo d'Ávila; aqui o Sr. Furtado desfazia-se de um ministro impertinente, o Sr. Dias Vieira.

Ora, para nós é claro que o gabinete, sem aquele ministro, fica sendo uma charada sem conceito, um enigma sem chave; não se compreende o ministério sem o remate do edifício; o Sr. Dias Vieira é para ele uma espécie de mal necessário, como a guerra, como o duelo.

A propósito de duelo, eis-nos outra vez com o Sr. Marquês de Lavradio.

Ocupamo-nos há meses com S. Excia., a propósito de uma carta que o ilustre legitimista publicou na *Nação*, de Lisboa. A mesma folha traz-nos uma nova página de S.Excia.

O nobre marquês, anunciando a publicação próxima do jubileu de 8 de dezembro, escreve algumas linhas contra o duelo, e exorta os duelistas a arrepiarem carreira. Algumas citações pontificias fundamentam as razões de S. Excia.

Não somos amigos do sangue, nem temos em pouco a humildade evangélica. Mas, sem expor outras razões, confessamos que não nos quadra a opinião do nobre marquês.

O duelo tem as seguintes vantagens:

1ª. Substitui a brutalidade do soco e do cachação;

2ª. Iguala as chances entre as forças desiguais.

Como não nos embala a ilusão de um completo aperfeiçoamento humano, é para nós incontestável que todos os meios que se procurarem contra o duelo, só terão em resultado abater a dignidade e desarmar as constituições franzinas.

O perdão às ofensas é uma grande virtude, mas é inútil pedi-la ao nosso tempo. Também a guerra é uma atroz calamidade, maior ainda que o duelo, mas até hoje não se tem encontrado outra solução para as divergências entre os homens.

Há, porém, uma guerra legítima, a guerra da independência e da defesa. Quando o governo blanco, há pouco expulso de Montevidéu, encheu a medida da nossa paciência, com as depredações e assassinatos dos nossos patrícios, não havia outra saída mais honrosa que a de fazer justiça por nossas mãos.

Pouco depois veio o insulto do Paraguai.

Assim é que o povo brasileiro se levantou de todas as partes, enérgico e entusiasta, para defender os seus irmãos ofendidos na campanha oriental e na província de Mato Grosso.

O movimento popular cresce de dia para dia. As fileiras dos voluntários vão enchendo de patriotas.

O assunto inspirou um jovem escritor dramático, e uma peça dele, com o título *Os Voluntários*, foi representada no teatro Ginásio, com muito aplauso do público.

O crítico dos teatros já analisou demoradamente nestas colunas a nova obra do Sr. Ernesto Cibrão. Nossa simpatia pelo autor dos *Voluntários* leva-nos a reiterar aqui o julgamento do público e da imprensa, dando-lhe por nossa parte os mais sinceros parabéns.

Oxalá que estas manifestações de apreço devido lhe inspirem novos cometimentos, e dêem ao teatro o feliz ensejo de apresentar novas obras suas.

Aplaudindo a peça, também aplaudiremos o desempenho. Este não foi completo e irrepreensível em todas suas partes; mas nem por isso lhe negaremos o tributo que merecem os esforços conscienciosos.

2 DE MAIO DE 1865.

Que dirá o imperador? É amanhã que Sua Majestade deve dizer em resumo ao corpo legislativo o que se tem feito e anunciar o que se pretende fazer na governança do país.

Todos sabem que o discurso da coroa, na qualidade de peça ministerial, figura ser a expressão da política do governo, e é o ponto de partida dos debates parlamentares.

Temos que não será grande ousadia redigir de antemão o discurso da coroa. Podem fazê-lo os leitores, como nós já o fizemos. O governo, aproveitando a circunstância de não ser ele quem pronuncia o discurso, conquanto seja o autor, fará com que Sua Majestade lhe teça um solene elogio, e convide o país a prestar todo o apoio à direção das coisas públicas.

Há de ser a variante de um artigo anônimo dos jornais.

Sendo assim, não podemos furtar-nos a um sentimento de tristeza, vendo o estranho abuso que se faz da ficção constitucional, em virtude da qual o príncipe vem repetir ao parlamento uma série de falsidades e lugares comuns, arranjados pelos Srs. secretários de Estado.

A coisa não é nova. E o governo nem sempre se limita às inexactidões; vai às vezes até a proposições absurdas e extravagantes. Tivemos um exemplo na ocasião em que a coroa veio repetir ao parlamento o programa de certo ministério, que se definia assim: respeito da lei e economia dos dinheiros públicos.

A primeira vez que apareceu no parlamento tão singular programa, os homens de bom senso ficaram boquiabertos, e perguntaram se realmente o povo devia assistir impassível a semelhante comédia. Todavia houve uma falange (sempre as há) que achou o programa elevado e novo, luminoso e profundo, em vista do que — foi dando os seus votos ao ministério.

E ficou estabelecido que o respeito às leis e a economia dos dinheiros públicos — deveres restritos de todo o governo moralizado — podia ser política especial de um gabinete— o que dava o seguinte corolário: Que era lícito a outro gabinete seguir uma política inteiramente oposta, e esbanjar os dinheiros públicos e desrespeitar as leis e a Constituição.

Já nos parece estar ouvindo o discurso da abertura. Há de ser uma peça cheia de promessas e de frases. É pelos domingos que se tiram os dias santos. O parlamento há de ouvi-lo, discuti-lo e responder-lhe; mas o parlamento, como nós, está convencido de que o discurso não passará de uma formalidade, uma deferência com os estilos, sem alcance nem valor político.

Se isto não é novo, há muitas outras coisas que o não são igualmente, e todas formam uma série de sintomas desoladores.

Por exemplo, — o sistema que nos rege chegou a tal ponto que todos se julgam capazes de ser ministro.

O governo do país não é considerado nos seus aspectos difíceis e graves; aquilo a que só pode subir o mérito e a consciência dos princípios, parece em geral que pode ser dado ao primeiro organizador de frases oratórias, como um prêmio, como uma sinecura, como uma Cápua.

Tamanho fardo só podem comportar espáduas robustas; mas as coisas chegaram a tal ponto, que os indivíduos chamados ao poder deixam ficar o fardo no seu lugar, e apenas envergam a farda ornamentada e condecorada.

Disto resulta que as pastas são apenas o incentivo da vaidade pessoal.

E há ainda mil outras coisas que nos abstemos de dizer para não dar ao folhetim aquele torvo aspecto de que prometemos sempre fugir.

Aguardemos o discurso da coroa.

Falamos na última semana de apostas que se faziam sobre se o ministério ficará ou não. Quem ganhará? É difícil afiançar coisa alguma; não se pode mesmo conjeturar nada. Os ministros usam agora de uma arma, que já foi aparada nas colunas superiores do *Diário*, e com a qual o folhetim só se ocupa no que ela tem de cômico.

É a arma da guerra.

O deus Marte é quem recebe agora os incensos e os votos do ministério. A linguagem deste é que o deixem viver por amor do bem comum é do perigo nacional.

Conhecem os nossos leitores o *Gastibelza* de Victor Hugo, aquela balada que começa por estes versos:

*Gastibelza, l'homme à la carabine,
Chântait ainsi:
Quelqu'un de vous a vu dona Sabine,
Quelqu'un d'ici?*

É uma das coisas mais preciosas da poesia francesa; mas, não sabemos porque, ao lembrarmos-nos daqueles versos, parece-nos ouvir as lamentações do ministério. A ilusão é sobretudo completa quando se chega ao estribilho :

*Le vent qui vient à travers la montagne
Me rendra fou!*

Ora, vejamos se se pode traduzir para outras palavras, mesmo francesas, as lamentações de *Gastibelza* :

*Monsieur Furtado et ses nobles confrères
Chântaient ainsi:
" — Faut-il tomber la fleur des ministères
Et du pays?
Nous avons eu une croix d'Allemagne,
Rubans... et tout.
Le vent qui vient à travers la montagne
Nous rendra fous!*

*Pour vous calmer, ô terrible cohorte,
Non sans regret,
Nous avons mis Beaurepaire à la porte
Par un decret.*

*Et maintenant qui done nos acompagne?
C'est Camamú.
Le vent qui vient à travers la montagne
Nous rendra fous!*

*Quand nous avons une guerre étrangère
Qui va s'ouvrir,
Faut-il, messieurs, changer le ministère?
Faut-il mourir?
Le vieux sénat va nous ouvrir campagne,
Veillez sur vous.
Le vent qui vient à travers la montagne
Nous rendra fous!»*

*Ainsi chantait le fameux ministère;
Mais le pays,
Que paie, lui seul, tous le frais de la guerre,
Lui répondit :
— Allez, allez, vous battez la campagne,
Comme un vieux soul.
Le vent qui vient à travers la montagne
Vous rendra fous!*

*Allez-vous-en, messieurs et compagnie ;
Il faut tomber;
Je ne veux plus une pâle bougie
Pour m'éclairer.
Quittez la chaise, où le sommeil vous gagne,
Et couchez-vous;*

Le vent qui vient à travers la montagne
Vous rendra fous!"

Que a sombra de Boileau nos perdoe a ousadia; a língua e o verso podem não ser puros, mas a nossa intenção de reproduzir a verdade está salva.

E depois disto, demos de mão à política para passar a coisas literárias.

Os que procuram resgatar a pureza da língua, trazendo à luz de uma constante publicidade as obras clássicas dos velhos autores, sempre nos tiveram entre os seus aplaudidores mais entusiastas.

É essa uma espécie de reação, cujos resultados não de ser benéficos e duradouros.

Os autores da *Livraria clássica*, a cuja reimpressão está procedendo o editor Garnier, estão no número dos que merecem os nossos sufrágios.

Todos sabem com que solicitude e proficiência os Srs. Castilhos se entregam ao estudo da língua materna, matéria em que alcançaram ser juizes competentes.

A *Livraria clássica*, obra que mereceu desde a sua aparição merecidos aplausos, é uma coleção dos melhores fragmentos de autores clássicos. Os Srs. Castilhos procuraram sobretudo reunir aqueles escritos que pudessem mais facilmente insinuar-se no espírito do público.

Era já rara a *Livraria*. E demais uma obra tão importante carecia uma edição melhor que a primitiva. É isso o que vai fazer o Sr. Garnier. Os dois primeiros volumes publicados são os dos *Excertos* do padre Manuel Bernardes.

O padre Bernardes é um dos escritores de mais elevado conceito literário. Nada acrescentaremos ao que dele diz o Sr. A. F. de Castilho no estudo que acompanha os *Excertos*. Demais, ninguém que tenha missão escrever a língua portuguesa, pode deixar de conhecer o autor da *Floresta* e dos *Exercícios morais*.

A edição feita pelo Sr. Garnier é das melhores que têm saído das oficinas de Paris.

Aguardamos ansiosamente os volumes seguintes.

E com isto concluimos a parte literária da semana.

É coisa verificada: enquanto se esperam acontecimentos de certa espécie, falham todos os outros; a providência e os homens se encarregam de não produzir coisa alguma estranha àquilo que se espera.

Não é de certo um acontecimento novo a declaração da guerra do Paraguai à Confederação Argentina; já se esperava, segundo as últimas notícias. Também não é novidade a maneira por que Lopez fez essa declaração; não se esperava outra coisa.

Que quer o marechalito?

Quer perder-se. Perdido estava ele. Bastavam as forças do império para mandai-o passear. As armas do Brasil não carecem de dar novas provas do seu valor e do seu poder. Mas, como se lhe não bastara a honra de morrer às mãos dos brasileiros, o matamouros conjura contra si todas as forças organizadas da vizinhança.

As palavras do general Mitre: em três dias nos quartéis, em quinze dias na campanha, em três meses em Assunção, — se forem seguidas de uma execução imediata, marcam o caminho de todo o governo enérgico e ativo em circunstâncias tão graves.

E lá iamos escorregando. Pinguemos o ponto final.

16 DE MAIO DE 1865.

Corre-nos o dever de explicar aos leitores a nossa ausência de terça-feira passada.

Os leitores, se estas coisas lhes causam reparo, não de atribuir a ausência ao fato da crise ministerial, visto que tudo ficou suspenso. Foi e não foi: para isso é preciso remontar à semana antepassada e recorrer às coisas desde o começo.

Ab Jove principium.

No último folhetim fizemos algumas considerações sobre o que seria o discurso da coroa, e acrescentamos à parte política uns versos em mau francês, alusivos à situação do ministério do Sr. Furtado.

Logo no dia seguinte (3 do corrente) apareceu nas colunas do *Correio Mercantil* um artigo anônimo em que, de envolta com o *Diário*, éramos nós atacados pessoalmente, a propósito do folhetim da véspera.

Em casos destes temos uma regra feita: atribuímos as defesas aos defendidos, embora uma pessoa estranha as escreva.

Era necessário responder, e quisemos fazê-lo com todas as atenções devidas; pusemos de parte a prosa, e travamos do látego de Juvenal e Barthélemy. O ministério e seus defensores anônimos foram objeto de uns duzentos versos que não pecavam por excessivamente carinhosos. Feito isso, aguardamos o dia de terça-feira. Mas, logo na véspera, produziu-se a crise, e o ministério de 31 de agosto retirou-se da cena.

Foi opinião de alguns amigos e colegas, e também nossa, que a publicação dos versos se tornava inoportuna e tardia.

Importava-nos, sobretudo, não parecer que mostrávamos uma fácil coragem agredindo homens caídos do poder. Além de que, os versos referiam-se a ministros, que tinham deixado de sê-lo.

Esta explicação é necessária por dois motivos:

1.º - Os leitores benévolos e simpáticos, desses que chegam a identificar-se com o escritor e a interessar-se por ele, ficam sabendo que o nosso silêncio não deve ser atribuído a um sentimento menos confessável.

2.º - Ficam avisados todos os arlequins políticos de que nos achamos na boa disposição de não admitir facécias e insultos anônimos, sob pretexto de defender um ministério. Se uma circunstância estranha à nossa vontade privou os leitores do *Diário* de alguns versos aguçados, fica-nos o caso por emenda, a fim de que em outra ocasião empreguemos uma útil celeridade.

Suponham os leitores que há depois disto uma linha de reticências.

Uma grande parte da semana é de assuntos literários: um poema e dois dramas. O poema não é novo, é uma nova edição que acaba de chegar de Viena. Já daqui ficam os leitores sabendo que se trata da *Confederação dos Tamoios* do Sr. Dr. D. J. Gonçalves de Magalhães.

É uma edição revista, correta e aumentada pelo autor.

Não sabemos até que ponto o poeta atendeu às críticas de que o seu poema foi objeto quando apareceu. Não tivemos tempo de cotejar a crítica com as duas edições. Mas o poeta declara que fez acrescentamentos e modificações, e corrigiu muitos versos que, ou não saíram perfeitos da primeira vez, ou deveram as suas imperfeições à má cópia.

Lemos algumas páginas soltas, e reconhecemos, mesmo sem comparar as edições, que o verso está mais trabalhado e limado, e mais atendidas as leis da harmonia. Aqui receamos fazer crítica de detalhe lembrando que alguns versos escaparam ao cuidado do autor nesta nova edição; o autor declara que esta edição é a definitiva, mas, como não há de ser a última, pois que muitas mais merece o poema, tomamos a liberdade de recordar ao poeta que uma nova revisão tornaria a obra mais aperfeiçoada ainda.

No prefácio trata o autor dos motivos que o levaram a preferir o verso solto à oitava rima. São excelentes as suas razões em favor do alvitre que tomou; mas lá nos parece que o poeta adianta algumas idéias pouco aceitáveis.

Não se nega ao endecassílabo a energia, a harmonia e a gravidade; mas, concluir contra a rima em tudo e por tudo, parece-nos que é ousar demais. Tal é, entretanto, o pensamento do Sr. Dr. Magalhães nas seguintes palavras: "Não há pensamento sublime, nem lance patético, nem grito de dor que toque o coração com a graça atenuante do consoante". E, embora o Sr. Dr. Magalhães, para mostrar que até na prosa o consoante é mau, tenha rematado tão dissonantemente o seu período, julgamos que a rima pode reproduzir um pensamento sublime e um lance patético, sem que isto tire ao verso solto a superioridade que lhe reconhecem os mestres.

Feito este reparo, mencionemos a nova edição da *Confederação dos Tamoios*, como uma notícia literária. Parece que hoje a vida intelectual é menor que no tempo em que apareceu o poema do Sr. Dr. Magalhães; se o não fosse, teríamos esperança de ver o poema sujeito a uma nova análise, onde os seus esforços seriam reconhecidos, os seus descuidos, se alguns existem, corrigidos a tempo, com o que ganhariam o poeta e a literatura, que se honra em dar-lhe um lugar distinto.

Dissemos acima que houve na semana dois dramas novos de pena brasileira: são *Os Cancros Sociais*, pela Sra. D. Maria Ribeiro; e as *Agonias do Padre*, do Sr. Dr. Reis Montenegro. Anuncia-se ainda terceiro drama original, *A Negação da família*, do inteligente ator Pimentel, que deve subir hoje à cena no teatro de S. Januário.

Representam os três teatros dramáticos, ao mesmo tempo, peças originais; é um verdadeiro milagre,

que merece ser notado e memorado.

Embora o crítico dramático tenha de ocupar-se com as peças em questão, consintam os leitores que consagremos duas linhas a respeito dos dois já representados.

Mesmo em literatura, as damas devem ter a precedência.

O nome da Sra. D. Maria Ribeiro não é desconhecido do público. Representou-se há tempos no Ginásio um drama de sua composição intitulado *Gabriela* e oferecido à nossa primeira artista dramática.

O longo tempo que mediou entre a sua primeira peça e a última, prova uma coisa em favor da autora: é que ela não se atira à composição sófrega e precipitada; julga melhor para o seu nome caminhar devagar e refletidamente. Para nós é já um motivo de simpatia.

Há, com efeito, entre *Gabriela* e os *Cancros Sociais*, uma notável diferença, um incontestável progresso. A mão incerta no primeiro tentamen, agora mais segura, mais conscienciosa; a autora desenha melhor os caracteres, pinta melhor os sentimentos; a ação aqui é mais natural, mais dramática, mais sustentada; as situações mais bem concebidas e os diálogos mais fluentes.

O novo drama é ainda um protesto contra a escravidão. Apraz-nos ver uma senhora tratar do assunto que outra senhora de nomeada universal, Mrs. Beecher Stowe, iniciou com mão de mestre.

A ação, como a imaginou a Sra. D. Maria Ribeiro, tem um ponto de contato com o *Mãe*, drama do Sr. conselheiro José de Alencar: é uma escrava, cujo filho ocupa uma posição social, sem conhecer de quem procede. E se notamos esta analogia, é apenas para mostrar que, na guerra feita ao flagelo da escravidão, a literatura dramática entra por grande parte.

A luta que se trava no espírito de S. Salvador, entre o dever do filho e os preconceitos do homem, é estudada com muita observação; a última cena do 2.º ato, entre o filho e a mãe, parece-nos a mais bela cena da peça.

Louvamos com franqueza, criticaremos com franqueza. A ação que interessa e prende, de ato para ato, desfalece um pouco no último; o estilo ressent-se de falta de unidade; o diálogo, em geral fluente e natural, peca às vezes pela intervenção demasiada de metáforas e imagens; há algumas cenas, mas poucas, que nos parecem inúteis; e a autora deve ter presente este preceito de arte: — toda a cena que não adianta à ação é uma superfluidade.

Feitos estes raros ligeiros, resta-nos aplaudir do íntimo d'alma a nova obra da autora de *Gabriela*, cujo talento está recebendo do público legítimos sufrágios.

Resta-nos mais. Resta-nos mencionar o desempenho igual que deram à peça os artistas do *Ginásio*. Vê-se que estes foram ensaiados a capricho.

O papel confiado ao Sr. Furtado Coelho foi desempenhado de maneira a não deixar nada a desejar. Dotado de verdadeiro talento e qualidades apreciáveis para a arte a que tão lucidamente serve, o Sr. Furtado Coelho soube reproduzir com as cores da verdade os sentimentos diversos que agitam Eugenio, e que fazem dele o centro das atenções. É na alta comédia e no drama de sala que aquele artista tem feito a sua brilhante reputação; se alguma coisa faltasse para firmar-lha, bastaria para isso o seu último papel.

Os Srs. Graça, Areas e Heler foram aplaudidos e o mereceram; o primeiro pouco tinha a fazer e fê-lo conscienciosamente; os últimos mostraram-se com toda a distinção. A Sra. Clélia, no papel da escrava, e a Sra. Julia, no da filha de S. Salvador, houveram-se igualmente bem.

Estreou nesta peça a Sra. Antonina Marquelou. Não é a Sra. Marquelou uma artista desconhecida. Foi no teatro de S. Pedro que ela encetou há tempos a sua carreira dramática. Então faltou-lhe estudo proveitoso. É provável que agora o tenha, e já na sua estréia revelou sensíveis progressos. Não lhe falta nem figura, nem inteligência; resta-lhe utilizar cuidadosamente todos esses predicados.

Disse bem o papel de Paulina, mas faltou-lhe uma coisa, para a qual chamo a sua atenção: faltou-lhe sentimento. O olhar, o gesto podem fazer muita coisa: mas só a alma pode comover. Que a Sra. Marquelou não esqueça nunca esta condição essencial.

Vamos de corrida ao teatro de S. Pedro.

O nome do Sr. Dr. Montenegro é conhecido por algumas composições representadas em diversos teatros. Já mais de uma vez temos falado nele, fazendo-lhe os elogios e as criticas que merece, com franqueza e lealdade.

A sua nova peça, *Agonias do Pobre*, peca principalmente pelo defeito que já notamos nas outras composições: encerra algumas inverossimilhanças. Mas, posto de parte este defeito, Montenegro, a sua peça é de todas a que mais parece ter sido cuidada, até no estilo, que aliás ainda não está aperfeiçoado. Abundam as situações dramáticas, cheias de vida e de interesse, ao ponto de disfarçar

às vezes uma ou outra inverosimilhança, e de granjear para o autor aplausos bem merecidos e bem proveitosos, queremos crê-lo.

A Sra. Gabriela, encarregada do papel da protagonista, deu às suas cenas e situações aquele relevo que se espera sempre do seu talento robusto e completo.

Citaremos mais dois artistas: um para louvar, o Sr. Cardoso; outro para censurar, o Sr. Costa. O primeiro, no papel de galã, agradou-nos tanto quanto nos desagradou o segundo no papel do usuário. Convidamos o Sr. Costa a recordar-se dos seus triunfos de outro tempo. Preencha o abismo que o separa hoje desse tempo, procurando no estudo uma correção que não lhe é impossível.